

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO  
CULTURAL**



**DISSERTAÇÃO**

**A CIDADE E O MUSEU:  
A ORIGEM, EM 1904, DO MUSEU HISTÓRICO DA BIBLIOTHECA PÚBLICA  
PELOTENSE**

**DANIEL BARBIER LEAL**

**PELOTAS, 2015**

**DANIEL BARBIER LEAL**

**A CIDADE E O MUSEU  
A ORIGEM, EM 1904, DO MUSEU HISTÓRICO DA BIBLIOTHECA PÚBLICA  
PELOTENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP - linha de pesquisa “Instituições de memória e gestão de acervos”, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro

Pelotas, 2015

Dados de catalogação na fonte:  
(Gladis Rejane Moran Ferreira – CRB – 10/1793)

B236c Barbier Leal, Daniel  
A cidade e o museu: a origem, em 1904, do Museu Histórico da  
Bibliotheca Pública Pelotense/Daniel Barbier Leal. UFPEL, 2015  
206 f.

Orientador: Diego Lemos Ribeiro

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pelotas, Instituto de  
Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Memória Social e  
Patrimônio Cultural, Pelotas, BR-RS, 2015.

1. Bibliotheca Pública Pelotense. 2. Museus. 3. Memória Social. 4.  
Patrimônio Cultural. I. Diego Lemos Ribeiro, orientador. II. Título

CDU 930.85:069-027.555 (816.5)Pelotas

DANIEL BARBIER LEAL

A cidade e o museu: a origem, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca  
Pública Pelotense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP - linha de pesquisa “Instituições de memória e gestão de acervos”, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Banca examinadora:

.....  
Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (orientador) - UFPel

.....  
Prof. Dr<sup>a</sup> Carla Rodrigues Gastaud - UFPel

.....  
Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - UFPel

Pelotas, 22 de outubro de 2015



## AGRADECIMENTOS

Deixei para escrever os agradecimentos quando pude contemplar, com calma, a jornada que ora se encerrava. Antes do último ponto final, fui atravessado por uma série de sentimentos prazerosos, pois percebi que ao meu lado estiveram presentes diversas pessoas que me deram seu apoio e incentivo. Paulo Freire uma vez disse que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Longe de ser um caminho solitário, percebi nesse processo que junto a mim estiveram muitos caminhantes refazendo e retocando meus sonhos. Meu caminho com eles não se tornou só. Assim, meu singelo agradecimento a todos que estiveram comigo nesse caminhar.

*Não gosto tanto dos museus. Muitos são admiráveis, nenhum é delicioso. As ideias de classificação, conservação e utilidade pública, que são justas e claras, guardam pouca relação com as delícias (VALÉRY, 1960, p.31).*

## RESUMO

BARBIER LEAL, Daniel. **A cidade e o museu: a origem, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense**. 2015. 206f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Esta dissertação trata de uma investigação dos motivos, mais implícitos do que explícitos, que levaram à fundação do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, em 1904, oferecendo suporte teórico para os estudos das relações entre cidades e museus; neste caso, Pelotas/RS e o MH-BPP no início do séc. XX. Para dar conta às inúmeras explicações, delimitaram-se hipóteses a fim de serem analisadas com base em dados obtidos na pesquisa em fontes primárias, tendo como viés pressupostos teóricos para o estudo de museus no campo do patrimônio cultural. Em caráter preliminar, percebemos no panorama local uma série de transformações acontecendo num ambiente de fortes contrastes sociais, entre elas a de uma elite que sofre com o rearranjo de poder no cenário regional, de contingentes de imigrantes pobres que, saindo da Europa, buscam se estabelecer ao redor da urbe pelotense e de uma expressiva população de africanos e seus descendentes que, após a abolição, precisavam consolidar seus direitos e garantir seu desenvolvimento. Em contraponto, temos os museus que, em regra, no Brasil, com sucesso ou não, buscam atender uma série de demandas do grupo que os constituíram e acabam servindo para finalidades menos genéricas e altruístas do que preveem seus documentos e discursos oficiais. Processo esse que nos leva a crer que a criação de um "pequeno museu anexo à Bibliotheca" tenha sido motivada por uma estratégia política fundamentada em questões ligadas ao governo pela memória via patrimônio cultural.

Palavras-chave: Bibliotheca Pública Pelotense. Pelotas/RS. Cidades e Museus. Memória social. Patrimônio cultural.

## ABSTRACT

BARBIER LEAL, Daniel. **The city and the museum: the origin, in 1904, of the Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense**. 2015. 206f. Dissertation (Master in Social Memory and Cultural Heritage) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

This study is an investigation of the reasons, more implicit than explicit, which gave rise to the Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense in 1904, providing theoretical support for studies of the relationships between cities and museums; in this case, Pelotas/RS and the MH-BPP at the beginning of the 20th century. In order to account for the several questions this study raises, hypotheses were defined and then analyzed based on data obtained from research in primary sources, with the aid of theoretical assumptions for the study of museums in the cultural heritage field. Preliminarily, several transformations can be perceived on the local panorama. These are occurring in an environment with strong social contrasts, including an elite who suffers from the power rearrangement in their region, the numbers of poor immigrants who left Europe in pursuit of establishing themselves in the vicinity the urban center of Pelotas and a large population of Africans and their descendants who, after the abolition of slavery, need to consolidate their rights and ensure their development. In contrast, the museums in Brazil, successfully or not, aim to meet a series of demands of a specific group, thereby serving to less generic and altruistic purposes than those of its official documents and speeches. This process indicated that that the creation of the "small museum annex to the Bibliotheca" was motivated by a political strategy based on issues related to the government by the memory through cultural heritage.

Word-keys: Bibliotheca Pública Pelotense. Pelotas/RS. Cities and Museums. Social memory. Cultural heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória dos museus no Brasil por ano.....	23
Figura 2 - Localização da cidade de Pelotas.....	27
Figura 3 - Bibliotheca Pública Pelotense com um piso (E) e dois pisos (D) .....	28
Figura 4 - Verbete biográfico de Hermann von Ihering extraído do Volume I dos Anais da Biblioteca Pública Pelotense .....	31
Figura 5 - Baldomero Trapaga y Zorrilla .....	33
Figura 6 - Localização aproximada de Pelotas, entre a laguna dos Patos e Serra dos Tapes .....	76
Figura 7 - Localização aproximada das sesmarias do Monte Bonito e Pelotas .....	88
Figura 8 - Convite para a reunião de fundação da BPP .....	130
Figura 9 - Nobiliarquia Pelotense .....	142
Figura 10 - Configuração do entorno da Praça Cel. Pedro Osório .....	146
Figura 11 - Cervejaria Ritter (E) e Vila Augusta (D) .....	155
Figura 12 - Carlos André Laquintinie .....	163
Figura 13 - José Francisco Rodrigues de Araújo .....	165

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Primeiro acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense....	29
Tabela 2- Gráfico com a média do número de imigrantes entrados em cada ano, por década .....	110
Tabela 3 - Registro de internação na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.....	111
Tabela 4 - População de Pelotas .....	117
Tabela 5 - Escravos alforriados em Pelotas/RS, 1830 a 1888 .....	141
Tabela 6 - Periódicos e correspondências mantidas pela BPP (1904).....	159

## LISTA DE ABREVIATURAS

A-BPP	Anais da Bibliotheca Pública Pelotense
AD	A Discussão
AF	A Federação
AH-BPP	Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense
ALERGS	Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul
BPP	Biblioteca Pública Pelotense
CDOV	Centro de Documentação e Obras Valiosas
CM	Correio Mercantil
CMP	Câmara Municipal de Pelotas
DP	Diário Popular
DPel	Diário de Pelotas
DHP	Dicionário de História de Pelotas
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
ES	Echo do Sul
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ICOM	Conselho Internacional de Museu
MH-BPP	Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense
OP	Opinião Pública
OR	O Rio-grandense
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPGMP	Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
Qualificação do problema a ser abordado.....	17
Metodologia.....	24
CAPÍTULO 1.....	37
ANTES DA CIDADE E DO MUSEU.....	37
1.1 Museus entre tempo, história e memória.....	37
1.1.1 O anjo da história de Walter Benjamin.....	37
1.1.2 Sobre o tempo.....	40
1.1.3 História e memória.....	43
1.1.4 A memória não-memória.....	45
1.1.5 O uso político da memória.....	48
1.2. Uma visão de poder no patrimônio cultural.....	52
1.2.1 Governar com o patrimônio.....	56
1.3. Patrimônio cultural e museus.....	59
1.3.1 A cultura material.....	61
1.3.2 Cultura material, sociedade e passado.....	64
1.3.3 Museus e a mitologia das coisas.....	67
1.3.4 A formação dos primeiros museus brasileiros.....	68
CAPÍTULO 2.....	74
A CIDADE ANTES DO MUSEU.....	74
2.1 A <i>lacuna</i> histórica pelotense (Séc. XVI - XVIII).....	75
2.1.1 Minuanos/Guenoas e Guaranis na Laguna dos Patos e Serra do Sudeste, uma introdução.....	75
2.1.2 Entre a laguna dos Patos e a Serra do Sudeste, os primeiros vestígios da coleção do Museu.....	77
2.2 Fases e faces de uma cidade (1812-1905).....	82
2.2.1 Algumas considerações.....	82
2.2.2 Ocupação do mito, o território da identidade.....	83
2.2.3 Negros e charqueadas na gênese urbana pelotense.....	86
2.2.4 Da origem do centro urbano, fases de uma cidade.....	96
2.2.5 Do desenvolvimento urbano, faces de uma cidade.....	102
CAPÍTULO 3.....	120
A CIDADE E O MUSEU, CONEXÕES ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL.....	120
3.1 Vida cultural.....	120
3.2 A cidade e a Bibliotheca: construindo um capital cultural, conservando uma história capital.....	127

3.3 Os anos iniciais: construção e representação.....	136
3.4 Entre o local e o global.....	139
3.5 O círculo se fecha: cientificismo em Pelotas.....	151
3.6 MH-BPP: o projeto .....	157
3.7 Então, por que um museu?.....	166
CONCLUSÃO.....	170
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXOS .....	188
ANEXO A - Conferências realizadas em 1904 e 1905 transcritas nos Anais da Bibliotheca Pública Pelotense .....	189
ANEXO B - Diretorias eleitas para os anos 1904 e 1905 segundo Anais da Bibliotheca Pública Pelotense .....	190
ANEXO C - Tabela <i>clipping</i> sobre a BPP nos periódicos Correio Mercantil, Diário Popular, Echo do Sul e Opinião Pública, anos 1904 e 1905 .....	192
ANEXO D - Primeira conferência no ano de 1887 do Partido Republicano em Pelotas/RS .....	202
ANEXO E - Conferência proferida por Alexandre Cassiano do Nascimento na Bibliotheca Pública Pelotense (1887).....	204

## APRESENTAÇÃO

Os museus possuem seus encantos, ou, conforme Paul Valéry (1960, p.31), "suas delícias". Deste modo, não seria estranho diversas sociedades *encantadas* organizarem seus próprios museus, sendo esse, talvez, o porquê da existência de princípios de musealidade em todo globo terrestre. Falamos em princípios de musealidade, pois, como veremos adiante, cada museu, não necessariamente o lugar-museu, é único, possui uma biografia e uma identidade irreplicável. Essa explicação simplista seria suficiente caso fossem as sociedades homogêneas, solidárias, conciliares e harmônicas, o que não são. E por não serem, desconfiamos que a existência dos museus esteja vinculada apenas a encanto ou delícias. Imaginamos, sim, que sua existência tenha vínculo à própria complexidade social, àquela estabelecida no local e influenciada pelo global. Logo, os porquês do surgimento de museus são tão diversos que a resposta não caberia em apenas uma pesquisa de dissertação de mestrado, ou mesmo uma tese de doutorado. Quiçá uma vida inteira dedicada a compilar os motivos que levam ao surgimento dessas instituições fosse suficiente.

Essa constatação de nenhuma forma nos intimidou. Ao contrário, a partir dela é que conseguimos olhar o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense como objeto de estudo em potencial. Ao completar 110 anos em 2014, numa cidade, Pelotas/RS, cujas comemorações do bicentenário tiveram lugar em 2012, o MH-BPP apresentou algumas inquietações pertinentes ao estudo a que pretendíamos nos lançar. Por que Pelotas teve a necessidade de um museu no início do séc. XX? Que cidade era essa? Que museu era esse? Enfim, quais os motivos que levaram ao surgimento do MH-BPP na cidade de Pelotas em 1904? Foi a partir desses questionamentos, pensamos, que alguns indicadores poderiam surgir como contribuição aos estudos dedicados ao surgimento de museus. Nossa ênfase na relação da cidade com seus museus foi uma opção metodológica para alcançarmos nossos objetivos, existindo, por certo, outros caminhos viáveis. Assim, desenvolvemos, de forma organizada e sistemática, o projeto de pesquisa intitulado *A cidade e o museu: a origem, em 1904, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense*, que ganha forma na presente dissertação.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi resultado de uma pesquisa que objetivou compreender a origem do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense a partir das relações entre as cidades e seus museus, tendo como embasamento teórico determinadas questões inerentes à memória social e ao patrimônio cultural presentes no campo dos museus.

Contudo, ao iniciarmos nossa pesquisa, uma série de possibilidades de investigação do nosso objeto surgia diante de nós. Como também recursos teóricos vindos de áreas do conhecimento distintas, como coleção, colecionismo, cultura material, fato museal, musealização, vontade de memória, governo pela memória e patrimônio, bem como poder simbólico, construção de discursos e tantos outros assuntos quantos podem ser vistos ao longo do texto. Porém, para não nos perdemos na abrangência das discussões, optamos por aproveitar os recursos teóricos e metodológicos que tínhamos à disposição e direcionamos nossas análises para um espaço geográfico específico, a cidade de Pelotas/RS, e aos contextos inerentes a ele entre o século XIX e o início do XX. Isso pelo fato de estarmos motivados pelas características únicas referentes a esse cenário: seus aspectos culturais e econômicos próprios, além de sua complexidade social, deparada por uma elite em declínio na região, que transitava entre africanos e seus descendentes, há pouco libertos na forma da lei, e imigrantes pobres. Por outro lado, nosso objeto de pesquisa, o MH-BPP, ao se inserir numa rede lógica de museus oitocentistas<sup>1</sup>, nos permitiu explorar, de forma inaugural, os processos e dinâmicas de musealização no interior sulista brasileiro no início do séc. XX.

Assim, ao focarmos nossa pesquisa nas relações entre as cidades e seus museus, especificamente, Pelotas e o MH-BPP, pretendíamos qualificar nossas análises articulando áreas do conhecimento distintas com o contexto local e, dessa forma, compreender um fenômeno único ocorrido em um espaço delimitado num momento específico. De qualquer forma, não esgotamos as possibilidades de análise e estudo sobre o tema; ao contrário, abrimos espaço para uma série de outras pesquisas que tenham interesse neste assunto.

---

<sup>1</sup> Tomamos como referência os mais proeminentes museus nacionais oitocentistas, a saber, Museu Nacional (1808), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1895).

## Qualificação do problema a ser abordado

Presentes por todo globo terrestre, os museus<sup>2</sup> tratam de uma prática comum, quase que vulgar, mas inerente à cultura humana, a de juntar, guardar e organizar coisas. Em outras palavras, colecionar. O colecionismo, como prática cultural, acompanha a humanidade a um nível individual, mas também coletivo, desde os tempos mais remotos (BRUNO, 1999, p. 36; POMIAN, 1984, p.55) e indica, dentre outros, uma vontade de memória da qual as coisas, mesmo as banais, são indicadoras (BRUNO, 2006; CONNERTON, 1999, p.42; LOWENTHAL, 1998, p.103). Contudo, ao saírem do plano do real, dos contextos que lhe deram origem, para fins de preservação, acabam adquirindo uma nova função, com forte viés cultural de cunho identitário<sup>3</sup> (CANDAU, 2012, p.159; SANTOS, 2002b, p.117), de forma que o sentido essencial da musealização, isto é, o "processo que permite aos objetos viver dentro de um contexto museológico" (MAROEVIC, 2006, p.112), parece ser este: o deslocamento de olhar sobre parcelas do real, em que os objetos saem de um circuito mundano (econômico) e adentram em um circuito mnemônico, representacional. Cécile Tardy<sup>4</sup>, citada por Anik Meunier (2012, p.38), define essa relação "como, de um lado, um processo de identificação entre uma coleção de bens e, de outro, a coletividade que por ela é representada ou colocada em representação", ou seja, onde o indivíduo se vê e vê o outro num fluxo anacrônico, como aponta o antropólogo Jöel Candau ao rever algumas concepções de identidade no campo das ciências sociais:

[...] contra as concepções "primordialistas", "substancialistas", "essencialistas", "originárias", "fixadoras", etc. da Identidade, se observa um

<sup>2</sup> Museu, para esta dissertação, acompanha a definição proposta por Scheiner (2008, p.40). Para a autora: "Museu é, pois, um nome genérico que se dá a um conjunto de manifestações simbólicas da sociedade humana, em diferentes tempos e espaços. As diferentes formas de Museu nada mais são do que representações (ou expressões) desse fenômeno, em diferentes tempo e espaços, de acordo com as características, os valores e visões de mundo de diferentes grupos sociais".

<sup>3</sup> Tomamos emprestado o conceito de "identidade" elaborado por Meneses (1993, p.208): "a identidade pressupõe, antes de mais nada, semelhanças consigo mesmo, como condição de vida biológica, psíquica e social. Ela tem a ver mais com os processos de reconhecimento do que de conhecimento. Assim, os conteúdos novos não são facilmente absorvidos quando a identidade está em causa, pois o novo representa, aí, descontinuidade do referencial, logo, ameaça, risco. [...] A Psicologia Social tem ressaltado nos fenômenos de representações sociais o papel determinante da "ancoragem", mecanismo que permite a incorporação do novo por enraizá-lo em algum conteúdo previamente dominado e do qual ele pareceria ser apenas um prolongamento (cf. Moscovi, 1990; Jodelet, 1989). Aliás, a socialização, entendida como forma de criar identidades sociais dos indivíduos, é que garante a reprodução da estrutura social (Cook-Gumperz 1983: 123)".

<sup>4</sup> Tardy, Cécile (1999), "Du patrimoine à la patrimonialisation" em Construction patrimoniale d'un territoire: Le cas du parc Livradois- Forez, tese de doutorado, Saint- Étienne, Universidade JeanMonnet Saint- Étienne, p. 29-68, citado em Watremez (2006).

relativo consenso entre os pesquisadores (antropólogos, sociólogos, filósofos) em admitir que ela, a identidade, é uma construção social, de uma certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro. Conhecemos bem essa tese das Ciências Sociais padrão, que, em justo título - por um lado - desconstruiu as concepções essencialistas de sentido comum da identidade, fazendo valer que essa era situacional, em construção, plástica, etc. (digo que é justificado, de um lado - pois parece difícil conceber uma identidade inteiramente desvinculada de suas heranças, sejam elas culturais ou de outra natureza) (CANDAUI, 2009, p.45).

Os museus, nesse aspecto, se configuram entre as diversas instituições como a que melhor define a importância dispensada por um grupo a essa prática a um nível mais elevado que as próprias coleções privadas. São eles, em certo grau, objetos de disputas de poder ao mostrar a significância dispensada pelo grupo à organização e construção de discursos<sup>5</sup> elaborados sobre essas coisas, cuja função é, a certo nível, de legitimá-lo globalmente. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, referência no campo dos estudos sobre cultura material e museus, resume essas ideias afirmando que os museus

[...] se caracterizam, precisamente, pela prioridade que neles têm as coisas materiais e pela possibilidade de explorá-las não só cognitiva, mas também afetivamente. Em suma, os museus dispõem de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para as manipulações das identidades. Seria ocioso lembrar com que facilidade certos objetos se transformam em catalisadores e difusores de sentidos e aspirações: da cruz do cristianismo aos uniformes militares, passando pelas bandeiras nacionais e pelos emblemas publicitários. Trata-se, efetivamente, de fetiches de identidade, de alto poder de comunicação (MENESES, 1993, p.211-212).

Deste modo, podemos dizer que reordenar objetos alegóricos sem vinculação intrínseca demonstra em si mais uma manipulação política ideológica para determinado fim do que uma cientificidade ou outra apelação sublime, como propunham, por exemplo, os museus no séc. XIX (SANTOS, 1996). Essa tese é observada pelo museólogo Mario de Souza Chagas em uma de suas análises sobre

---

<sup>5</sup> Pomian (1984, p.68) percebe que a utilidade e significado da coleção para um coletivo é dado, inevitavelmente, pelo conjunto de informações que ele comunica (ou quer transmitir) através da linguagem. "É a linguagem que engendra o invisível. Fá-lo porque permite aos indivíduos comunicarem reciprocamente os seus fantasmas, e transformar assim num facto social a íntima convicção de ter tido um contacto com algo que jamais se encontra no campo do visível. Além disso, o simples jogo com as palavras acaba às vezes por formar enunciados que, embora compreensíveis, designam todavia algo que nunca ninguém viu. Sobretudo, a linguagem permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto. Não só permite, mas obriga, ou melhor, leva inevitavelmente a fazê-lo de uma maneira absolutamente natural e espontânea. A necessidade de assegurar a comunicação linguística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos, isto é, todo um conjunto de enunciados que falam daquilo que os jovens nunca viram e que talvez jamais verão".

as exposições. O autor lembra que "interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber fazer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso" (CHAGAS, 2002, p.56). No mesmo sentido, e sintetizando essas noções acerca das práticas realizadas por um grupo com os objetos que integram uma coleção sob a guarda de um museu, a socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos frisa que

[...] os museus dão a impressão de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que originalmente foram produzidos.[...] Objetos não são sagrados, nem detêm significados próprios e imutáveis. São os indivíduos que atribuem significado aos objetos. Os museus são agências classificadoras; eles reordenam os objetos que selecionam, segundo critérios próprios. (SANTOS, 2002, p. 117)

Por isso, não obstante, podemos dizer que compreender o museu em sua integralidade, especialmente as motivações que levaram à sua fundação, é compreender a sociedade que o formatou e o acolheu, pois, de acordo com Martín Torres (2002, p.295), "los museos son el producto de su contexto social". Ou, conforme o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2007, p.97), citando Fyfe (1998, p.326), "os museus representam o mundo como parte da ordem social, sua taxonomia refletindo, de forma mediada, a *táksis* da própria sociedade". "Esta concepção", continua o autor (Ibid., p.98), "acompanha os museus *ab origine*, desde sua própria fundação, refletindo a própria hierarquia social na qual surgiu". A museóloga Tereza Cristina Moletta Scheiner, dirá ainda, que

[...] trabalhar o Museu nas suas diferentes manifestações ajuda ainda a perceber como certas sociedades constroem a sua auto-narrativa: como elas se colocam no mundo, como vêem o mundo, e qual é esse mundo que vêem. O Museu seria, assim, espelho e síntese de um Real que se nos apresenta em multiplicidade: enquanto substância (domínio da filosofia), matéria (domínio da física) ou instância relacional (domínio da comunicação) (SCHEINER, 2008, p.42).

Ampliamos essa noção de representação das sociedades nos museus com a contribuição do geógrafo Maurício de Almeida Abreu que, ao trazer esse conceito para o campo do estudo da memória das cidades, afirmará que

[...] o fundamental é que nos conscientizemos que o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação das formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que pode ainda ser recuperado nas instituições de memória (ABREU, 1998, p.14).

Logo, em linhas gerais, para os estudos propostos nessa dissertação, ao delimitarmos nossa análise ao campo dos museus, chamado pela museóloga Maria Cristina Bruno (1999, p.40) de "segmento patrimonial", nos parecem mais visíveis nessas instituições as formas em que se reproduzem, por meio de aspectos próprios relacionados à memória e à identidade, as relações de poder em ação na vida social. Pois, da mesma forma que o patrimônio é, sobretudo, resultado das relações estabelecidas entre o sujeito em seu coletivo e o bem (material ou não), os museus só possuem sentido quando pensados no ente humano, em suas relações, vinculações e forças sociais exercidas sobre ele (VARINE, 2013, p.171-200).

Partindo dessas premissas, nossa pretensão com esta dissertação não foi de uma investigação histórica propriamente dita. Não estávamos atrás de revisionismos ou da verdade dos fatos, se é que ela existe, mas, sim, em compreender os motivos, mais implícitos que explícitos, que levaram ao surgimento do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense dentro de um contexto específico da cidade. De forma ampla, é a observação da relação da cidade, entendida a partir dos sujeitos e coletivos, com seu museu que se torna central nesta dissertação. Com essa delimitação, considerando os efeitos simbólicos desencadeados pelos processos de organização de um museu e as possibilidades de usos políticos dos vetores presentes em torno de um fato museal<sup>6</sup> na vida social, poderemos perceber, ou apontar, a partir deste estudo:

1. Como se articularam os interesses particulares na definição do processo de musealização do MH-BPP e como se construíram as vias de comunicação que compartilharam, mesmo que subjetivamente, essas intencionalidades;
2. Qual é o impacto da institucionalização desse processo no reconhecimento dos agentes "legitimados" e na transmissão da "noção sobre a qual se articula a identidade de uma comunidade e que implica no processo de apropriação e de reconhecimento de seus valores coletivos essenciais" (MEUNIER, 2012, p.38), como forma de ajudar a aferir a influência do Museu no interior da sociedade pelotense.

Assim, a nosso ver, essa dissertação justifica-se por apresentar um estudo sobre as possibilidades de uso feitas por um coletivo na organização de um museu,

---

<sup>6</sup> O conceito de "fato museal" abordado nessa dissertação é análogo ao apresentado por Bruno em sua pesquisa sobre a musealização da arqueologia. Segunda a autora (1999, p.35), citando Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990, p. 7), fato museal "é a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu".

especialmente nesse momento, o da atualidade, em que pululam novos museus em uma sociedade cada vez mais heterogênea e plural<sup>7</sup>. Não podemos deixar de pensar, por exemplo, quais são os interesses por trás dos fatos museais, de quais relações e vinculações seus discursos são testemunhos, a quem ele quer representar e comunicar suas representações, uma vez que nos parece crível a existência de interesses menos genéricos e altruístas na constituição dessas instituições do que preveem seus documentos e discursos oficiais.

Foram essas as preocupações que estiveram presentes desde o momento em que iniciamos a esboçar o projeto de pesquisa que deu origem a esse trabalho. Ao optarmos pelo MH-BPP, um objeto de estudo localizado no início do século XX, numa sociedade afastada dos grandes centros urbanos, quereríamos, de forma pretensiosa (e porque não audaciosa?), nos inserir em uma série de pesquisas que têm esforçadamente, a partir de um olhar sobre a história dos museus e do patrimônio cultural, buscado contribuir, na atualidade, para o que Hugues de Varine (2013), escritor e ex-diretor do ICOM, chama de "participação efetiva, ativa e consciente da comunidade" nos museus.

Nossa investigação tem lugar na dinâmica museal nacional, a qual na contemporaneidade é destinatária de um processo tampouco original transcorrido ao longo do século XIX, quando "surgem os primeiros museus brasileiros com expressiva manifestação dos planos de expansão colonial que marcaram as relações entre a metrópole portuguesa e este país que foi desvelado para o mundo a partir do século XVI" (BRUNO, 2006, p.127). No Brasil, apesar da existência de experiências museológicas desde o séc. XVII, foi em 1818, no Rio de Janeiro, após a instalação da corte e sua elevação a sede da metrópole, que esta instituição ganhou evidência com a criação do Museu Real, hoje Museu Nacional, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (SANTOS, 1996, p.22). Um de seus objetivos era dotar a nação de certa cientificidade<sup>8</sup>, pois, conforme Santos, até a

[...] virada do século [XIX], os museus brasileiros centraram-se na "ciência pela ciência", procurando uma identidade para o Brasil no universo das nações, sendo que não mais como centro, mas apenas como parte

---

<sup>7</sup> Funari (2007, p.98) dirá que "em uma sociedade aberta, há uma pluralidade de opiniões e deveria, pois, haver diferentes relatos do mundo material exposto no museu (BAKER 1991: 58-59). Este pluralismo implica em subverter o discurso da autoridade que prevalece na exposição de uma única versão, a verdade dos que controlam o poder (Potter n.d.: 3-7)".

<sup>8</sup> Ver mais em MINISTÉRIO DA CULTURA. Política nacional de museus. Brasília: MinC, 2007. p.14.

periférica do todo. Na composição histórica e universalista do desenvolvimento da civilização ocidental, coube aos museus brasileiros contribuírem com a classificação de suas espécies vegetais e animais e populações primitivas (SANTOS, 2002, p.127).

Observa-se, contudo, que o surgimento de museus durante o Império deu-se de forma tímida, visto que até o advento da República não se contavam mais do que 10 museus em todo território brasileiro, sendo cinco deles apenas no Rio de Janeiro (IBRAM, 2011). Os trabalhos da historiadora Maria Margaret Lopes, especialmente em sua tese de doutorado intitulada *As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX*, de 1993, da antropóloga Lilia Katri Moritz Schwarcz, nos seus *A "Era dos Museus de Etnografia" no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX* (2013) e *O nascimento dos museus brasileiros - 1870-1910* (1989), e de Myrian Sepulveda dos Santos, *Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional* (2000), são fundamentais para compreender o surgimento e desenvolvimento dos mais importantes museus oitocentistas nacionais. As três pesquisadoras defendem que a característica norteadora nos discursos oficiais dos museus brasileiros, até o advento do movimento modernista, era fundamentada em uma concepção de Ciências Naturais, isto é, dava-se “ênfase na natureza como fonte de conhecimento científico” (SANTOS, 2000, p.271).

A vinculação dos museus com políticas de Estado ligadas à memória social e ao patrimônio cultural no Brasil tornou-se mais efetiva, ou evidente, apenas quando os museus passaram a estar condicionados a uma ideia de consolidação de nação (BRUNO, 2006, p.129; SANTOS, 1996), cujo período mais emblemático se deu com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, por ser o momento em que, para Meira (2004, p.33), “os profissionais que construíram a ideia da preservação do passado eram os mesmos que projetavam o país do futuro”. A partir deste período a atividade museológica registrou um aumento de suas atividades, de forma que na década de trinta registrou-se um aumento relevante do número de museus no Brasil<sup>9</sup> (SANTOS, 1996, p.23), como pode ser percebido na imagem a seguir (figura 1).

<sup>9</sup> Contudo, é somente a partir do ano de 2003 que surgem no Brasil, para a área museológica, diversas iniciativas institucionais de fomento e gestão de museus, como as leis federais nº 11.233, de 22 dezembro de 2005, nº 11.328, de 24 de julho de 2006, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, 11.906, de 20 de janeiro de 2009, 12.840, de 9 de julho de 2013, os documentos Política Nacional de Museus: memória e cidadania (2003), Política Nacional de Museus (2007), Plano Nacional Setorial de Museus (2010) entre outros que podem ser conferidos integralmente no sítio eletrônico [www.museus.gov.br](http://www.museus.gov.br)

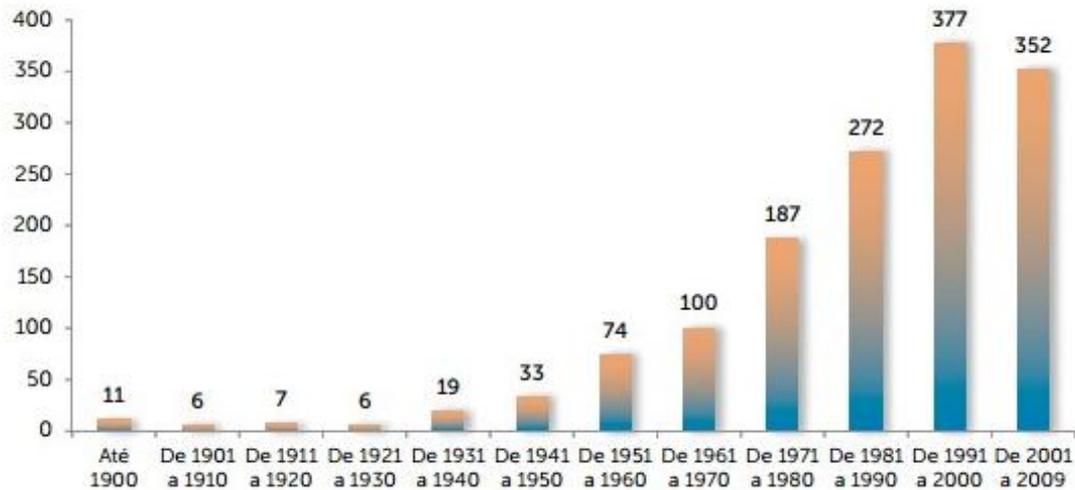


Figura 1 - Trajetória dos museus no Brasil por ano  
 Fonte: MUSEUS EM NÚMEROS – VOLUME 1 – IBRAM, 2011.

O Rio Grande do Sul e Pelotas, na passagem do século XIX para o XX, pareceram seguir, no panorama museal, a mesma tendência nacional dos museus do início do séc. XX, mesmo que apresentando alguns contrastes entre si. Os primeiros museus rio-grandenses, conforme Silva (2001) e Rezende (2010), Museu do Estado (posteriormente denominado Museu Júlio de Castilhos), fundado em 1903, e o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (MH-BPP), 1904, eram museus híbridos com padrão internacional, possuíam acervo variado e natureza enciclopedista com objetivos bastante amplos, associados a uma ideia de Ciências Naturais, História Natural, Antropologia e Etnografia (BRUNO, 2006, p.128; LOPES, 1993, p.249). Contudo, o primeiro foi criado por iniciativa do Estado, o segundo, da sociedade civil.

Para o caso pelotense, entretanto, ainda existe um vácuo de informações no que diz respeito às implicações para a organização de seu primeiro museu e sobre sua atuação nos primeiros anos de atividade. É intrigante notar o fato de uma cidade interiorana e fronteiriça, distante da capital regional, repercutir a nível local, através da criação de um museu, o que nem nas grandes cidades brasileiras era tão evidente e claro no início do séc. XX. O MH-BPP, é certo afirmar, somente ganhou destaque na historiografia local após o período em que Henrique Carlos de Moraes assumiu sua direção, em 1940, como pode ser visto a partir da coleção *Cadernos de Pelotas*, números 23 e 35, de José Vieira Etcheverry, cuja obra reúne um vasto

material extraído de jornais locais sobre a Bibliotheca Pública Pelotense; e no trabalho acadêmico – dissertação de mestrado – de Maiquel Gonçalves Rezende, com o título *Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)*, o qual apresenta uma série de informações sobre a atividade museológica em Pelotas/RS a partir das experiências de Henrique Carlos de Moraes como diretor do MH-BPP.

## **Metodologia**

Para compreendermos os motivos que levaram à origem do Museu da Bibliotheca, estabelecemos hipóteses a partir da revisão bibliográfica dos museus oitocentistas brasileiros. A partir dessa delimitação, buscamos alguns pressupostos teóricos que embasassem o estudo das relações entre cidades e seus museus para que, posteriormente, pudéssemos tratar as informações levantadas em fontes documentais e outras bibliografias sobre o contexto da cidade e do Museu no período delimitado. É oportuno frisar que, nessa análise, percebemos o Museu como fenômeno e não o lugar físico onde ele se estabeleceu, visto que, conforme Scheiner,

[...] compreender que Museu (fenômeno) não é o mesmo do que um museu (expressão limitada do fenômeno) permite-nos aceitar que ele assuma diferentes formas; permite-nos, ainda, prestar atenção às diferentes idéias de Museu, presentes no universo simbólico dos diferentes grupos sociais (SCHEINER, 2008, p.41).

Isto é, ao estudarmos a origem do Museu da Bibliotheca, ampliamos nosso olhar para as possíveis representações sociais que o definiram e que faziam parte do contexto em que ele estava inserido. Nesse sentido, perguntas como *Que cidade era esta? Que museu era este? Quais eram as pessoas envolvidas neste processo e seus interesses particulares? Que mentalidades estavam por detrás de sua formação? Como se deu a formação da primeira coleção do MH-BPP e quais relações e vinculações foram atribuídos a ela?* passam a ser norteadoras para a estruturação deste trabalho. Essas questões, não podemos deixar de mencionar, são favorecidas por uma pesquisa promovida dentro do campo da Interdisciplinaridade. Em outras palavras, ao pretendermos apresentar uma proposta de estudo que envolve a relação da cidade de Pelotas com seu primeiro museu, devido às exigências próprias do objeto, não nos esquivamos de uma análise conjuntural entre as áreas de patrimônio cultural, memória social, história, museus,

cultura material e diversos aspectos próprios das ciências sociais e humanas, haja vista a necessidade de uma discussão teórica com os diversos campos do conhecimento envolvidos com o objeto.

Desta forma, fundamentamos nossa pesquisa<sup>10</sup>, como procedimentos primários, na pesquisa em jornais locais e em documentos do AH-BPP, especialmente no fundo Biblioteca Pública Pelotense; e, como procedimentos secundários, na revisão bibliográfica relacionada às áreas de conhecimentos já mencionadas, à BPP (especificamente ao seu Museu), à história da cidade de Pelotas e ao surgimento dos museus no Brasil, bem como suas características e expressões institucionais até a primeira década do séc. XX. Assim, após preliminarmente determinarmos o objetivo, o objeto de estudo, os espaços geográficos e temporais e relacionarmos as fontes disponíveis, buscamos:

1. delimitar hipóteses;
2. estabelecer pressupostos teóricos para o estudo das relações entre cidades e museus;
3. descrever o contexto da localidade e seus atores;
4. analisar os primeiros vinte e oito anos da Bibliotheca Pública Pelotense, como forma de avaliar o impacto dessa instituição na vida social pelotense;
5. diagnosticar a primeira coleção do MH-BPP (quantidade, tipologia, possíveis usos, relações e vinculações na vida social pelotense, etc.);
6. avaliar os valores culturais, científicos, políticos, de identidade, entre outros, do panorama local como forma de estabelecer as relações com as potencialidades de usos do museu.

Como visto, algumas características que envolvem o tema foram observadas como forma de delimitar e dar clareza ao trabalho. Em primeiro lugar, o local: Pelotas. Esta cidade, situada no extremo sul brasileiro (figura 2), estava distante do poder e do interesse da Coroa Portuguesa. As bases de sua origem estão localizadas no final do séc. XVII, quando os portugueses fundaram, às margens do Rio da Prata e em frente à principal cidade espanhola da América Platina, Buenos

---

<sup>10</sup> A pesquisa, com característica exploratória e descritiva, esteve fundamentada na pesquisa documental e bibliográfica, a partir de uma abordagem qualitativa. Dado o volume de informações disponíveis, devido à abrangência do recorte temporal e assunto, além do limitado período de tempo para a execução do projeto (dois anos), delimitaram-se, a fim de selecionar fontes relevantes para a consecução do objetivo proposto, os seguintes critérios: idioma, autoridade, atualidade, conteúdo temático, acesso às fontes, relação ao conteúdo programático do PPGMP/UFPEL e análise do professor orientador. Esta organização para seleção de fontes viabilizou o fornecimento das informações e dados necessários para as análises propostas.

Aires, a Colônia do Sacramento<sup>11</sup> (1680), posto militar de delimitação das fronteiras sulinas e de proteção ao imenso rebanho de gado presente no território oriental do Pampa, que futuramente viria a servir de base para a economia e o desenvolvimento da comunidade pelotense. Através da indústria saladeril, especialmente após a década de 1860, teve seu desenvolvimento urbano acelerado. Entretanto, esse desenvolvimento promoveu o surgimento de uma cidade com fortes contrastes sociais, isto é, com uma pequena, mas poderosa elite de descendência europeia, uma densa e fortemente discriminada e marginalizada população negra recentemente liberta, além de diversos imigrantes europeus pobres que buscavam a prosperidade no novo continente (MONQUELAT, 2010, 2012, 2014).

A segunda característica diz respeito ao período histórico: 1904. Em contraste às experiências vivenciadas no final do regime monárquico<sup>12</sup>, Pelotas/RS, então com mais de 40 mil habitantes (FEE, 1981, p.109), já nos primeiros anos da República foi perdendo sua hegemonia econômica para a região metropolitana e serrana<sup>13</sup>. Com a gradativa implantação dos frigoríficos no Estado, o charque perdeu força e induziu a uma nova orientação econômica local, além de um rearranjo de poder (MAGALHÃES, 1993). No âmbito museal, representava um período de restrito movimento de museus no Brasil, visto que até a década de 1910 existiam no cenário nacional não mais que dezesseis museus e no Rio Grande do Sul, dois<sup>14</sup> (IBRAM, 2011, p.59). As poucas instituições dessa natureza existentes no panorama nacional

<sup>11</sup> Atualmente, cidade de Colônia do Sacramento, Departamento de Colônia, Uruguai.

<sup>12</sup> Região de enormes conflitos bélicos e de difícil acesso, Pelotas/RS encontrou as condições propícias para o seu desenvolvimento a partir da segunda metade do séc. XIX. Neste período, pra Magalhães (1993), as charqueadas, principais responsáveis pelo movimento econômico local, modernizavam-se; as estâncias, fornecedoras de gado, se disseminavam pela Província; o capitalismo se desenvolvia com a gradativa diminuição do tráfico negreiro e a chegada dos imigrantes; novas indústrias surgiam e o comércio se ampliava; uma elite militar sobrevivente do conflito Farroupilha e da guerra contra o Paraguai aumentava sua influência na Corte; a população crescia e prédios suntuosos erguiam-se.

<sup>13</sup> Interessante notar que o MH-BPP surge em um momento em que a cidade de Pelotas/RS vai perdendo destaque no panorama regional, o que ajuda-nos a pensar no poder simbólico que esta instituição pretende alcançar na dimensão do local, pois, como percebe Bourdieu (1983, p.14), "é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais".

<sup>14</sup> Conforme o Instituto Brasileiro de Museus (2011, Vol. 1, p. 59), o Brasil registrava até o final da década de 1910 apenas dezesseis instituições museais. O Rio Grande do Sul, aponta o IBRAM (2011, Vol. 2, p.501), possuía apenas 2 museus no mesmo período, sendo o Museu Júlio de Castilhos, o primeiro a ser fundado, à 30 de janeiro de 1903, e o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense o segundo, em 18 de janeiro de 1904.

estavam localizadas em cidades grandes e consolidadas, como São Paulo e Rio de Janeiro, e não no interior de um país predominantemente rural.

Por fim, em terceiro lugar, a iniciativa de empreendimentos sociais, educacionais e culturais em Pelotas/RS foi quase que, até meados do século XX, unicamente movida pela sociedade civil, demonstrando, dessa forma, pouca influência e interesse do poder público no progresso da cidade (OSÓRIO, 1998).



Figura 2 - Localização da cidade de Pelotas  
Fonte: Google Maps

É dentro desse recorte que encontramos nosso objeto de estudo. A modernização do espaço urbano, especialmente no último quartel do século XIX, conforme indica o pesquisador Adão Monquelat (2012), de uma cidade que se reestruturava da crise econômica gerada pelo conflito Farroupilha e que mantinha na indústria saladeril e na sua posição estratégica entre a região da campanha e o porto de Rio Grande as bases fortes de sua economia, fomentou a criação de instituições culturais, artísticas, educacionais e de lazer<sup>15</sup>, entre elas a Bibliotheca Pública Pelotense (figura 3), organizada e fundada por parte da elite pelotense em 14 de novembro de 1875. Em pouco tempo, esta instituição passou a realizar uma série de atividades junto à população onde estava inserida (RUBIRA, 2014, p.31). Assim, cursos noturnos de alfabetização foram organizados para os trabalhadores

<sup>15</sup> Pelotas destaca-se por um movimento de associativismo intenso no passado. A maioria dos empreendimentos partia da iniciativa da sociedade civil, deixando ao poder público pequena participação na promoção do surgimento de novas instituições. Contudo, esses novos empreendimentos eram, na sua maioria, criados pela e para a elite local. Mais informações ver MONQUELAT, A.F; PINTO. G. Pelotas no tempo dos chafarizes. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012. p.90.

(PERES, 1995), conferências públicas repercutiam os ideais político-filosóficos da época (Anexo A) e, em 1904, inaugurava-se o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, conforme Ata da sessão de Diretoria realizada a 18 de janeiro de 1904:

Ata da sessão de Diretoria realizada a 18 de janeiro de 1904.

Às 8 horas da noite, presentes os Srs. Drs. Presidente e vice-presidente, tesoureiro, diretores Lemos, Trapaga e Dr. Octacílio Pereira e 1º secretário, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente que contactou os seguintes ofícios [...] criação de um pequeno museu<sup>16</sup> anexo à Bibliotheca. Discutidos convenientemente estas ideias, resolveu-se: [...] nomear uma comissão para tratar da realização de tão profícua iniciativa devida (a esta circunstancia e aqui é registrada por amor a verdade e como preceito de justiça) a feliz inspiração dos Sr. Baldomero Trapaga, conforme o declara em seu relatório o diretor Sr. Dr. Octacílio. O Sr. Dr. presidente nomeou para comporem a mesma comissão os Srs. Carlos André Laquintinie, Dr. Francisco José Rodrigues de Araújo e Baldomero Trapaga<sup>17</sup>.

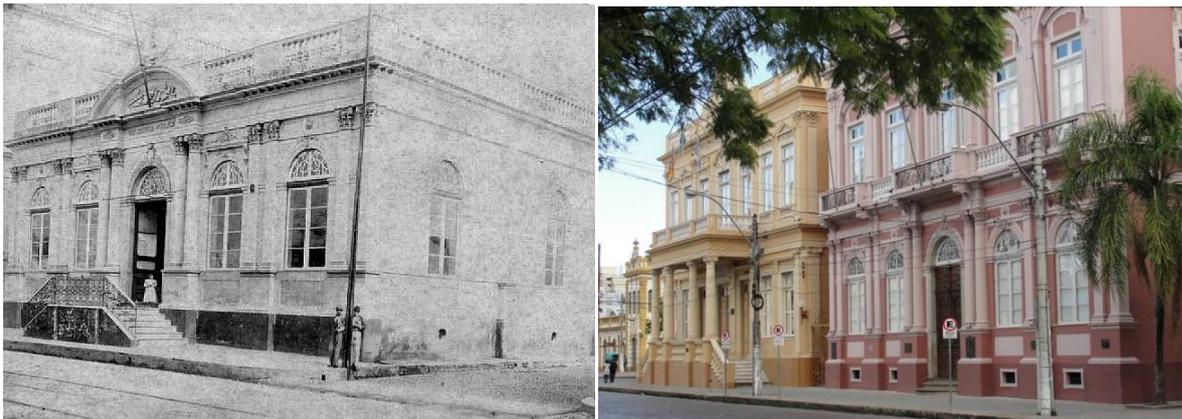


Figura 3 - Bibliotheca Pública Pelotense com um piso (E) e dois pisos (D)  
Fonte: [www.bibliotheca.org.br/historia](http://www.bibliotheca.org.br/historia)

<sup>16</sup> O adjetivo "pequeno" associado ao museu destoa da imagem pública da BPP enquanto instituição, conforme notícias que repercutiam na época, 1904, em diversos veículos da imprensa, como na ocasião da passagem de aniversário de instalação da Bibliotheca. Em sua homenagem à BPP, em 5 de março de 1904, o jornal Opinião Pública publica o seguinte: "Cercada sempre do apoio do povo pelotense, encontra-se hoje a Bibliotheca Pública em plena era de prosperidade, expandindo a sua vitalidade em várias manifestações do mais fecundo resultado, que lhe assinalam um lugar distinto entre as principais instituições congêneres da América Latina. Cremos não errar afirmando mesmo que é ela atualmente a primeira do país, depois da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quanto ao seu movimento bibliográfico: está em relações com 150 bibliotecas nacionais e estrangeiras para o serviço de permutas de publicações, recebe mais de 200 jornais e revistas da América e Europa, e corresponde-se com numerosos autores e editores, de cerca de 500 dos quais tem recebido, nos últimos tempos, a título gratuito, excelentes obras científicas e literárias".

<sup>17</sup> O nome de Baldomero Trapaga y Zorrilla aparece com diversas grafias, optamos por essa por questão de ser mais recorrente.

Seu acervo contemplava, entre outras, coleções de mineralogia, paleontologia, zoologia, numismática, filatelia, diversos artefatos históricos e ampla coleção de jornais locais do período imperial e do período republicano, além de outros documentos que mais tarde, nos anos 2000, deram origem ao Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, totalizando 1.391 objetos distribuídos da seguinte forma:

Documento	Quantidade
Animais	10
Boletins	41
Cédulas monetárias	45
Coleção etnológica	30
Discursos e dissertações	3
Documentos, autógrafos e cartas	63
Jornais	820
Livros	5
Mapas	4
Medalhas	14
Moedas	163
Pedras minerais	123
Selos do Brasil	1 coleção

Tabela 1 - Primeiro acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense  
Fonte: A-BPP, 1905a, p.117

Deste modo, é a partir da identificação do primeiro acervo<sup>18</sup> reunido pelo MH-BPP que lançamos a proposta de análise conjuntural deste em relação aos museus brasileiros desse período para compreender e delimitar alguns indicadores prováveis de seu surgimento que estão além de seus documentos e discursos oficiais, afinal, como já apontava Max Weber (apud LE GOFF, 2003, p.31), "toda tentativa de compreender a realidade (histórica) sem hipóteses subjetivas só conseguiria chegar a um caos de 'juízos existenciais' sobre inúmeros acontecimentos isolados". Assim, tomando como referência o trabalho de Lopes (1993) que, ao pesquisar a trajetória dos primeiros museus brasileiros, percebeu haver características semelhantes nos mais proeminentes museus do período – a saber, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista –, bem como as pesquisas

<sup>18</sup> Com apoio de Bottallo (1995), que analisa a configuração dos museus tradicionais na sociedade contemporânea, percebemos que a abordagem dos museus até a expansão da nova museologia baseava-se no cuidado com a formação de suas coleções e seus significados. Sendo, portanto, fundamental para essa pesquisa conhecer o acervo do MH-BPP para tomar conhecimento do movimento que o gerou. Scheiner (2008, p.37) ao abordar o estudo do Museu Tradicional dirá que "a unidade conceitual [desse modelo de museu] é o objeto, fundamento de sua existência e instrumento primordial do trabalho que sobre ele desenvolve. É sobre o objeto que o museu tradicional constrói sua teoria: sem objeto não há coleção e, portanto, não há museu".

elaboradas por Schwarcz (1993, p.118 e 119) e por Santos (2002, p.123), são as características comuns mais evidentes que utilizamos para compor as hipóteses que serviram como ponto de partida para as análises que pretendemos realizar, ao longo da dissertação, as quais sejam:

- a) criação de vínculos com a história nacional;
- b) estabelecimento de coleções como expressão e símbolo do *establishment* local;
- c) iniciativa científica regional;
- d) integração ao movimento de museus a nível internacional;
- e) relação com movimento de consolidação da elite local;
- f) surgimento como processo educativo;
- g) sustentação de teorias raciais, evolucionistas, deterministas e positivistas com fins de estabelecer um conceito de “darwinismo social” em um momento em que se dava a abolição da escravatura e o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil<sup>19</sup>.

Deste modo, a partir da caracterização tipológica do primeiro acervo reunido pelo MH-BPP percebemos, de antemão, na existência das coleções mineralógicas, zoológicas e etnológicas, por exemplo, que ele estava, em algum grau, inserido no contexto de museus de História Natural do século XIX. Esse dado, por sua vez, nos chamou a atenção para outro fato. Ao investigarmos as personalidades envolvidas no cenário museológico brasileiro no período, percebemos a presença no Rio Grande do Sul do zoólogo Hermann von Ihering<sup>20</sup> (1850-1930), diretor no Museu Paulista por 25 anos. Apesar de não encontrarmos registros documentais de sua passagem por Pelotas – parece-nos improvável que não tenha estabelecido trânsito pela cidade durante os anos que foi residente na região –, encontramos registros de parcerias estabelecidas em Pelotas com o industrial e naturalista Carlos Ritter. Suas ideias e influência serviram de mote para identificarmos a repercussão delas a nível

<sup>19</sup> Para Schwarcz (1993) é certo afirmar que o movimento de surgimento de museus brasileiros ligado às Ciências Naturais serviu, para alguns grupos, e em níveis diferentes, de pretexto para um tipo de classificação social fundamentado no conceito de darwinismo social.

<sup>20</sup> Nascido em Kiel, Alemanha, em 1850, Hermann von Ihering foi médico, professor e importante ornitólogo. Veio para o Brasil em 1880 para se dedicar a pesquisas patrocinadas pelo governo Imperial. Foi nomeado naturalista viajante pelo Museu Nacional, estacionado no Rio Grande do Sul. Residiu nas cidades de Taquara, Guaíba, Rio Grande e São Lourenço do Sul. Mudou-se para São Paulo em 1892 a fim de fundar o Museu Paulista, dedicado à história natural. Foi, ali, diretor por 25 anos. Seu filho, Rodolpho von Ihering, manteve diversificada correspondência com Henrique Carlos de Moraes, diretor do MH-BPP a partir da década de 1930.

local, como pode ser conferido na conferência pública realizada em 22 de maio de 1904 por Alberto Vieira Braga, na BPP, com título “*O movimento científico no Rio Grande*”, amplamente divulgada pela imprensa local e regional<sup>21</sup>. O teor, transcrito e publicado nos Anais da Biblioteca Pública Pelotense, em 1905, traz informações do movimento relacionado à História Natural no Brasil e seus principais expoentes, inclusive contém um verbete biográfico sobre Hermann von Ihering, o qual pode ser observado a seguir (figura 4):

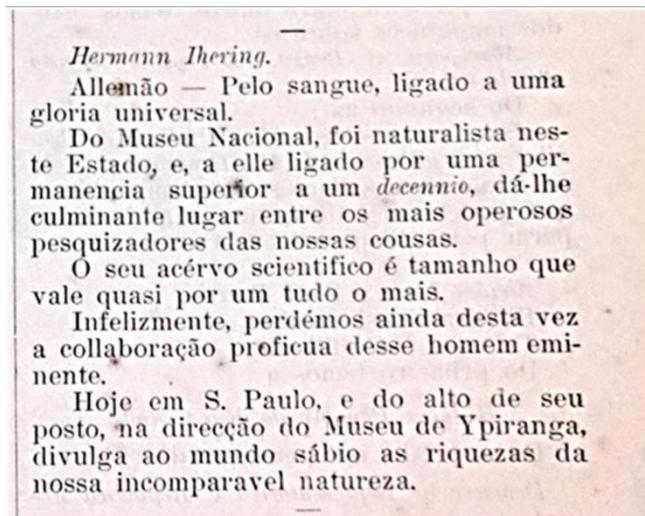


Figura 4 - Verbetes biográfico de Hermann von Ihering extraído do Volume I dos Anais da Biblioteca Pública Pelotense  
Fonte: A-BPP, 1995a, p.29

A repercussão a nível local pela busca por uma cientificidade ligada aos estudos das Ciências Naturais se expandia, também, no campo da botânica. O mesmo volume dos Anais e seu volume posterior apresentam um registro da “*Flora Rio Grandense*” assinado por José Francisco Rodrigues de Araújo, um dos fundadores do MH-BPP. Também se verifica uma conferência intitulada “*Evolucionismo*” proferida pelo padre Carlos Schilitz, sacerdote jesuíta, e outra cujo título era “*Ethnographia do Brasil no princípio do século XX*”, as quais possibilitaram a identificação do que Schwarcz (2013, p.128) disse sobre o predomínio de “um saber evolucionista, positivo e católico, como se fosse possível adotar os modelos raciais de análise, mas prever um futuro branco e sem conflitos”.

<sup>21</sup> Conferir Diário Popular de 24 de maio de 1904; Correio Mercantil, mesma data; Echo do Sul, de Rio Grande, mesma data; Opinião Pública, mesma data, que em sua reportagem informa a citação feita pelo conferencista, “numa bem delineada concatenação do seu estudo”, de uma “demorada análise dos trabalhos”, dentre tantos, de Ihering.

Esse contexto de divulgação de ideias debatidas no plano nacional e internacional sugere advir da integração pretendida pela Diretoria da Bibliotheca com outras instituições espalhadas pelo globo. Fato é que, no ano de 1904, das 519 correspondências expedidas e recebidas várias tiveram como destino e origem o exterior, especialmente a Europa e a América. São países como República da Guatemala, São Salvador, México e Cuba. Instituições como Universidades de Coimbra, Montevideu e Santiago do Chile; Oficina Demográfica de Buenos Aires, Sociedade Geográfica de Madrid, Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxelas, Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro; Museu Nacional de Buenos Aires, Smithsunion[sic] Institution de Washington, The American Geographical Society de Nova Iorque, Union Ibero Americana, de Madrid, entre outras<sup>22</sup>.

Outro fator que nos chamou atenção é a figura do proponente da fundação do MH-BPP, Baldomero Trapaga y Zorrilla (Figura 5), eleito vice-presidente da BPP em 1905 e presidente em 1906<sup>23</sup> (Anexo B). Importante capitalista<sup>24</sup> pelotense, foi também idealizador da Rádio Pelotense, fundada em 06 de junho de 1925, sociedade civil criada nos salões da Bibliotheca<sup>25</sup>.

A ideia de fundação de uma rádio em Pelotas/RS surgiu, conforme Ferraretto (2002), de dentro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de forte influência do positivismo de Auguste Comte, e teve como presidente honorário Augusto Simões Lopes, político ligado ao PRR gaúcho, prefeito de Pelotas (1924-1928) e filho caçula do Visconde da Graça, pessoa que cedeu o andar térreo de sua residência para a instalação da Bibliotheca Pública Pelotense. A relação de Trapaga y Zorrilla com membros proeminentes do PRR sugere que o positivismo<sup>26</sup> tenha

<sup>22</sup> Ver Annaes da Bibliotheca Pública Pelotense [1904], V.1, Ano 1, Pelotas, 1905, pg. 116.

<sup>23</sup> Baldomero Trapaga e Zorrilla, como consta nos Anais da Bibliotheca Pública Pelotense, v.1, ano 1904, era, também, membro das Comissões Permanentes Museu e Livros e Revistas.

<sup>24</sup> Pode-se dizer que capitalista era todo aquele possuidor de capital capaz de estabelecer seu negócio e garantir lucro a partir dele, não necessariamente sendo um industrial. Nesse sentido, Trapaga y Zorrilla difere-se da elite pelotense tradicional, a rural e charqueadora, compondo uma nova parcela da elite local, a urbana.

<sup>25</sup> Conferir em <<<http://www.radionors.jor.br/2013/04/sociedade-radio-pelotense-primeira-do.html>>>, acesso em 04/04/2015.

<sup>26</sup> O historiador Paulo Pezat (2006, p.257), embora note a influência do pensamento de Auguste Comte no Rio Grande do Sul na virada do século XIX, chama a atenção para alguns cuidados para o trato com o tema. Dirá o autor que "inicialmente, é preciso refletir acerca de uma idéia que continua sendo bastante popular, mesmo entre historiadores, qual seja a de que a historiografia produzida entre o final do século XIX e meados do século XX seria positivista. Cabe notar que tal afirmação invariavelmente é feita em tom pejorativo, com ares de superioridade. Quando se pede que essa suposta historiografia positivista seja caracterizada, é comum ouvir-se que ela seria factual, cronológica, nacionalista e edificante dos grandes líderes políticos e militares, exercendo a função de construir uma "história oficial" das classes dominantes. Tal apreciação é equivocada e denota que

influenciado, como base filosófica, a criação do MH-BPP, cuja fundação se deu um ano depois do Museu Júlio de Castilhos, de iniciativa do governo Borges de Medeiros.



Figura 5 - Baldomero Trapaga y Zorrilla  
Fonte: [www.radionors.jor.br](http://www.radionors.jor.br)<sup>27</sup>

A educadora Eliane Peres (2002b, p.78), na mesma linha, sugere que o ideal positivista de um “novo espírito cultural” serviu como influência na condução dos cursos noturnos masculinos de instrução primária surgidos em 1877 na BPP. O próprio museu, em tese, poderia estar incluído nessa *nova ordem cultural* pretendida pelos *homens* da Bibliotheca entre os séculos XIX e meados do XX, pois, como ressalta Santos (2009, p.41), em sua pesquisa "sobre algumas características da política educativo-cultural brasileira, no contexto social, político e econômico do país, e sua influência na ação educativa dos nossos museus", "a *práxis* do museu e da Escola tem contribuído, directa ou indirectamente, no sentido de confirmar a ideologia dominante". Ao analisar o contexto da escola e dos museus no início da República, a autora, citando Nelson Werneck Sodré, define como pensamento da época, ou "ideologia do colonialismo"

---

Comte é muito referido, mas pouco lido entre nós. Conforme assinalado por Sílvia Petersen, em nosso meio é comum a simplificação e repetição de idéias sem que se pergunte por seus fundamentos, de modo que, de tanto se repetir, passam a ser verdades (Petersen, 1998, p. 31)".

<sup>27</sup> Disponível em <<<http://www.radionors.jor.br/2013/04/sociedade-radio-pelotense-primeira-do.html>>>, acesso em 04/10/2015.

[...] o conjunto de preconceitos que, justificatórios da dominação e da exploração colonialista, pretendem constituir os suportes científicos dessa dominação e exploração. O mais divulgado deles, o que mais se difundiu e vulgarizou, originado do antropocentrismo que pretendeu constituir a raiz das ciências da sociedade, foi o da superioridade racial: a dominação colonialista correspondera, naturalmente, à superioridade dos homens das raças européias, particularmente as de cor negra e as indígenas americanas" (SODRÉ, 1986 apud SANTOS, 2009, p.46)

Por fim, com o advento da abolição da escravatura e o surgimento dos frigoríficos, o ciclo do charque entra em declínio, ao ponto de nos primeiros anos do século XX existirem poucas charqueadas em funcionamento. A mudança econômica se deu gradativamente com a introdução da cultura do arroz na região, incentivada pelo ex-charqueador Coronel Pedro Osório, em 1905 (ABUCHAIM, 2013). Esse fenômeno pode ter influenciado o surgimento de um *culto da saudade* entre a elite da época através da criação de um Museu. Importa observar que o *culto a saudade* está ancorado no que Pierre Nora, citado por Candau (2012, p.156), ao analisar os lugares de memória, sintetiza como a vontade de "deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte". Vontade, essa, parece-nos, pertinente a uma elite que ora havia vivido o apogeu e agora acompanhava o rearranjo de poder, que se deslocava da metade sul para a metade norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta feita, a partir dos indicadores presentes em torno do fato museal aqui apresentado, previu-se, para a consecução desta dissertação três capítulos e uma reflexão final sobre os dados apresentados.

No primeiro capítulo, apresentamos uma perspectiva de estudo de museus no campo do patrimônio cultural, visto que a pesquisa trata sobre patrimônio cultural abordando museus como segmento afim. Os museus são fenômenos sociais e, em certo sentido, à medida que são reflexos das sociedades que as formataram, também formatam essas sociedades. Partindo dessa premissa, lançamos nosso olhar para questões teóricas que envolvem o tema, como meio de compreender como se dão as relações entre a cidade e seus museus. Pretendemos, com as análises feitas nesse capítulo *preparar o terreno* para as discussões que serão feitas nos capítulos seguintes. Para tanto, ao identificarmos algumas peculiaridades a respeito das representações de poder que envolvem o objeto, buscamos no campo teórico alguns pressupostos para fundamentar nossas análises, como a distinção de abordagens sobre o tempo realizadas pela história e pela memória, suas distâncias

e aproximações, seus usos políticos, especialmente como relação de poder via patrimônio cultural e museus nos quais tomam forma mais consistente.

A memória, parte fundamental desse processo, em sua dimensão coletiva, pública e compartilhada, é alvo de disputas, conflitos e interações entre indivíduos e grupos. Na intenção de conferir a ela sentido e mesmo em consolidá-la como marco de referência em uma trajetória temporal e social, é sistematizada e organizada em discursos e narrativas que a afastam do campo afetivo-emocional, no qual tem origem, e a aproxima do campo historicista. Neste campo, ganha forma e força de engrenagem na estrutura de controle social. Aprofundamos nossa análise por meio de estudos sobre a cultura material como elo entre tempo, história e memória, estabelecida no lugar museu como coleção, ou coleções, a fim de se perceber os diversos significados sociais que desencadearam a formação dos museus ao longo do século XIX e início do século XX na sociedade brasileira, inclusive o MH-BPP, e seu impacto na dinâmica social que abrange seus discursos e que configuraram o patrimônio cultural como categoria de governança. Os pressupostos teóricos trabalhados neste capítulo servirão para fundamentar as hipóteses analisadas nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, a cidade é nosso foco. Tendo analisado a articulação entre as categorias ligadas aos estudos que propomos, passaremos a percorrer a localidade a partir de sua formação a fim de encontrarmos algumas questões chave para o desencadeamento deste trabalho. Nossa intenção foi de fazer uma *escavação* análoga à arqueológica na historiografia sobre Pelotas, na tentativa de encontrar os pontos nodosos que convergiram para o surgimento do Museu. Ao iniciarmos o capítulo voltados à questão indígena, estabelecida na localidade muito antes do surgimento de um assentamento urbano europeu, buscamos evidenciar que essa localidade registra uma diversidade cultural bem mais ampla que a pretendida quando do surgimento do museu. Os resquícios dessa diversidade sobreviveram ao tempo, quer pela cultura material, quer pela toponímia dos lugares, mesmo que a ela tenham se dado outras finalidades. Analisaremos, igualmente, outros entes sociais e suas interações num espaço delimitado e em desenvolvimento. A contextualização desse panorama histórico nos ajudará a compreender os contrastes sociais refletidos no surgimento do Museu e que, possivelmente, condicionam as relações sociais dessa localidade.

Por fim, no terceiro capítulo, abordamos a relação da cidade com o Museu tendo como elo entre um e outro a Bibliotheca Pública Pelotense. Entendemos que os motivos da fundação do Museu, a partir da proposta lançada, já estavam disseminados na sociedade local há algum tempo, visto as dinâmicas das relações sociais. Esses motivos, grosso modo, parece-nos que foram germinados na instituição *mater* do Museu, por ser este um departamento de uma instituição maior, com organização, política e finalidades próprias. Ao ampliarmos nosso olhar para a instituição da qual surgiu o Museu, percebemos com mais clareza as relações entre as categorias analisadas no primeiro capítulo e as relações sociais, do segundo. E percebemos como e por que o Museu se inseriu na paisagem urbana pelotense. Se ele alcançou sucesso nos seus objetivos? Deixamos a questão para outra pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### ANTES DA CIDADE E DO MUSEU

O tempo sempre intrigou a humanidade. A possibilidade dela perceber sua atuação num percurso progressivo, ao longo da trajetória temporal pela qual passa, motivou o homem a buscar no presente os restos e os vestígios do pretérito e, posteriormente, a preservá-los e exibi-los como símbolos representativos de poder (POULOT, 2009, p.15). Entre outros, coube aos museus apresentarem-se como elos do tempo passado com o homem presente e, longe de estarem no lugar comum da neutralidade, acabam por reforçar aspectos tanto positivos como negativos na configuração das estruturas sociais tais como estão postas (MENESES, 2013, p.17); por isso, introduzimos nesse capítulo uma visão que julgamos necessária ao estudo de museus e patrimônio cultural pretendida de ser alcançada neste trabalho para melhor compreendermos os motivadores presentes no surgimento do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

#### 1.1 Museus entre tempo, história e memória

##### 1.1.1 O anjo da história de Walter Benjamin

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novous*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (BENJAMIN, 1987, p.226).

O progresso, assim descrito na cena do Anjo da História narrada por Walter Benjamin, pode ser percebido como o próprio resultado da trajetória temporal pela qual passa a humanidade. Seu efeito incide permanentemente em pelo menos três categorias de agentes formatadores da organização social nas quais este trabalho tem interesse: as coletividades, os ambientes e a percepção do tempo. Vistos de forma isolada, não representam nada. Porém, ao se relacionarem entre si acabam por produzir efeitos diversos, como, por exemplo, a formação de instituições dentro de sistemas e estruturas sociais específicas.

Compreender o tamanho e a complexidade que as instituições assumiram na contemporaneidade importa em reconhecer, primeiramente, o conjunto de esforços que têm consumido gerações de teóricos e pressupõe, também, empregar um contínuo de força em análises e pesquisas sobre o campo da vida social. Isso decorre do fato de que as estruturas sociais estão cada vez mais rapidamente dinâmicas, mutáveis, ubíquas e não-localizadas, visto que, ao entendermos os sistemas e as estruturas sociais não como orgânicas e vivas, elas necessitam responder as exigências próprias de suas relações e vínculos convencionais e, sobretudo, culturais<sup>28</sup> das quais tem origem.

Portanto, partimos do pressuposto de que qualquer instituição surge das relações praticadas entre os indivíduos e passa a estabelecer com eles inter-relações, ora de cooperação, em que um e outro se beneficiam mutuamente, ora de exploração, quando existe uma unilateralidade de benefícios (ELIAS, 1994). Isto é, as instituições, apesar de serem originadas das próprias relações sociais, podem estar ou sob o controle do grupo que as criou, ou podem adquirir certa autonomia artificial; elas podem, também, estar em prol ou ser contrárias aos benefícios de determinada coletividade<sup>29</sup>. No discurso noticioso veiculado pela imprensa local, em 27 de julho de 1875, através do jornal *Correio Mercantil*, de Pelotas, com o tema sobre a necessidade de fundação de uma biblioteca pública na cidade, percebemos rapidamente esse conflito próprio das instituições. Transcrevemos na íntegra:

---

<sup>28</sup> Dirá Bauman (2008, p.46) que "a cultura é a atividade de fazer distinções, de classificar, segregar, marcar fronteiras – divide as pessoas em categorias unidas internamente pela similaridade e separadas externamente pela diferença; e de diferenciar os alcances de conduta atribuídos aos humanos alocados nas diferentes categorias". O que colabora com a afirmação de Elias (1994, p.16; 33; 17) de que, sendo a sociedade "algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados", o impacto causado pelo "avanço da divisão das funções e da civilização; em certos estágios, é crescentemente acompanhado pelo sentimento dos indivíduos de que, para manterem suas posições na rede humana, devem deixar de fenecer sua verdadeira natureza", isto é, para o desenvolvimento de uma sociedade natural, segundo Elias, far-se-ia necessário a lógica inversa, ou seja, "o desenvolvimento da sociedade de maneira a que não apenas alguns, mas a totalidade de seus membros tivesse a oportunidade de alcançar essa harmonia – é o que criaríamos se nossos desejos tivessem poder suficiente sobre a realidade".

<sup>29</sup> Procuramos evitar a menção de "retóricas holísticas", isto é, transformar agentes e grupos singulares em algo geral. Esse conceito é observado por Candau (2009, p.46), que ao abordar as generalizações afirma que "temos a tendência a fazer o mesmo quando nos referimos ao que chamamos de 'sociedades', 'culturas', 'civilizações', 'nações', etc., fenômeno que eu designei como advindo das retóricas holistas (CANDAU, 1998), isto é, das formas de designação de grupos – seria mais justo dizer, numa perspectiva okamiana (Guilherme Ockham) que se vincula essencialmente à ontologia do singular último".

Segundo parece, toma vulto a utilíssima sugestão de fundar-se nesta cidade uma biblioteca pública, abrangendo o caráter de sociedade literária, para melhor atender às aspirações e conveniências de todas as classes sociais. Por nossa parte não podemos deixar de aplaudir tão importante pensamento que atenda a uma das maiores necessidades desta cidade e dedicar-lhe, desde já, o nosso insignificante apoio. É preciso marchar! Porto Alegre, Rio Grande e muitas localidades do Sul da Província, já de há muito, possuem soberbas bibliotecas e florescentes sociedades que oferecem uma instrução fácil e econômica a todos quantos cultivam o espírito e acompanham o progresso da civilização. Só Pelotas, a mais rica cidade da Província não possui nem uma biblioteca, nem uma sociedade literária, nem um gabinete de leitura regularmente organizado. O progresso intelectual de qualquer localidade deve estar em relação com o nosso progresso material. Para que se realize, porém, tão importante ideia é necessário que todos se inspirem no mesmo pensamento e se dirijam por uma única vontade. Se aparecer receio dos fracos, se todos se considerarem incompetentes para semelhante empresa, é certo que se permanecerá no mesmo estado de puro materialismo em que até agora temos vivido. É tempo de trabalhar e estabelecer uma biblioteca para todos estudarem e onde todos aprendam, recreem-se e exercitem nos vastos campos dos livros e da inteligência<sup>30</sup> (CORREIO MERCANTIL, Pelotas, 27 de julho de 1875).

No extrato, através do discurso-propaganda escrito e divulgado pelo proprietário do jornal, Antônio Joaquim Dias, um dos responsáveis pela fundação da BPP, nota-se uma dupla finalidade para a constituição da Bibliotheca de Pelotas: que abrangesse todas as classes sociais e que defendesse os interesses particulares "da cidade". Por ora, desejava a elite local a fundação de uma instituição literária para atender às aspirações de todas as classes sociais. Peres, ao analisar o panorama das classes populares em Pelotas no último quartel do século XIX, dirá que

[...] pela sua intensa atividade industrial e comercial, a cidade de Pelotas, no século XIX, concentrou grande número de escravos e trabalhadores nacionais livres. Para Pelotas deslocaram-se, ainda, grandes contingentes de imigrantes de várias nacionalidades. Embora boa parcela dessa população estivesse ligada às atividades da zona rural, especialmente à indústria do charque e de seus derivados, outra parte desses indivíduos concentrou-se na zona urbana. Havia, ainda, os que trabalhavam temporariamente nas charqueadas e, durante a entressafra, viviam e trabalhavam na cidade (a safra do charque era de novembro a abril, durante os meses de mais calor, quando o boi engordava e a carne secava mais facilmente). Na cidade, os negros escravos, livres e libertos, com os brancos pobres, ocupavam-se das atividades domésticas e da produção de bens e de serviços. Os imigrantes pobres também viviam dessas atividades, além de muitos deles atuarem no comércio (PERES, 2002, p.85).

Contudo, o artigo deixa evidente, também, o interesse dessa elite em não deixar de se destacar entre as demais elites locais, como Porto Alegre e Rio Grande, visto que estavam na "mais rica cidade da Província". Como veremos adiante, a

---

<sup>30</sup> A grafia de todas as citações ao longo do texto foi atualizada para o português corrente.

partir da instalação da BPP, diversas iniciativas populares, de fato, foram criadas, porém, com finalidades não tão facilmente delineadas. O caso mais evidente foram os cursos noturnos masculinos de instrução primária (1877-1940)<sup>31</sup>, frequentados inclusive por negros livres ou libertos. Se por um lado a BPP queria oferecer uma alternativa de educação pública e gratuita a classes sociais menos abastadas com fins de possibilitar o desenvolvimento humano e profissional do indivíduo *excluído*, por outro lado, o objetivo também era de moralizar e civilizar (com padrões europeus) um vasto e diversificado contingente populacional que, entre maio e outubro, entressafra do charque, lotava a fração urbana da cidade (PERES, 1995). Em sua análise, Peres, que pesquisou a "escola da Bibliotheca" em sua dissertação de mestrado (1995), percebe a ação conflituosa entre os interesses de ambas as naturezas e considera que

[...] é possível dizer que, se o projeto da "escola da Bibliotheca" tinha entre seus objetivos *formar e conformar* os homens para a aceitação das relações e das condições capitalistas de trabalho, na prática, provocou também o oposto. Os líderes negros e operários foram um exemplo dessa realidade (PERES, 2002, p.101).

O que percebemos a partir dessa pequena leitura é que, na diversidade de grupos sociais presentes no seio das sociedades, a enormidade de instituições existentes não são na maioria dos casos inclusivas e acessíveis. Ao contrário: como no caso da escola da Bibliotheca, a ideia não era exatamente incluir, mas doutrinar. Essa observação parte de nuances manifestadas por algumas instituições, entre elas, os museus. Pois, conforme aponta Bruno (2006, p.120), "observamos, cotidianamente, que ainda hoje os museus servem a interesses político-partidários, à glorificação de indivíduos e de classes sociais e às distinções acadêmicas". Esses aspectos, próprios do que ora chamamos de estruturas de controle social, chamam nossa atenção de imediato quando pensamos em, posteriormente, contextualizar o surgimento do MH-BPP no interior da sociedade pelotense do início do séc. XX.

### 1.1.2 Sobre o tempo

Os movimentos tanto em direção ao passado, como o da construção permanente da história e o da fluidez da memória, produzem reações diversas. Ora sinérgicas, ora não. Em sentido similar, os museus – inclusive o patrimônio cultural

---

<sup>31</sup> "Os cursos noturnos da BPP iniciaram suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1877 e os últimos registros nos livros de matrículas datam de 1940. No entanto, em alguns documentos da BPP, há menção das aulas até 1956 (PERES, 2002, p.77)".

como um todo – ao exercerem sua função, permitem a apreensão ampla e difusa de sua organização institucional, possibilitando a coesão social, ou seu antagonista, a dispersão (MENESES, 2013, p.32; VARINE, 2013, p.40-41). Isso se dá, pois, ao se lançar em direção ao passado, por maior que seja seu esforço, sua técnica ou mesmo sua estrutura, o museu jamais consegue tocá-lo. Ele apenas traz ao presente um vislumbre do passado, que decorre da forma e da qualidade de seu trato sobre suas coleções. Fato esse que ajuda-nos a compreender, mesmo que não de forma conclusiva, a lógica na qual se insere o MH-BPP.

De forma análoga, o historiador Jacques Le Goff (2003, p.14), ao enunciar que "o passado é atingido a partir do presente", ajuda-nos a perceber o que temos dito: o museu não traz o passado para o presente, de lá traz apenas vislumbres e, como tal, apenas *imagens* criativas e fixas do que já se passou. Pois, de acordo com o antropólogo Paul Connerton (1999, p.71), "[...] o passado é visto como uma vasta coleção de imagens, estando todos os estilos do passado potencialmente abertos ao jogo da alusão casual [...]". Assim, há um amontoado dessas *imagens* preenchendo não apenas museus, mas também bibliotecas, arquivos, galerias, mausoléus, escolas e outra série de lugares. Algumas dessas *imagens* quando agrupadas de forma lógica e intencional criam um cenário do passado, um esquema imagético que depende mais de quem lhe dá forma e sentido, do que qualquer tipo de fidedignidade que se possa pretender a partir delas. São os interesses de quem agrupa essas *imagens* que persistem, não a harmonia da composição.

Esse sentido de *imagem* vai ao encontro do que Candau (2012, p.107-119) abordou ao tratar sobre a vontade de exteriorização da memória como forma de transmitir informações memoriais estocadas. Em outras palavras, diz respeito ao fazer memória, que na contemporaneidade deu origem a uma compulsão memorial. Sua expansão descontrolada pode vir a deflagrar, entre outras coisas, uma crise de identidade generalizada. Talvez esse aspecto não tenha sido vivenciado pela sociedade pelotense do início do séc. XX, mas, de qualquer sorte, o fazer memória pode servir para outra finalidade, o de constituir dentro dessa sociedade uma memória educada. Sobre esse assunto, diz o autor, que

[...] de uma maneira geral, todos os traços que têm por vocação 'fixar' o passado (lugares, escritos, comemorações, monumentos, etc.) contribuem para a manutenção e transmissão da lembrança de dados factuais: estamos, assim, em presença de 'passados formalizados', que vão limitar as possibilidades de interpretação do passado e que, por essa razão, podem

ser constitutivos de uma memória 'educada', ou mesmo 'institucional', e, portanto, compartilhada (CANDAUI, 2012, p.118).

De outra forma, o sentido de *imagem* pode ser percebido, também, como a capacidade de trânsito temporal presente-passado por meio de objetos, lugares, inclusive coisas abstratas ou imateriais, que, de forma alguma, representa um recurso exclusivo a privilegiados, mas, sim, algo passível a qualquer indivíduo ou grupo. E como os sujeitos privilegiam o estado coletivo, corporativista e fraternal, tendendo sempre a associar-se a outros de seus pares formando clãs, tribos ou mesmo grandes sociedades, lançam-se continuamente uns contra outros para defender suas *imagens* – reclamadas como originais e verdadeiras – e aniquilar aquelas que as esvaziam de legitimidade<sup>32</sup>. Nessas oposições de interesse, sentimentos e ideias, *imagens* fixas de um passado permanentemente dinâmico acabam se tornando poderosas instituições que içam bandeiras identitárias em mastros altos lançando sombra sobre o maior número de indivíduos. Um exemplo disso se deu, por exemplo, em Pelotas/RS, entre a maçonaria e a Igreja Católica<sup>33</sup>, duas instituições com forte apelo memorial, cujas posições sobre assuntos ligados às Ciências Naturais, como evolucionismo, vão estar presentes nos Anais da BPP, produzidos no mesmo período quando da organização do Museu. A respeito desse

---

<sup>32</sup> Evidenciamos, aqui, com interesse específico de compor recursos para analisar a questão de comunicação do MH-BPP, quais os aspectos que demonstram o monopólio do discurso como meio de imposição arbitral de interesses unilaterais. Para tanto, nos apoiamos em Bourdieu (2003, p. 113), quando diz que "o que está em questão a partir do momento em que dois locutores falam é a relação objectiva entre as suas competências, não só a sua competência linguística (o seu domínio mais ou menos consumado da linguagem legítima) mas também o conjunto da sua competência social, o seu direito a falar, que depende objectivamente do seu sexo, da sua idade, da sua religião, do seu estatuto econômico e do seu estatuto social, outras tantas informações que poderiam de antemão conhecidas ou ser antecipadas por meio de índices imperceptíveis (é bem educado, tem uma condecoração, etc.)". A comunicação, não obstante, em uma sociedade fracionada em diversos nichos como a pelotense do início do século XX, torna-se um forte indicador para compreendermos quem está falando, e suas variáveis, por que, como e para quem, especialmente por meio de uma instituição, um museu, fundamentalmente discursiva e ligada a aspectos de patrimônio cultural.

<sup>33</sup> Esse processo é facilmente visível no caso pelotense no que envolve, por exemplo, a maçonaria e o catolicismo. Nota-se que Pelotas, no início do século XX, possuía um forte movimento maçônico e Espírita, em oposição a uma precária participação local do catolicismo, como aponta Marcelo Gill (2011). Contudo, a tensão entre as duas instituições foi fortemente marcada na história local. Segundo pesquisa de Gill (ibidem), a primeira loja maçônica em Pelotas teria surgido em 1841 com o nome de Loja Maçônica Protetora da Orfandade. Mais tarde, diversas outras lojas foram sendo instaladas, especialmente devido ao enorme fluxo de imigrantes, o que favoreceu a dispersão de ideias anticlericais, liberais e cientificista. O campo da educação, portanto, foi peça chave para essa disputa que, em Pelotas, culminou com a criação, em 1903, do Ginásio Pelotense, que oferecia "um ensino laico, baseado no racionalismo, no cientificismo e no método experimental, voltado para a vida prática do aluno, em oposição aos métodos católicos de ensino, baseados no desenvolvimento da moral de natureza religiosa, presentes em Pelotas no Colégio Gonzaga [1894], então já tradicional instituição de ensino na cidade (GILL, ibidem, p72).

*jogo de imagens*, especificamente nos museus, a museóloga Marilúcia Bottallo nos dirá que

[...] o museu se estabelece em todas as culturas - ocidentais e orientais - como instituição que se reveste do poder de disseminar determinados valores culturais (no sentido amplo), próprios ou exógenos. No entanto, muitas vezes, esses pressupostos culturais deixam de ser percebidos dentro desse contexto de valor e transformam-se em sinônimos de "realidade" ou de "verdades". As instituições museológicas possuem poder afirmador e selecionador do que seja digno de ser considerado como cultura. Isso acontece, basicamente, através da escolha dos objetos que vão integrar as coleções e pela forma como serão expostos (BOTTALLO, 1995, p.283).

Percebe-se, a esse passo, que o passado é objeto de disputa de poder e, dessa forma, passível de ser articulado por áreas diversas, como, por exemplo, história e memória. A história e a memória, como veremos adiante, cumprem papéis diferentes na organização social. Em Walter Benjamin (1987, p.224), como em tantos outros teóricos, compreenderemos que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Essa premissa ronda a obra de Pierre Nora (1993), que, pensando a problemática dos lugares de memória e dos lugares de história no tempo presente, expõe o paradoxo gerado pelo exagero da acumulação (de coleções) e a aceleração do esquecimento, isto é, o dito acúmulo de *imagens* que se amontoam e a formação de sociedades exauridas de compreensão do passado. Teoria essa que pode nos auxiliar a compreender os motivos da propaganda criada para a promoção do patrimônio cultural pelotense na contemporaneidade estar tão fixada ainda no discurso da *opulência e cultura*, o qual será abordado no terceiro capítulo.

### **1.1.3 História e memória**

Nunca estamos sós. O social, que é imensurável, formata nossas referências como indivíduos. Há uma interdependência entre indivíduo e sociedade. Um movimento ambivalente, um vai e vem entre o sujeito e o social. Um é portador, o outro, formatador; um concreto, outro abstrato; o indivíduo transita entre essa sociedade que é plural, anacrônica, local e global e se sobrepõe em conflitos, contratos, vigilâncias e manifestações de posicionamento, anúncios, discursos e perpetuação. É nessa relação que Maurice Halbwachs ancora sua tese sobre memória coletiva:

[...] não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos todavia que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agruparem torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais e, se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memória (HALBWACHS, 1990, p.55).

Essa participação do sujeito em uma memória coletiva não apenas o localiza dentro de um coletivo no tempo presente como também o joga num fluxo temporal anacrônico. Esse fenômeno confere a ele o poder de transitar pela memória de diversos grupos únicos, como um navegador que, saindo de um porto, percorre diversos rios conforme eles vão se comunicando ao se encontrarem ou cruzarem. Nesse sentido, a memória se configura como uma malha composta de resquícios de vestígios deixados pelo homem durante sua ação no tempo. É a partir dela que um sujeito reconhece a informação contida num símbolo do passado e dele se sente partícipe<sup>34</sup>. O vislumbrar desses signos memoriais o fortalece como ente social de uma legião incontável de sujeitos do passado e do presente (CANDAU, 2012, p.126), o que nos ajuda a supor os porquês dos imigrantes europeus, mesmo que pobres, terem se inserido mais rapidamente na sociedade pelotense do que os africanos e seus descendentes os quais há mais tempo estavam na região, por exemplo.

A memória tem essa capacidade de transpassar, desde o presente até um recuo imprescindível no passado, as barreiras postas pelo tempo, como um fantasma que não reconhece a coisa material (LE GOFF, 2003, p.13). Da mesma forma que ela é capaz de criar barreiras intransponíveis mesmo quando para corrigir injustiças históricas. A memória assusta a história. Pierre Nora dirá que

[...] memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um

<sup>34</sup> Ulpiano Meneses, ao se referir ao trabalho de Eilean Hooper-Greenhill, realiza uma brilhante analogia do teatro com a memória, o *Theatrum Memoriae*, e sua expressão mais clara é o museu. Afirma Meneses que, ao articular imagens e objetos a lugares e espaços, “a partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual”, o impacto sobre o sujeito é “mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediários de registros já que a matriz sensorial facilita a rememoração” (MENESES, 2013, p.15).

fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda de análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o quer dizer, como Halbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir (NORA, 1993, p.9).

Vemos nessa enunciação o entendimento que se pretende estabelecer: a história depende de métodos de análise científica, formalização e liberdade de abrangência (LE GOFF, 2003, p.15). Já a memória depende de afetividade e solidariedade em um meio social, continuidade e sobreposição de fatos, delimitação de tempo e espaço<sup>35</sup>. Eis o conflito existente neste lugar chamado passado: a memória reclama para si algo que pressupõe ser original; e a história, o discurso vencedor. Ambas rivalizam no presente uma ascendência no que compreendem ou reverberam como verdade. Contudo, há estabelecido entre elas, também, uma simbiose de sobrevivência, relação percebida por Le Goff (2003, p.477) que a sintetiza da seguinte maneira: "a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta". Por mais que elas se repilam, tanto uma como outra necessitam-se mutuamente (CANDAU, 2012, p.132) e estarão presentes, especialmente, na seleção das coisas (afetividade) e na sua posterior organização (intencionalidade).

#### 1.1.4 A memória não-memória

Os silêncios e avivamentos da memória que se seguiram após o final da segunda guerra como fenômeno social<sup>36</sup>, quase que essencialmente fundamentados

---

<sup>35</sup> O sentido de afetividade com o passado pode ser observado na primeira conferência pública de 1904 proferida por Idelfonso Simões Lopes, então presidente da BPP, em 21 de abril desse mesmo ano. Há, nas palavras do orador, um sentimento de saudade a Pelotas que foi e já não é mais. "É o amor ao passado, às suas tradições, que compreendiam a vida coletiva dos séculos e que são, ao mesmo tempo, um preito e uma evocação, uma saudade e uma esperança, uma lágrima e um cântico de fé entoado ao ouvido dessas gerações que dormem! Depois... é a própria vida de Pelotas que palpita, o seu florescimento, o apelo a atividade e ao trabalho" (LOPES, 1904, p.13). Dormem, aqui, faz referência aos mortos pela tuberculose, que, entre 1874 e 1093, havia levado a óbito 3.787 pessoas em uma cidade com população estimada em 30.627 habitantes (GIL, 2007, p.81).

<sup>36</sup> Já nas décadas de 1920 e 1930 os estudos e pesquisas sobre memória se proliferaram e coube a Maurice Halbwachs, através do seu trabalho "Les Cadres Sociaux de la Mémoire (1925), lançar o

na história oral, inclusive numa disputa entre o uso discursivo dos termos “holocausto” e “schoah<sup>37</sup>”, expuseram a existência de um uso político da memória e um enquadramento funcional do passado no presente (TORNATORE, 2009, p.15). O fenômeno, contudo, não é recente, e podemos percebê-lo em diversos momentos da História. Frisamos, em especial, o que Mário Chagas, ao analisar as relações entre memória e poder, identificou como "memória acumulada", isto é,

[...] um movimento de memória que se dirige a um passado e lá se cristaliza - como 'culto à saudade', lembrança que aliena e evade o sujeito de si e do seu tempo, lembrança reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação - há também um movimento de memória que se dirige para o presente. É o choque entre esses dois movimentos, com a vitória ainda que temporária do segundo, que gera a possibilidade de memória constituir-se em um grande detonador de transformações e mudanças individuais e sociais (CHAGAS, 2002, p.45 e 46).

O caso mais evidente talvez seja o do Museu do Louvre, como identifica Chagas (2002, p.45). De sede de governo à galeria de arte em pleno Antigo Regime francês, o Palácio do Louvre foi transformado em Museu Central de Artes pela lei de 06 de maio de 1791, da Assembleia Revolucionária. Sua coleção constaria de bens confiscados da família real e de aristocratas que fugiram da Revolução de 1789 (GOMES JR, 2007). Sua inauguração em 10 de agosto de 1793 evidenciou a transferência simbólica do poder patrimonial, com forte sentido de herança, da coroa para a nação, inaugurando uma nova ordem articulada pela memória. "Se de um lado a memória explode na Revolução, de outro a Revolução inaugura novas articulações de memória" (CHAGAS, 2002, p.46).

Utilizada para opor-se à antiga classe dominante, a memória agora é usada pela burguesia e vai penetrar com ou sem sutileza nas escolas, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, na produção artística religiosa, filosófica e científica (Ibid., p.47).

---

conceito de memória coletiva. Contudo, a contribuição da escola durkheimiana e a influência de Henri Bergson foram fundamentais.

<sup>37</sup> É possível afirmar que foi com a “Schoah” que a memória ganhou evidência na sociedade atual. Nota-se que como o significado original da palavra holocausto é "oferta sacrificial" existem objeções ao seu uso. A morte dos judeus não foi uma oferta. Por isso, em Israel e em círculos judaicos fora de Israel, opta-se por falar em Schoah. Derivada do hebraico, esta palavra significa "aniquilação" e foi usada durante a guerra para referir ao extermínio do povo judeu pelos nazistas na Polônia. Os processos pelos quais o povo judeu passou durante o período da Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra foram o suficiente para alcinhá-los de povo da memória e despertar o interesse para o fenômeno ao ponto de existir na contemporaneidade uma enormidade de trabalhos fundamentados em pesquisas sobre a memória do povo judeu, bem como do povo alemão.

Para observarmos como essas questões se comportaram junto ao nosso objeto, buscamos na análise de Abreu sobre a memória das cidades um entendimento que vai ao encontro do contexto em que se insere a fundação do Museu da Bibliotheca, quais sejam, as profundas mudanças ocorridas no panorama local na virada do séc. XIX. Nas palavras do autor:

[...] incertezas e angústias acompanham todos os momentos de transição. Para LEPETIT e PUMAIN (1993: VI-VII), períodos de transição são momentos de perda da concordância de tempos. São períodos em que antigos tempos hegemônicos passam a coexistir e a interagir obrigatoriamente com tempos recém-chegados, tempos novos em busca de hegemonia (SANTOS, 1994:45-46; ABREU, 1996). Nada estranho, portanto, que as sociedades que estejam no meio desse turbilhão reorientem as suas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando daquilo que o futuro lhes reserva, e revalorizando o que já construíram em tempos passados. DUVIGNAUD (1990) mostrou que é nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as atenções tendem a se direcionar mais para a memória (ABREU, 1998, p.6).

Assim, se guardadas as devidas proporções – longe de comparar o MH-BPP ao Museu do Louvre, talvez como gostariam seus fundadores –, podemos, certamente, pensar em algumas situações análogas. Lembramos que, quando do surgimento do MH-BPP, uma transformação acontecia no interior da elite local, em outras palavras, um rearranjo de poder estava em curso. Basta lembrar que há pouco mais de uma década o regime monárquico brasileiro fora substituído pelo republicano, o que levou a alguns poucos aristocratas locais a perderem seu título recém conquistado. Mais! A aristocracia remanescente demorou para perceber o fim do ciclo do charque, dando espaço para a organização de uma nova classe de burgueses, entre eles, por exemplo, Baldomero Trapaga y Zorrilla, ligado à área da construção civil (FERRARETTO, 2002).

Esse caso encontra eco na perspectiva sociológica da memória. A historiadora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, analisando suas dimensões ao longo da história, dirá que

[...] a noção de memória entendida como lembranças compartilhadas por indivíduos pertencentes a um grupo social em um determinado momento (o presente) ocupa, assim, um lugar importante na cena pública. Ao lado dos que originalmente eram autorizados a produzir o saber sobre o passado (historiadores), outros atores emergem na disputa da “boa versão”, pois o que está em questão é uma definição do passado para a qual concorrem instituições e processos sociais supostamente aptos a produzi-la (os empreendedores da memória), sendo importante aqui refletir sobre os efeitos desse processo tal como os usos de políticas de memória como instrumentos de poder, por exemplo (FERREIRA, 2012, p.13).

Entretanto, se “uma literatura prolífica denunciando o exagero de dispositivos de gestão do passado para a edificação da nação” (TORNATORE, 2009, p. 16) surge dessa prática estratégica e política sobre passado, como a que derivou nos termos empreendedorismo da memória, engenharia da memória, políticas de memória, regime de memória, lugares de memória, suportes de memória, topografia da memória, casa de memória, entre tantos outros, não nos estranha a afirmação do historiador Pierre Nora (1993, p.14) de que “tudo o que é chamado de memória não é, portanto, memória, mas já é história<sup>38</sup>”. Nesse sentido, importa observar o alerta poético de Paul Valéry (apud LE GOFF, 2003, p.33), de que “a história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou... A história justifica o que se quiser. Não ensina rigorosamente nada, pois contém tudo e de tudo dá exemplo”.

#### **1.1.5 O uso político da memória**

Cabe, então, a pergunta: o que é memória? Enquanto faculdade biológica, a memória é construída neurologicamente a partir de registro de matrizes associadas essencialmente ao espaço da coisa vivenciada (IZQUIERDO, 1989). Portanto, quanto mais lembranças precisam ser retidas, mais relações sinápticas precisam ser estabelecidas. Esse fenômeno reforça a malha neuronal e a composição desses tipos de matrizes. Assim, por exemplo, quanto mais exercícios de aprendizagem cognitiva forem realizados, maior será o potencial mnemônico em um sujeito. Nessa ordem, não se pode deixar de referenciar o impacto que o espaço e a cultura de um meio causa sobre o sujeito. O individualismo, associado ao consumismo capitalista (CONNERTON, 2008; HUYSSSEN, 2007), favorecem um hábito que dificulta a memorização.

Partindo de uma análise fisiológica da memória como processo bioquímico inerente ao organismo vivo possuidor de sistema nervoso complexo, como os mamíferos, pode-se compreender a memória como processo de “armazenamento e evocações adquiridas através de experiência” (IZQUIERDO, 1989, p.89). Entretanto e exclusivamente no ser humano, a memória também adquire capacidade de estruturação do ser como agente social. Nessa hipótese, a memória se configura como ferramenta para organização temporal, tanto no seu aspecto individual, como

---

<sup>38</sup> Joel Candau (2006, 2011), na linha de Pierre Nora (1993), busca, igualmente, identificar uma relação entre memória e história. Como vimos, uma e outra estão, ao mesmo tempo, próximas e distantes: quando a história toma força de conhecimento metodologicamente organizado, mesmo ao evocar a memória como fonte, a memória toma forma de fluído dissipado a partir de e sobre os sujeitos, que a fortalecem ou não como fenômeno social.

coletivo. É a partir de uma perspectiva da memória que indivíduo e sociedade se estruturam mutuamente, se organizam e se dão coerência. Para Halbwachs, por exemplo, a interação social com uma comunidade estabelece, de forma mais duradoura, a memória nas mentes dos entes de um coletivo, seja pela repetição dada pela rotina na vida cotidiana, seja pelos eventos extraordinários que rompem o avanço contínuo e linear da vida, provocando marcas mais profundas na memória.

Halbwachs (1976) percebe que as ações de um indivíduo isolado de um coletivo e de suas práticas, ritos e normativas, cria, como no sonho<sup>39</sup>, uma impressão efêmera, destinada ao esquecimento. O que difere a obra de Halbwachs da de outros pesquisadores do tema, como Sigmund Freud, em que o foco era o indivíduo sobre o indivíduo, é a novidade em pensar os indivíduos ligados entre si pela memória, como uma malha.

É no discurso, ou melhor, na estrutura da linguagem, que se compreendem melhor os vínculos entre a memória e a coletividade. Sempre que desejamos acionar uma lembrança, ativa-se em nós uma complexa estrutura de referências e processos que buscam transformar uma angústia sentimental em palavras conectadas umas às outras dotadas de sentido. Isso porque, conforme o historiador David Lowenthal (1998, p.101), "a recuperação da memória é raramente sequencial; localizamos os acontecimentos por associação e não por um trabalho metódico, avançando ou recuando no tempo, e tratamos o passado como 'um museu arqueológico de fragmentos... casualmente justapostos". A memória entra em ação e conduz o sujeito por essa malha memorial via engrenagem invisível, estruturante e sistêmica. Temos, então, a memória como fenômeno social: o sujeito nunca está sozinho, ele só possui sentido dentro de um coletivo (HALBWACHS, 1990). Portanto, a memória pode ser percebida não apenas como individual, mas também como pública, social e compartilhada.

---

<sup>39</sup> Buscando, ainda, uma analogia do sistema biológico humano com a organização social, Halbwachs, na esteira de Émile Durkheim, trata da matéria sonho. Para Durkheim (2008, p.44), os sonhos, como as recordações, estão ancorados na memória: "com muita frequência nossos sonhos relacionam-se a acontecimentos passados; revelamos o que vimos, o que fizemos durante a vigília, ontem, anteontem, em nossa juventude e etc". Para Halbwachs, os sonhos e recordações estão afastados um do outro, uma vez que sonhos são processos individuais impossíveis de serem inseridos em um estudo das relações sociais, visto que nossos sonhos descansam sobre eles mesmos, havendo, assim, ausência das interações sociais.

A memória individual vai sendo construída ao passo que o indivíduo vai se relacionando socialmente<sup>40</sup>, passando a só ter sentido dentro de um coletivo – mesmo a aqueles não tão bem delimitados –, sugerindo que no momento no qual o sujeito se afasta de uma coletividade sua memória enfraquece e, se essa coletividade some, a memória desaparece. A memória, portanto, só existe se houver algum grau de compartilhamento<sup>41</sup>. Fato é a nossa memória de infância: todo sujeito possui uma memória fraca da infância, pois somente a partir das primeiras socializações construídas no seio familiar é que a memória vai se constituindo (LOWENTHAL, 1998, p.64-65). Nesse aspecto, percebermos dois fenômenos: 1. São nossos parentes que narram nossas primeiras experiências, portanto, criam em nós as primeiras memórias individuais, sendo que essas não são memórias vivenciadas e, sim, narradas; 2. Cada sujeito do seio familiar vai construir sua memória de acordo com sua afetividade com o fato vivido.

Essa memória narrada constituída pela relação que o sujeito estabelece com os entes familiares lhe é mítica e passível de conflito com a memória que desenvolve enquanto indivíduo a partir de suas próprias vivências (LOWENTHAL, 1998, p.82), da mesma forma que essas vivências estão sujeitas às memórias

---

<sup>40</sup> Nesse aspecto, podemos retomar algumas ideias construídas por Halbwachs em seu “Quadros sociais da memória”, como a impossibilidade de uma memória estritamente individual e o caso do indivíduo na sua fase de infância – que tem dificuldade de lembrar suas primeiras experiências, pois não é, nesse tempo, um ente social absolutamente autônomo. É no seu caminho percorrido em direção a uma coletividade (ou mais de uma) que a memória individual vai se constituindo e se consolidando. Assim, para Halbwachs (1990, p.51), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, sendo que a memória é sempre fruto da natureza social.

<sup>41</sup> Diz Halbwachs (1990, p.80-81) que “Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as conseqüências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”. Essa tese é fundamental para compreendermos a vontade de memória através do fato museal objeto dessa dissertação, pois, conforme Abreu (1998, p.13-14), “os ensinamentos de Halbwachs são importantes para a discussão da memória das cidades, da memória dos lugares. Primeiramente, porque enfatizam a exigência de ancoragem objetiva das memórias compartilhadas. “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, diz nos ele. (HALBWACHS, 1990, p.143). Em segundo lugar, porque apontam para o dinamismo das memórias coletivas, que estão sempre se transformando. Em terceiro, porque dão destaque aos momentos de ruptura, isto é, àqueles períodos de “quebra da tradição”, que são às vezes bastante curtos, mas que têm o poder de redefinir todo o quadro social das memórias de uma coletividade. Halbwachs também nos chama a atenção para algo mais: as memórias coletivas se eternizam muito mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem. São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades. São eles também que permitem que possamos contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem. É nas “instituições de memória” que os documentos que guardam a memória das cidades são preservados”.

míticas já consolidadas no meio social e que são compartilhadas com mais ou menos força entre os indivíduos. Deste modo, a influência das instituições, como a religiosa de origem judaico-cristã, cofundadora da sociedade moderna europeia e americana e que estabeleceram e consolidaram diversas estruturas sociais que dinamizam as relações entre os indivíduos até os dias atuais, podem ser percebidas com maior nitidez. Não obstante, os museus também se inserem nessa leitura por, de forma genérica, depositarem diversos sedimentos de discursos acabados em planos dinâmicos da vida humana.

Se a memória está apoiada na história vivida mas também na transmitida (cognitiva), ela está sujeita, inclusive, à ficção, posto que, em determinado grau, ela também é inventada, aspecto importante para a compreensão dos usos sociais da memória, especificamente, neste estudo, via museus, que no presente melhor lhe configura como tecnologia de governança. Afinal, como afirma Bottallo (1995, p.283), "as instituições museológicas possuem poder afirmador e selecionador do que seja digno de ser considerado como cultura" e, como consequência, "reproduzem valores, em geral, de uma elite dominante e que são divulgados como se significassem os valores da sociedade como um todo" (Ibid., p.284).

Não podemos deixar de perceber, contudo, que por detrás de uma política de memória há uma ação de anti-memória<sup>42</sup>, afinal fomos preparados para lembrar e não para esquecer. O esquecimento, que ora se dá naturalmente, pode, por outra via, ser provocado ou manipulado (CONNERTON, 2008; MICHEL, 2010; YERUSHALMI, 1998). O desinteresse por questões limítrofes sociais, ou o que chamamos popularmente de alienação, revela a existência de uma relação dessa situação com o fato de se estar permanentemente forçado a esquecer o que se esconde sob essas questões. A opinião pública, especialmente a imprensa, dá

---

<sup>42</sup> O ser humano está tão submetido ao domínio da memória que desde os primórdios buscou transmiti-la. São exemplos desde os desenhos rupestres da pré-história até à escrita e diversos monumentos erguidos para esse fim. Hoje, após um largo tempo de discussão sobre o tema, as contribuições advindas de áreas do conhecimento tão distintas, como a sociologia e a psicologia, apontam a um exagero memorialista, um momento que abundam os debates e a exploração da memória, ou, na esteira de Paul Ricoeur (2007), o "dever de memória". Contudo, ao passo que a humanidade sente a necessidade de transmitir sua memória, ela também sente a necessidade de esquecê-la. O esquecimento, portanto, assume um compromisso de fortalecer o que será lembrado, mas também de curar traumas, sofrimentos ou tragédias. Ressalta-se, contudo, que as tragédias, em outra possibilidade, podem agir dentro do campo da memória como agente agrupador, fortalecendo a construção identitária de um grupo, como aconteceu entre os armênios, judeus, indígenas, negros, entre outros.

preferência à discussão ou ao debate daquilo que se quer fazer lembrar<sup>43</sup>, inclusive como pode ser notado a partir das reportagens levantadas nos jornais locais, nos anos de 1904 e 1905, para os estudos desta dissertação (Anexo C).

Os museus, não obstante, podem ser percebidos a partir dessa perspectiva também. Ao se elaborar uma política de desenvolvimento de coleções, ao se definir critérios de seleção e de descarte, ao escolher o que expor e o que manter na reserva técnica, ao se desenvolver um projeto de comunicação e ação educativa, naturalmente ou intencionalmente se está apontando, e reforçando, o que deve (e como) ser lembrado e o que deve ser esquecido, isto é, também se opera o processo de memória e esquecimento. Dirá Chagas que

[...] através de uma espécie de argumento tautológico trata-se frequentemente de justificar a preservação pela influência da perda e a memória pela ameaça do esquecimento, com isso deixa-se de considerar que o jogo e as regras do jogo entre esquecimento e memória não são alimentadas por eles mesmos e que a preservação e a destruição não se opõem num duelo mortal, complementam-se e sempre estão ao serviço de sujeitos que constroem e são construídos através de práticas sociais (CHAGAS, 2002, p.44).

Assim, embasados no trabalho *Memória, esquecimento, silêncio*, de Michael Pollak (1989), fica visível que o esquecimento é um gerador de desafios, especialmente para a gestão de memória, ou melhor, seu uso político, especialmente se visto a partir das tomadas de decisão para a organização (bem como a reorganização) de um museu. De outra forma, os vestígios que tratam do Museu devem ser vistos dentro dessa perspectiva. Quando partirmos para a análise do *corpus* documental, não deixamos de ter em vista essas prerrogativas.

## 1.2. Uma visão de poder no patrimônio cultural

A compreensão dos museus como fenômeno social abordada nesta dissertação passa por uma percepção do uso político da memória na configuração das sociedades, através de seus sistemas e sua estrutura<sup>44</sup>. Nosso interesse no surgimento do Museu da Bibliotheca aponta para uma conjuntura que envolve

<sup>43</sup> Acentua-se que não sugerimos que esquecer é o mesmo que ignorar, pois no ato de esquecer não existe escolha pelo esquecimento. Ele simplesmente significa omitir involuntariamente algo que se tem por vivido ou conhecido, enquanto que no ignorar ou não se tem conhecimento sobre algo, ou se opta por não lembrar (anti-memória).

<sup>44</sup> Candau (2012, p.106) lança, pertinentemente a esta dissertação, a seguinte provocação: "Se memorizar serve para transmitir, é o conteúdo transmitido ou o laço social que gera a transmissão? Educação, museus, arte, não são formas operacionais de transmissão visando menos transmitir *uma* memória que fazer entrar nas memórias a crença do corpo social em sua própria perpetuação, a fé em raízes comuns e um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária?"

diversas características peculiares de áreas de conhecimento distintas, como história e memória. Contudo, relacionar museus e memória merece uma abordagem mais profunda, principalmente no que diz respeito a um elo entre as duas categorias, a saber, patrimônio cultural, visto que, conforme Candau (2009, p.43), “patrimônio pode ser considerado como um aparelho ideológico da memória”. Parece-nos inviável, portanto, partir para a análise de resultados de pesquisa desse trabalho sem darmos conta de alguns aspectos relativos a patrimônio cultural, categoria que vem sofrendo alterações conceituais ao longo do tempo.

Patrimônio Cultural representa uma denominação ampla, um conceito genérico (PRATS, 1998, p.63), um condensado de significados que parece não querer envolver disputas, conflitos e divisões sociais; ao contrário, está predisposto a abranger a todo mundo e formar consenso sem tocar em nada importante (VARINE, 2013, p.174-175). Sua compreensão social pode ser percebida como análoga a representações de paz, cultura e democracia, por exemplo. De forma inocente podemos nos perguntar: quem pode ser contra a ideia *sui generis* de paz? Da mesma forma, quem pode ser contra o desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural? O sociólogo francês Pierre Bourdieu aborda algumas questões inerentes a essas categorias tratadas por ele como símbolos universais. Em sua obra *O poder simbólico*, Bourdieu dissecou o simbolismo quanto fenômeno social em busca de seus resquícios de poder. Diz o sociólogo:

[...] no entanto, num estado de campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de "círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma" - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p.7-8)

Em sua síntese, Bourdieu compreende esse poder simbólico atuando como um conformador de harmonia social capaz de criar solidariedade entre os indivíduos que participam do compartilhamento de determinado símbolo, isto é, uma função social no símbolo que está além dele mesmo<sup>45</sup>. Na perspectiva sociológica, os

<sup>45</sup> "Os símbolos são instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social; a integração 'lógica' é a condição da integração 'moral'" (BOURDIEU, 1989, p.10).

símbolos podem representar interesses particulares apresentados como interesses universais "comuns aos interesses do grupo" (BOURDIEU, 1989, p. 10). O sociólogo Norbert Elias (1985, p.27) percebe, ainda, o viés estruturante do símbolo baseado numa trajetória desenvolvida entre a ideia de mito à ideológica, visto que "a atitude dos homens em relação à sua vida em comum, em sociedades de diversos níveis, é ainda muito determinada por imagens de desejos e de medos, por ideais e contra-ideais, numa palavra, por representações mítico-mágicas", como se a origem do símbolo estivesse assentada sobre uma gênese fantástica de natureza religiosa e sobre aspectos escatológicos, conferindo-lhe uma aura sacra<sup>46</sup>.

Essa percepção sobre o simbolismo como fenômeno social não pode ser dissociada da categoria patrimônio cultural. Onde patrimônio é um instrumento de imanência cultural nas representações das relações sociais é, de modo geral, instrumento de poder simbólico (PRATS, 1998, p.64). O indivíduo, agente estrutural da sociedade, sofre a influência coerciva da própria sociedade da qual ele é formador. Nesse jogo de confluências emanam do patrimônio cultural discursos que ou potencializam as manifestações de liberdade do indivíduo ou reforçam o totalitarismo de determinados grupos mais próximos do poder de governo. Em outras palavras, apesar de sua aparente neutralidade, como também de seu discurso oficial de valorização da identidade cultural de um povo<sup>47</sup> – o antropólogo Jean-Louis Tornatore (2009, p. 16) lembrará que “a concepção de patrimônio que consagra o séc. XIX é identitária, territorial e ‘moderna’” –, o que se reconhece através de dispositivos políticos e se confere o selo institucional de patrimônio cultural pode despertar uma força contrária à emancipação humana e fortalecer as estruturas de mercado (CANDAU, 2012, p.158-164; POULOT, 2009, p.197-230; VARINE, 2013). Provavelmente essa questão não esteja evidente na formação do

---

<sup>46</sup> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é das competências das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14 e 15).

<sup>47</sup> Ver mais nas Cartas Patrimoniais, especialmente a Conferência de Nara de 1994, disponível em [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), e no caput do Art 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Museu, mas ajuda-nos a pensar que a partir dele um discurso patrimonial é elaborado para a posteridade.

Assim, apesar do indivíduo ter ações naturais comuns independentes de processos cognitivos, o que vai distinguir sua adesão ou reação às estruturas de governo é o que pode ser identificado por cultura. Na dialética lançada por Elias (1994), indivíduo e sociedade exercem funções mútuas – convergentes e contraditórias – nas estruturas sociais e a categoria patrimônio cultural, podemos dizer, se insere nessa dinâmica produzindo diversos efeitos sobre essa mesma estrutura, ora positivos, ora negativos (PRATS, 1998, p.65). Todo patrimônio não deixa de ser um bem selecionado e classificado. Ele pertence a um detentor que o utiliza para determinado fim. Neste ponto, a apreensão, incorporação e repetição do discurso pelo sujeito outro (aquele sofre a ação do patrimônio) denuncia certo ilusionismo. Os roteiros que pretendem estabelecer uma autenticidade e originalidade do bem enquanto bem produzido num passado puro e universal acabam por excluir os indivíduos de suas próprias dinâmicas, afinal eles não pertencem ou não se inserem nesse discurso.

De modo complementar, podemos apoiar nossa visão sobre patrimônio cultural na tese elaborada pela filósofa Hannah Arendt acerca da expansão do imperialismo europeu entre os séculos XIX e XX. Arendt (2012, p.155) parte da premissa de que "a expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo", distinguindo em duas as formas de expansão, a econômica e a política. Expansões essas, não só distintas, mas concorrentes:

contrariamente à estrutura econômica, a estrutura política não pode expandir-se infinitamente, porque não se baseia na produtividade do homem, que é de certo modo ilimitada, pelo menos teoricamente. De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados (ARENDR, 2012, p.156).

E segue:

A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. Com o lema "expansão por amor à expansão", a burguesia tentou — e parcialmente conseguiu — persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo caminho da política mundial (ARENDR, 2012, p.156).

O resultado, segundo o historiador Eric Hobsbawm (1988), foi, entre os séculos XIX e XX, a superação do local pelo global, da nação pela globalização<sup>48</sup>. Em outras palavras, o conflito entre economia e política provocou, a duras penas, um novo arranjo mundial no qual o mercado planificou a originalidade do particular para sedimentar o universal. As diferenças, ditas culturais, passaram a ser vistas como fronteiras desnecessárias para a expansão da economia global. O resultado foi o surgimento de uma cultura de fácil assimilação, que abarcasse a todos e buscasse não criar conflitos, tampouco disputas<sup>49</sup>. O que, no nosso caso estudado, resultou na transplantação de um padrão de cultura europeu, notadamente o francês, para a sociedade local, evidenciado, como veremos, pela introdução de ideias e *ideologias* ligadas ao espiritismo, ao positivismo, ao evolucionismo social, entre outros.

### 1.2.1 Governar com o patrimônio

Do ponto de vista político, o patrimônio cultural pode ser ativado, via dispositivos de memória, para legitimar as práticas de perpetuação do *status quo* e coagir os indivíduos da sociedade civil. Ao ser gestado verticalmente a partir do topo, tem garantida sua eficácia, isto é, tem reforçado o sentimento de superioridade das elites, dando consistência ao topo e à estrutura rígida e segregada da pirâmide social. Patrimônio é poder e serve para pensar o poder na contemporaneidade, da macro à micro escala (POULOT, 2009, p.14; VARINE, 2013, p.116), e, como tal, "é semeador e promotor de memórias e esquecimentos" (CHAGAS, 2002, p.44). É um

---

<sup>48</sup> Economistas e historiadores nunca deixaram de discutir sobre os efeitos desse renascimento do protecionismo internacional ou, em outras palavras, sobre a estranha esquizofrenia da economia mundial capitalista. Os elementos constitutivos básicos de seu núcleo, no século XIX, eram, cada vez mais, as "economias nacionais" — a britânica, a alemã, a norteamericana, etc. Entretanto, apesar do título programático do grande trabalho de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), o lugar da "nação" como unidade não era claro na teoria pura do capitalismo liberal, cujas peças básicas eram os átomos irreduzíveis da empresa, do indivíduo e da "firma" (sobre a qual não se dizia muito), movidos pelo imperativo de maximizar os ganhos ou minimizar as perdas. Eles operavam "no mercado", que tinha a escala mundial por limite. O liberalismo foi a anarquia da burguesia e, como o anarquismo revolucionário, não deixava espaço para o Estado. Ou antes, o Estado como fator econômico só existia como algo que interferia nas operações autônomas e automáticas "do mercado". (HOBSBAWM, 1988, p.42)

<sup>49</sup> O filósofo Theodor Adorno (2009, p.5 e 16) ao analisar a cultura no século XX traça a seguinte descrição "A cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádio e semanários constituem um sistema. Cada setor se harmoniza em si e todos entre si. As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço. [...] Quem não se adapta é massacrado pela impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do isolado. Excluído da indústria, é fácil convencê-lo de sua insuficiência".

dispositivo de afeto popular utilizado como recurso retórico de proteção as superestruturas<sup>50</sup>.

A partir dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault sobre governabilidade, governo dos outros e governo de si, visualizamos com mais facilidade os vínculos estabelecidos entre si pelos sujeitos de uma sociedade, a formação e o desenvolvimento das estruturas de governo (poder soberano), e as relações econômicas estabelecidas nesse meio. Como ponto fundador de suas teses, Foucault (2008) aponta a sociedade como o lugar do qual emana o poder. São os sujeitos, organizados em sua coletividade de forma mais ou menos complexa, os quais outorgam o direito de serem governados. Contudo, circunda e permeia a sociedade civil o sistema econômico, sustentado pela lógica de mercado, o qual integra e desintegra a sociedade de acordo com a sua vontade dirigindo-a para sua sobrevivência. Esse fator de associação e de dissociação, de adesão e de repugnância, que surge entre os sujeitos é o que vai formatar o estilo das instituições, inclusive o dos museus. A dinâmica estabelecida pelo fator econômico e a disputa pelo poder de governo tende a qualificar os mecanismos de arregimentação social e de perpetuação nas estruturas políticas. Assim, o interesse em controlar os sujeitos, criando entre eles processos desarmônicos, tem sido a chave do sucesso do mercado, como percebe Foucault (2008, p. 410) ao concluir que “a análise do mercado prova que em toda a superfície do globo, afinal de contas, a multiplicação dos ganhos se fará pela síntese espontânea dos egoísmos”.

Nessa interação tripartite – sociedade civil, mercado e governança – a harmonia dar-se-á na formulação de uma tecnologia de governo em que os vínculos econômicos não sejam prejudicados. Tal é a necessidade de promover essa lógica que, no imperativo de nutrir a economia em sua superestrutura global<sup>51</sup>, o controle sobre a sociedade civil é feito de forma arrojada e naturalizada culturalmente. Assim,

---

<sup>50</sup> Dirá Prats (1998, p.66) que "La principal virtualidad de un símbolo es su capacidad para expresar de una forma sintético y emocionalmente efectiva uuna relación entre ideas y valores. Dicho de otra forma, el símbolo tiene la capacidad de transformar las concepciones y creencias en emociones, de encarnarse, y de condensarlas y hacerlas, por lo tanto, mucho más intensas. Esa capacidad de evocación y condensación de significados se ve reforzada, tambipen en el caso de los referentes simbólicos patrimoniales, cuando se da, además, una especial intensificación o una condensación de los atributos que los legitiman (en este caso, como sabemos, la naturaleza, la historia y la genialidad)."

<sup>51</sup> “Não há localização, não há territorialidade, não há agrupamento singular no espaço total de mercado” (Foucault, 2008, p. 410).

sem o aprofundamento necessário, visualizar essas estruturas com o olhar comum é impossível.

Ao pensar o patrimônio cultural e conseqüentemente os museus como aparelho tecnológico de governo, fundamentado numa perspectiva de uso político da memória, encontram-se neles uma perspectiva surgida de uma demanda estabelecida. Cabe lembrar que o substrato do patrimônio cultural, a saber, legislação, função social, conservação, restauração, manutenção, sustentabilidade econômica, mercado de trabalho, propaganda, entorno paisagístico, educação, cultura, entre outros, são elementos de disputa por serem geradores de controle, ou por simplesmente deterem poder. Mais: não se pode perder de vista que patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, é um evocador de memória e a ela está intimamente ligado. Nesse ponto, a memória, como vimos, atributo próprio do sujeito e cujo compartilhamento social desencadeia a formação de uma malha memorial, mesmo que invisível, de sujeitos entrelaçados entre si, possibilita também seu uso na qualidade política quando dentro da perspectiva do patrimônio cultural, como sugere Johann Michel:

[...] entre as políticas simbólicas, aquelas que trazem à cena o passado coletivo gozam de um status privilegiado em razão de um fenômeno antropológico massivo: não existe identidade (individual ou coletiva) sem o suporte da história e da memória (individual ou coletiva). Pode-se chamar de política da memória o conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc..). A construção de uma narrativa coletiva feita pelos poderes públicos é parte integrante desse modo de ação pública. Essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria (MICHEL, 2010, p.14-15).

Vale frisar que governar com o passado é mais eficiente por meio do uso da memória, por ela ligar afetiva e sensivelmente o sujeito com o passado, do que com a história, cujo empirismo gera uma felicidade fraca entre sujeito e passado (LOWENTHAL, 1998, p.71; NORA, 1984, p.27).

Do campo do estudo sobre a memória social e o patrimônio cultural advém a contribuição da compreensão de que o museu é originalmente um evocador e gestor de um passado no presente, isto é, de fragmentos elegidos do passado permanentemente atualizados na vida e na organização da sociedade civil do

presente, constituindo um regime de valor e sentido contínuo de fácil legitimação e adesão popular. Assim, ao confrontar a evolução da globalização com a promoção da diversidade das culturas locais e se deparar com o fenômeno contemporâneo de um provincialismo universalista, Stuart Hall (2003) evidencia a existência de um elemento que limita e expande o indivíduo de forma regulada, não espontânea: o governo pela alegoria. Nessa perspectiva a instituição museu não precisa (e algumas vezes não deve) mencionar discursos ortodoxos ou institucionalizar bandeiras ideológicas. Eles estão lá presentes e são ativados por dispositivos ocultos que produzem uma ação velada desde seu surgimento. Afinal, nas palavras de Abreu,

[...] como bem lembrou LE GOFF (1990), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memória urbana", são, eles também, expressões de poder. Como afirmou FOUCAULT (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro (ABREU, 1998, p.15).

Observação essa análoga ao contexto fundacional do MH-BPP, cujo processo de organização procedeu de uma articulação entre a elite pelotense, *estudiosa, culta e progressista*, para promover o progresso local para além da materialidade, pela cultura. Aspecto esse que será reincidente durante a promoção das conferências públicas realizadas na própria Bibliotheca. O que percebemos aqui, podemos assim dizer, é parte da elite local descobrindo e fazendo uso prematuramente, e talvez de forma pouco eficaz, dos usos estratégicos e políticos da memória via patrimônio cultural, na forma de um museu.

### **1.3. Patrimônio cultural e museus**

Se o patrimônio cultural é, sobretudo, o resultado das relações afetivas estabelecidas por meio da memória entre o indivíduo e o bem, material ou não, os museus, apesar de estarem aparentemente assentados sobre esse mesmo paradigma, expressam de forma mais clara uma intencionalidade no seu surgimento, não vinculado unicamente à afetividade. Isto é, embora haja similaridades entre patrimônio cultural e museus, na essência de seu surgimento há fortes indícios de distinção.

O patrimônio cultural torna-se patrimônio por efeitos externos de ordem social (PRATS, 1998, p.63). Assim, um monumento, uma construção, um complexo ou mesmo uma cidade ou uma tradição, não surgem ou são criados com atribuições que lhe conferem o status de patrimônio cultural. É ao longo da trajetória do tempo que, em determinado ambiente, um coletivo percebe um conjunto de valores inalienáveis portados pelo bem e o torna objeto de interesse público, quer na sua conservação, quer na sua gestão. Poulot (2009) dirá que

[...] o patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético - e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental - que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. Para se impor, de acordo com a espécie de evidência que é a sua atualmente, a noção teve de passar por um processo complexo, de longa duração e profundamente cultural; ela é o resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago da sucessão das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais (POULOT, 2009, p.13 e 14).

Já o museu surge, geralmente, de um ato de criação<sup>52</sup>. Há uma intenção (ou melhor, um conjunto de intenções não facilmente delimitadas) no seu surgimento (BOTTALLO, 1995; BRUNO, 2006; SCHEINER, 2008). Apesar de todo museu existir por causa de sua coleção, é a seleção política das coisas e seu ordenamento intencional que tornam cada uma dessas instituições únicas<sup>53</sup>. Além disso, a postura de comunicação de cada museu, para quem ele fala e com quem ele fala, ajuda-nos

<sup>52</sup> O processo que desencadeou na fundação do MH-BPP teve início com a posse da Diretoria da BPP para o ano de 1904. Tal diretoria tomou posse em reunião presidida por Baldomero Trapaga e Zorrilla em 14 de janeiro, às 20h, conforme noticiou o jornal Opinião Pública em 15/01/1904. Em sua fala, Dr. Francisco José Rodrigues de Araújo, um dos fundadores do MH-BPP, vice-presidente eleito, "assegurou o seu empenho em servir com dedicação a bela instituição, que tanto honra a cidade de Pelotas e a eleva no conceito do país e do estrangeiro" e já na primeira reunião, em 18 de janeiro, quando da nomeação das comissões de trabalho, participou da criação de uma específica para a organização de um museu anexo à Biblioteca, sendo nomeado junto à Carlos André Laquintinie e Baldomero Trapaga e Zorrilla (OPINIÃO PÚBLICA, 19/01/1904; DIÁRIO POPULAR, 20/01/1904). A formação da coleção do museu foi resultado posterior ao surgimento do museu quanto instituição e amplamente divulgada nos jornais locais, como pode ser conferido nos jornais CM: 04/março, 06/março, 27/março; DP: 26/janeiro; ES: 23/março; OP: 1º/março (que trata de uma doação de Hermann Von Ihering), 03/março, 07/março, 22/março, 24/março e 28/março, por exemplo.

<sup>53</sup> Chagas (2002, p. 44) esclarece de forma objetiva como se dá a relação entre memória e poder sob o ponto de vista da seleção, em cuja síntese nos apoiamos para comparar com o caso museológico. Diz o autor: "Reconhecer que existem relações entre poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos. A memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder".

a identificar sua missão institucional e seu lugar na comunidade humana (ROQUE, 2010), provocação proposta por Chagas ao afirmar que

[...] as instituições que tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros de culturais, apresentam um determinado discurso sobre a realidade. Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas como enunciado<sup>54</sup> fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala" (CHAGAS, 2002, p.43).

Assim, buscamos identificar a partir da coleção que forma o museu, isto é, das coisas utilitárias que passam a se configurar como documentos<sup>55</sup> (LE GOFF, 2003, p.10), as dimensões de intencionalidade que a instituição assume ao gerir seu acervo, objeto de interesse desse trabalho<sup>56</sup>.

### 1.3.1 A cultura material

É impossível separar a humanidade e sua trajetória pelo tempo das coisas materiais das quais têm feito uso. Inclusive a ideia de desenvolvimento e de evolução está intimamente associada à modernização dessas coisas que compartilham espaço vital com os homens<sup>57</sup>. Mesmo nos mitos de criação da humanidade já podemos verificar a presença fundamental das coisas, como, por

<sup>54</sup> CHAGAS, M.S. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de sociomuseologia*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, nº 19, p.35-68, 2002.

<sup>55</sup> Aqui cabe lembrar o conceito de musealidade elaborado pelo historiador da arte Ivo Maroevic. "Seguindo uma abordagem filosófica, semiológica e das Ciências da Informação em direção à Museologia", diz o autor (2006, p.111), "aparece o conceito de musealidade. Este conceito abrange a maior parte das qualidades não-materiais do objeto ou dos conjuntos de patrimônio cultural, e num sentido mais estrito, os objetos de museu. A musealidade é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais. Assim, objetos de um determinado tempo e lugar podem documentar diferentes sociedades, ao ser testemunhos do seu desenvolvimento. Objetos de um lugar determinado podem documentar o tempo de sua origem ou o passo do tempo e do estatuto social que representam. Um objeto usado e descartado pode documentar o tempo e o lugar a que pertenceu, ou algum outro momento do tempo de principal importância e do qual subsistem apenas tênues referências. Musealidade é o valor não material ou o significado de um objeto que nos dá o motivo de sua musealização".

<sup>56</sup> Carvalho & Lima (2013, p.90) sugerem que "a coleção alimenta e molda formas de identidade as mais diversas, desde aquelas de estatura nacional até outras, de natureza individual e afetiva. O colecionismo é, por isso, uma plataforma estratégica quando se trata de entender aspectos da reprodução das relações sociais".

<sup>57</sup> Sobre o assunto, dirá Candau (2012, p. 107) que "mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões de memória. Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ela traduz a vontade de 'produzir traços' com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos".

exemplo, no mito cristão de Adão, Eva e o fruto<sup>58</sup> proibido. O fruto, como pode ser percebido<sup>59</sup>, ao extrapolar o conceito de alimento e passar a ser objeto de desejo, tentação e poder, além de referência para a arte e a literatura, povoando o imaginário especialmente no Ocidente, possibilita uma expansão conceitual sobre cultura material. Tratado sempre no singular, ressaltando sua singularidade, originalidade e exclusividade, assemelha-se a diversos itens presentes nos acervos museais: geralmente objetos únicos dotados com um discurso ativista que ligam o mundo das ideias ao dos homens. São produtos concebidos no mundo real que adquirem aura de ficcionalidade e geram impacto cultural (MENESES, 1998, p.97-100). A influência desses itens cujas qualidades sobrenaturais foram conferidas a objetos reais no plano concreto é tão extrema que os museus os exibem em lugares privilegiados (CARVALHO & LIMA, 2013, p.103), como os *regalia* imperiais, as relíquias<sup>60</sup> católicas e budistas, os patuás e talismãs, os diversos objetos de sorte/azar, algumas constituições e, sem dúvidas, inúmeros objetos presentes em diversos museus cujas biografias são únicas. E de onde vem essa influência, senão do imaginário? (LOWENTHAL, 1998, p.126-137). Pomian (1984, p.65) dirá que "são o objecto de múltiplas lendas que as ligam a factos e heróis míticos", sendo "portanto intermediários entre os espectadores e o invisível", também compreendidos pelo autor como semióforos<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> Gonçalves (2007b, p.14) dirá que, entre outros, "variadas espécies de alimentos e bebidas" compõem "um vasto e heteróclito conjunto de objetos materiais" que circulam significativamente "em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos".

<sup>59</sup> Ora, a serpente era o mais astuto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. E ela perguntou à mulher: "Foi isto mesmo que Deus disse: 'Não comam de nenhum fruto das árvores do jardim'?" Respondeu a mulher à serpente: "Podemos comer do fruto das árvores do jardim, mas Deus disse: 'Não comam do fruto da árvore que está no meio do jardim, nem toquem nele; do contrário vocês morrerão'". Disse a serpente à mulher: "Certamente não morrerão! Deus sabe que, no dia em que dele comerem, seus olhos se abrirão, e vocês, como Deus, serão conhecedores do bem e do mal". Quando a mulher viu que a árvore parecia agradável ao paladar, era atraente aos olhos e, além disso, desejável para dela se obter discernimento, tomou do seu fruto, comeu-o e o deu a seu marido, que comeu também (GENESIS, 3:1-6).

<sup>60</sup> Pomian (1984, p. 59 e 60) ao tratar sobre as relíquias e os objetos sagrados tece o seguinte comentário: "Por muito infimo que fosse este objecto e qualquer que fosse sua natureza, este conservava a inteira graça de que o santo era investido em vida. Por isso, uma relíquia santificava o local onde se encontrava de um modo não menos eficaz do que o próprio santo o teria feito. Havia relíquias que sustinham a propagação de doenças e que curavam os enfermos; outras protegiam as cidades e os reinos contra os inimigos. Todas garantiam a ajuda dos santos e logo a prosperidade: por isso eram tidas como os tesouros mais preciosos". E exemplifica com o caso que levou a Inglaterra e o Sacro Império Romano-Germânico a uma crise diplomática devido à transferência da relíquia de São Tiago para a corte inglesa em 1125.

<sup>61</sup> "Semióforos" são objetos que não têm utilidade, mas representam o invisível, sendo dotados de um significado e não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, em oposição às "coisas", aos "objetos

Essa transversalidade entre os dois planos só pode ser mais facilmente compreendida pela construção sociológica e antropológica do símbolo e pela transferência de significados, nesse caso específico, aos objetos. Nesse sentido, Silveira dirá que

[...] há uma simbólica do objeto cuja dinâmica está relacionada a uma ecologia específica, envolvendo um universo mental implicado em certos mapeamentos, atribuições de sentidos mais ou menos subjetivos e fluxos de imagens, que "situam" a coisa em si pelo que significa para os sujeitos, desde o seu estar-no-mundo em relação à própria presença aurática do objeto enquanto ícone, ou mesmo como expressão e desejo de estabelecer vias de comunicação relacionadas a determinadas experiências culturais (SILVEIRA, 2005, p.38).

Podemos, ainda, complementar com uma reflexão de Bourdieu sobre o poder simbólico:

[...] o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14 e 15).

Portanto, para compreendermos a origem de um museu a partir de sua coleção, faz-se necessária analisá-la dentro do complexo sistema de crenças e no ambiente cultural e social a que ele está submetido<sup>62</sup>; pois, ao extrairmos determinado objeto de seu meio, como a Mona Lisa del Giocondo do Museu do Louvre, e o transferirmos para outro meio, uma tribo de aborígenes australianos, por exemplo, seu poder simbólico se esvai. De forma que, assim como a reverência à Mona Lisa depende em muito do conjunto de fatores que a encerram, muitos objetos venerados em meio às coleções, privadas ou não, dependem de determinada construção simbólica e da transferência de poder a ela doadas por determinado coletivo, espacialmente localizado, no transcorrer de um período específico no

---

úteis" que podem ser consumidos, ou transformados para consumo ou servir para obter bens consumíveis, na definição de Pomian (1984, p.71)" (LOPES, 1993, p.17).

<sup>62</sup> Scheiner (2008, p.37) dirá que "na maioria dos casos, o museu retira do mundo esses objetos, remetendo-os a uma situação ou contexto artificial, onde a realidade precisa ser 'reinventada'".

tempo. Nas palavras de Bottallo (1995, p.285), "o objeto museológico sacralizado perde sua riqueza - enquanto cultura material - para tornar-se símbolo de um poder instituído e inquestionável", ou seja, o simbolismo dá sentido e formatação à cultura material que compartilha lugar com a humanidade.

### 1.3.2 Cultura material, sociedade e passado

Se por um lado conseguimos compreender a fascinação e a influência que as coisas têm exercido sobre a humanidade, avaliar o impacto da cultura material na sociedade humana ao longo do tempo provavelmente aponte a algumas considerações pertinentes às questões propostas nesse trabalho.

O presente, ao insistentemente jogar o passado em seu tempo, demonstra uma recusa ao esquecimento. É um casamento entre dois tempos que jamais se tocam e, por outro lado, jamais se separam (LOWENTHAL, 1998, p.65-66), sendo as coisas o elo entre esses tempos<sup>63</sup>. São elas transgressoras naturais, saem de um passado nem sempre necessariamente preciso, determinado, para estarem no presente. Contudo, as coisas não se conservam infinitamente estáticas quanto a sua compreensão (ROQUE, 2010, p.49-51). Ao contrário, elas estão presas a uma dinâmica que não podem controlar. Isso porque não possuem vida em si mesmas. As coisas-objetos dependem da simbiose com o meio social. É o ente social que as interpreta e lhe dá significado, inclusive novos (LOWENTHAL, 1998, p.64). Nesse sentido, a existência das coisas está, podemos supor, ameaçada pelas transformações culturais a que os sujeitos também estão submetidos, como bem trata Meneses:

[...] os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais - onde eles são efetivamente gerados - para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por

<sup>63</sup> Mendoza (2005, p.219) ao analisar alguns motivos que levam ao colecionismo de coisas banais ou triviais apontará que "guardamos objectos, tal vez triviales, porque representan la posibilidad de evocar un pasado cuya memoria queremos conservar mediante un soporte físico; son pues, apoyos de la memoria". E completa abrindo uma outra possibilidade: "De modo que quien guarda algo en realidad no lo guarda sólo para sí y para su propia memoria, sino que, potencialmente, lo guarda para cualquier otro sujeto capaz de comprender - en el futuro - el sentido de ese objeto". ressaltamos, aqui, que o "sentido" de Mendoza não é o sentido de utilidade original do objeto, mas de uma funcionalidade atribuída posteriormente a aquela banida, como a do exemplo dado pela autora do frasco de perfume que se conserva mesmo quando já não há mais perfume algum para ser usufruído.

isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos (MENESES, 1998, p.91).

Há, por outro lado, uma segunda qualidade intrínseca ao objeto que precisa ser abordada nesse trabalho. Se, como vimos, ele não está dispensado de possuir significado, também seu elo com o passado não pode ser desligado. Assim surge o que Pomian (1984) interpreta por “pontes com o invisível” e que outros denominaram por sociotransmissores (CANDAU, 2012) ou suportes de memória; visto que desde cedo o homem buscou registrar sua memória em diversos tipos de suporte, seja através da arte, dos itinerários, das paisagens ou mesmo dos objetos, tendo, até a modernidade, expandido às mais diversas formas de suportes. Vejamos a contribuição do antropólogo Joël Candau para o conceito de suporte de memória:

[...] mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. Progressivamente, essa exteriorização da memória vai permitir a transmissão memorial. Desde as origens, ela traduz a vontade de "produzir traços" com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos. De fato, as gravuras pré-históricas (Lascaux, grutas de Cosquer, Chauvet) ou proto-históricas (Vallée des Merveilles) são provavelmente a primeira expressão de uma preocupação propriamente humana: inscrever, deixar traços, assinar, deixar suas iniciais, "fazer memória", quer se trate de uma memória explícita (objetos, animais) ou de uma memória mais complexa e de mais intensa concentração semântica, aquela das formas, das abstrações, dos símbolos, tão bem descrita por Leroi-Gourhan (CANDAU, 2012, p. 107).

Dessa forma, na conjugação dessas duas qualidades enunciadas, as quais sejam, interação social e temporal, a impossibilidade de amputar um significado de um objeto não exclui a possibilidade de transmutá-lo, tal como um processo alquímico; isto é, atribuir uma qualidade estranha àquela para qual ele foi originalmente inserido em um ambiente socialmente estabelecido. Esse talvez seja um ponto de partida para se compreender as transformações sofridas pelo objeto ao adentrar o espaço do museu ou do memorial, por exemplo, como sugere Roque ao dizer que "ao ingressar no museu, o objecto é esvaziado dos seus significados e símbolos arcaicos" (ROQUE, 2010, p.49) para ter adicionado uma "qualidade de símbolo, de representação ou de conotação com algo que o transcende mas que nele se materializa" (ibidem., p.51). Transformações, estas, não dadas de forma mágica ou instantânea, mas antes dependentes da relação com as pessoas envolvidas nesse processo e à frente desse fenômeno (CARVALHO & LIMA, 2013, p.93), podendo ser chamadas na área de museus de musealização. O objeto, como

vimos, não é ativo, mas ativado. As coisas não existem *per se*; elas necessitam invariavelmente de um coletivo humano dando-lhes sentido e valor, de forma que, em sua trajetória, elas possam ser rejeitadas ou acolhidas pela própria sociedade que as formatou ou outra sociedade que as herdou, mesmo involuntariamente (MENDOZA, 2005). Afinal, se em determinado grau as coisas só existem via cultura humana, em contraponto, com mesma forma e sentido, são as coisas que dão sentido à convivência e estrutura dessas sociedades<sup>64</sup>.

Assim, seja a coisa-objeto domesticada ou esteja em estado silvestre, como num sítio arqueológico, um desafio se interpõe quando nos colocamos diante do objeto: quantificamos e qualificamos aquilo que ele nos diz e, na sequência, o não dito, aquilo que lhe resta de obscuro. Sua resistência em permitir extrair sua biografia memorial, sua dívida com o dever de memória para com o grupo simbiote, força-nos a uma reflexão ao pensarmos o objeto na cultura humana. O objeto possui uma dimensão particular de reminiscência de significados atribuídos na sua constituição original; ele é formatado culturalmente para cumprir um dever. Essa atribuição original acompanha a vida do objeto em sua dimensão histórica. Contudo, como vimos, o objeto sofre, ao longo de sua trajetória, diversos impactos que lhe conferem significados outros, os quais podem ser de ordem funcional ou de estética, de dejetivo ou de representação coletiva. Ele pode ser destruído, fundido ou deformado; porém, independentemente da natureza do impacto, permanece carregando sua atribuição original e que, por força também da intervenção cultural humana, tem somado um significado outro, mesmo este sendo conflituoso<sup>65</sup>. De igual forma, ao adentrar no museu as coisas passam por esse mesmo processo e sofrem desse mesmo fenômeno<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Meneses (2013, p.18) dirá que "a chamada 'cultura material' participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais".

<sup>65</sup> Conforme Meneses (1998, p.92) "os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Se as observações acima expostas continuarem válidas, para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los 'em situação', as diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material nas de entender os artefatos na interação social".

<sup>66</sup> Dirá Bottallo (1995) que, "Por outro lado, é justamente pelo fato de lidar com objetos que muitos museus ainda pretendem possuir o domínio do 'passado verdadeiro' ou 'real', pois o objeto enquanto testemunho, possui a 'aparência' de imparcialidade sobre eventos do passado, assim como o próprio espaço que abriga e expõe acervos".

### 1.3.3 Museus e a mitologia das coisas

Bruno (2006, p.119), ao refletir sobre os caminhos para a administração dos indicadores da memória, pensa nos museus como esses lugares únicos da paisagem humana construída, sendo possuidores de "uma longa trajetória de cumplicidade com as sociedades ao longo do tempo e nas distintas regiões do mundo" e nos brinda com uma síntese fundamental para algumas questões aqui elaboradas:

[...] as instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm construído para a preservação das suas representações, para a celebração em torno dos reflexos dos seus olhares sobre a realidade e, em especial, os abrigos dos seus indicadores de memória (BRUNO, 2006, p.121).

Se a origem da instituição museu é historicamente indeterminada – convencionou-se, apenas, traçar uma analogia dos museus modernos quando do uso corrente da palavra *Museum*, templo das nove musas, na Grécia Antiga, como propõem Pomian (1984, p.56), Bottallo (1995, p.283), Julião (2006, p.20), e outros – sua finalidade social, especialmente na sociedade Ocidental, parece independe de sua cronologia. Antes de ser uma reminiscência de antigos templos gregos, o museu é uma instituição culturalmente construída na modernidade (séc. XVIII) com fins específicos para uma comunidade determinada, como sugere Scheiner,

[...] sociedades diferentes possuem diferentes visões de mundo - e a ideia de Museu é uma das muitas representações simbólicas desenvolvidas por grupos sociais específicos, em momentos determinados de sua trajetória no tempo. Podemos dizer, então, que a ideia de Museu desenvolvida em cada sociedade se fundamenta nas relações que se estabelecem entre o humano e o meio natural, a cada momento de sua trajetória no planeta - e que se traduz por meio de diferentes códigos e valores, específicos da cultura de cada grupo social. A relação entre Homem, cultura e meio ambiente, em cada época, em cada lugar, é o que efetivamente constitui a ideia de Museu (SCHEINER, 2008, p.40).

Portanto, o trabalho de encontrar e traçar uma história retilínea, universal e verdadeira como um processo de compreensão da instituição museal concebido na sociedade humana pode, além de ser um caminho perigoso<sup>67</sup>, comprometer sua

---

<sup>67</sup> Perceber a história dos museus como um desenvolvimento generalizado e holístico esconde uma série de discriminações e exclusões presentes, como propõe Funari (2007, p.99) ao dizer que "A comunidade não é, por sua parte, uma unidade, um conjunto homogêneo. Este modelo normativo de cultura já tem sido bastante criticado e não pode idealizar a comunidade (Jones 1997, com literatura a respeito), composta de heterogêneos interesses. No entanto, pode afirmar-se que, de maneira sistemática, são excluídos dos processos de decisão, na sociedade e, por consequência, nos

compreensão como fenômeno único e local, inclusive em uma de suas principais dimensões: a coleção. Voltemos a Scheiner:

[...] eis a essência mesma do Museu: a criatividade, a espontaneidade, a tradição oral. A origem do Museu não está, portanto, sujeita a um lugar específico, nem a um conjunto específico de referências: ele é fato dinâmico, eternamente a conjugar memória, tempo e poder, recriando-se continuamente para 'seduzir o ouvinte pela sua voz'. Podemos, então, percebê-lo como fenômeno, como algo que se dá em processo, essencialmente vinculado à dinâmica dos processos culturais. E compreender que, como fenômeno, se manifesta e faz presente na experiência humana de diferentes maneiras: o Museu se dá em pluralidade (SCHEINER, 2008, p.40).

Tomando essa compreensão de museus enquanto fenômeno local e original, veem-se as coisas-objetos neles presentes tomando outro tipo de configuração e outro nível de apreensão social e cultural. A natureza físico-química perde sua relevância diante da atribuição de significado, da interação social e da confluência temporal encerrados no objeto<sup>68</sup>. A coletividade que o formatou e o acolheu, e agora o expõe, não está interessada na sua verdade histórica, mas na sua originalidade, diga-se, simbólica (BOTTALLO, 1995, p.283-284). Logo, os inúmeros objetos únicos selecionados e expostos em destaque em cada museu existente, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense ao Smithsonian Institution, em Washington; Museu do Louvre, Paris; Museu do Hermitage, São Petersburgo, todos se destacam mais por sua mito-biografia do que seus restos de materialidade.

#### 1.3.4 A formação dos primeiros museus brasileiros

Antes de ser pensado como instrumento de poder, isto é, sua funcionalidade, o museu deve ser uma instituição reconhecida por sua legitimidade (SCHEINER, 2008). Ele precisa ser afirmado por documentos que falem sobre ele, o subscrevam, o atestem e o anunciem, mas também deve ter testado seu poder sentimental sobre uma comunidade ampla ao falar sobre memória. Nota-se que esse aspecto sobre a dimensão da memória está presente nas coleções dos acervos museais ao transmitir o passado ao presente. Frisamos que a seleção do acervo não diz respeito

---

museus, todos os que não estão no poder, de favelados a judeus, de negros a nordestinos (Jones 1993:203-15)".

<sup>68</sup> Para Meneses (2013, p.19) "no museu nos defrontamos com *objetos enquanto objetos*, em sua múltiplas significações e funções - ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado, em que objetos são definidos essencialmente (embora não exclusivamente), por seu valor de uso. No museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiência alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos".

somente à gestão da lembrança, mas especialmente ao esquecimento (CONNERTON, 2008; HUYSSSEN, 2007; MICHEL, 2010).

A formação dos museus no ocidente caminha lado a lado com a trajetória da formação de uma História retilínea, sistemática, universal, absoluta, centrada e geolocalizada em um núcleo europeu (MACHADO, 2013, p.147). A História Universal é a compilação do legado imperialista anglo-saxônico e francês fortalecidos pelos movimentos de renascença e iluminismo que têm seu ápice na Revolução Francesa, essencialmente na ascensão da classe burguesa, e na Revolução Industrial, quando da consolidação dessa mesma classe. Os museus, nesse ambiente, ao tomarem forma de instrumentalização política e cultural entre esse grupo que reivindicava seu estabelecimento e sua influência sobre um mundo tradicionalmente organizado pela cruz e pela coroa, e esses, por sua vez, reclamarem sua manutenção, refletiam, desde sua fundação, "a própria hierarquia social na qual surgiu" (FUNARI, 1999, p.98). Os museus tomados em forma de centros científicos e de curiosidade auxiliavam na organização dos discursos nesse período denominado de Moderno<sup>69</sup>.

Mais que um lugar de *coleccionismo*, ou mesmo casa de memória, os museus desse período refletiam o poder político e estratégico de uma sociedade nas questões geopolíticas locais e internacionais. "Aliás", como afirma Varine (2008, p.13), "é raro, historicamente, que os museus tenham sido criados sob os cuidados da responsabilidade social de seus fundadores, salvo para certos grandes museus privados da América do Norte". O "tudo conservar" dizia respeito à influência de um grupo sobre outros e seu momento mais emblemático foi durante a expansão dos Estados europeus sobre o restante do globo. Mas dizia respeito também à predominância de um grupo sobre outro em uma pirâmide de estratigrafia social. A ideia de que na natureza alguns organismos eram mais evoluídos que outros serviu para que alguns grupos se afirmassem mais evoluídos que outros.

O surgimento do Estado-Nação acompanhado pela ascensão da classe burguesa aos núcleos sociais mais fechados, após a Revolução Industrial, a promulgação dos Direitos Humanos e a Constituição dos Estados Unidos da

---

<sup>69</sup> Os primeiros museus públicos remontam ao séc. XVIII e possuíam perfil exibicionista e seu principal expoente é o Louvre (1773). O perfil cientificista e educacional terá destaque no sec. XIX e como protagonista o British Museum (1753), que terá seu acervo ampliado com a ação dos clubes de exploradores. No séc. XX, essas instituições transformam-se em centros de depósito da cultura material e passaram, portanto, a se destacar como Casas de Memória, inclusive "vinculados a uma lógica comemorativa" (SCHWARCZ, 2013, p.131).

América, implicou numa nova configuração mundial amplamente impactante na sociedade civil, nas instituições e no governo<sup>70</sup>. Nesse cenário, conciliar e coordenar as massas populares era imprescindível e os museus encontraram um lugar propício de atenção (HUYSSSEN, 2007). De fato, o museu, ao evocar uma memória pública em comum, ao criar vínculo identitários e apelar à afetividade, tornou-se um instrumento único na governança<sup>71</sup>.

O desenvolvimento de ideias de diferenças existentes entre os homens levou-os a construírem, desde a Antiguidade, uma sociedade estruturalmente organizada sobre esse conceito. Contudo, a expansão e consolidação dessas ideias tornaram-se mais efetivas com o desenvolvimento das ideias iluministas do séc. XVIII para o campo social e a compreensão do lugar do homem no mundo (CAMENIETZKI & KURY, 1997, p.60). Com a decadência progressiva do teocentrismo, a ideia de pensar a humanidade integralmente abriu espaço para se pensar o indivíduo como um ser único e vinculado socialmente (ELIAS, 1994). Antes de ser uma possibilidade progressista de liberdades individuais, a tese apontava para uma diferenciação hierárquica de poderes, direitos e deveres num mundo em expansão territorial com a escalada das grandes navegações que tinham na América, África e Ásia seus principais destinos. Junto à expansão, também comercial, o sistema econômico feudal e mercantilista foi se aperfeiçoando na forma dos Estados Nacionais e do capitalismo, o qual teve na Revolução Industrial seu momento mais dinâmico, base para sua efetivação como ordem econômica mundial. Assim, a compreensão de uma humanidade facilmente distinguida entre cristãos e pagãos, civilizados e bárbaros/selvagens, passou a ser percebida dentro de sua complexidade e classificada de modo a se compor uma estratificação social bastante rígida e conservadora, cujo fundamento basilar foi construído por analogia aos estudos das ciências naturais que ganharam força científica e cultural com a formulação da Teoria da Evolução de Charles Darwin, em 1859, e das teses positivista de Auguste Comte (SCHWARCZ, 2013).

Com a expansão das relações sociais entre o medievo e a modernidade, a necessidade de aprimorar os métodos de classificação entre os homens foram se tornando mais complexos. Se não vejamos algumas mudanças radicais de

---

<sup>70</sup> Santos (2004, p.55) aponta que "um conjunto considerável de estudos tem apontado a forte relação entre museus e a formação dos Estados Nacionais (Gillis, 1994; Evans e Boswell, 1999)".

<sup>71</sup> Huyssen (2007, p.45) sinaliza o "museo en cuanto agente legitimizador de la modernización capitalista y escapatate triunfalista del botín de la expansión territorial y la colonización".

paradigmas que marcaram os dois períodos históricos. A percepção de transformação de uma vida basicamente organizada no mundo rural, com profundas raízes religiosas e controlada pelas instituições e tradições da Igreja Católica para um mundo que viu renascer a vida urbana e seus conflitos sociais, como ilustram a eclosão das revoluções Francesa e Industrial. O tempo da ciência e das artes buscou suplantar o da fé e do asceticismo. Essa nova configuração, marcada também por uma expansão territorial do núcleo europeu, provocou uma mudança mais elaborada na estratigrafia social. Não bastava apenas saber quem era moral, mas, agora, importava construir e consolidar novos esquemas para identificar quem seria governante e quem seria governado. Se anteriormente havia uma flexibilidade de transição de um campo a outro, possibilitado por dispositivos como a conversão, no segundo, a flexibilidade, apesar de existir, não é pretendida, principalmente de um patamar abaixo para outro acima. Por isso, classificar, a partir da observação, inclusive biológica, era uma dinâmica fundamental no período moderno e legado à contemporaneidade.

Schwarcz (2013, p.120) realiza um levantamento para captar algumas das ideias repercutidas à época acerca da percepção das populações europeias sobre o continente americano. Reproduzimos as seguintes: “seriam essas gentes homens ou bestas”, “civilização decadente”, “debilidade ou imaturidade do continente americano”, “continente infantil, retardado em seu desenvolvimento natural”, “noção de degeneração para designar o novo continente e suas gentes”. De forma que serviu a América como objeto de atração de uma enormidade de *cientistas* que buscavam a evidência cabal para os conflitos dados por essas ideias. Não surpreende, portanto, a disseminação, inclusive como fomento para o surgimento de museus no século XIX, de políticas que enalteciam um tipo racial puro e que buscavam a predominância do grupo *racio-cultural* ou étnico na tomada de controle de poder por esses grupos e a eliminação das *raças inferiores*.

O Brasil, nesse contexto, passou a ser considerado um laboratório racial privilegiado e, por isso, passou a ser destino dos diversos viajantes americanos e europeus desejosos do estudo sobre a miscigenação de raças (SCHWARCZ, 2013, p.130). A década de 1870, por ter dado início a uma série de leis a favor da abolição da escravatura, representou um marco do fortalecimento das teses do evolucionismo social, além de ter apresentado, também, um intenso movimento de imigrantes europeus de baixa renda (SCHWARCZ, 2013, p.139). De fato, com a vinda da

família Real para o Brasil, o país deu um salto em seu desenvolvimento urbano, político e científico, entre outros. Diferentes instituições foram criadas e instaladas com a missão de dar amparo à nova configuração nacional, como as faculdades de medicina e direito, os Institutos Históricos e Geográficos e os museus de etnografia<sup>72</sup>. Criadas na primeira metade do séc. XIX, essas instituições passaram a ter seu amadurecimento e consolidação garantidas apenas na segunda metade. Quanto aos museus, coube-lhes, como centros de pesquisas científicas, entender e classificar o povo residente no território nacional tendo como lente, entre outras, as ideias evolucionistas disseminadas na época.

O apogeu dos museus no Brasil se concentrou também na segunda metade do século XIX, e é melhor representado através dos museu Paulista, Paraense Emilio Goeldi e Nacional, por representarem, no período, um importante marco na atuação dessas instituições e seu papel desempenhado na organização nacional brasileira (LOPES, 1993; MACHADO 2013; SCHWARCZ, 2013;). Schwarcz (2013) aponta algumas características peculiares comuns a essas instituições: 1. remontavam a um período de refluxo do imperialismo europeu, mas mantinham-se ligados a ele; 2. eram centros científicos; 3. cumpriam papéis específicos no desenvolvimento científico ligado a uma ideia de Ciências Naturais; 4. dialogavam basicamente com o exterior, com museus americanos e europeus; 5. adotavam modelos evolucionistas e darwinistas sociais.

O Museu Nacional, fundado em 1808, tomou dimensão como instituição científica apenas após o ano de 1876, data de sua reorganização e lançamento de sua revista, a *Archivos do Museu Nacional*, que se dedicava às Ciências Naturais (78%) e à Antropologia, notadamente poligenista e darwinista (LOPES, 1993, p.265; SANTOS, 2002, p.124-125).

O Museu Paulista, apesar de sua origem aventada no ano de 1824, percorreu um longo caminho no séc. XIX até sua inauguração em 1894, sob a direção do zoólogo Hermann Von Ihering. Pautava-se sobre o saber evolutivo e classificatório tendo como modelo a biologia. Sua estrutura era adaptada à dos grandes centros europeus e conforme com eles. Seus primeiros anos estiveram caracterizados na

---

<sup>72</sup> Machado (2013, p.145) dirá que "o surgimento dos museus históricos, atrelados às conveniências políticas, foi uma constante na formação cultural do Brasil. Sabemos que a relação entre o Estado e os museus nacionais, ao longo dos anos, suscita uma série de indagações que perpassa desde o ideal de se criar uma identidade para a nação brasileira, até a visão pessoal de cada colaborador do governo para a criação de museus que buscam celebrar a nação".

personalidade de seu diretor. Von Iherig, apesar de sua contribuição ao desenvolvimento da atividade museológica no Brasil, foi um personagem bastante controverso por suas posições firmes e conservadoras em defesa às Ciências Naturais e ao evolucionismo social – determinista, científico e social (LOPES & FIGUERÔA, 2002-2003).

Por fim, o Museu Paraense Emílio Goeldi, estrategicamente localizado na região Amazônica, possuía fins de explorar o potencial da região e servir de interlocutor com expedições científicas estrangeiras. Seu processo de criação iniciou-se em 1866 e estendeu-se até 1893, com a contratação do zoólogo suíço Emílio Goeldi, que já havia atuado no Museu Nacional. Goeldi reestruturou o Museu, criou zoológico e jardim botânico, além de diversas seções e duas revistas científicas, com ênfase às Ciências Naturais (SANJAD, 2005).

A influência das Ciências Naturais aliadas a uma antropologia evolucionista imputou aos museus brasileiros no séc. XIX uma noção perigosa de *raças* e de inferioridade. A tendência de cientificidade e de educação por meio da biologia para compreensão da humanidade e dos indivíduos somente foi perder força na década de 1930 quando foi, gradativamente, substituída pela noção de *culturalismo* (BRUNO, 2006, 129). De outra forma, a formatação da tipologia teórica e ideológica sobre o acervo dos museus oitocentistas brasileiros, respeitado o tempo, o lugar e o grupo envolvido, apontam, de antemão, intenções diversas, mas claras, para o seu surgimento. Cabe-nos, agora, compreender as similaridades dos apontamentos vistos até aqui com a origem, em 1904, na cidade de Pelotas/RS, conduzida por parte da elite local, do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

## CAPÍTULO 2

### A CIDADE ANTES DO MUSEU

Um museu, como temos visto até aqui, não deixa de ser uma percepção construída por determinado grupo para determinado fim. Reúne motivações ligadas às transformações que afetam esse grupo ao longo do tempo e que se somam a uma quantidade de memória acumulada por esse mesmo grupo em um meio social. Os museus, nesse sentido, não deixam de ser uma ferramenta para forçar o estabelecimento de um passado comum dentro de um agrupamento humano, inclusive no que diz respeito a orientar ou enquadrar o progresso que provoca mudanças paradigmáticas ao *establishment* dentro desse agrupamento. Vejamos novamente o exemplo do Louvre. Concebido num período de forte ruptura da estrutura francesa enquanto nação, serviu para unir os franceses neste período em uma genealogia comum e também para propagandear, ou provar, a superioridade francesa num mundo que se abria cada vez mais à globalização.

Acreditamos que o caso do primeiro museu pelotense talvez apresente esses paradigmas. Para tanto, neste capítulo, passaremos a analisar a localidade e seus paradoxos a partir da produção bibliográfica que fala a respeito de sua constituição e à qual tivemos acesso. Analisaremos, mesmo que brevemente, a confluência de culturas que transitaram nesse espaço para compreender a formação das tradições locais, sua preservação ou transformação ao longo do tempo, bem como as identidades que serviram como referenciais para a consolidação de uma cultura local com ares patrimoniais. Nossa ênfase na cultura material, a qual analisaremos num último momento, passa pelo entendimento dos trajetos humanos que confluíram pela cidade, mesmo quando ela não existia de fato. Iniciaremos nossas análises pela cultura indígena, que por essas *bandas* transitou muito antes do surgimento de qualquer princípio de urbanidade, segundo padrões europeus, e que legou uma enormidade de bens materiais espalhadas por todo território, desde a laguna do Patos até os morros e as coxilhas da Serra do Sudeste.

Analisaremos a formação de uma elite branca, latifundiária, escravocrata, ociosa, assistencialista e de refinado gosto cultural, que ascendeu rapidamente aos núcleos de poder do Império e determinou o percurso histórico de toda uma região, inclusive ao criar meios de controle, seja por coerção à força ou outras formas de disciplinamento, de uma população que crescia vertiginosamente nos limites da

cidade. Uma população, diga-se de passagem, complexa socialmente e diversificada culturalmente, a qual na virada do século sofreu com a falta de oferta de trabalho, com as doenças que se espalhavam pelas vilas e cortiços e com toda sorte de problemas advindos com o crescimento de uma urbe às vésperas da desaceleração de seu crescimento, causada, entre outros, pela crise no ciclo econômico do charque. Essa crise, mais complexa do que podemos perceber, arrastou a elite local para um patamar abaixo entre as demais elites regionais, causando uma morosidade nas suas pretensões, forçando-a, quem sabe, mesmo não intencionalmente, a criar um discurso sobre si, que sobrevivesse ao tempo para a posteridade, através das instituições que foram criadas, entre outras, com essa finalidade.

É esse fenômeno, particular dessa localidade, sobre o qual nos debruçaremos para identificarmos, com maior clareza, os motivos por detrás da fundação de seu primeiro museu.

## **2.1 A *lacuna* histórica pelotense (Séc. XVI – XVIII)**

### **2.1.1 Minuanos/Guenoas e Guaranis na Laguna dos Patos e Serra do Sudeste, uma introdução**

Ao se falar sobre a formação e gênese da cidade de Pelotas, localizada entre a margem sudoeste da laguna dos Patos e a Serra do Sudeste<sup>73</sup>, a limitação temporal para o início das análises não deveria ficar limitada aos poucos mais de 200 anos de história local, como se pretende quando do estabelecimento convencional da data de fundação da cidade em 07 de julho de 1812<sup>74</sup>, assim tratada pela historiografia tradicional<sup>75</sup>. Limitar-se a esse curto período de duas centenas de séculos é desprezar, no mínimo, os mais de dois milênios e meio de história protagonizados pelas etnias ameríndias que se estabeleceram na região do

<sup>73</sup> Também chamada de Serra dos Tapes.

<sup>74</sup> Magalhães (1999, p.14), por exemplo, dirá que quando Pelotas é elevada a freguesia, com denominação de São Francisco de Paula, é que "só então, na realidade, começa sua história oficial".

<sup>75</sup> Batistella (2014, p.229), abordando questões referentes à historiografia tradicional sobre a formação do Rio Grande do Sul, dirá que a história do Rio Grande do Sul tem sido formada por trabalhos capitaneados por eruditos e cronistas geralmente provenientes de uma linhagem descendente dos primeiros europeus que aportaram à região, tratados como "personagens de destaque", "homem branco civilizado", "grandes empreendedores", etc., privilegiando, dessa maneira, "a história em uma abordagem cronológica e episódica". "Enfim, trata-se de uma história das elites e para as elites. Dessa forma, alguns grupos, como os índios, os caboclos, entre outros, ficaram marginalizados, à mercê da história regional. Felizmente, alguns trabalhos mais recentes começaram a demonstrar a devida atenção a esses atores históricos até então pouco visualizados".



cultura material deixada e hoje presente em espaços estranhos, como residências domésticas (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004), e em diversas instituições, como os museus, inclusive no Museu da Bibliotheca desde a organização de sua primeira coleção. Isso sem falar nos costumes herdados desses grupos humanos, que estão internalizados em nosso cotidiano. Para além das marcas visíveis na paisagem cultural, existem aquelas influências que não deixam marcas.

Assim, a motivação desta parte do trabalho é sistematizar, resumidamente, alguns apontamentos para uma história da localidade onde se insere a atual cidade de Pelotas, de forma a propor outro olhar sobre essa espacialidade, especialmente devido aos inúmeros registros arqueológicos evidentes. Para tanto, buscou-se realizar uma revisão da bibliografia especializada e contemporânea (pós anos 2000), que traz informações pertinentes à consecução deste subcapítulo. Evitamos nos aprofundar na literatura temática, visto que os trabalhos em que nos apoiamos realizaram com mais propriedade a análise sobre a produção de autores referência para essa área do conhecimento, como Arno Kern, Diego Bracco, Francisco Noelli, Ítala Becker, José Brochado, Pedro Schmitz, entre outros.

Nossa opção, portanto, pela sistematização das informações de análises de pesquisas arqueológicas e fontes etnográficas e etnohistóricas, cujos resultados encontram-se dispersos na produção científica atual, tem sentido se pensado a respeito de qualificação e identificação da cultura formada pelos grupos ameríndios que se estabeleceram dentro do espaço que se pretendeu estudar.

### **2.1.2 Entre a laguna dos Patos e a Serra do Sudeste, os primeiros vestígios da coleção do Museu**

Até 2014 registravam-se entre os municípios de Pelotas e Capão do Leão, emancipado de Pelotas em 1982, 26 cerritos<sup>77</sup> (MILHEIRA, 2014, p.41), cujos indícios de cultura material, encontrados ao longo do tempo, podem ser observados, entre outros, por exemplo, no acervo do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, desde sua fundação em 1904. Entre os vestígios, vasilhas e fragmentos

---

parece, aos patos grandes (*Cairina moschata* L.) que são muito raros e não ocorrem absolutamente, perto de Rio Grande, mas aos índios da Tribo dos Patos que, antigamente, moravam nesta região".

<sup>77</sup> Segundo Milheira (2014, p.41), cerritos podem ser entendidos como "áreas de sepultamentos, demarcadores territoriais, áreas de refugio, praças centrais de aldeias, acampamentos de pesca e plataformas arquitetônicas erguidas para a habitação em áreas alagadiças. Além disso, os aterros são vistos como monumentos que remontam à memória histórica e à identidade social contemporânea dos índios pampianos, cujas interpretações mais recorrentes correlacionam a construção e uso dos cerritos às ocupações dos índios Charrua-Minuano".

cerâmicos, e líticos, como pontas de projéteis de pedra lascada e lâminas de machados e bolas de boleadeiras de pedra polida (AMARAL, 2014).

A totalidade das coleções, quando somadas entre todos os ambientes em que se encontram, faz referência às coisas materiais confeccionadas pelas populações que se estabeleceram na região e tem sua origem em grupos culturais distintos, como os Minuano/Guenoa<sup>78</sup> e os Guarani. Para compreendermos alguns aspectos históricos sobre esses grupos que habitaram a região anteriormente ao século XVI, que marcou a chegada dos primeiros ibéricos na região do Prata (GARCIA & MILDER, 2012b, p.13), fundamentamos nossas análises nas pesquisas realizadas pelo arqueólogo Rafael Milheira (2008, 2011, 2012a e 2014), visto a ênfase de seus estudos na arqueologia das populações pré-cabralinas do Pampa e litoral sul-americano. Nesse sentido, tomamos emprestada sua classificação, que leva em consideração os "tipos culturais" arqueológicos<sup>79</sup> com enfoque no processo de assentamento no ambiente próximo à Laguna dos Patos e à Serra do Sudeste (MILHEIRA, 2012a, p. 35). Dois dos quatro tipos abordados pelo autor são de interesse deste trabalho, os grupos cerriteiros e os grupos Guarani, cujos vestígios são mais constantes na região geográfica abordada.

Os primeiros formam os grupos denominados de Charrua e Minuano/Guenoa, que ocuparam a região por volta de 2500 A.P. (MILHEIRA, 2012a, p.36). Os minuano/guenoa distribuíam-se geograficamente entre o vale do rio Negro e a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim, e os charruas, no vale do rio Uruguai até o norte da Argentina (KERN, 1998, p.103 apud BATISTELLA, 2014). Esse dado evidencia, num primeiro momento, uma distinção ao menos geográfica – onde o rio Uruguai constitui-se em uma fronteira natural à fronteira cultural – entre esses dois grupos, tratados erroneamente pela literatura, especialmente a dos séc. XVIII a XX, como um grupo único (GARCIA & MILDER, 2012b, p.09). De outra forma, há notícias de

---

<sup>78</sup> Guenoa era a nomenclatura utilizada pelos padres jesuítas para fazer menção aos minuano (GARCIA & MILDER, 2012b, p.09). A utilizamos neste trabalho, associada ao nome Minuano, devido sua recorrência na literatura.

<sup>79</sup> A classificação por tipo cultural arqueológico é uma resposta à classificação por tradições, a saber, Umbú (1000 A.P.), Vieira (2000 A.P.), entre outras. A teoria "umbuzóide" teve origem nos estudos arqueológicos das décadas de 1960-70 a partir da investigação nas camadas basais dos Cerritos, onde encontrava-se apenas materiais líticos, e nas camadas superiores, cerâmicas (tradição Vieira). Para Milheira & Pereira (2012b, p.182 e 184), a fundamentação para essa teoria, cuja metodologia é basicamente a análise estratigráfica para a compreensão da dispersão tecnológica, apresenta limitações na ordem de que seus "pressupostos teóricos e suposições dedutivas não levam em consideração reflexões integradas entre os dados empíricos, a leitura dos dados etnohistóricos e as teorias arqueológicas e etnológicas que buscam no processualismo e no estruturalismo histórico as particularidades de cada cultura ameríndia".

que os grupos Charrua e Minuano/Guenoa praticavam atos hostis uns contra outros, como a registrada pelo padre Francisco García, em sua passagem pela região do Prata:

[...] la mas nombrada Nación, y parcialidad, es la de los Yarós, enemigos mortales de los Guanoás, por andar tan vezinos, que solo media entre unos, y otros el dicho rio Uruguay, el cual pasan los Yarós, quando sus excesivas y rapidas creciente lo permiten, nadando, en que son muy excercitados desde niños, y matan, ó cautivan á los Guanoás<sup>80</sup> (GARCÍA, 1683 apud GARCIA & MILDNER, 2012b, p. 09).

Contudo, o aspecto que mais chama a atenção para a distinção entre os Charrua e Minuano/Guenoa vem de outros cronistas, como Manoel Gonçalves de Aguiar (1721) e Francisco de Brito Peixoto (1725). Em seus registros, apontam que os charruas, e alguns minuanos/guenoas mais próximos do Rio Negro, serviram como aliados dos espanhóis, enquanto outros grupos de minuanos/guenoas, mais próximos do litoral do Atlântico sul, tornaram-se aliados dos portugueses, lhes favorecendo o trânsito na região e a manutenção, em diversos momentos, da Colônia de Sacramento em posse lusitana (GARCIA, 2008). Todavia, as alianças estabelecidas ao longo do tempo não foram definitivas. Conforme Garcia (2008, p.613), "as relações dos diferentes grupos indígenas entre si e deles com os ibéricos eram mutáveis e dependiam de uma série de variáveis e matizes, tais como as prioridades dos próprios índios, as diferentes conjunturas ibéricas e os objetivos dos agentes locais, os quais nem sempre se coadunavam com as diretrizes metropolitanas". Essas alianças, para Garcia (2008), eram vitais para as nações europeias desejosas da expansão fronteiriça e na defesa de seus interesses. Chagando, inclusive, a desenvolverem dinâmicas para atrair os grupos étnicos autóctones para o seu lado, como por meio de concessão de presentes ou oferecimento de vantagens nessas alianças. Por outro lado, a diminuição das populações locais e sua migração para o interior, em direção ao planalto rio-grandense, também esteve associada às perseguições impetradas pela formação dessas alianças entre grupos rivais e os povos ibéricos<sup>81</sup>, como ressalta Garcia e Mildler,

<sup>80</sup> Onde Yarós se refere aos charruas e Guanoás, aos minuanos.

<sup>81</sup> Garcia (2008, p.619), dirá que os grupos étnicos locais procurarão firmar alianças com o tipo europeu em busca de defesas contra outras populações indígenas, como pode ser aferível, se dado crédito, ao extrato memorial anônimo citado pela autora em sua análise sobre a aliança entre os minuanos/guenoas e os lusitanos, p. "com serem os mais valorosos da campanha, eram já em

[...] a dependência dos Charrua e dos Minuano frente aos colonizadores acabou por resultar em constantes conflitos iniciados com a incidência de roubos de gado, que eram vendidos por ambos grupos hora para espanhóis, hora para portugueses. Tal situação trouxe como consequência uma constante perseguição aos grupos, que os forçou a migrar para o interior, pois seus antigos territórios no início do século XIX já estavam quase em totalidade sob ocupação portuguesa ou espanhola, impossibilitando-os a caça e restando-lhes praticamente apenas subempregos junto aos estancieiros brancos (GARCIA & MILDLER 2012b, p.14).

Sobre os Minuano/Guenoa<sup>82</sup>, o traço arqueológico mais marcante desse tipo cultural foi a formação de cerritos, também chamados de aterros, existentes, hoje, segundo levantamentos realizados no sul do Brasil e Uruguai, em número "de aproximadamente 3.500 estruturas monticulares de origem pré-colonial ainda preservados e com condições de pesquisa científica" (MILHEIRA & PEREIRA, 2012b, p.181). Esses grupos, de acordo com a geolocalização dos sítios arqueológicos mapeados, voltavam-se para os recursos hídricos de grande porte, como, por exemplo, a Laguna dos Patos, o Arroio Pelotas, o Arroio Moreira e o Canal São Gonçalo, sugerindo um hábito alimentício baseado na pesca, além, claro, da coleta e da caça, como evidenciam os materiais arqueofaunísticos encontrados (MILHEIRA & PEREIRA, 2012b, p.183). "Muito bem adaptados a essas paisagens, viviam dos resultados da caça, da coleta e da pesca, graças ao seu equipamento de boleadeiras, lanças, arcos e flechas" (BATISTELLA, 2014, p 230). Sua organização era, aparentemente, seminômade com algumas comunidades alcançando até centenas de indivíduos. Em cada agrupamento construíam um pequeno cemitério, onde enterravam o morto em terra rasa junto com seus pertences (GARCIA & MILDLER, 2012b, p.12, NEETZOW, 2002, p.18).

Por muito tempo, a bibliografia tem anunciado a inexistência de descendentes de Charruas e Minuanos/Guenoas, devido ou a prática de extermínio, ou a miscigenação. Contudo, conforme Milheira & Pereira,

---

pequeno número, porque os Índios, chamados *Tapes*, e outros chamados *Charruas*, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo".

<sup>82</sup> Há, de fato, uma confusão sobre a produção de cerritos pelas etnias Charrua, visto que, conforme Garcia e Milder (2012b, p.16), "o território tradicional dos Charrua difere dos locais onde atualmente são encontrados Cerritos, já que estes só entenderam seus domínios à Leste por volta da década de 1740, devido a perda de espaços para os colonizadores ibéricos. Os Charrua passaram então a ocupar um território ancestralmente Minuano, e por volta deste mesmo período (1730) haviam se consolidado as alianças entre estes e os Minuano, fato que gerou confusão entorno da população colonial e uma generalização popular dos dois grupos como sendo Charrua de maneira genérica, fazendo que aos poucos fosse diminuindo a utilização do termo Minuano para descrever parte deste contingente populacional que passou a traçar um destino semelhante. Assim, é visto que quem ocupava o território onde atualmente são encontrados Cerritos eram os Minuano".

[...] recentemente antropólogos têm publicado a existência de uma comunidade Charrua na aldeia Polidoro, em Porto Alegre – RS, indicando que o extermínio nunca ocorreu de fato e que os Charrua sobrevivem de forma marginalizada na sociedade gaúcha atual (Baptista da Silva, 2008), assim como no Uruguai, um grande movimento de resistência Charrua vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, pelo menos (MILHEIRA & PEREIRA, 2012b, p.186).

Já os Guarani, que "habitaram a região da Laguna dos Patos a partir de aproximadamente 900 A.P., até a atualidade" (MILHEIRA, 2012a, p.36), chegaram da região amazônica à região pampeana devido, entre outras teorias, a um fenômeno de expansão demográfico-territorial alcunhado de "'enxameamento', o qual envolve crescimento demográfico e, conseqüentemente, construção de novas aldeias em busca de terras cultiváveis e novos locais de caça, pesca e coleta" (MILHEIRA, 2012a, p.36). Essa teoria tem influência dos trabalhos da antropóloga eslovena Branislava SúsNIK (1920-1996), a qual se dedicou a origem do homem americano-paraguaio:

[...] o esquema proposto por Branislava Susnik se dá muito em função da proposta ecológica, que vê no esgotamento das terras um motivo para buscar novos espaços. Há nitidamente, segundo Noelli (1993) uma influência da etno-botânica para a compreensão desse modelo complexo de ocupação da Bacia Platina, pois se percebe que o espaço é ocupado conforme as necessidades de abertura de novas roças e exploração de novos recursos. [...] Influenciada por conceitos da etno-botânica, a autora compôs um modelo que congrega aspectos simbólicos, econômicos e sócio-culturais (MILHEIRA, 2008, p.17).

Para este trabalho, esse fenômeno significa compreender que os grupos Guarani locais são destinatários de uma cultura que estabeleceu uma dinâmica de dispersão geográfica, contudo, mantendo laços de comunicação e de troca de cultura material. Isso importa no entendimento que se estabelece ao se verificar a existência de vestígios de objetos em sítios localizados na área de interesse deste trabalho, cuja origem da matéria-prima é proveniente de ambientes afastados, como a serra gaúcha (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2004, p.89). Os estudos arqueológicos contemporâneos confirmam essa afirmativa, isto é,

[...] a arqueologia passou a ter uma preocupação redobrada em explicar não somente quais as rotas de origem e dispersão dos grupos Guarani, mas também em refletir como esses grupos dominam o espaço, como os sítios arqueológicos estão relacionados entre si e com o meio ambiente e quais os processos culturais que embasam essa organização sócio-espacial (MILHEIRA, 2008, p.18).

Assim, parece ter existido uma rede sistêmica entre as aldeias guaraníicas e o estabelecimento de meios de comunicação e de trocas entre uma e outra, isto é,

uma conexão, mesmo que rudimentar e fragmentada, entre a porção meridional da laguna dos Patos com o centro e o litoral da Sul-América, local de estabelecimento dos grupos Guarani, anterior à chegada dos europeus. Apesar de não termos problematizado aprofundadamente essa teoria, faz-se notar que a coleção que chegou ao MH-BPP, por exemplo, mesmo que seus usos tenham sido direcionados para outros vieses, como por exemplo, embasar teorias evolucionistas, abarcam e registram uma tradição de fazer e de saber-fazer bem mais complexa que os organizadores do próprio museu pudessem supor. Ademais, essas redes entre aldeias guaranílicas foram supostamente usadas pelo elemento português para facilitar sua entrada no interior rio-grandense, como propõem Neetzow (2002, p.19), e, quem sabe também, na localidade onde veio a surgir a atual cidade de Pelotas?

## **2.2 Fases e faces de uma cidade (1812-1905)**

### **2.2.1 Algumas considerações**

A historiografia sobre a origem do espaço pelotense é, sem dúvida, diversa. Há um interesse particular sobre a sociogênese dessa localidade, especialmente no que diz respeito a sua relação com o ciclo econômico do charque. É a atividade charqueadora e seus efeitos que têm chamado a atenção desde cronistas da história a historiadores e outros estudiosos do tema. Um fenômeno, portanto, que não pode ser diminuído na sua importância: o charque foi o principal substrato para a consolidação do espaço urbano local (ARRIADA, 1994, p.15).

Contudo, se grande volume da historiografia sobre Pelotas tem sua escrita iniciada com o movimento charqueador, perpassando os louros com ele adquiridos, e encerrada com a extinção das charqueadas, isto é, um período compreendido entre o final do século XVIII ao início dos vinte, significa que a história de Pelotas que tem sido escrita e, porque não, repercutida é no mínimo diminuta, como bem frisou o historiador Caiuá Al-Alam:

[...] na historiografia, seja regional, nacional ou internacional, sempre existem aquelas afirmações que são continuamente repetidas sem uma problematização – as coisas ditas tantas vezes que se tornam um novo tipo de verdade. Quando falamos na história da cidade de Pelotas algumas questões marcam profundamente o imaginário relativo ao processo histórico desta região. Uma destas questões é sobre o passado municipal, glorificado através das ideias da opulência e da riqueza cultural da sociedade pelotense (AL-ALAM, 2007, p.33).

O ciclo do charque, de fato, é um fenômeno indispensável para os estudos que têm interesse o passado pelotense. Mas, igualmente, é indispensável um olhar mais amplo sobre a localidade, direcionado para as atividades agrícolas, dos tropeiros, dos pequenos comerciantes, dos trabalhadores assalariados e dos desempregados; das comunidades dos negros, dos imigrantes europeus pobres e dos indígenas remanescentes; para um cenário exageradamente maior que o representado pelo núcleo charqueador<sup>83</sup>. Afinal, a história com viés econômico é bem mais restrita que a proporcionada pela do cotidiano. E, como bem disse Al-Alam (2007, p.47), "a história da cidade de Pelotas, na primeira metade do século XIX, é muito mais complexa do que já foi escrita". O que nos leva a crer, junto a Monquelat & Marcolla (2014, p.387), que "desde há muito, por inverossímil, acreditávamos que Pelotas pudesse ter tido uma outra história, uma história que de fato tivesse acontecido".

O fundamental nesta parte do trabalho, portanto, é perceber que Pelotas era essa que, em 1904, fazia-se sentir da necessidade de um museu. A partir deste olhar sobre a cidade poderemos, posteriormente, analisar se os elementos fundadores do museu estavam ou não ligados a fenômenos que envolvem as categorias de história e memória e se ele serviu, mesmo que não intencionalmente, de estratégia de governo via aspectos patrimoniais. Para tanto, mesmo não nos aprofundando em questões próprias que exigem o fazer história, pois este trabalho não trata especificamente do assunto, propomos uma breve análise da formação da cidade até o surgimento do museu, abordando algumas questões chave. De outra forma, estaríamos desviando o foco de nossos objetivos.

### **2.2.2 Ocupação do mito, o território da identidade**

O ano de 1812 marcou a distinção de Pelotas como entidade urbana no Império do Brasil, mesmo que essa distinção advinda com a elevação à freguesia tenha sido apenas religiosa. A autonomia administrativa, o seu desligamento real de

---

<sup>83</sup> Sobre o assunto, dirá Al-Alam (2007, p.28) que a cidade de Pelotas "pareceu ser tanto ou mais 'cosmopolita', no que concerne ao movimento de pessoas e ideias no campos dos populares, do que no campo das elites como a historiografia tradicional sempre gostou de demonstrar. Nesta cidade circulavam peões de tropa, marinheiros, carreteiros, que de alguma forma traziam e levavam informações, modos de vida, causando muito desconforto às autoridades conforme os surgimentos de conflitos. Pelotas foi um grande cruzamento de indivíduos vindos de todas as partes do Brasil e do mundo, um lugar de passagem, uma encruzilhada".

Rio Grande/RS, viria a acontecer anos mais tarde, em 1832<sup>84</sup>, quando alcançou o *status* de Vila.

A povoação pelo elemento europeu na localidade compreendida entre a laguna dos Patos, o Arroio Pelotas, o canal São Gonçalo e a Serra do Sudeste foi, entretanto, antecedida com a chegada dos colonos açorianos na região no final do século XVIII (OSÓRIO, 1997, p.41); e, se recuarmos um pouco mais no tempo e ampliarmos a espacialidade, perceberemos que essa ocupação estava ligada aos interesses políticos e estratégicos de ocupação ibérica na região do rio da Prata no séc. XVII (PESAVENTO, 1984). Isto é, passados 186 anos da assinatura do Tratado de Tordesilhas pelas coroas portuguesa e espanhola (1494), Portugal, ao fundar à margem oriental do rio da Prata a Colônia de Sacramento, em 1680, deu início formalmente ao movimento de ocupação do atual território do Rio Grande do Sul. Uma vez que a Espanha se antecipara à ocupação meridional da América Platina com a fundação de Buenos Aires, em 1536.

O movimento expansionista de Portugal em direção ao oeste sul-americano foi favorecido pela unificação das monarquias ibéricas, compreendida nos anos de 1580 a 1640. Esse período foi fundamental para o desenvolvimento de agrupamentos portugueses e espanhóis na região platina e, como efeito, fez diminuir, como vimos, as populações indígenas locais<sup>85</sup>. As investidas contra essas populações, cuja finalidade era, entre outras, de escravizá-las, se tornaram recorrentes, uma vez que a ocupação holandesa nas colônias ibéricas em África impôs a Portugal buscar alternativas para suprir a falta de mão-de-obra escrava africana nas demais capitanias brasileiras (GUTIERREZ, 2011, p.35).

Com o tráfico negreiro restabelecido por volta do ano de 1640, o interesse na região platina voltou-se ao enorme rebanho bovino ali introduzido durante o séc. XVI pelos jesuítas. Essas manadas reorientaram as disputas políticas por esse território

---

<sup>84</sup> Na verdade, como adverte Fernando Osório (1997, p.91), Pelotas alcançou o status de Vila em 07 de dezembro de 1830, por decreto. Diz o autor, "Decorridos, assim, 18 anos da criação da freguesia, como parte integrante do município do Rio Grande, compreendia o Conselho Geral da Província a conveniência de emancipar Pelotas, elevando-a à categoria de vila, por sua vez cabeça de município". A instalação definitiva em 07 de abril de 1832, isto é, quase dois anos passados, ocorreu quando as querelas com Rio Grande, contrária à emancipação da freguesia de São Francisco de Paula, foram sanadas.

<sup>85</sup> Conforme Al-Alam (2007, p.56), "Por muito tempo, o termo 'fronteira' ficou relacionado aos limites da relação oposicionista entre a civilização e a barbárie. A partir das construções dos estados nações, houve a necessidade da expansão dos territórios, que, dentro dos contextos da América Latina, foram sendo conquistados através da dizimação dos grupos étnicos indígenas. Assim, as ditas "civilizações" legitimavam suas conquistas com o argumento da civilização de povos bárbaros, atrasados, visão supostamente compartilhada pelas autoridades da Vila de São Francisco de Paula".

e promoveram o surgimento de diversos núcleos humanos posteriormente. Nesse momento, um personagem toma destaque nesse panorama, o tropeiro, ou gaúcho, como ficou conhecido popularmente. Deste "tipo social", nas palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1984, p.14), responsável por consolidar as vias de tráfego com o restante da Colônia, surgiu na terceira década dos dezoito, junto a alguns militares estacionários, os primeiros donos de terras da futura capitania do Rio Grande de São Pedro (1760), então organizada administrativamente pela Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro (1737), subordinada à capitania do Rio de Janeiro. Foi a partir dos 1730, conforme a historiadora Ester Gutierrez (2011, p.52), que tiveram início os processos formais de doações de terras por sesmarias, período em que também "surgiram as primeiras notícias sobre o estabelecimentos de salga de carnes". Dessa forma, pensando a relação entre os tropeiros e a gadaria, a autora conclui que

[...] o gado definiu a vocação econômica da região platina, iniciando com um novo tipo de atividade, a preia do gado bravo, e com um novo tipo de trabalhador, sem terra e sem nação, misto de guerreiro, mercenário, e contrabandista: o gaúcho (GUTIERREZ, 2011, p.36).

A fundação da Colônia de Sacramento foi, portanto, a consolidação dos interesses políticos e econômicos dos portugueses na região<sup>86</sup>, visto o adiantamento da Espanha com Buenos Aires. Com Sacramento, uma nova linha imaginária se impôs, criando uma fronteira no Pampa que marcou definitivamente a formação cultural dos entes envolvidos nessa região. As questões que envolveram recorrentemente a formação dessa fronteira, diga-se de passagem, sobrevivem até os dias atuais, tornando-se uma constante na formação identitária das populações gaúchas e *gauchas*. O historiador Eduardo Arriada, ao estudar a origem e gênese da formação urbana de Pelotas, percebe o vínculo de Sacramento com os destinos da ocupação portuguesa no atual Rio Grande do Sul. Para o historiador,

[...] a história da Colônia do Sacramento esteve, desde seu início, ligada à história do Rio Grande do Sul, pois foi depois de 1680 que um novo fator econômico viria alterar o interesse de Portugal pelas terras do sul. Com o descobrimento de ouro em Minas Gerais, os imensos rebanhos, seja cavalos, muar ou bovino, passaram a ter grande valor econômico, deixando então a econômica gaúcha de ser meramente de subsistência para vincular-se subsidiariamente à economia nacional (ARRIADA, 1994, p.17).

<sup>86</sup> Ressalta-se que essa porção territorial pretendida pela Coroa lusitana, não obstante, já houvesse precedentes com a criação e doação de uma capitania hereditária ao português Salvador Correia de Sá, cujo território correspondia aos limites da capitania de São Vicente até o rio da Prata (GUTIERREZ, 2011).

Contudo, a posse de Sacramento não permaneceu duradouramente nas mãos dos portugueses. Ao contrário, conforme Sergio Buarque de Holanda (1965 apud GUTIERREZ, 2011, p. 40), os espanhóis a dominaram por diversas vezes, "a sitiaram quatro vezes: em 1704-5 e 1735-37, em 1763 e de 1772 a 1777. Ocuparam-na três vezes: de 1705 a 1715, em 1762 e 1777". Graças à instabilidade do domínio sobre Sacramento, os portugueses levantaram na desembocadura da laguna dos Patos no oceano Atlântico o presídio Jesus-Maria-José, que veio a servir de base para a organização da cidade de Rio Grande, a mais antiga do Rio Grande do Sul, em 1737. É a partir do desenvolvimento de Rio Grande/RS, somado ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), que um povoamento irá surgir na localidade da atual Pelotas. Como é também a partir desses eventos que, conforme Pesavento (1984, p.22-24), uma elite portuguesa, estancieira e militar, com maior autonomia em relação à Coroa de Portugal, veio a surgir e se estabelecer na região.

São esses, talvez, os principais elementos que influenciaram a ocupação do território do atual Rio Grande do Sul pelos portugueses e que motivaram inicialmente sua povoação, estabelecendo as bases de uma tradição fundamentada num tipo distinto de elite rural.

### **2.2.3 Negros e charqueadas na gênese urbana pelotense**

Aos poucos, a faixa territorial que se estendia para o norte de Rio Grande/RS foi sendo povoada. Dessa época, conforme ARRIADA (1994, p.19), temos a formação dos povoados de "Rio Pardo (1751), Cachoeira (1753), Bom Jesus do Triunfo (1754), Vacaria (1761), São José do Norte (1763)". O equivalente serviu para o território onde veio a surgir a cidade de Pelotas, especialmente privilegiada por seu complexo hidrográfico formado pela laguna dos Patos, o canal São Gonçalo e os arroios Pelotas e Santa Bárbara. Essa configuração, similar a uma ilha, porém inserida na paisagem continental, lhe proveu cursos de transporte aquático e defesas naturais, especialmente para um contexto de recorrentes conflitos armados.

Os primeiros povoadores da localidade não tinham como interesse imediato a instalação de um polo charqueador (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010a, p.42). Ao contrário, majoritariamente foram colonos açorianos e refugiados de Sacramento que ali se estabeleceram em torno da agricultura de subsistência e do plantio de trigo (OSÓRIO, 1997, p.41). A salga de carne como interesse comercial e com

características industriais veio a aparecer na região platina apenas na segunda metade do século XVIII, com mais intensidade no final dos setecentos.

Atribuiu-se ao espanhol Francisco Medina o pioneirismo da indústria saladeril na região do Prata. Teria ele, entre 1774 e 1777, acordado com a coroa espanhola a manutenção alimentícia das "tropas alojadas nos fortes de Santa Teresa, São Miguel, Montevideu, Real de São Carlos e o quartel de Rio Grande; as tripulações das embarcações do rei, a Real Armada, e os expedicionários enviados à costa do Brasil" (MONTROYA, 1984 apud GUTIERREZ, 2011, p.71). Ressalta-se que Rio Grande durante esse período estava sob o controle dos espanhóis<sup>87</sup>. Registra-se, também, que a evolução das charqueadas, de produção artesanal a industrial desenvolvimentista, não se deu de forma instantânea. O aprimoramento das charqueadas, responsáveis pelo "desenvolvimento de uma indústria poderosa, geradora de grandes somas de capitais e de apreciável concentração de renda na região, com a consequente formação de uma camada social privilegiada" (GIL, 2011, p.68), foi alcançado ao longo do século XIX, conforme avançavam no Brasil as políticas econômicas, as condições de mercado e de infraestrutura (ARRIADA, 1994, p.55).

Em consequência à assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, Rio Grande/RS retorna às possessões lusas e logo, com o edital de 1º de janeiro de 1780, o território passou a ser distribuído institucionalmente. Na porção meridional do Rio Grande do Sul, coube ao tenente de dragões Rafael Pinto Bandeira o parecer sobre a doação de terras. Assim, a macro região de Pelotas, ou Serra Pelada, registrava, em 1785, 16 propriedades. Sete delas vieram a formar as atuais cidades de Pelotas (figura 7), São Lourenço do Sul (1884<sup>88</sup>), Capão do Leão (1982), Morro Redondo (1988), Arroio do Padre (1996) e Turuçu (1997). Quais sejam: Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão (OSÓRIO, 1997, p.38). A divisão de terras, que se procedeu em seguida, seguiu um padrão: a doação de grandes extensões de terras para poucos indivíduos ligados à administração pública e militares (ARRIADA, 1994, p.31).

---

<sup>87</sup> Rio Grande estava sob domínio espanhol desde 1763 (PESAVENTO, 1984, p.22)

<sup>88</sup> Datas de criação dos municípios emancipados de Pelotas.

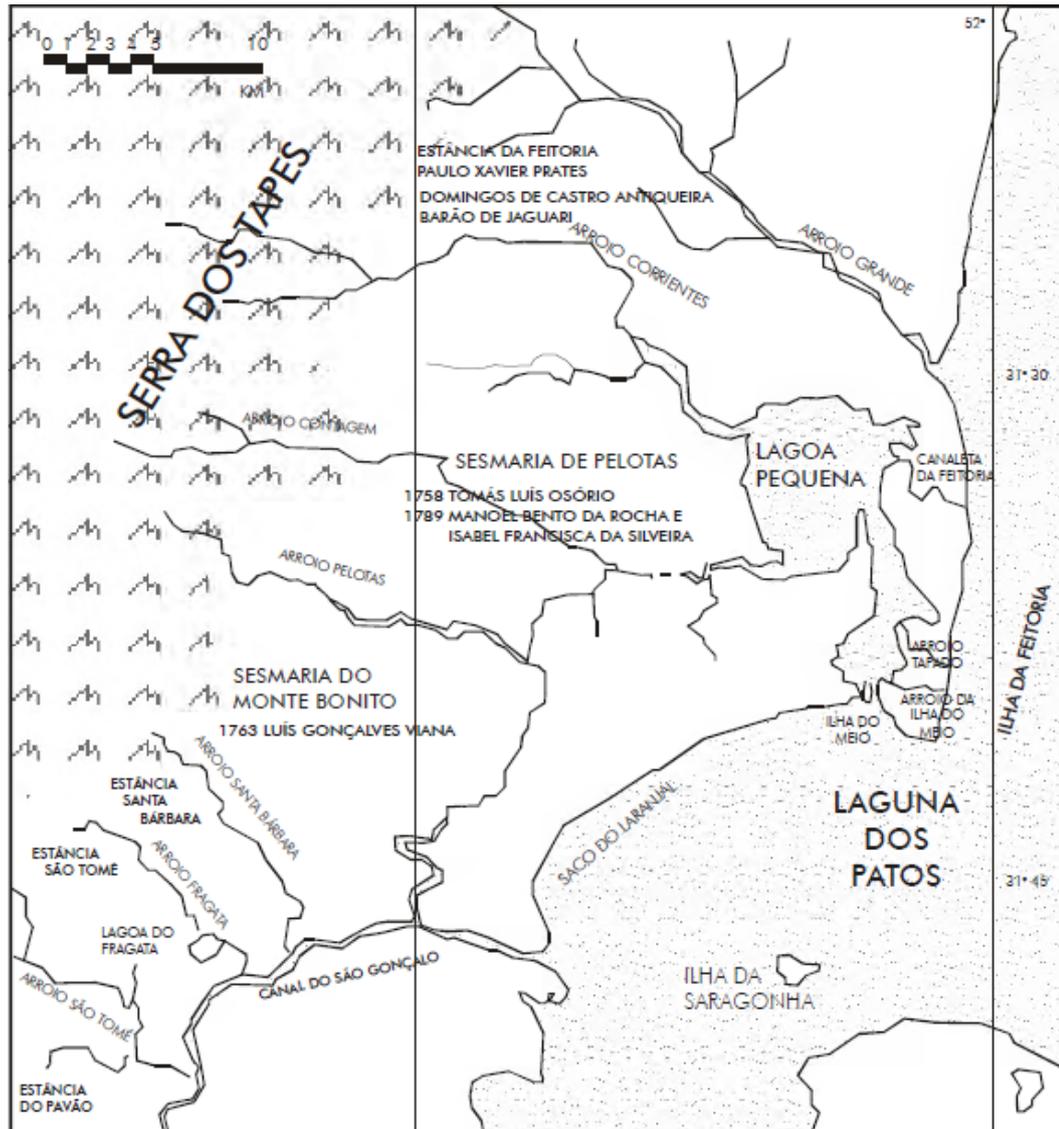


Figura 7 - Localização aproximada das sesmarias do Monte Bonito e Pelotas  
 Fonte: GUTIERREZ, 2004, p.68

Como padrão de organização produtiva, cada uma dessas propriedades constava de áreas destinadas à agropecuária, charqueada e olaria (GUTIERREZ, 2011, p.92). A mão de obra era quase exclusivamente escrava. Porém, e especialmente quando o predomínio capital era a agricultura, há relatos de doação de datas de terras a casais açorianos. O caso mais evidente é encontrado em uma das sesmarias de Bento Manoel da Rocha, a de Pelotas, adquirida, em 1779, da viúva de Tomás Luis Osório, na qual tiveram assentadas 64 famílias açorianas procedentes de Maldonado (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010a, p.60). Rocha, que era fornecedor de alimentos para as forças militares lusas, estabeleceu na sua estância do Laranjal a plantação de trigo e na sua fazenda da Galateia, a de arroz (GUTIERREZ, 2011, p.112).

Contudo, fato é que, com o aumento da importância econômica do charque na região frente à agricultura monocultora e latifundiária, ou *plantation*, que enfrentava problemas de todas as ordens (PESAVENTO, 1984, p.16), a indústria charqueadora demandaria uma quantidade superior de mão de obra. A solução escolhida pelos industriais do charque foi aquela em curso predominante por todo território luso, o modo de produção escravagista, o qual fez com que a população de africanos na região aumentasse vertiginosamente, especialmente na segunda década dos oitocentos. Nesse período, por volta de 1820, a sesmaria de Pelotas, que viria a ser dividida por motivos de herança, registrava sete charqueadas.

Constituídas como espaço prisional e com um forte modelo repressor (AL-ALAM, 2007, p.40), as charqueadas mantinham atividade produtiva sazonal, geralmente de novembro a maio. No interstício desse período, a força de trabalho era direcionada para as olarias e a construção civil (GUTIERREZ, 2011, p.123). Também há registros do emprego de escravos nas roças e na derrubada de árvores, "para, nos saladeiros, junto com os ossos, abastecerem os caldeirões ou caldeiras a lenha" (GUTIERREZ, 2011, p.158). Al-Alam (2007, p.48) percebe que nesse movimento de entressafra os "escravos das charqueadas saíam da 'penitenciária', e conviviam com outros escravos, relacionados a diferentes senhores, conviviam também com outros grupos de populares, como os trabalhadores pobres livres, fossem ex-escravos ou não". Esse dado nos permite pensar que nesses momentos de confluência laboral, memórias e diversos aspectos de dimensão cultural eram compartilhadas.

Frisa-se que a escravidão alcançou também as estâncias criadoras de gado. Sobre esse fato, que parece ser esquecido na historiografia e tradição gaúcha, dirá Monquelat:

[...] abordamos esta questão, aparentemente descontextualizada, porque também o papel de campeiro foi retirado do negro, escravo ou não, por grande parte de historiadores, com o argumento de que, nas estâncias, a necessidade de mão de obra foi menor e exercida por peões (*gauchos* ou gaúchos), como se esses encerrassem, em si, uma etnia; o que, é evidente, não tem o menor fundamento. Parece-nos que por detrás desse argumento (negação do negro como campeiro, domador e tanto mais quanto necessário) há uma tentativa de esbranquiçar aquele que, sem o ser, passou a representar o herói do pampa: o *gaucho* ou gaúcho; essa espécie de centauro, na qual, não se admite, em nenhuma de suas metades, a etnia negra; muito menos a ideia de que, por debaixo do poncho do "monarca das coxilhas", tenha havido um negro por inteiro (MONQUELAT, 2010, p.103).

Apesar da predominância da utilização de mão de obra escrava em todas as esferas alcançadas pelo modo de produção sulista, há registros de emprego de trabalhadores assalariados (GUTIERREZ, 2011, p.130), o que criava um ambiente hierárquico entre os trabalhadores. Uma única exceção é vista nesse processo, que é o caso da charqueada de João Batista de Figueiredo Mascarenhas, quem, na primeira metade do século XIX, teria empregado unicamente trabalhadores livres de origem basca em seu empreendimento (GUTIERREZ, 2011, p.168). Afora essa exceção, os registros de inventário levantados por Gutierrez (2011, p.262, 268) apontam que cada charqueada utilizava, em média, de 21 a 127 escravos. Destes, os homens representavam a maior parcela. A formação de famílias nesse ambiente era uma raridade, isso devido, além da baixa população feminina, às péssimas condições de trabalho e de subsistência que se somavam aos interesses econômicos senhoriais (GUTIERREZ, 2011, p.269). Ademais, Al-Alam (2007, p.40) dirá que a expectativa de vida de um escravo numa charqueada era, em média, de 5 a 7 anos de trabalhos<sup>89</sup>, o que teria dificultado a consolidação de raízes e de gerações entre essa população.

Contudo, mesmo dentro desse cenário de diáspora, escravização e forte sofrimento, que vai bem mais além da dor física provocada pela longa jornada de trabalho forçado e pelos castigos na carne, o negro soube encontrar meios de resistência. Quer por meio do movimento organizado entorno do quilombo, como é caso do grupo de Manoel Padeiro (MAESTRI, 1995), quer por meios mais sutis, espalhados no cotidiano. Assim, concordamos com Al-Alam (2007, p.48) em sua afirmação de que "a população escravizada construiu alternativas de vida, [...] transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos". E, talvez dessa forma, entre a violência e as brechas do dia-a-dia, foram construindo elos identitários e memoriais que sobreviveram até os dias atuais, tornando-se marcos para uma cidade que reclama a si, como veremos, fortes prerrogativas patrimoniais fundamentadas numa tradição branca, aristocrática e dominadora.

Se no lado brasileiro a preferência foi a mão de obra escrava, no lado espanhol, contudo, falou-se por muito tempo sobre a opção preferencial pela mão de obra livre e assalariada (ARRIADA, 1994, p.57; PESAVENTO, 1984, p.18), o que

---

<sup>89</sup> Em revisão historiográfica, Al-Alam (2007, p.40) percebe "a horrenda realidade dos trabalhos dos escravizados, obrigados a labutar cerca de 16 horas por dia, de pés descalços, suscetíveis à umidade do ar muito grande, na beira dos arroios e canais; muitos acabavam não chegando à média de expectativa de vida, que era de 5 a 7 anos de trabalho efetivo".

teria supostamente adiantado a introdução das relações capitalistas naquela região e, portanto, facilitado a modernização dos saladeiros platinos frente às charqueadas gaúchas. Esse dado, sobretudo, oculta uma discriminação que parece se perpetuar na tradição da cidade, de que os negros teriam sido os responsáveis pela falência das charqueadas, em outras palavras, pela decadência da cidade. Esse terrível mito teve, provavelmente, origem entre os liberais locais, como Antônio José Gonçalves Chaves, charqueador pelotense, escravocrata e proprietário de terras e saladeiros no Uruguai. Segundo o próprio Chaves,

[...] o escravo, diz um economista, consome o mais que pode, e trabalha o menos que pode. É esta uma verdade que não precisa ser demonstrada: o escravo que por modo algum pode esperar prêmio do seu trabalho, interessa-se em consumir e em não trabalhar (CHAVES, 1822, p.60 apud MONASTÉRIO, 2005).

Em suas pesquisas, inclusive tratando sobre a trajetória de Chaves, que defendia a "abolição" com a finalidade de qualificar os ganhos das charqueadas, mas mantinha nas suas propriedades, tanto no Brasil como no Uruguai<sup>90</sup>, plantel de escravos, Monquelat (2010, p.27) ressalta que a relação entre saladeiros e mão de obra livre é infundada e tem "origem na falta de um estudo mais aprofundado sobre os saladeiros uruguaios". Inclusive, foi ela responsável por fundamentar, entre outras, que o charque espanhol era de melhor qualidade por causa do tipo de mão de obra escolhida, no caso, especializada.

Nesse sentido, as pesquisas de Gutierrez (2011), que deram origem ao trabalho *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*, assinalam que havia nas charqueadas pelotenses escravos especializados na produção do charque, fato esse que encontra eco junto aos trabalhos do historiador Mário Maestri (1995, p.2), que frisa que os escravos "labutavam, incessantemente, em duras tarefas **especializadas**<sup>91</sup>, semi-especializadas e não-especializadas, 16 e mais horas diárias, com apenas breves interrupções [...]". O próprio Monquelat (2010, p.27) atenta que "o binômio charque-escravidão, observadas as proporções, foi uma constante tanto entre portugueses quanto entre espanhóis", pelo menos na primeira metade do séc. XIX. Isso porque, com a introdução da primeira constituição na República Oriental do Uruguai, em 1830, ficava proibido o tráfico e a introdução

<sup>90</sup> Conferir CHAVES, A.J.G. *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Erus, 1978.

<sup>91</sup> Grifo nosso.

de escravos no território nacional, também os filhos de escravos nascidos em solo uruguaio tornavam-se livres, conforme o artigo 131 de sua constituição republicana<sup>92</sup>.

O ecônomo Leonardo Monastério atesta a pouca distinção entre os problemas enfrentados por ambas as organizações de trabalho nos dois lados da fronteira. Para o autor (2005, p.17), "os mesmos problemas de incentivos e de controle que enfrentam uns, enfrentam outros. Talvez não no mesmo grau, mas, de qualquer forma, existem semelhanças nas questões organizacionais a serem resolvidas". Al-Alam (2007, p.49), em seu trabalho *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*, reforça, contudo, que o controle da população escrava em Pelotas era realizado por um rigoroso sistema de punição e controle social, "recobrando todas as atividades desempenhadas pelos cativos com o manto da coisificação". O que foi intensificado a partir da década de 1830 com a criação da Guarda Municipal Permanente e a organização da Guarda Nacional.

Enquanto o Estado uruguaio dava passos expressivos à abolição, consolidada em 1842, temerários com a iminente realidade, escravocratas orientais enviavam escravos às pressas ao Brasil, especialmente ao Rio Grande do Sul, como se pode perceber no protesto feito pelo periódico *El Nacional*, de Montevideú, em 22.02.1841:

[...] sem dúvida, mais delinquentes do que os que introduzem um escravo, são, para nós, os que retiram desta República, para levá-lo ao Brasil, aonde os dias do cativo são de insuportável tormento para seu corpo e de satânica vexação para seu espírito; ali, onde vendem o homem, rematado ao lado dos cavalos e dos bois; ali, onde as crianças são arrancadas do seio das mães porque o amo comprou a mãe e outro, o filho, e cada amo parte em direção oposta, levando, violentamente separados, para sempre, dois corações que estavam unidos pelos vínculos mais sagrados da natureza. E como se consente que levem escravos para o Brasil? Como se dá o apoio da força pública para que nossos semelhantes, muitas vezes orientais, sejam arrastados aos tormentos do Brasil? Como é que aquele que, aqui, ainda que mutilado horrivelmente, é considerado na categoria humana, lá vá ser colocado em um linha inferior a dos cavalos e dos bois? Como é que uma mulher grávida, que tem em seu ventre um filho oriental, uma criança livre, pode ser levada ao Brasil, onde esta criança, ao nascer, saudará com seu primeiro gemido, não somente o mundo, como também as correntes que há de arrastar neste mesmo mundo? Sem dúvida, isto se pratica muito frequentemente entre nós. Estancieiros das fronteiras do Brasil levam a batizar os filhos de seus escravos, que nascem livres em nosso solo, nas paróquias brasileiras; assim é que se vê o escândalo de anúncios nos periódicos, de escravos entre oito e nove anos, oferecidos á venda; apesar de fazer o dobro do tempo que, entre nós, está promulgada a liberdade dos ventres (EL NACIONAL apud MONQUELAT, 2010, p.90).

<sup>92</sup> Conferir em <<<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const830.htm>>>, acesso em 13/08/15.

Além desse episódio, que fez aumentar a população de africanos em Pelotas, cabe lembrar que, sendo o Brasil o último Estado a abolir a escravidão na América, dirigiram-se para cá os remanescentes provenientes do tráfico negreiro. Fazendo de Pelotas a cidade com maior concentração proporcional de população negra e mestiça do Estado. Um dado que não pode ser, em nenhuma hipótese, minimizado em sua importância.

Quanto às charqueadas, a maioria delas se estabeleceram às margens do canal São Gonçalo e Arroio Pelotas a partir das *sobras* da sesmaria do Monte Bonito. O local, predominantemente constituído de terrenos mal drenados, era propício para esse tipo de estabelecimento:

[...] os rebanhos era trazidos das estâncias até o Logradouro Público para os negócios com o gado. De potreiro em potreiro, os animais alcançavam a mangueira de matança. A produção do charque, couros, sebos, graxas desenvolvia-se nos diversos galpões, implantados num só grupo de edificações, mas seguia dois fluxos: o da salga das carnes e o de seus subprodutos. Na beira da água existia um porto, com trapiche de embarque. Numa ponta, localizava-se o espaço destinado à comercialização; na outra, nas zonas ribeirinhas, a produção, e por fim, nas águas eram lançados os dejetos e transportados os produtos (GUTIERREZ, 2011, p.168).

Não há consenso na historiografia sobre a totalidade de charqueadas que chegaram a funcionar na região de Pelotas, da mesma forma que suas exatas localizações. Há, sim, um número aproximado, levantado por João Simões Lopes Neto (apud MAGALHÃES, 1993, p.97), apontando a existência, até 1911, de 40 desses empreendimentos, sendo 38 deles em funcionamento concomitante, e que teriam abatido algo como 45 milhões de reses desde 1779, gerando, durante o período, 2 milhões e meio de contos de réis, aproximadamente. Contudo, aquém do número acertado, é evidente o rápido avanço urbano promovido devido à introdução dessa empresa na localidade. Foi basicamente por causa das charqueadas que se desenvolveram diversas atividades e serviços complementares, promovendo, assim, o aumento do fluxo humano na região e, conseqüentemente, o alvorecer de uma complexa sociedade local. Citamos o caso da criação, em 1825, do Logradouro Público, ou Tablada. De local destinado à comercialização de gado para charqueadas, surgiu com a possibilidade de comercialização de produtos diversos, como atesta Gutierrez:

[...] a Tablada, como era conhecido esse espaço, representou um avanço na produção do charque, porque favoreceu os charqueadores e imprimiu um desenvolvimento urbano a Pelotas. Estancieiros, peões tropeiros, que

vinham vender os rebanhos, compravam toda uma série de produtos que, provavelmente, os abasteciam até a próxima safra, no outro ano. Buscavam os ofícios e os divertimentos que a cidade pudesse oferecer (GUTIERREZ, 2011, p.155).

Contudo, apesar do avanço observado, há quem diga que o sistema charqueador apresentava um déficit produtivo causado, como mencionamos, pela opção escravagista, o que teria travado o desenvolvimento do capitalismo. Isto é, por despender um custo muito alto na sua manutenção, recebeu a alcunha de economia do desperdício (CARDOSO, 1962, p.189), como podemos ver em Gutierrez:

[...] em síntese, a economia escravista foi definida como uma economia do desperdício, por que, primeiramente, implicava a reversão de um capital fixo na comora de escravos; os trabalhadores servis, independentemente da sazonalidade da produção saladeril e das necessidades de mercado, tinham de continuar sendo, de certa forma, alimentados, vestidos, alojados. Portanto, apresentava pouca flexibilidade. Era a economia do desperdício, também porque introduzia a um corpo de trabalho parasitário, responsável pelo controle, manutenção da disciplina, continuação do próprio trabalho servil e, conseqüentemente, do sistema escravista (GUTIERREZ, 2011, p.197).

Essa tese teria sido apresentada primeiramente por José Antônio Gonçalves Chaves no seu *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de 1817, e mais tarde referenciado por Fernando Henrique Cardoso, quando na sua pesquisa sobre capitalismo e escravidão no Brasil meridional<sup>93</sup> (1960). Entretanto, estudos mais recentes têm apresentado novas análises sobre a incorporação de paradigmas liberais, com base no sistema capitalista, ao modo de produção escravista charqueador, no que diz respeito ao campo econômico, como os trabalhos de Monquelat (2011) e Monastério (2005). Monquelat apontará sua crítica à relação pretendida entre produtividade e salário demonstrando, a partir de estudos sobre os saladeiros uruguaios, que essa relação é infundada. De acordo com o autor,

[...] esta repetida e não fundamentada afirmação de que os saladeiros uruguaios (ou platinos) utilizavam mão-de-obra livre e assalariada, dentre tantos outros equívocos, tende, ainda que de forma não intencional, ao preconceito, principalmente quando menciona que a maior produção e rentabilidade nos saladeiros ocorria devido à utilização de mão de obra europeia, livre e assalariada, com o argumento de ser esse trabalho, espacializado, - inferindo-se, então, que salário é igual a estímulo e estímulo é igual a aumento de produção... (MONQUELAT, 2010, p.110-111).

<sup>93</sup> Uma versão reeditada é possível de ser encontrada com a seguinte referência: CARDOSO, F.H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

Já Monastério (2005, p.14) sugere que os escravocratas da época não pretenderam alternar o modo de produção por seguirem a "lógica econômica da maximização", isto é, apesar de introduzirem melhoramentos técnicos e tecnológicos para qualificação das charqueadas, "os charqueadores mais empreendedores seguiram vendo no trabalho escravo uma prática rentável". Monastério (2005, p.17) lembra, ainda, o caso da já citada charqueada que havia empregado apenas trabalhadores livres de origem basca, exemplo, para o autor, de que a produtividade não estava diretamente associada a salário. Ainda sobre assunto, Al-Alam, comentando o trabalho de Monastério, dirá que

[...] Monastério demonstrou que mesmo os charqueadores tendo como mão de obra os escravos, alguns incentivaram recompensa monetária para aqueles que ultrapassassem suas cotas produtivas diárias, assim como demonstrou também que havia incentivos dos senhores na especialização do trabalhador escravo, havia uma divisão técnica do trabalho. Características que se mostravam inspiradas nos emergentes ideais burgueses relativas às transformações dos processos de produção, mesmo quando da mão de obra escrava (AL-ALAM, 2007, p.30).

As pesquisas de Monastério apontam, acima de tudo, que o ocaso das charqueadas estaria associado, para além da escravidão, a um contexto nacional de valorização do câmbio e de elevação do preço de compra do escravo decorrido, especialmente no final do séc. XIX, devido ao sucesso extremado do ciclo econômico do café. A cafeicultura no sudeste brasileiro gerou um efeito inflacionário, afetando diretamente as exportações pelotenses. Além disso, com a reorientação desenvolvimentista brasileira, somada a evolução da legislação antiescravagista<sup>94</sup>, o Rio Grande do Sul passou a ser fonte para o mercado nacional de escravos. Logo, se na primeira metade do séc. XIX a compra de escravos foi facilitada pela abolição da escravatura no Uruguai, como vimos anteriormente, na segunda metade do século o mercado, mais restrito, fez encarecer seu valor de compra (PESSI, 2009). Esse cenário econômico interno facilitou, por outro lado, no campo das exportações, a comercialização do charque uruguaio, beneficiado por questões de impostos. Na síntese do autor (2005, p.24), "o problema estava na atividade saladeril como um

<sup>94</sup> Fazem parte do processo de abolição da escravatura no Brasil as leis: Lei Bill Aberdeen de 1845, Inglaterra, que autorizava à Marinha Real Britânica a captura de navios que transitassem no Atlântico com a finalidade de suprir o mercado de escravos na América; Lei 581 de 4 de setembro de 1850, ou Lei Eusébio de Queiroz, proibia o tráfico formal de escravos; Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, ou Lei do Ventre Livre, considerava livre os filhos de escravas nascidos a partir da promulgação desta lei; Lei 3270 de 28 de setembro de 1885, ou Lei dos Sexagenários, concedia liberdade aos escravos com idade superior a 60/65 anos; e a Lei 3353 de 13 de maio de 1888, ou Lei Áurea, extinguiu a escravatura no Brasil.

todo e não na escravidão. Em outras palavras, a crise ocorreu *apesar* da escravidão e não *por causa* da escravidão".

Entretanto, antes do colapso da charqueadas, alguns charqueadores aos poucos começaram a diversificar suas atividades, entre elas no campo das operações financeiras e do comércio, bem como da construção civil e o ramo imobiliário como um todo (GUTIERREZ, 2011, p.227). Também se aproveitavam da instituição matrimonial para consolidar e aumentar suas riquezas (GUTIERREZ, 2011, p.230). Enquanto isso, no Uruguai, ampliava-se o processo de imigração de europeus pobres para empregá-los nas indústrias saladeiras regionais, iniciado em 1842<sup>95</sup>. Cabe lembrar, nas palavras de Monquelat, em que situações chegaram essa "mão de obra especializada" e que tratamento diferenciado ela recebia:

[...] ora, vejamos quando e em quais condições chegaram esses tão decantados europeus (bascos, galegos,...). Com a dificuldade imposta por leis contra a introdução de escravos africanos, mesmo sob o enganoso título de "colonos", no território uruguaio, os mercadores e senhores da carne humana voltaram-se para a Europa; pois lá, tanto entre os miseráveis quanto junto àqueles que sonhavam com uma terra que lhes proporcionasse melhores condições de vida, mesmo em outro continente, tornava-se fácil e até providencial o recrutamento. A esses importadores, agora de carne branca, também intitulados ou autointitulados consignatários, ficava a mão de obra "especializada e europeia" à mercê, tendo isto ocorrido e em maior profusão quando do desembarque no Uruguai, fins do ano de 1842. Exata coincidência, não? (MONQUELAT, 2010, p.111).

Assim, se as charqueadas representaram um fenômeno econômico que deu lastro para o desenvolvimento urbano de Pelotas no séc. XIX, foi a partir delas que racionalmente se promoveu um contexto social fortemente díspar e que legou a uma enorme população um lugar desprivilegiado nas questões da cidade.

#### **2.2.4 Da origem do centro urbano, fases de uma cidade**

O núcleo urbano foi se estabelecendo, em princípio, nas terras de Francisco Antônio dos Anjos, capitão-mor, com ajuda de Padre Felício Joaquim da Costa Pereira, primeiro pároco de Pelotas. Os motivos para implantação do núcleo, junto a uma nova igreja dirigida a São Francisco de Paula (MONQUELAT & MARCOLLA,

---

<sup>95</sup> Dirá Monquelat (2010, p.112) que "Poderíamos – se quiséssemos – afirmar, embora não tenhamos nos proposto neste trabalho, que esta 'especializada' mão de obra teve, num primeiro momento, tratamento pouco diferente do que o dado pelos senhores aos africanos, sendo que, dentre as diferenças talvez não tivesse havido o uso de correntes, cadeados, grilhões... Quanto aos castigos... já não temos tanta certeza".

2010b), são diversos. Citamos as teses de Gutierrez e Monquelat & Marcolla. Para a autora, segundo lhe parece que

[...] o mau cheiro reinante, ocasionado pelos dejetos da produção saladeril, a falta de segurança, decorrente da proximidade com grande número de escravos, e a força política, resultado da união do padre Felício com o charqueador Antônio Francisco dos Anjos, não permitiram a implantação da cidade no encontro com o canal (GUTIERREZ, 2010, p.233).

Entretanto, para Monquelat & Marcolla,

[...] a Pelotas urbana ou o equivocadamente chamado de "primeiro loteamento" urbano da cidade de Pelotas é fruto da iniciativa de um Senhor de terras, que as resolveu arrendar ou aforar, obtendo com isso um renda perpétua. Dissemos equivocadamente chamado de "primeiro loteamento da cidade", maneira pela qual a historiografia ao fato tem se referido, porque, como veremos, a atitude do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, ao dispor de suas terras, não o fez de forma que caracterizasse seu loteamento. A origem do termo loteamento, no caso brasileiro, "está ligada à Lei de Terras de 1850, sendo que está voltada principalmente para a terra rural" (SILVA, 2008, p.42). Daí, e sendo mais claro, podemos dizer que os primeiros moradores da parte do perímetro urbano da Cidade eram foreiros (arrendatários), e não proprietários de lotes (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010b, p.13-14).

De fato, a organização para a criação de um núcleo urbano tendia mais a uma decisão política do que social. Dessa forma, houve, conforme apontam Arriada (1994, p.91) e Gutierrez (2011, p. 245), ao menos, três correntes de opiniões que se levantaram sobre a localização da igreja matriz da nova freguesia. São elas, Laranjal, nas terras de Isabel Francisca da Silveira; declive da lomba fronteira à várzea que vai ao encontro do São Gonçalo, onde hoje está localizado o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, defendia o interesse José Tomas da Silva, Domingo Rodrigues, João Pereira Vianna e José Gonçalves da Silveira Calheca; e as terras de Francisco Antônio dos Anjos. "A localização da cidade era defendida conforme essas pessoas estivessem vinculadas à posse da terra. Interessava que a sede da cidade estivesse implantada dentro ou no entorno de suas propriedades ou concessões" (GUTIERREZ, 2011, p.245). Afinal, conforme cronistas da história e diários de viajantes compilados por Arriada (1994, p.66), nota-se que cada charqueada e estância constituía em sua propriedade um pequeno agrupamento humano no formato de "aldeolas". Chama a atenção o próprio núcleo habitacional que parece ter sido composto no Passo dos Negros, "lugar de comércio, cobrança de impostos etc., localizado estrategicamente no encontro do canal São Gonçalo

com o Arroio Pelotas" (GUTIERREZ, 2011, p.211). Vários são os relatos encontrados sobre essa região. Destacamos a seguinte, analisada por Arriada:

[...] entre vários relatos que descreveram Pelotas, salientamos a observação feita por John Luccock em relação ao aldeamento do Passo dos Negros. Vimos anteriormente que, segundo ele, no Passo dos Negros existiam várias casas disseminadas pelas margens, capelas, sendo que em torno de uma charqueada encontra tamanho número de habitações que merece ser chamado de aldeia. Tudo indica que essa charqueada, na época, fosse a de José Gonçalves da Silveira Calheca (ARRIADA, 1994, p.69).

Com o apoio de Padre Felício, sobrinho do vigário de Rio Grande, que aparentemente já possuía residência aos arredores dos terrenos de Antônio dos Anjos, os interesses deste prevaleceram e assim teve início o aforamento de terras e a constituição da urbe, em sua quase totalidade por não charqueadores (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010b, p.12).

É possível dizer então, que no hoje centro da Cidade, funcionou uma charqueada, a "charquiada" do capitão José de Aguiar Peixoto, que depois foi casa do padre Felício, e por que não supor que ali, por um breve espaço de tempo, funcionou também uma primitiva igreja? Do contrário, por que teria o capitão Antônio Francisco dos Anjos, em requerimento (que veremos em seguida) dirigido ao Príncipe Regente em 1817, dito que: "[...] arrendamento de suas terras sitas no distrito de Pelotas, circunvizinhas ao terreno que doara para a edificação da nova igreja?" (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010b, p.24).

A região que deu origem ao sítio urbano possuía alguns ranchos espalhados e distantes uns dos outros, como observa Arriada (1994, p.64). Os charqueadores, ou a elite latifundiária local, não tiveram interesse imediato em constituir seus casarões num novo centro urbano e comercial, visto que a grande maioria possuía propriedades para esse fim na vila de Rio Grande<sup>96</sup>, mais desenvolvida na época. Contudo, ao se constituir o primeiro aforamento de terras, em 1815, posterior à criação da freguesia, portanto, os recursos provenientes das charqueadas passavam a se voltar para a urbanização do novo povoado (ARRIADA, 1994, p.64). O que leva-nos a crer que a transição do mundo rural, composto de charqueadas e estâncias, para o mundo urbano se deu de forma lenta, ocupando o último quartel do século XVIII até meados do XIX. Em 1833, por exemplo, quando Pelotas já estava autônoma administrativamente de Rio Grande, e contava com uma população de 10.873 habitantes, o município registrava três freguesias e cinco distritos: a

<sup>96</sup> Rio Grande possuía status de Vila desde 17 de julho de 1749, como aponta Fernando Osório (1997, p.91).

freguesia de São Francisco de Paula contemplava o 1º e 2º distrito e Pelotas, que era o 3º, freguesia do Boqueirão, o 4º, e, por fim, da Buena, 5º (ARRIADA, 1994, p.73).

Ao analisarmos a gênese do processo urbano pelotense, percebemos que, diferentemente de outras cidades que haviam surgido no período, cujo foco era militar, em Pelotas sobressaiu a conveniência comercial-social. Explicamos: após a divisão das sesmarias na Serra Pelada, num primeiro momento, houve uma tentativa de capitaneamento econômico no setor agropastoril. Para tanto, de um lado estâncias foram se estabelecendo em torno da farta oferta dos rebanhos presentes na região, local onde aproveitavam a extração e comercialização do couro. Do outro, as fazendas investiam na agricultura e numa tentativa de povoamento com casais açorianos, tendo sido a Fazenda Pelotas, na sesmaria de mesmo nome, o caso mais evidente.

Com o passar do tempo, e das dinâmicas políticas e bélicas entre portugueses e espanhóis, o estabelecimento da indústria charqueadora, bem como seu desenvolvimento tecnológico, deu um novo ritmo à região. Fez aumentar a população africana e criou uma série de dependências comerciais que levou, em consequência, ao surgimento de um povoado que abastecesse de produtos e de serviços a população existente em torno de uma charqueada. Fato é que, quando da instalação da sede da neo freguesia, não havia, naquele lugar, nenhuma formação que indicasse uma possível urbanidade. O maior núcleo humano fora de uma charqueada e com características basilares de um aldeamento ficava, como mencionamos, próximo ao canal São Gonçalo, na região do Passo dos Negros.

Outro aspecto, entretanto, reforça a teoria de que, além de política, a escolha da sede da freguesia tenha sido motivada por interesses menos genéricos. Ao analisar o pedido de criação de uma freguesia no lado setentrional do canal São Gonçalo, feito em 1809, nota-se que o interesse dirigia-se para a superação das barreiras espaciais e naturais que dificultavam o acesso da Igreja situada em Rio Grande à localidade. Vejamos em detalhes:

[...] os moradores da freguesia de São Pedro do Rio Grande do Sul que vivem do lado setentrional do sangradouro da lagoa Mirim, representam à V.A.R. que experimentam um grave incômodo pela dificuldade da passagem do dito sangradouro, e conduções dos efeitos que produzem aquelas extensas campanhas por muitos pântanos que há de um e de outro lado do caudaloso sangradouro e ainda para receberem os sacramentos na sua matriz por se estender a freguesia por mais de cinquenta léguas tudo

povoado de inumerável povo, e muitas fazendas de toda a espécie de gado e lavouras, que progressivamente vão multiplicando [...] havendo V.A.R. por bem mandar erigir uma freguesia na costa de lagoa denominada dos Patos, no lugar chamado Capão do Leão da fazenda de Pelotas [...] (*apud* ARRIADA, 1994, p.87).

No extrato acima, percebe-se claramente que a "dificuldade de passagem" de um lado ao outro do canal e por a matriz "se estender" por um vasto território, fazia-se necessária a criação de uma freguesia na fazenda de Pelotas, e não na sesmaria de Monte Bonito. Isso porque o povoamento da fazenda por casais açorianos parecer ser bem mais anterior à instalação das charqueadas e do aldeamento no Passo dos Negros.

De qualquer forma, é evidente que na região na qual veio a ser levantada a igreja matriz na nova freguesia não havia população suficiente para que se considerasse ali uma população suficientemente capaz para se fundar a sede da freguesia. O que corrobora com nossa tese de que a decisão foi, além de obviamente política, com a intermediação de Padre Felício junto a seu tio, então vigário de Rio Grande e esse à corte no Rio de Janeiro, econômica, devido ao interesse de Antônio dos Anjos em aforar terras em sua propriedade. "Nascia a mesma sem existir zona urbana, a própria Capela só foi erguida no ano seguinte" (ARRIADA, 1994, p.87). Padre Felício utilizou-se de outra capela até a matriz estar concluída.

Alberto Coelho da Cunha, em artigo publicado no Correio Mercantil em 03 de outubro de 1928, dirá que "foi entre os anos de 1813 e 1814, que começaram a surgir os primeiros prédios com pretensões a iniciarem uma constituição de povoado". Nesses primeiros anos, o novo povoado, que ia se estabelecendo e configurando, teve que lidar, de imediato, com alguns desafios prepostos pela localidade, como o enorme rebanho que cortava a região de ponta a ponta para servirem às charqueadas; a questão étnica, que aparecia na rudeza do tratamento pela população branca, menor, ante a negra, maior; a questão da higiene, devido a insalubridade provocada pela temporada do charque; e a questão das enchentes nas regiões ribeirinhas.

Dessa forma, o centro urbano pretendido na localidade foi, de antemão, planejado. Estruturou-se primeiro o espaço, dividiram-se e alinharam-se as ruas no formato de tabuleiro, definiram-se as áreas, construíram-se as casa, para então, ocuparem-se os terrenos com gente. A primeira parte do perímetro urbano estava,

então, delimitado "ao norte a atual Avenida Bento Gonçalves, ao sul, a rua G. Neto, ao leste, a rua Alm. Barroso, e ao oeste, a rua Marcílio Dias" (ARRIADA, 1994, p.95). A expansão aconteceu apenas em 1828, em terrenos contíguos ao primeiro núcleo e que pertenceram anteriormente à Mariana Eufrasia da Silveira. Estendendo-se até o leito do São Gonçalo, seguiu a orientação do planejamento original, ou seja, o alinhamento das ruas no formato tabuleiro.

Estavam, assim, criadas as condições materiais e físicas para que a povoação de São Francisco de Paula pudesse pleitear a instalação da Vila. Ainda existia um mundo rural pulsando, mas já se notava que outro surgia: ruas eram traçadas, olarias despontavam por vários lados, denotando uma utilização maior de tijolos na construção; medidas eram tomadas para resguardar os logradouros públicos, os poços d'água; praças surgiam; espaços eram demarcados para futuras construções com hospitais, quartéis e locais para as atividades administrativas. O povoamento tendia, pela nova organização social e tipos de atividade, a tornar-se urbano (ARRIADA, 1994, p.101). O fato é desvelado em 1832, quando o povoado, que contava com aproximadamente 4.300 habitantes, ante os 2.419 acusados em 1814, ganha autonomia administrativa através da instalação da Vila<sup>97</sup> no lugar da freguesia, constituída de cinco distritos (CMP, 2011, p.127-128). Dessa forma, pode Pelotas erigir e eleger sua Câmara de Vereadores, com sete cadeiras à época, e baixar Posturas, código jurídico de regulamentação local<sup>98</sup>. Nascia institucionalmente, dessa forma, a cidade de Pelotas, que veio a receber esse título, de cidade, em 1835, dando continuidade ao seu desenvolvimento<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> Para marcar a data, 07 de abril de 1832, foi erguido no interior da Praça Coronel Pedro Osório, então chamada Praça da Regeneração, um pelourinho, que, segundo Fernando Osório (1993, p.92), era "emblema da autonomia que era concedida ao município".

<sup>98</sup> Não obstante, veremos que junto à instalação da Vila no lugar da freguesia acompanhou-se uma série de medidas cautelares e punitivas por parte do poder público para que se mantivesse "a ordem social" local. Sobre o assunto dirá Al-Alam (2007, p.51): "Em Pelotas vemos os reflexos destas ações. Por exemplo, foi na década de 30 que tivemos o surgimento dos Guardas Municipais Permanentes, da Guarda Nacional, a criação da Casa de Correção, bem como o direcionamento da pena de morte aos escravos a partir da criação da lei de 10 de junho de 1835, onde, ao invés da unanimidade dos votos dos jurados para o crime do escravo, bastava dois terços para que este fosse à forca. Ainda no início da década de 30, tivemos a criação dos Códigos Criminal e Penal, que descentralizavam o controle dos cargos judiciais e policiais para as elites locais, acumulados nos cargos de Juizes de Paz, que eram eleitos pelas aristocracias rurais, legitimando o poder local em detrimento da Coroa. Não bastasse isso, ainda tínhamos Posturas Municipais que legislavam as proibições no âmbito municipal". Cabe lembrar o pavor que pairava sobre os escravocratas, no período de 1834 e 1835, devido a organização e ação do grupo quilombola de Manuel Padeiro. Conforme Al-Alam (2007, p.58), "Ele foi um exemplo para as elites de Pelotas de como suas forças eram insuficientes na hipótese real de que, um dia, os escravos intentassem uma revolta em massa".

<sup>99</sup> Anota Fernando Osório (1997, p.99), "do livro de registro de atas da nossa primeira Assembleia Legislativa Provincial consta: - na sessão de 18 de maio de 1835, o deputado dr. João Batista de

Não podemos deixar de notar que esse vir a ser de Pelotas representa uma imagem, por que não, distinta daquela eternizada no que podemos chamar de historiografia tradicional da cidade, na qual há um fio condutor lógico, cronológico e absolutamente sem conflitos, como também apenas dois personagens, os "maiorais da terra" e a "população", atuam na conformação da urbe. Uma Pelotas que, de acordo com Monquelat (2014, p.11), "desde os primórdios tempos do agropastoreio, conviveu e ainda convive com diversas Pelotas" e que estabeleceu uma história dita oficial, calcada em "um grupo de charqueadores e comerciantes os quais, de maneira equivocada, passaram para a história, pelo menos a história tradicional da cidade, como os promotores e beneméritos cidadão da 'opulência e cultura' de Pelotas" (MONQUELAT, 2014, P.14). Essa história, dita oficial, apresenta diversas incógnitas na sua formação, as quais acompanharão todo o percorrer historiográfico da localidade, estabelecendo, por sinal, uma série de repetições sem muitos questionamentos e se perpetuando, inclusive, com certa facilidade nas referências patrimoniais da cidade e nos meios de compartilhar memórias. Veremos, na continuidade do trabalho, uma Pelotas de faces e fases, em que a Pelotas opulenta e cultural (MAGALHÃES, 1993) se mistura às diversas Pelotas dos excluídos (MONQUELAT, 2014).

### **2.2.5 Do desenvolvimento urbano, faces de uma cidade**

Pelotas apresentou um rápido desenvolvimento demográfico para o período. Em 1780, à época do primeiro registro de censo encontrado no Rio Grande do Sul, elaborado por Antônio Inácio Rodrigues Cordova, a população regional era de 17.923 habitantes. Rio Grande, região de onde se originou Pelotas, contava com a maior parcela, 2.421, 13,50% do total. Pelotas vai aparecer discriminada em um censo apenas em 1814, quando freguesia. Nesse ano, registrava uma população de 2.419 indivíduos, que passa para 10.873, em 1833. Desse total, 5.623 eram escravos (ARRIADA, 1994, p.115-117). Registra Arriada que

---

Figueiredo Mascarenhas apresentou a proposta elevando a Vila de São Francisco de Paula à categoria de cidade, com a mesma denominação. Por ocasião da segunda discussão (sessão de 17 de junho de 1835), o deputado Francisco Xavier Ferreira mandou à mesa a seguinte emenda: 'as Vilas de São Francisco de Paula e Rio Grande ficam elevadas à categoria de cidade, com a denominação de cidade de Pelotas a primeira e cidade de Rio Grande a segunda, e terão todos os foros e prerrogativas das cidades do Império', assinada também pelos senhores Vieira Braga, Peçanha, Cabral de Mello Magalhães Calvet, Almeida, Mascarenhas, Martins Bastos, Pereira Ribeiro e Sá Brito". O proposto foi alcançado pela lei provincial de 29 de junho de 1835.

[...] outro dado interessante é que a maior concentração de escravos ocorria no terceiro distrito (Pelotas). De um total de 5.623 escravos, 34,51% estavam localizados nessa zona, ou seja 1.941. Esse número enorme de escravos é em função do trabalho nas charqueadas que nessa época era basicamente feita por mão de obra escrava, sendo muito pequena a utilização de assalariados. Dentro desse contexto, se calcularmos como população escrava com condições de trabalho, aquela faixa etária de 11 anos até 50 anos, teremos uma população de 4.193 escravos (59,29% nessa faixa). Dessa população escrava, se atentarmos para o mapa de 1833, veremos que escravos-homens atingiam 71,14% (2.983) e as escravas apenas 28,85% (1.210). Tal fato nos mostra uma maciça utilização do trabalho masculino nas charqueadas em virtude de ser o mesmo extremamente cansativo e duro (ARRIADA, 1994, p.117).

Arriada (1994, p.117) registra, ainda, segundo cálculo de Auguste Saint-Hilaire, o crescimento de 100 prédios em 1820 para 623, em 1833. Entre os imóveis residenciais, diversos eram os comerciais, cujo mercado parecia ser promissor. Comércio e residências dividiam espaço com lugares destinados ao público, como as praças, por exemplo. Também se organizou a cobrança de impostos locais, instrumentos de segurança pública e o comércio e indústria local. Todos os detalhes da nova urbe eram regulados pela Câmara de Vereadores. Nesse sentido, interessa notar o Código de Posturas Policiais, aprovado pela Câmara de Pelotas em 19 de fevereiro de 1834. Nela,

[...] compreende como limites da vila: os prédios que se acham entre o arroio Santa Bárbara e a Rua das Fontes (Barroso), desde o rio São Gonçalo até a sanga, ao norte, que corre pelo terrenos sem edifício pertencentes a José Rodrigues Barcellos e Antônio Francisco dos Anjos. Trata da saúde pública [...]; esgotamento de pântanos e águas infectadas e tapamentos de terrenos abertos onde lançam imundices; economia e asseio dos currais, matadouros e açougues; fábricas e manufaturas que podem alterar e corromper a salubridade e atmosfera; cemitérios e aterros; limpeza das ruas e praças e providências contra a divagação dos bêbados, doidos, animais ferozes e os que incomodam ao público; estradas, caminhos, pontes e plantações de árvores úteis; polícia dos mercados, casas de negócio e comércio; nivelamento e alinhamento das ruas e edifício; edifícios ruinosos, escavações e quaisquer precipícios; vozerias, obscenidades contra a moral pública; diversos meios de manter a segurança, tranquilidade e comodidade dos habitantes; jogos proibidos; expostos e vacinas; aferidores, pesos e medidas aferidas; aplicação das rendas e economia da caixa e arquivo da Câmara; disposições gerais (OSÓRIO, 1997, p.104).

Em pouco tempo os limites urbanos da Vila se expandiram para o norte com a formação do bairro da Luz, em 1858; e, a partir de 1870, na direção leste, constituindo o bairro da Várzea (MAGALHÃES, 1993, p. 80).

Da experiência desenvolvimentista vivenciada até os anos 1830, conflitos armados e disputas políticas entre os interesses locais e forasteiros se sobrepuseram aos avanços alcançados e em pleno movimento em Pelotas. Foram,

ao menos, duas situações que testaram a consolidação do poder local: o conflito Farroupilha e a Guerra contra o Paraguai. Sobre o primeiro, como exemplo, Conde D'Eu, citado por Osório (1997, p.123), escreveu que "os dez anos de guerra civil foram especialmente para Pelotas um período de misérias e de estacionamento". O historiador Mario Osório Magalhães (1993, p.52), ao lembrar o depoimento do cronista Nicolaus Dreys, reforça a assertiva afirmando que "os demais testemunhos que se conhecem são todos posteriores à revolução, mas todos unânimes em concordar que Pelotas parou – o que significa: deixou de progredir – durante o decênio da guerra”.

Nesse episódio, Pelotas foi palco de alguns acontecimentos e nele, diversos personagens locais tiveram participação. A lembrar das batalhas travadas em 1836, por Antônio de Souza Netto, que transformaram a cidade em lugar estratégico ao conquistá-la das forças de Manoel Marques de Souza, o futuro conde de Porto Alegre, enviando-o preso a Porto Alegre na barca-prisão Presiganga, cidade que no período estava sob o controle dos revolucionários (BENTO, s.d.). Nesse período, Domingos José de Almeida, charqueador pelotense e maçom pertencente à Loja Honra Humanidade (1855), transformara uma de suas charqueadas em arsenal de guerra farroupilha

[...] com oficiais de calafates, de latoeiros, de manipulação de ferro, lombilhos, correame, xergas, de objetos de alfaiataria, e laboratório de pólvora e espoletas; e ainda, provendo quanto ao fornecimento da tropa sob a base do depósito e venda dos couros das reses abatidas ao municio (OSÓRIO, 1997, p.121).

Foi também Domingos José de Almeida quem idealizou a República Rio-grandense<sup>100</sup> e incentivou a formação do esquadrão dos Lanceiros Negros. Vereador em Pelotas, foi eleito deputado na 1ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul e, durante o período republicano (1836-1845), Almeida foi Vice-presidente e Ministro de Estado, ocupando as cadeiras do Interior e da Fazenda, interinamente. Foi um dos responsáveis pela organização do periódico revolucionário O Povo, que funcionou de 1838 a 1840 (MENEGAT, 2009).

Contudo, o período foi crítico para a organização social de Pelotas. A Câmara de Vereadores permaneceu inoperante no período de 04 de fevereiro de 1836 a 17 de abril de 1844 (CMP, 2011, p.307-308). A população, que chegou a decrescer por

---

<sup>100</sup> Não por acaso, foi erguido, em 07 de abril de 1885, durante o império, um obelisco ao ideal republicano nas mediações das terras que ora pertenceram à Domingos José de Almeida.

causa dos conflitos, teve um incremento devido à vinda de uruguaios fugidos das lutas no Prata. Magalhães (1993, p.56) destaca que "em fins de 1842, evadindo-se da chamada Guerra de Oribe, um número significativo de castelhanos veio ajudar a recompor a decaída população de Pelotas". São também de Magalhães os dados mais relevantes que preenchem o período até a década de 1860. Conforme o autor,

[...] durante os anos 1851-1860 é que Pelotas vai dar o salto capaz de situá-la entre as cidades pequenas mais prósperas do Brasil. Nesses dez anos pôde concretamente efetivar a sua recuperação econômica e delinear a sua configuração urbana, que irão se consolidar no período seguinte, mantendo-se no apogeu entre 1860 e 1890 (MAGALHÃES, 1993, p.59).

Alguns fenômenos urbanos marcaram a retomada na aceleração desenvolvimentista no núcleo urbano. Entre eles, a criação do Hotel Aliança, em 1843, pelos italianos Prati e Gotuzzo; a fundação das primeiras lojas maçônicas na cidade<sup>101</sup>; o início da construção do Mercado Público (1847-1853); a introdução da iluminação a azeite – que será substituída pela de gás hidrogênio líquido, em 1853<sup>102</sup> –; a construção da primeira ponte sobre o canal Santa Bárbara; a fundação da primeira farmácia e do primeiro hospital, a Santa Casa de Misericórdia<sup>103</sup>, que localizava-se, à época (1847), na esquina das atuais ruas Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Na década de 1850, registrava-se na cidade uma cervejaria e quatro fábricas de chapéus, a instalação de imprensa para publicação de jornais e livros e a introdução de máquinas a vapor, em 1856, que vai aprimorar a industrialização do charque.

Com a propagação da cólera, em 1855, inaugura-se o cemitério da Santa Casa, distante do centro e até hoje o principal cemitério de Pelotas, localizado no bairro Fragata (...). No mesmo ano é fundado o Asilo de Órfãos (hoje Instituto Nossa Senhora da Conceição), no centro, por iniciativa da loja maçônica União e Concórdia e na sua antiga sede, recebendo o beneplácito da Igreja. Em 1857 surge um novo hospital, sob os auspícios da Sociedade

<sup>101</sup> Amaral (2000, p.9) dirá que "a Maçonaria teve uma marcante participação política e social. Envolveu-se ativamente não só com problemas nacionais mas, também, com as aspirações e necessidades da comunidade, embora buscasse congregar, principalmente, os interesses da elite pelotense e do que se pode considerar uma emergente classe média". Igualmente, Gil (2011, p.71), falando sobre as primeiras lojas maçônicas na cidade, 1841 (Loja Maçônica Protetora da Orfandade) e 1847 (Loja Maçônica Comércio e Indústria), dirá, quando da fusão de ambas na Loja Maçônica União e Concórdia, em 1853, que "os maçons pelotenses puderam planejar a criação de uma obra assistencial permanente na cidade, o que foi conseguido em 7 de setembro de 1855, com a fundação do 'Asilo de Órfãos Desvalidas Nossa Senhora da Conceição'. A concretização desse ideal marca de forma inequívoca a presença e a importância da Maçonaria no cenário social pelotense no início da segunda metade do século XIX".

<sup>102</sup> Para informações sobre a introdução da energia elétrica em Pelotas, ver AXT, Gunter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, n. 2, 1996.

<sup>103</sup> Para mais informações sobre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Pelotas conferir TOMASCHEWSKI, 2007.

Portuguesa de Beneficência e para os lados do Porto (MAGALHÃES, 1993, p.59).

No alvorecer da década de 1860, a cidade sente novamente os efeitos de um evento provocado por motivações bélicas, a guerra contra o Paraguai. Contudo, dessa vez, a guerra fortalece uma classe que saiu favorecida do episódio de 35, os altos militares revolucionários. Isto porque os acordos costurados para a assinatura de paz, o conhecido Tratado de Poncho Verde, estabeleceriam, no futuro, uma série de concessões aos derrotados por parte do vencedor, o Império. Como exemplo, Magalhães (1993, p.58) aponta a baixa nos impostos sobre o charque, em 1847, de 05% para 03%, enquanto Al-Alam (2007, p.67) frisa que “três quartos das exportações gaúchas eram compostas pelo charque e pelo couro” em 1861. Por outro lado, interessava ao governo imperial o restabelecimento das forças militares nas regiões de fronteira, especialmente as sulinas. Ademais, a localidade esteve fora do cenário de batalhas<sup>104</sup>, tendo sido o Uruguai mais afetado, nesse sentido<sup>105</sup>. Assim, ao estourar a Guerra contra o Paraguai, diversos foram os altos militares farroupilhas que assumiram o comando de tropas e, inclusive, lutando lado a lado com antigos rivais (OSÓRIO, 1997, p.141-167). Essa inserção da elite militar favoreceu a ascensão política dessa classe junto ao Império. “Muitos rio-grandenses”, de acordo com Magalhães (1993, p. 66), “começariam a participar ativamente das decisões políticas do Império. Tomariam novos rumos, a partir da segunda metade do século, o comércio, a pecuária, a indústria e a vida urbana do Rio Grande de São Pedro”.

---

<sup>104</sup> Mesmo tendo participado, conforme Osório (1997, p.143), com mais de dois mil homens, os Voluntários de Pelotas, que marcharam, em 1865, para a cidade de São Borja.

<sup>105</sup> Sobre o assunto, o viajante britânico Michael George Mulhal (apud MAGALHÃES, 1993, p. 76) deixará registrado em sua passagem por Pelotas, em 1871, que “a indústria das charqueadas, nesta parte do Brasil, torna-se mais vigorosa sempre que há uma guerra civil na República Oriental”. Berute (2011, p.61), ao tratar sobre as atividades mercantis no Rio Grande do Sul oitocentista, irá ao encontro da assertiva dizendo, com apoio de Franco (2001, p.53), que “invariavelmente os momentos de instabilidade política e crise econômica [na Banda Oriental] eram bastante benéficos para a economia da fronteira sul do Brasil. Nestas ocasiões, as principais praças comerciais desta região (Jaguarão, Pelotas e Rio Grande) tornavam-se 'empórios de fornecimento e consumo para a campanha do Estado Oriental'”. Dessa forma, e apoiado nesse depoimento, não é estranho afirmar que é após a década de 1860, com eventos da Guerra contra o Paraguai, quando o Uruguai está se recuperando do trauma da Guerra Grande (1839-1851), que a indústria charqueadora vai encontrar o seu auge. As consequências serão percebidas no desenvolvimento urbano da cidade. É também em decorrência dos conflitos no Uruguai que a população de imigrantes irá crescer na cidade, especialmente de uruguayos e bascos franceses, como atesta Betemps (2009, p.62).

Pelotas, sendo uma das mais importantes cidades nesse período<sup>106</sup>, com um forte parque industrial charqueador, se aproveitou do momento. Sobre o assunto, dirá Magalhães,

[...] na campanha, a estância, que já se organizara às vésperas da revolução, graças ao advento da charqueada, mas que de certo modo ainda era uma empresa primitiva, 'sem tapumes divisórios e sem seleção de raças', enfrenta agora uma transformação radical. Com o fim do gado xucro e a maior valorização da carne, com a progressiva presença das cercas, com a importação de reprodutores bovinos e o aprimoramento do rebanho equino, com a evolução da própria charqueada, o estancieiro, enriquecendo, passa a residir na cidade e a desenvolver atividades políticas. Sua relação de convivência com os peões se altera, adquirindo os contornos e as características de uma relação capitalista (MAGALHÃES, 1993, p.66).

Esses estancieiros, ou melhor, os que se dedicavam quase que exclusivamente à criação do gado bovino, têm com Pelotas uma relação bastante estreita, visto que esta permanecia sendo a cidade com a maior movimentação financeira da Província<sup>107</sup>.

Os estabelecimentos se remodelam, com a introdução paulatina de inovações tecnológicas e relações de trabalho assalariadas. Surgem indústrias complementares, como curtumes e fábricas de sabão e velas; diversifica-se a aplicação do capital em outras atividade. Em consequência de uma maior comercialização e beneficiamento da carne, intensificam-se as operações de crédito, as transações bancárias, que vão complementar uma das redes econômicas mais lucrativas das Províncias até os primeiros anos da República (MAGALHÃES, 1993, p.67).

Com a distensão dos conflitos internacionais<sup>108</sup>, as fronteiras nacionais na região do Pampa tomam formas mais consistentes e o fator militar vai dando lugar ao comercial. O historiador Marcelo Dias (1998, p.97), inclusive, aponta que "na

<sup>106</sup> Não foi a primeira vez que um visitante estrangeiro deixou registrado em diários de viagens oficiais suas boas impressões sobre a classe dominante da cidade. Contudo, nem um foi tão longe como o feito por Dom Luíz Gastão de Orleans e Bragança, o Conde D'Eu. Diz o aristocrata: "por todas essas vantagens que esta cidade possui sobre Porto Alegre, se me afigura ser para lamentar que se seja a capitais da Província" (EU, Conde de apud MAGALHÃES, 1993, p.74). Essa visão é corroborada pelo jornalista alemão Carlos Von Koseritz. Em sua visita à Pelotas em 1870, escreveu o que segue: "Pelotas se acha em circunstâncias diversas. Não podendo contar com os elementos oficiais que a Porto Alegre proporcionam acanhado movimento, viu-se obrigada a recorrer à indústria que a sua posição topográfica lhe facilita. Reina ali uma atividade industrial que Porto Alegre não conhece, e nota-se ali, em geral, progresso mais rápido, abastança maior, fortunas mais sólidas. Cremos até que, para uma cidade nestas condições, não seria sorte alguma se, de repente, se mudasse para ela a sede do governo e o mundo oficial" (KOSERITZ apud MAGALHÃES, 1993, p.74).

<sup>107</sup> Essa visão é corroborada por Conde D'Eu, em sua visita à Pelotas em 1865, que, citado por Magalhães (1993, p.73), dirá que "aqui [em Pelotas] é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e patações que ajuntou em tal mister".

<sup>108</sup> Especialmente a Guerra pela Cisplatina (1825-1828), o conflito Farroupilha (1835-1845), a Guerra Grande (1839-1851) e a Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

órbita de Montevideu e Buenos Aires, desenvolveram-se, na fronteira gaúcha, importantes praças comerciais, como Uruguiana, Jaguarão e Livramento, que rivalizaram os mercados do interior com as tradicionais praças do litoral rio-grande (Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre)". O fluxo transitório entre ambos os lados somado à incorporação de práticas capitalistas cada vez mais robustas, além da modernização das técnicas de trato e beneficiamento das matérias-primas nas charqueadas e saladeiros, provocaram uma nova lógica no sistema econômico da campanha. Dias, ao analisar a geografia comercial e a influência platina no Rio Grande do Sul, diz que

[...] nas últimas décadas do século XIX, ocorreu no Rio Grande do Sul uma mudança quanto à hegemonia econômico-regional. A Campanha, até então a principal zona produtora rio-grandense, enfrentou uma crise de mercados para a pecuária. O consumo do charque, restrito às classes pobres e à escravaria brasileiras, não oferecia perspectivas de expansão. A indústria frigorífica estrangeira, por sua vez, investia no Prata, devido à melhor qualidade de seus rebanhos, maior facilidade de escoamento pelos portos platinos e incentivos fiscais oferecidos pelos governos do Uruguai e da Argentina. Diante desse quadro, a partir do final da década de 1880, a produção pecuária gaúcha não mais se expandiu, e essa estagnação refletiu-se na Campanha, que, desse período em diante, manteve baixos índices de crescimento econômico e demográfico (DIAS, 1998, p.98).

Contudo, nesse ínterim, enquanto o Uruguai dava passos importantes para a abolição da escravatura no seu território, alcançada, como vimos, em 1842, o Rio Grande do Sul, apesar de ter se tornado destino majoritário para o tráfico, inclusive dos *libertos* no Uruguai, enfrenta problemas dessa ordem, como ressalta Al-Alam:

[...] outra questão que não podemos deixar de fora, e que deve ter levantado desconfianças com os sujeitos oriundos da "fronteira", seriam os conflitos no Prata, tanto em torno da Guerra Cisplatina (1825-1828), quanto em torno da Guerra Grande. Quanto aos temores das autoridades em relação ao Prata, foi uma constante o medo de indivíduos envolvidos nos conflitos enviarem soldados para provocar caos e desordens junto aos trabalhadores das charqueadas. Em um ofício de 28 de agosto de 1834, a Câmara de Pelotas agradecia à Câmara de Jaguarão por avisar que emissários do general Rivera estavam no Brasil a fim de provocar sublevações na escravatura (AL-ALAM, 2007, p.57).

Assim, a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, por mais que mantenha seu crescimento nas décadas seguintes à de 1870, concorre com duas regiões que mantêm ritmos de crescimento mais permanentes, a platina e a serrana (LONER, 2001). Nota-se que estas receberam, com maior antecedência, o elemento imigrante europeu (POMATTI, 2011, p.27). Na macro região de Porto Alegre, por exemplo, a chegada de imigrantes teve início em 1824 com os de origem germânica, que se

instalaram no Vale do Rio dos Sinos. Sobre o caso de Porto Alegre, Dias comenta que

[...] a praça comercial de Porto Alegre beneficiou-se duplamente com o desenvolvimento das áreas coloniais. No que diz respeito à exportação da produção agrícola colonial, a praça de Porto Alegre exercia um verdadeiro monopólio. Além disso, as importações de bens de produção, a princípio destinados à lavoura e, mais tarde as incipientes indústrias, também alimentaram o alto-comércio da capital (DIAS, 1998, p.99).

A vinda de imigrantes para a constituição de colônias em Pelotas<sup>109</sup> e a expansão para o interior da Serra do Sudeste<sup>110</sup>, mesmo que tardia, ajudou a promover a agricultura na região<sup>111</sup>, bem como a diversificação na oferta de serviços e produtos de consumo. Esses imigrantes, que num primeiro momento aparecem espontaneamente, como indivíduos interessados, ou curiosos, pela província sul-riograndense, passam a chegar, especialmente na segunda metade do século XIX, em grupos e estruturam colônias no interior pelotense por motivação, predominantemente, de particulares visto a preferência dos governos brasileiro e estrangeiros em implementarem colônias no norte e no centro da Província (POMATTI, 2011, p.47).

O caso local de maior sucesso na região sul talvez tenha sido o da colônia de imigrantes germânicos, ou pomeranos, que se instalaram na atual cidade de São Lourenço do Sul, emancipada de Pelotas em 1884. Há registro, também, da instalação de uma colônia de franceses, chamada de Santo Antônio, na atual região do distrito Quilombo, no município de Pelotas, em 1880, fazendo desse, conforme Betemps (2009, p.58), o período em que "a maioria das colônias da região de Pelotas foram fundadas". A afirmação é corroborada pelo historiador Marcos Hallal dos Anjos (2000) que, ao estudar a influência de estrangeiros em Pelotas entre os anos de 1850 e 1900, chegou a relacionar 61 colônias no interior pelotense, formadas principalmente por alemães, italianos e franceses. Apenas quatro dessas colônias tiveram iniciativa estatal.

---

<sup>109</sup> A presença crescente de imigrantes, majoritariamente europeus, dá novo ritmo a urbe, "transformando a antiga cidade de características luso-brasileira em uma nova e cosmopolita cidade, local onde variadas e diversas culturas entravam em contato inelutavelmente (ANJOS, 1999, p.1).

<sup>110</sup> Para Betemps (2009, p.57), "Depois da pecuária, ocupar e dominar as terras planas, a apropriação da região serrana surgiu como consequência da economia da planície. Um resultado da transição econômica e social em que a terra adquiriu um novo status".

<sup>111</sup> A Serra do Sudeste, como afirmou Al-Alam (2007, p.63), já era há algum tempo uma região fornecedora de gêneros alimentícios e madeira.

Com ajuda do trabalho *A Colonização ocorrida na área Rural de Pelotas na 2ª metade do Século XIX*, de Leila Fetter (2002), que analisou fontes sobre imigração, como livros de naturalização presentes na Bibliotheca Pública Pelotense, livros de registro da presença de estrangeiros no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e registros de entrada de estrangeiros no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ambos em Porto Alegre, Betemps (2009) pode desenvolver o seguinte gráfico (tabela 2) que marca a entrada de imigrantes em Pelotas por décadas:

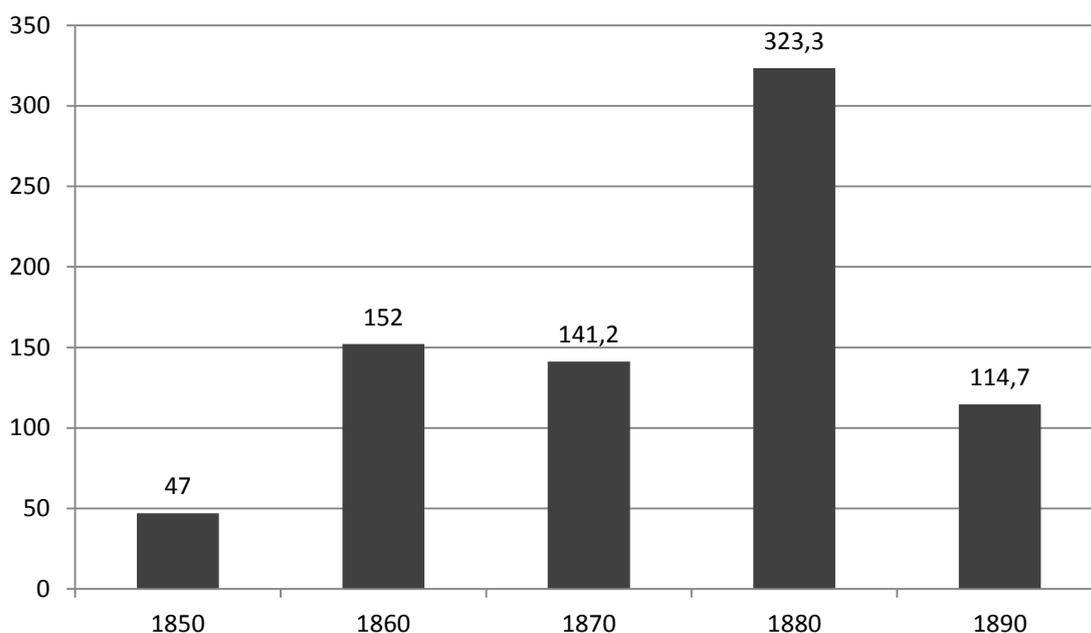


Tabela 2 - Gráfico com a média do número de imigrantes entrados em cada ano, por década  
Fonte: BETEMPS, 2009, p.61

Através desses dados, podemos perceber uma crescente entrada de imigrantes após a conclusão do conflito Farroupilha, cujo ápice veio a se dar durante a década de 1880. Coincidentemente ou não, esse ápice foi concomitante ao período em que ocorreu o que foi chamado de *emancipação da cidade de Pelotas*, uma forma de abolição da escravatura na localidade (1884), da qual trataremos mais adiante neste trabalho. Para analisar a origem étnica desses imigrantes, tomamos como apoio a tabela desenvolvida por Anjos com fonte nos registros de internação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (tabela 3):

REGISTROS DE INTERNAÇÃO NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA			
Nacionalidades	Entre 1850 e 1875	Entre 1876 e 1900	Entre 1850 e 1900
Portugueses	1888	2151	4039
Italianos	87	1036	1123

Alemães	408	698	1106
Orientais	239	613	852
Espanhóis	162	473	635
Franceses	162	403	565

Tabela 3 - Registro de internação na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas

Fonte: ANJOS, 1999, p.2

Apesar de a tabela ter sido desenvolvida sobre uma informação que consideramos de apoio, visto as limitações próprias da fonte analisada, ela apresenta um dado, no mínimo, interessante sobre a circulação de estrangeiros pela cidade. Sobre os de origem germânica, aparentemente em quantidade superior entre os anos de 1850 e 1875<sup>112</sup>, o naturalista norte-americano Hebert Smith (apud MAGALHÃES, 1993, p. 78), em sua passagem por Pelotas em 1882, observou que a presença de alemães no núcleo urbano era míngua, representada por "algumas casas alemãs, filiais das da capital". Inclusive, Magalhães, sintetizando os relatos de viagens de estrangeiros à Pelotas no século XIX, concluiu que,

[...] conseqüentemente, nota que quase não ouvia falar aquele idioma nas ruas, enquanto o castelhano "fala-se, porém, com frequência" e quase "quase todo mundo entende". Esse seria um dos resultados da proximidade física, das relações comerciais e de uma representatividade bastante alta, no continente populacional dos vizinhos platinos, sobretudo uruguaios (MAGALHÃES, 1993, p.78).

Quanto aos imigrantes italianos, aparentemente em maior contingente, especialmente após os anos 1870, pode-se dizer que encontraram primeiramente um ambiente favorável para as práticas do trabalho autônomo ou liberal, como aponta Anjos (1999, p.5), ao dizer que "à cidade dirigiram-se, além de arquitetos, engenheiros e técnicos para atuarem nos projetos de melhoria da infraestrutura urbana, também médicos, fotógrafos, comerciantes, educadores e uma infinidade de outros profissionais liberais e mestres artesãos a oferecerem seus serviços". A historiadora Ângela Pomatti (2011, p.29), ao pesquisar a imigração italiana em Pelotas, complementa essa lista anotando que

[...] eram alfaiates, carpinteiros, sapateiros, artistas, donos de estabelecimentos, como hotéis e lojas de secos e molhados, que se estabeleceram nas cidades do Estado e que obtiveram sucesso em seus

<sup>112</sup> Betemps (2009, 51) alerta que "Entre 1859 e 1875 foram totalizados 12.563 imigrantes, deste grupo, os franceses representam somente 5%, muito pouco se comparados aos 79% de alemães e austríacos. Mas, a imigração para o Brasil sofre um grande revés com o lançamento de um regulamento do governo alemão que retira o apoio à imigração para o Brasil. Com isso, a maior corrente estrangeira para o Brasil entra em declínio até receber novo alento com a corrente italiana. Neste intervalo, outras etnias foram trazidas, mas não ganharam a mesma relevância quantitativa".

investimentos. Em muitas dessas cidades, esses imigrantes italianos fundaram sociedades onde reuniam para comemorar datas italianas e mesmo para confraternizar. Expressiva também foi a presença de profissionais liberais, como médicos italianos, que se instalaram tanto nas zonas coloniais bem como nas cidades" (POMATTI, 2011, p.29).

Sobre os imigrantes franceses, o historiador Leandro Betemps, pesquisador do tema, adianta que

[...] a presença de franceses antes de 1874, data de sua entrada como colonos, era feita de caráter espontâneo e geralmente buscavam habitar as vilas porque eram em sua maioria professores, artistas e comerciantes. E Pelotas, com certeza, estava entre as cidades mais procuradas pelos imigrantes, primeiro por ser um dos maiores núcleos urbanos e também por ser uma cidade onde a cultura européia era marcante, onde havia muitas inovações que, comparadas com outras cidades da Província, demonstravam seu desenvolvimento e modernização (BETEMPS, 1999, p.2).

Podemos, portanto, dizer que a imigração de europeus para Pelotas, nesse período, representou um incremento às atividades complementares à vida urbana; logo, não serviram eles como mão de obra para as atividades afins da charqueada. Isso não se trata apenas de uma resistência por parte dos charqueadores em alternar a mão de obra escrava para a livre, como vimos anteriormente, mas, conforme a historiadora Beatriz Loner, pelo fato da substituição do escravo negro pelo branco imigrante se afigurar

[...] como impossível, não só devido à resistência deste último, mas, principalmente, pelo seu pequeno número para as necessidades da safra, e pela sua inexperiência neste serviço, sem contar a questão salarial, pois, o imigrante, sendo um trabalhador mais solicitado, tenderia a elevar o salário (LONER, 2011, p.70).

Os que não se estabeleceram no centro urbano, tentaram a colonização da Serra do Sudeste e, apesar de todas as adversidades que enfrentaram, como o preço das terras, a baixa infraestrutura à disposição e as escassas vias de transporte terrestres (POMATTI, 2011), contribuíram para a diversificação da produção agrícola e para o fornecimento de gêneros alimentos. Assim, por exemplo, os imigrantes alemães que tiveram como destino o Rio Grande do Sul acabaram construindo colônias aos arredores dos principais núcleos urbanos daquele tempo e desenvolvendo uma cultura econômica baseada na atividade agropastoril<sup>113</sup>. Os italianos, na sua maioria, vieram a incorporar as atividades mercantis e liberais no

<sup>113</sup> Anjos (1999, p.3) anota que a presença de alemães na área urbana da cidade, segundo o recenseamento de 1899, era de apenas 291 indivíduos, enquanto de italianos, por exemplo, alcançava uma população de 654 residentes.

centro pelotense, mesmo que tenham instalado colônias, como é o caso da colônia Maciel, Pelotas (ANJOS, 1999; POMATTI, 2011, p.29). Igualmente os franceses, que, segundo Betemps (2009), se destacaram por sua colônia Santo Antônio, responsável entre outras, por, a partir dos 1880, diversificar a produção local ao disseminar pela zona rural, na Serra do Sudeste, a produção de frutas para fins agroindustriais.

Deste modo, a cidade se configurava como um centro de referência regional, rivalizando em alguns momentos a supremacia econômica e política com a capital da Província. Tanto é que, em 1880, Pelotas apresenta uma população semelhante à de Porto Alegre e São Paulo, por exemplo (MAGALHÃES, 1993, p.91). É nesse momento, nas últimas décadas dos novecentos, que se sintetizará uma referência de cultura para a cidade, com característica hierarquizante, absoluta e homogeneizadora. Ao estabelecer um padrão de elite fundamentada na posse da terra, na ociosidade e no assistencialismo, características essas que repercutiam no plano da influência política junto ao Império, na criação de instituições de caráter progressista e assistencialista e no estabelecimento de padrões de entretenimento cultural e de bens culturais, "sua lembrança se consolidou na memória da cidade, mesmo quando ela começou a declinar em termos políticos e econômicos, influenciando o comportamento das outras classes em sua relação com os descendentes desses 'pais fundadores'" (LONER, 2001, p.55).

Ao traçar a origem da *raça* brasileira para falar do tipo biológico e mental do *pelotense*, como se pelotense fosse uma *raça* distinta do morador de Pelotas, Osório diz que

[...] é de origem greco-ibero-latina a civilização do Brasil. A essência do helenismo, transmitida pelos romanos, caiu nas mãos dos celtas, que a legaram aos povos continuadores da sua missão histórica. É esse espírito que forma o gênio da nossa *raça* – que fez a arte grega, que deu ao mundo o império romano, o cristianismo, as cruzadas, a renascença, e armou a "cavalaria do mar" que desvendou ao mundo o continente americano (OSÓRIO, 1998, p.289).

Ao idealizar a hereditariedade dos "maiorais da terra", expressão usada por Osório, tenta o historiador, com os olhos entupidos pela galeria heráldica que um dia se constituiu em sua terra, mas que persistia sobrevir sob a República, justificar a ascendência destes em relação aos demais, ou "tipos populares". Nas palavras do próprio escritor (1998, p.345), "será sempre o nosso melhor patrimônio a glória dos

nomes excepcionais e radiosos dos pelotenses perspícuos, de nascimento e de coração...".

Quanto aos populares, as palavras de Osório fazem eco às vozes da época. Descrevendo "esses tipos" de forma jocosa e discriminatória, ressaltava que "a distância e o tempo" diluiriam "na névoa das reminiscências, as sombras dos tipos populares" (OSÓRIO, 1998, p.313). Cabia ao escritor, que compilava a época (1922) a história de Pelotas em uma obra literária que fosse uníssona à posteridade, facilitar o esquecimento dessas gentes. Restou-lhe apenas registrar alguns desses elementos para que servissem como referência aos demais. Assim, ao falar sobre Dominginhos, angolano, vendido como escravo para Rio Grande e depois para Pelotas, o descreverá como

[...] vulto grotesco, minúsculo, quase invisível [...], trovador da cor inconfundível do carvão, dançarino incansável que atravessou a vida sempre carreando o peso da desventura, constantemente a rir, a cantar e a dançar, para ver se a boa sorte despertava do sono que para ele seria eterno [...]" (OSÓRIO, 1998, p.315).

Quanto a Roberto Macacão, "esse era feio como uma indigestão de charque [...]", mas houve "uns boêmios de espírito que descobriram [para ele] uma noiva encantadora", "verdadeira cariátide, uma espécie de megera de Macbeth, feia como um caco de granada, elegante como uma cama de vento, perfumosa como um murrão apagado, clara como o fundo de uma chaleira de chimarrão" (OSÓRIO, 1998, p. 316).

A essas gentes, os "maiorais da terra", os homens ilustres, de descendência helênica, quase semideuses, se associaram para lhes dar o melhor amparo, visto que, para o historiador da cidade, esta "já foi cognominada a 'Cidade da Caridade'" (OSÓRIO, 1998, p.370). Por mais absurdo que seja, a lógica de Osório parece ter se perpetuado no tempo com grande facilidade. Sua obra *A Cidade de Pelotas* permanece como referência a inúmeras obras destinadas à análise da cidade, sem, contudo, ser problematizada.

Mais que a contínua repercussão da obra, é a assimilação de suas ideias que nos impressiona. Fato facilmente percebido no cotidiano da cidade atual, como no artigo de opinião publicado pela escritora e cronista Zênia de Leon no Diário Popular, em 18 de novembro de 2013. Presidente da Academia Pelotense de Letras e famosa por sua obra *Casarões contam sua história*, através de seu artigo solicitava publicamente às autoridades a volta da Feira do Livro à Praça Cel. Pedro

Osório, que nesse ano veio a ocorrer no Mercado Público. Para a escritora, o Mercado, que é patrimônio cultural da cidade, não fazia jus aos produtos "de boa procedência, brotados da mente de quem produz com o cérebro e não com a terra, que usa a linguagem e não a enxada". E ratifica sua solicitação da seguinte forma: "Por favor, donos das resoluções: façam voltar a Feira do Livro para a praça! É o seu lugar específico. Lugar do povo/gente. Daquele negrinho que vai passando curioso. Pega um para olhar e recebe de presente da senhora ao seu lado". Podíamos ir além, com outros exemplos, como o caso do Baile do Bicentenário Pelotense..., mas o notório, que nos salta aos olhos, é que essa visão de mundo, de uma Pelotas alcunhada de "Atenas do Sul", criou raízes na cultura local, encontrando espaço para florescer, inclusive entre historiadores atuais, como é o caso de Magalhães.

Ao tratar sobre a história e tradições da cidade de Pelotas, Magalhães (1999) conclui seu trabalho com um saudosismo explícito à cidade que existiu nos dezenove. Subjetivamente, infere que depois da aristocracia, da escravidão e das charqueadas não há mais história para a cidade e o que resta desse tempo só pode ser alcançado longe das ruas, em círculos internos, de onde brota a luz que clareia, ou esclarece, as reminiscências que o passado legou como herança à atualidade. Deixamos o autor falar:

[...] para quem percorre hoje as ruas do centro, Pelotas parece, à primeira vista, uma cidade nova, atual, quase sem história. Os edifícios, a iluminação, a agitação das ruas, transmitem essa ideia. Só um convívio menos superficial com as pessoas e as instituições é que pode produzir diferente impressão. Seja pelas boas maneiras do povo, seja por um certo bairrismo ainda latente, em pequenos detalhes nota-se, de um momento para outro, ressurgirem aqueles traços que fizeram da "Princesa do Sul" a cidade da aristocracia rio-grandense, na expressão de Conde D'Eu, e da "Atenas do Rio Grande do Sul" o mais exuberante centro de cultura da Província de São Pedro. [...] o que agora existe, sobretudo aquilo que a individualiza, só pode ser explicado pelo que antes havia. Dessa forma tudo fica mais claro. Sob essa luz, a realidade encontra raízes. E ressalta sobre quase tudo, aos olhos de quase todos, a atualidade como derivação, como herança. Às vezes, apenas como saudade (MAGALHÃES, 1999, p.74-75).

Quanto a esse padrão de cultura que a elite local veio a estabelecer, Al-Alam, analisando a historiografia local, dirá que,

[...] o conceito de cultura usado por alguns destes escritores reflete bem suas visões sobre a história; a cultura é vista como um referencial a uma civilização hierarquizada, onde os outros, "sem cultura", desempenham o papel de bárbaros, não evoluídos em comparação ao refinamento da sociedade pelotense (AL-ALAM, 2007, p.36).

Ressalta-se, portanto, que o desenvolvimento percebido no período analisado foi puramente econômico e urbanístico<sup>114</sup>, visto que deixou como legado uma forte disparidade social e uma ordem cultural. Se por um lado a cidade conquistara ruas largas, paralelas e com calçamento, margeadas por casarões bem construídos<sup>115</sup>, por outro um enorme contingente humano não usufruiu desse desenvolvimento. O historiador Marcelo Freitas Gil (2011, p.70) chama a atenção "para o contraste que existia entre essa opulência e a situação dos escravos, trabalhadores urbanos, imigrantes pobres e moradores dos bairros mais afastados do centro da cidade no mesmo período histórico". Analisando esse contraste, concordamos com o retrato que Loner propõe para o contexto pelotense na virada do séc. XIX para o XX, o qual seja:

[...] numa sociedade que cultuava os traços nobres e a aristocracia, o desprendimento do trabalho e o tempo livre, é forçoso reconhecer que o espaço reservado àqueles que viviam do trabalho, seja como patrões de si próprio, seja vendendo sua força de trabalho, era reduzido. Pelas características de sua formação, baseada na exploração intensiva do trabalho negro, em Pelotas o preconceito racial e social era muito forte, pesando sobre os ex-escravos e seus descendentes – e, de certa forma, conformando em muito sua existência e suas aspirações futuras. O peso da tradição aristocrática e senhorial também se fazia sentir sobre todos aqueles ligados ao capital, incluindo os donos de oficinas e fábricas. A cultura senhorial da cidade afetava-os, manifestando-se de diversas formas, senão nos empresários de primeira geração, ao menos nos seus descendentes, que tenderam a aproximar-se da elite aristocrática, via casamento ou imitação de seu estilo de vida, e imprimindo, às vezes, uma destinação improdutiva aos lucros de seus negócios, em detrimento das necessidades de acumulação capitalista. Quanto aos trabalhadores, tal como as demais classes e grupos sociais, eles mantinham uma atitude de respeito e deferência frente à elite. Excluídos da possibilidade de imitação, eram porém influenciados por sua cultura e seus valores, o que, em alguns momentos, podia inibir uma atitude ou um comportamento mais classista (LONER, 2001, p.55-56).

Com o aumento da população (tabela 4), a cidade obrigou-se a crescer e sua expansão se deu de forma horizontal e desorganizada, muitas vezes atentando contra a higiene da população habitante. A historiadora Lorena Gill (2006, p.51) aponta, por exemplo, que "na virada do século XIX para o XX, uma série de doenças

<sup>114</sup> Magalhães (1993, p.80-91) ressalta, por exemplo, diversas melhorias urbanísticas na cidade, como a qualificação da Praça Cel. Pedro Osório pelo paisagista francês Aquiles Beauvalet (1870's); importação de uma caixa d'água, instalada na praça Piratinino de Almeida (1870's) e de quatro chafarizes pela Hydraulica Pelotense, empresa responsável pela distribuição de água encanada e tratamento do esgoto (1873); Substituição da luz artificial pelo de consumo de gás encanado (1875), juntamente com o calçamento das ruas principais; desobstrução do canal São Gonçalo para movimentação de navios de maior porte (1868-1875); construção da estrada de ferro Rio Grande – Bagé (1884).

<sup>115</sup> Magalhães (1993, p.80) anota o seguinte: "Os números indicam claramente essa evolução: no ano de 1833 havia, no perímetro urbano, 544 prédios; em 1858, 1456; em 1872, 2314; e em 1889, 4079".

epidêmicas se desenvolveu na cidade de Pelotas, como a varíola, a febre tifóide, a peste bubônica, a tuberculose". Essas doenças, por óbvio, tinham maior impacto sobre a população pobre da cidade, que, além de terem menor acesso aos tratamentos médicos, viviam em zonas habitacionais com enorme carência de tratamento sanitário e higiene. Assim, e especialmente na virada do séc. XIX para o XX, algumas discussões sobre habitação foram tomando consistência entre poder público e iniciativa privada. Discutia-se a responsabilidade de construção de novas vilas de operários pelos empreendimentos industriais, ou a reforma das existentes, inclusive dos cortiços; e, do outro lado, a isenção de impostos pelo poder público. Contudo, com raras exceções, essas iniciativas alcançaram algum êxito. O corrente e habitual foi a resposta do subúrbio pelotense em se auto-organizar, isto é, nas palavras de Alberto Coelho da Cunha,

[...] produzia-se ao redor da cidade, o *troxe-moxe* governado, um povoamento desordenado, com um plano de edificação que do seu se alheava. Se na cidade se construía um prédio, ao desafio lhe respondiam os subúrbios erguendo, pelo menos, uma dúzia de moradias (CUNHA *apud* GILL, 2006, p.48).

Ano	Nº de Habitantes
1812	2275
1814	2419
1820	3200
1830	4300
1835	12425
1846	11244
1860	13537
1865	15384
1872	24503 <sup>116</sup>
1890	41591
1900	44 881

Tabela 4 - População de Pelotas  
Fonte: ARRIADA, 1994; FEE, 1981

<sup>116</sup> Segundo a FEE (1981, p.82), não consta no censo de 1872 a população dos distritos pelotenses Nossa Senhora da Conceição do Boquete e Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, que, em 1884, se emancipam de Pelotas para dar surgimento ao município de São Lourenço do Sul, que vai fazer constar, no censo de 1890, uma população de 11977 indivíduos (ibidem, p.86 e 94).

Essa maior população distribuída na periferia do centro pelotense, majoritariamente na zona do porto, que acompanhava a instalação das indústrias nessa região (BRITTO, 2011, p.17), desenvolveu um ritmo de vida capitaneado pela dinâmica imputada pela cultura econômica local. Isso revela que o contexto da Pelotas de 1860 se transformava para dar lugar a outra cidade no início do séc. XX. E as transformações se evidenciam no início do período republicano.

Pelotas, em 1891, para ilustrar a situação, possuía uma população na área urbana de 22.919 habitantes, 4.160 estrangeiros, 7.035 africanos e descendentes, apenas 11.164 alfabetizados. As charqueadas, que representavam a principal fonte do setor econômico, contavam em número de 18 unidades – esse número será reduzido para 15, em 1897. Havia, entretanto, outras indústrias em crescimento, como as ligadas à área alimentícia, além do comércio e serviços autônomos. Contudo, duvidamos que as ofertas de trabalho e de geração de renda fossem suficientes para absorver toda essa população. Loner (2001, p.82) dirá que "não era fácil conseguir empregos na região", haja vista "a saturação do mercado de trabalho". Esse panorama aponta para um período de conturbação social, no qual o elemento europeu que aportava na região, com finalidade de se estabelecer na área urbana, enfrentava uma concorrência com o elemento nacional branco, bem como com a enorme população negra aqui residente. Dentre os trabalhadores negros, diga-se de passagem, apesar da desigualdade salarial que fazia com que alguns empregadores preferissem seus serviços, especialmente para os trabalhos braçais, surgiram diversas lideranças de classe. Isso, sem dúvidas, constituiu um problema de unificação entre os trabalhadores em geral. Loner ressalta que

[...] a situação do proletário no início da República brasileira não era nada lisonjeira. Salários diminutos, dificuldades de abastecimento, preços altos, falta de emprego, longas horas de duração do trabalho, permanência dos antigos hábitos de tratamento, herdados do tempo da escravidão, tudo ali se colocava (LONER, 2001, p.89).

A elite local, alicerçada num histórico de rápida ascensão econômica, de refinamento cultural e de acesso aos núcleos de poder de governo, vai aos poucos perdendo destaque para outras elites regionais, principalmente a porto-alegrense. Ademais, enfrenta na localidade uma série de transformações que testam a consolidação de suas tradições. O controle, que no período monárquico se dava basicamente pela coerção física, precisava ser aperfeiçoado. Uma das saídas encontradas por esse grupo foi através da criação de ferramentas disciplinadoras,

com viés de tornar dócil forçosamente os indivíduos mais pobres, quando a força autoritária da Guarda Municipal parecia não dar mais resultados efetivos ao controle da população. Assim, a instrução pública se tornou um tema recorrente entre os intelectuais da época, principalmente aqueles mais ligados às ideias positivistas e ao Partido Republicano Rio-grandense (1882).

Nesse cenário em que surgem, especialmente após a década de 1870, uma enormidade de instituições e serviços públicos<sup>117</sup>, vai surgir também, no entorno da praça Coronel Pedro Osório, a Bibliotheca Pública Pelotense e nela, 29 anos mais tarde, o primeiro museu da cidade.

---

<sup>117</sup> Cabe frisar que grande parte dessas instituições e serviços de caráter público tem influência da maçonaria pelotense, como atesta Amaral (2003, p. 57). Conforme a autora, "Convém ressaltar que para a consolidação dessa situação de progresso urbano e intelectual, houve o forte incentivo e iniciativa de cidadãos de maior poder aquisitivo, bem como da Maçonaria pelotense, da qual muitos deles faziam parte. Mantinham, além de entidades culturais e de lazer, como bibliotecas, jornais, escolas, teatros e parques, também, associações benemerentes, hospitais e asilos. Devido a considerável ausência de investimentos no que seriam os setores públicos de infraestrutura havia, inclusive, algumas empresas privadas de serviços urbanos que, com o tempo, passaram para a guarda do Estado". Uma análise mais profunda sobre a questão da maçonaria pode ser encontrada nos trabalhos de Amaral (2000, 2003, 2010, entre outros).

## CAPÍTULO 3

### A CIDADE E O MUSEU, CONEXÕES ENTRE O MATERIAL E O IMATERIAL

Temos visto entre os diversos aspectos, que residem no percurso histórico da cidade, se sobressaírem aqueles os quais trataram de condicionar uma memória conflituosa a uma história virtuosa. Por muito tempo, os relatos de viajantes que pela cidade passaram e nas letras imortalizaram o esplendor, a florescência e a distinção da aristocracia pelotense existente num dia longínquo, foram repercutidos com muito entusiasmo e sem muitas preocupações à posteridade. Sobreviveu a história dos *obreiros do progresso* – expressão recorrente na imprensa da época para definir a elite envolvida no progresso material, intelectual e científico da cidade (PERES, 2002b, p.75) –, não apenas na literatura, mas nas tradições centrais da urbe. Enquanto os livros que diziam respeito ao assunto se disseminavam, o casario e o que sobrou de materialidade *daquela* época foram preservados por recursos públicos, continuando a ocupar as referências paisagísticas da cidade e o imaginário da população. Sobre o imaginário, desnecessário é comentar sua relação com a herança imaterial legada pelos *pais fundadores*, visto que o assunto foi abordado disseminadamente neste trabalho.

Antes de adentrar ao museu, alguns aspectos sobre a vida cultural da elite pelotense do final dos dezenove precisam ser observados. Por dois motivos que consideramos razoáveis: um, por indicar as mentalidades dos homens por trás da instituição; dois, por servir como subsídio para a compreensão das características de configuração dessas instituições, particularmente as do Museu da Bibliotheca.

#### 3.1 Vida cultural

Os *homens* de Pelotas desde cedo se preocuparam em estabelecer pontos de referência na zona urbana da cidade para demonstrar seu gosto e seu refinamento cultural. A fundação do Theatro Sete de Abril, em 1831<sup>118</sup>, além de exprimir esse sentimento e ser o quarto teatro brasileiro em ordem cronológica, exemplifica os ânimos culturais que encontram outro espaço de diferente dos salões dos grandes casarios. A partir da fundação do Theatro, podemos dizer que uma nova dinâmica teve início na cidade a qual contribuiu diretamente para o estabelecimento do conceito de cultura para aquela população, especialmente no

---

<sup>118</sup> O Theatro Sete de Abril foi fundado em 1831, apesar ter sido inaugurado apenas em 1833.

que diz respeito à acessibilidade a essa cultura. Lugar preferencial para as festividades e os atos cívicos em meados do séc. XIX, o Theatro passou a representar o padrão de atividade de lazer e entretenimento entre a elite local antes de ter início a segunda metade do século. Em 1850, por exemplo, "Pelotas já estava na rota de grupos estrangeiros e nacionais de teatro, dança e música, como a Sociedade Dramática Hispano-Brasileira, a Companhia de Ginástica francesa Hénault, a Companhia Dramática de João Tomás Sirolo, entre outras" (MOREIRA, 2014, p.71).

É dessa época, também, que temos notícias das festas de carnaval, ou baile de máscaras à moda veneziana. Longe de ser uma festa popular como na atualidade, era destinado aos grupos convidados ou àqueles interessados em comprar um ingresso. O Theatro Sete de Abril serviu a essas festas, quando elas não aconteciam nas residências. A primeira notícia que se tem de um baile de máscara teria acontecido no interior do teatro e para quem pudesse pagar pelo ingresso, pela máscara e pela fantasia. Para quem chegasse mascarado, havia o benefício de levar gratuitamente uma fantasia. Quem pagasse apenas o ingresso, não teria o direito de dançar. As informações são da historiadora Dalila Müller, que estudou os espaços de sociabilidade em Pelotas em sua pesquisa de doutoramento. É da historiadora também a percepção de que "o pagamento do bilhete de entrada, o preço da máscara e do aluguel da fantasia aumentavam os custos com essa nova maneira de comemorar o Carnaval, selecionando o público, e reduzindo sua participação, tornando-o um privilégio da elite" (MÜLLER, 2010, p.171). Obviamente, o modelo de festejar o carnaval evoluiu com o tempo, contudo a distância entre classes seria uma constante. Maior, por certo, era a distância entre grupos étnicos, ou melhor, entre brancos e negros.

Das casas para o teatro, das festas privadas à pública, encontrou a elite pelotense outros meios para ampliar a sociabilidade, a recreação e o seu divertimento no decorrer do séc. XIX, afinal, como esclarece Müller,

[...] a medida que a economia da cidade – a atividade das charqueadas – ia se desenvolvendo, a sociedade pelotense reivindicava e buscava novos espaços de sociabilidade numa "cidade que se civilizava". No decorrer do século XIX, tais espaços adquiram grande importância na vida social e cultural da cidade, constituindo-se sinônimos de urbanidade e civilidade (MÜLLER, 2010, p.25).

Mas nem só de recreação se constituía a vida cultural da elite pelotense. Entre outros aspectos, dois, pelo menos, devem ser mencionados: o assistencialismo e a instrução. Sobre o primeiro, destacamos a fundação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, em 1847. A intenção de fundar uma casa de socorro não era nova. Em suas pesquisas, a historiadora Claudia Tomaschewski, encontra em uma correspondência datada de 1834 a discussão sobre o tema. Havia-se instituído na localidade, desde 1830, uma caixa de caridade, forma encontrada pelos homens "tão bem intencionados"<sup>119</sup> para auxiliar individualmente as famílias necessitadas. Contudo, a correspondência não tratava desse assunto em específico, ela era uma resposta ao Ministério do Império o qual solicitava informações sobre estabelecimentos de caridade e assistência a terceiros em Pelotas. Na resposta, assinada por Vieira da Cunha, Cypriano Barcellos e outros "maiorais", aludia-se que uma "economia bem regulada" tem a necessidade de centralizar a ajuda "dada" aos pobres. Um tom que, para Tomaschewski (2007, p.54), deixava bem claro "a distinção, ou até mesmo oposição" entre dois grupos: "os cidadãos filantropos e os pobres infelizes".

Porém, passaram-se aproximadamente 17 anos para que a cidade tivesse erguido sua primeira "casa de caridade", termo utilizado pela Câmara de Vereadores de Pelotas em correspondência enviada ao presidente da Província, em 1845. Dado fim aos litígios decorridos do conflito Farroupilha, organizou-se uma irmandade, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, destinada a manter um hospital "e que posteriormente assumiu outras atividades assistenciais como a criação de expostos e o enterramento dos mortos" (TOMASCHEWSKI, 2007, p.55). É também Tomaschewski que informa quem eram os homens ligados às atividades da irmandade. Conforme a autora,

[...] temos, segundo os números obtidos a partir de um livro de registro de irmãos organizados por José Vieira Pimenta supostamente em 1847, 23 indivíduos que teriam ingressado neste ano sendo os "fundadores" daquele "Pio estabelecimento". Dentre os quais, havia muitos charqueadores e capitalistas, mas também havia fazendeiro, médico, advogado e comerciantes (ocupação que predominaria nos próximos anos) entre outros. Era indivíduos que participavam ativamente da irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula e de cargos políticos locais e regionais (TOMASCHEWSKI, 2007, p.55).

---

<sup>119</sup> Expressão usada pelo jornal O Noticiador, em 03 de dezembro de 1832, para se referir aos membros da Sociedade de Beneficência de Rio Grande.

Além de seguir o padrão de gênero e classe, eram homens ricos que conduziam os propósitos dessas instituições, um dado aqui passa a ser relevante: possuíam cargos políticos locais e regionais. Esse fenômeno que passou a ser recorrente entre as instituições de caridade, de instrução e de arte que surgem em seguida, representa, para Peres (2002b, p.77), vantagens adquiridas, e revertidas em ganho político, quando estas se envolvem em atividades benemerentes sem retorno econômico direto, isto é, "alguns votos a mais e possivelmente uma reeleição". Assim, não foram poucas as atividades ligadas ao assistencialismo fundadas em Pelotas ao longo do século. Parece haver um dever moral em se associar em instituições benemerentes, uma regra social entre a elite que, mais que altruísmo ou humanismo, dizia respeito à *status* social. Essa marca ficou registrada na elite local e Osório a trata da seguinte forma:

[...] um livro seria pouco para conter, de modo exaustivo, a "estatística moral" de Pelotas. É o princípio da cooperação o que ela acusa, como o fundamento lógico e científico da teoria da ordem ou estática social, pela liberdade e probidade com que o homem aqui serve ao semelhante, tão enérgico e vivaz. Pressentiu-se o autor da *Cidade de Deus*: "depende a Pátria mais das relações morais que das conveniências física... a Pátria é uma alma! Ao lado da Pátria material, há uma Pátria moral..." (OSÓRIO, 1998, p.369).

As instituições de caráter assistencial que seguiram à fundação da Santa Casa são muitas, mas citamos a título de curiosidade, da lista elaborada por Osório (1998), o Asilo de Órfãos, em 1855, em prédio doado pela maçonaria, a Sociedade Portuguesa de Beneficência (1857) e o Asilo de Mendigos (1894). Os qualificativos utilizados pelo historiador (1998, p.374-379) a esses homens denunciam tamanha benemerência e desprendimento das coisas materiais. Selecionamos alguns: "de nobres propósitos", "cavalheiro cheio de energia e vontade", "laboriosos cavalheiros", "coração de ouro", "tão nobre varão". Esses últimos referiam-se ao Visconde da Graça e seu filho, respectivamente. E ao Visconde da Graça, recordará Osório "a ruidosa manifestação feita pelo eloquente conterrâneo major Antônio José de Azevedo Machado Filho":

"Em nome dos que esmolam o pão, a enxerga, o manto, o povo que me cerca vem atirar-te aos pés imensa gratidão. Quando um cidadão burila, como tu, no coração do um povo, um nome imaculado, nem povos, nem governos, nem mesmo a ação do tempo apagam as inscrições que a gratidão firmou à luz da caridade" (MACHADO FILHO, 1891 apud OSÓRIO, 1998, p.379).

Na expressão “filhos do seu tempo”, talvez esteja implícito nesse extrato um pouco do combustível que alimentava a generosidade desses homens: não serem apagados pela ação do tempo!

Chama a atenção, contudo, na verborreia de Osório, um caso que se diferencia dos demais, o Asilo São Benedito. Fundado em 1901, por estímulo e iniciativa de Luciana Lealdina de Araújo (1870-1930), negra, pobre e filha de mãe escrava, tinha como objetivo acolher meninas pobres, órfãs ou não, de Pelotas, que se caracterizavam em numerosa quantidade à época. Até a fundação do São Benedito, apenas meninas órfãs brancas, e respeitados alguns critérios, eram aceitas no Asilo de Órfãs, onde eram disciplinadas para que, futuramente, pudessem ser "consideradas mulheres com condições se serem inseridas na sociedade de acordo com os padrões estabelecidos pela elite" (CALDEIRA & AMARAL, 2012, p.121). Portanto, o que diferenciava a instituição de Luciana, cujo sobrenome tampouco é mencionado no compendio histórico de Osório, das demais instituições já mencionadas? Nossa sugestão não é outra que não os nomes dos homens mencionados por ele esmeradamente, que compunham a primeira diretoria da instituição (OSÓRIO, 1998, p.380). Cabe ressaltar que durante a monarquia, por exemplo, surgiram diversas associações negras na cidade, como deixa evidente em suas pesquisas a historiadora Fernanda Oliveira da Silva. Silva (2010, p.2), faz o levantamento de "10 associações que congregaram negros em Pelotas nos anos que precederam à abolição"<sup>120</sup>. A omissão de Osório a essas associações, bem como a negligência de outros pesquisadores sobre o tema, é presente, para a autora, porque

[...] alguns *historiadores*, principalmente do século XIX e princípios do XX, continuaram constituindo idéias referentes aos negros pelotenses tomando como base as amarras e preconceitos advindos dos escritos dos viajantes e reproduzindo idéias vinculadas a sociedade na qual esses viajantes estavam inseridos (SILVA, 2010, p.1).

---

<sup>120</sup> A saber, conforme Oliveira (2010), "Irmandade Nossa Senhora da Conceição; Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte; Irmandade de Nossa Senhora do Rosário; Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança; Sociedade beneficente Feliz Esperança; Sociedade beneficente Harmonia dos Artistas; Sociedade beneficente Fraternidade Artística; Club Abolicionista; Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade; Entidade de representação política unificada da raça Centro Ethiópico".

Em outras palavras, serviram os diários de viajantes<sup>121</sup> como subsídio à construção de uma história de dentro dos salões por onde circulou a aristocracia e os homens de grande fortuna. Não deram espaço às iniciativas que não se enquadravam nesse padrão, empurrando, ou forçando, o esquecimento de uma diversidade cultural disseminada na urbe.

Dito isso, cabe perceber que os asilos, em geral, além de serem lugares destinados à filantropia e à caridade dos *homens* da cidade, constituíam-se em lugares para a instrução das classes populares pelotense, fazendo dessa o terceiro e último componente da vida cultural da elite que analisaremos neste trabalho.

A instrução, como a caridade, eram vistas pela elite como um desdobramento da vida material de um indivíduo, assim, quanto maiores suas posses materiais, conseqüentemente maior deveria vir a ser sua capacidade intelectual e moral. Assim, têm-se notícias desde 1832 sobre o funcionamento de aulas particulares na cidade, frequentadas por 244 alunos, sendo apenas 25 do sexo feminino (NEVES, 2007, p.62). A educadora Helena de Araújo Neves, pesquisando a relação entre a educação em Pelotas e a propaganda institucional, ao levantar alguns dados sobre os primórdios da educação coletiva na cidade, frisa a relevância na área de ensino que a localidade foi estabelecendo na Província a partir, principalmente, da década de 30, dos oitocentos. A ela, segundo a autora, dirigiam-se estudantes de várias regiões, inclusive algumas bastante distantes deste centro. Sabe-se que esse ensino tinha caráter de instituição privada, e, portanto, de acesso restrito a quem pudesse pagar por ele. Essa característica é marcante na história da educação gaúcha no início do século XIX. Neves, com apoio de Tambara, vê no ensino rio-grandense dessa época

[...] um processo de exclusão de significativos contingentes da população no que se referia à instrução elementar e, principalmente, à oportunização do ensino secundário. Este aspecto decorria principalmente porque, na

---

<sup>121</sup> Entre outros: BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXI, p.219-270, 1858; DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990; EU, Conde. Viagem militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 85, v.139, p.107-278, 1919; ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983; SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Província, assim como no resto do Brasil, o ensino era uma reserva de mercado da iniciativa privada (NEVES, 2007, p.62).

E a oferta de ensino era crescente em Pelotas. Com referência à Magalhães, Neves, por exemplo, diz que "sobre a escolarização entre 1847 e 1891, constata-se que houve um aumento da oferta de instrução – o crescimento quadruplicou". De 11 escolas em 1847, passam a existir 46 em 1891<sup>122</sup>, além da constante oferta das aulas particulares oferecidas no recinto doméstico (NEVES, 2007, p.71).

Apesar de não haver um padrão curricular, existia uma tendência na distribuição de saberes ao ensino masculino e feminino. Às moças eram destinadas aulas que *formassem* mulheres dedicadas às questões domésticas, à família e à caridade cristã, além de as distinguir nos ritos sociais públicos, esfera própria do sexo masculino e para a qual ele era preparado (NEVES, 2007). A relação entre gêneros, contudo, não pode ser vista em absolutismos e universalismo. Se, em tese, o feminino estava destinado à vida privada e o masculino ao público, essa relação vai se intensificar ou distender de acordo com outras categorias de análise, como etnia e classe social, por exemplo. Peres faz esse alerta,

[...] é preciso considerar que a diversidade social e a complexidade das relações impedem a homogeneização dos gêneros. O grupo étnico, a religião, a idade, a classe social, são diferenças constitutivas do processo de construção dos gêneros. Se havia condutas, comportamentos e espaços sociais considerados femininos e outros considerados masculinos, não significa que havia *uma única* forma de ser homem e de ser mulher. Obviamente ser mulher da elite ou das camadas populares, branca ou negra, ou ser homem dos grupos dominantes ou das classes populares, negro ou branco, em Pelotas na virada do século, supunha estilos, oportunidades e condições de vida diferenciados (PERES, 2002, p.55).

Assim, ao passo que a oferta do ensino privado crescia verticalmente ao longo dos dezenove, as diferenças sociais e culturais da crescente população também foram aumentando.

Como vimos anteriormente, o panorama urbano pelotense era de intenso fluxo de pessoas no último quartel do século XIX, especialmente após 1875 quando começam a chegar, recorrentemente, levas de imigrantes italianos. Nesse período, também, o centro comercial se expandia, além das atividades das charqueadas e as complementares a ela. O controle social dessa população distinta da elite era feito geralmente pela coerção física, a partir das Guardas localizadas na cidade, como mencionamos. Contudo, ao ter início a discussão entorno da expansão da instrução

---

<sup>122</sup> Provavelmente não concomitantemente, visto que enquanto umas abriam ofertas de vagas, outras fechavam as portas (NEVES, 2007, p.97).

aos *pobres*, talvez já fosse evidente entre a elite local a necessidade de outras ferramentas de controle urbano. Entre elas, o aperfeiçoamento dos mecanismos de segregação e a instrução gratuita tiveram destaque, conforme afirma Peres,

[...] havia, portanto, três formas principais de manter sob controle as classes populares: a educação associada ao trabalho, a repressão e a segregação. Todas elas foram medidas adotadas pela elite pelotense no sentido de "preservar a ordem social", quer pela atuação dos intelectuais, professores, comerciantes, famílias oferecendo aulas e trabalho, quer pela atuação da polícia e dos caridosos e "beneméritos" (PERES, 2002b, p.45-46).

São esses três aspectos sobre a vida cultural da elite pelotense, vistos neste ponto do trabalho, sendo duas delas utilizadas para além de prestígio pessoal, o assistencialismo e a instrução, que estiveram fortemente presentes na constituição da Bibliotheca Pública Pelotense, instituição *mater* do museu, e da qual passaremos a abordar.

### **3.2 A cidade e a Bibliotheca: construindo um capital cultural, conservando uma história capital**

Nascia o ano de 1875 em Pelotas e já nos primeiros dias discutia-se a ideia de se fundar uma biblioteca na cidade. O debate ganhou na imprensa o incentivo de Antônio Joaquim Dias, jornalista e proprietário do Correio Mercantil, que a partir de janeiro deste ano passou a dedicar espaço exclusivo na sua folha para *as causas* da Bibliotheca. O assunto tomou fôlego no segundo semestre, vindo a se concretizar em 14 de novembro. O processo de constituição da Bibliotheca Pública Pelotense renderia um capítulo à parte, ou mesmo uma obra específica a seu respeito. A qual, curiosamente, não existe! Entretanto, por ter sido a partir dela que se tem a notícia do primeiro museu da cidade, cremos que os vinte e oito anos que dividem o surgimento da Bibliotheca de seu museu representam o elo dos assuntos que temos tratado neste trabalho com as motivações de nosso interesse.

Para tanto, e para não nos perdermos em uma história da BPP, priorizaremos uma análise embasada nos pressupostos teóricos que fomos estabelecendo ao longo do trabalho e conforme as categorias de análise já delimitadas. Buscamos sintetizar algumas ideias lançadas e que aparentemente estão dispersas pelo texto. Nossa ideia é alcançar o ano de 1904 já com algumas respostas às nossas hipóteses.

Dito isso, lembramos que, basicamente, foi a partir da década de 1860 que as charqueadas conseguiram encontrar um cenário local livre de intervenções advindas de conflitos armados e acirramentos políticos, o que as conduziu ao ápice de seu desenvolvimento industrial. Ademais, o cenário local foi favorecido economicamente por uma série de conflitos e crises que permaneciam a assolar a região platina, afetando diretamente os saladeiros uruguaios. A situação favoreceu, também, o desenvolvimento de uma poderosa elite local, sustentada pela escravidão, num primeiro momento, e pela exploração da mão de obra livre e barata no pós-abolição.

A cidade, no fim dos dezenove, crescia demograficamente, o que levou ao surgimento de um subúrbio mal planejado, com fácil dispersão de doenças (GILL, 2007), e um número muito grande de desempregados (LONER, 2001). Com um Estado que dava pouca importância para as questões pelotenses, envolveu-se a elite na formação de aparatos sociais, educacionais e de saúde, e não por um pequeno custo. Heterogênea e conflituosa, essa elite utilizava-se desses aparatos para consolidar prestígio particular e, como vimos também, para *sobreviver à história*. Com essa dinâmica foram criados, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo de Órfãos e, em 1875, a Bibliotheca Pública Pelotense.

Numa das notícias das quais tratam os ânimos para a criação da BPP, a de 10 de novembro de 1875, uma série de informações são tratadas num texto que ocupa o prestigiado espaço de quase toda uma coluna do jornal Correio Mercantil. Para o proprietário do Correio, o jornalista Antônio Joaquim Dias, responsável pela matéria, uma vez que tomava vulto a "utilíssima" ideia de se fundar uma biblioteca na cidade "para melhor atender as aspirações e conveniências de todas as classes sociais", deveria sua empresa dedicar seu "insignificante apoio".

A ideia deixou de ser vulto para tomar forma com enorme rapidez. No dia seguinte, o mesmo jornal noticia "a ação meritória" do Visconde da Graça, na época apenas Barão, que cede "gratuitamente" o andar térreo de uma de suas residências para o funcionamento da futura instituição. "O cidadão mais interessado no progresso da cidade", "com um admirável rasgo de generosidade, d'esses que pratica constantemente e tanto distinguem a sua grandeza de caráter e sentimentos", além de oferecer, "durante um ano, os magníficos e vastos salões térreos da sua propriedade", doa a quantia de 1:200\$000 para a fundação da futura instituição. A figura do Visconde da Graça (1817-1893) nos ajuda a compreender os

*homens do progresso* envolvidos na fundação da Bibliotheca, mesmo que por referência indiretas.

Nascido no seio da tradicional família Simões Lopes, dona de grandes propriedades de terra e charqueada, o que lhes rendia um invejável patrimônio e prestígio social, João Simões Lopes, avô do famoso João Simões Lopes Neto, iniciou seus estudos num seminário católico no Rio de Janeiro. Transferiu-se para Bahia antes de regressar à Pelotas, onde começou suas atividades como charqueador junto a seu pai, na charqueada da Graça. Teve participação nas questões do conflito Farroupilha, no lado dos revolucionários, e, em 1868, foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional em Pelotas. Rico charqueador e chefe militar local, não demorou a alcançar um cargo na Assembleia Provincial, local em que deu início a sua carreira pública. Sua ascensão política começou em 1870, na Assembleia, e em 1871 já era Vice-presidente do Rio Grande do Sul, chegando, inclusive, a exercer a presidência nesse mesmo ano. No ano seguinte recebeu o título de Barão e, em 1876, o de Visconde, "pelos relevantes serviços prestados ao Estado, na Província do Rio Grande do Sul" (OSÓRIO, 1998, p.393). Esse serviço referia-se ao empréstimo de cem contos de réis que ofereceu à Província, "sem juros", como ressalta Osório (1998). O Visconde da Graça exerceu a atividade política, pelo que se sabe, até fins de 80, uma vez que em 1885, por exemplo, voltou a assumir a Vice-presidência da Província. Sobre sua história, Osório assim deixou registrado:

[...] a então Província do Rio Grande do Sul, e principalmente a cidade de Pelotas, muito lhe devem no seu progresso material. É do conhecimento de todos que, se não fosse a avultada soma de 300 contos de réis, que s. excia. empregou na Companhia Hidráulica Pelotense, esta empresa teria acabado por falta de recursos. Quando, em 1876, a Companhia Inglesa teve de suspender a iluminação pública nas três cidades - Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas - e que Carlos Pinto obteve contrato para esse fim, foi o Visconde da Graça que, com 750 contos, em libras esterlinas, comprou o acervo dessa companhia, começando logo depois a funcionarem os gasômetros. À sua custa mandou o engenheiro Licínio Chaves Barcellos proceder aos estudos para a desobstrução do arroio Santa Bárbara. Finalmente, foi chefe acatado do Partido Conservador, tomou parte saliente na iniciativa da fundação da Bibliotheca Pública Pelotense, na abertura da barra e canalização do rio São Gonçalo, companhia de bondes, estrada de ferro Rio Grande a Bagé, à qual doou grande extensão de terrenos, inclusive os que compreendem a Estação e sua área de manobras nesta cidade, sociedades recreativas, instituições pias, destacando-se entre estas o Asilo de Mendigos, que ia ser fechado quando s. excia., tendo disso conhecimento, não consentiu autorizando por sua conta todas as obras necessárias ao seu funcionamento, no prédio em que está magnificamente instalada a referida instituição. Não só a constituir um patrimônio para si votou-se o Visconde da Graça, mas, ainda, ao bem social, ao progresso de

sua terra natal, dando colaboração inteligente e generosa a todos os empreendimentos da época, que nos felicitam e à cidade. **Por isso mesmo, seu venerado nome refulge entre os dos beneméritos de Pelotas**<sup>123</sup> (OSÓRIO, 1998, p.394-395).

Não era o Visconde da Graça um caso particular, ao contrário, era ordinário entre a elite local o envolvimento em ações que tivessem impacto no desenvolvimento *material e moral* da cidade. Utilizamos o caso do Visconde da Graça como referência a algumas mentalidades dos homens da elite da época e para reforçar o contexto cultural entre esses *homens*. Tão forte era essa cultura que ela acabou sobrevivendo ao século XX, como é o caso de Pedro Osório, que pode ser conferido na obra *O tropeiro que se fez rei*, de Vera Abuchaim (2013). Assim, não surpreendentemente responderam ao convite para a reunião que trataria da fundação da Bibliotheca (figura 8), amplamente divulgado pela imprensa, 45 homens *obreiros do progresso*.

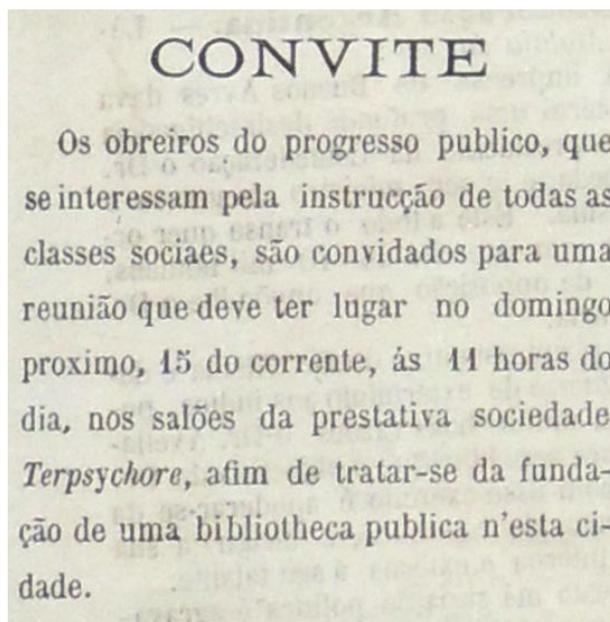


Figura 8 - Convite para a reunião de fundação da BPP  
Fonte: CM, 12/11/1875, CDOV/BPP

A reunião, que na verdade ocorreu no dia 14, pela manhã, na sociedade bailante Terpsychore, e não no dia 15 como noticiado, teve a participação exclusiva de homens, como de costume. Aristocratas, políticos, charqueadores, comerciantes, autônomos liberais e professores compuseram o grupo de fundadores e primeiros sócios, que logo tenderia a aumentar. As motivações públicas ficavam claras na

---

<sup>123</sup> Grifo nosso.

insistência dada pela imprensa, especialmente o Correio Mercantil, bastante envolvido com a questão. No mesmo dia 14, Joaquim Dias dedicava o início da primeira página de seu periódico ao assunto. Afirmava ele:

[...] não precisamos encarecer essa utilíssima ideia, que tende a preencher uma grande lacuna na vida intelectual da sociedade pelotense. As vantagens que resultam da fundação de uma Bibliotheca Pública conhecem-nas todos aqueles que acompanham as **evoluções do progresso e civilização da atualidade**<sup>124</sup>. Sem instrução, sem estudo, sem conhecimentos sólidos, não felicidade possível. O homem engrandece-se e aperfeiçoa-se no trabalho. Trabalhar é a grande divisa do século (CM, 14/11/1875).

Joaquim Dias foi um dos maiores entusiastas de que se tem notícia na criação da Bibliotheca. *Consagrou*, conforme suas palavras, a primeira parte do seu jornal às questões pertinentes à novel instituição. E a partir dele tem-se, nos dias atuais, uma enormidade de informações para as pesquisas interessadas no assunto.

Mas a repercussão da fundação da BPP não ficou limitada à localidade. A notícia foi também tratada por diversos órgãos da imprensa regional, como atesta Peres (2002b, p.73) ao transcrever a seguinte nota vinculada no jornal O Rio-grandense, de Porto Alegre:

[...] Pelotas não é só a cidade mais importante do sul, mas também em toda a província a que mais esforço faz para o seu progresso, sem esperar tudo do governo. Pelotas quis abrir a barra do São Gonçalo e seus capitalistas adiantaram o dinheiro; Pelotas quis possuir um encanamento hidráulico e as ações foram tomadas por seus habitantes; Pelotas quis ter cais no porto e bondes em suas ruas, e as ações da empresa foram ali mesmo colocadas; agora quer possuir uma Bibliotheca Pública, e os homens amantes do progresso reúnem-se e criam esse instituto. [...] É que Pelotas tem uma vantagem. Por incandescente que seja a luta política, sempre que se trate de interesses ou do progresso da localidade desaparecem todas as dissensões e em tais cometimentos todos se constituem companheiros (O Rio-grandense, Porto Alegre, 01/12/1875).

A repercussão da primeira reunião, a de fundação, portanto, não foi pouco efusiva. A imprensa noticiou amplamente seu resultado. Conforme o texto da matéria do Correio Mercantil de 16/11/1875, "a concorrência foi numerosa, notando-se a presença de algumas das pessoas **mais distintas e ilustradas**<sup>125</sup> da sociedade pelotense". Presidiu a reunião, e depois foi eleito presidente da novel instituição, José Vieira da Cunha [Neto]<sup>126</sup>, de tradicional família pelotense, especialmente ligada a área do Direito e a vida política – seu tio Joaquim Vieira da Cunha, por

<sup>124</sup> Grifo nosso.

<sup>125</sup> Grifo nosso.

<sup>126</sup> Foi vereador nas legislaturas de 1857-1860 e 1861-1864.

exemplo, chegou à presidência da Província, em 1868. Compuseram também a diretoria, como vice-presidente, Saturnino Epaminondas de Arruda, advogado e deputado provincial por três mandatos<sup>127</sup>, que veio a ocupar a presidência da BPP interinamente em diversos momentos devido à ausência de Vieira da Cunha – talvez por isso, apareça recorrentemente na literatura como primeiro presidente da instituição – e Carlos André Laquintinie, prestigiado professor, que futuramente envolve-se na organização do Museu da Bibliotheca. Para lá de ressaltar nomes, importa aludir, com referência a esses, que o projeto de fundação da Bibliotheca seguia o parâmetro cultural da elite discutido até aqui e estava alicerçado a uma agenda publicamente progressista, privadamente conservadora. A associação da elite charqueadora e latifundiária com líderes intelectuais, como professores, jornalista, médicos e advogados, vai aos poucos ganhando contorno e forma, ficando mais evidente conforme o século vai chegando ao fim. Retornamos à matéria:

[...] conquanto provisoriamente, a sua fundação, destinos e prosperidade, estão entregues a cavalheiros que dispõem de bastante influência e de todos os mais necessários recursos para levar ao cabo a utilíssima empresa. Atualmente, tudo depende deles e tudo lhes está confiado (OR, 01/12/1875).

Por fim, ela termina fazendo a relação dos doadores da primeira coleção alcançada, em número de 299 obras. Sobre esse detalhe, a pesquisadora Jaqueline Rosa da Cunha nota que

[...] após inaugurada a instituição, deram início aos pedidos de doação de livros, assim como fizeram os fundadores da biblioteca do Partenon Literário. Segundo registro de Francisco de Paula Pires, ao estabelecimento de instrução popular foram doadas pela colônia italiana muitas obras de autores italianos, principalmente as clássicas. Além dessas, chegaram à instituição obras de Bossuet, Voltaire, Rousseau, Cervantes, Dante, Camões, Byron, Humboldt, Condorcet, Diderot, Victor Hugo, Alexandre Herculano, Buffon, Malte-Brunn e uma coleção de autores latinos. O acervo contava, também, com livros científicos, filosóficos, “literatura amena e recreativa dos romances” e uma coleção de duzentos títulos de jornais do País e cinquenta do estrangeiro, além de cinquenta títulos de revistas nacionais e vinte internacionais (CUNHA, 2009, 72-73).

Essa pequena coleção cresceu admiravelmente em pouco tempo – eram 960 quando da inauguração da Bibliotheca – e esteve disponível ao público na sede provisória a partir de março de 1876. Interessante notar a contribuição dada pela sociedade italiana União e Filantropia. Conforme Loner (2001, p.104), os italianos

---

<sup>127</sup> Conferir DHP, 2011, p.107.

em Pelotas, como também os de fora, não representavam uma unidade étnica, quer por questões de distinção de classe, quer por questões identitárias, fortemente marcadas pelos diferentes dialetos, uma vez que a Itália, como ente nacional, era uma novidade. Assim a existência de associações italianas "refletiam a divisão da comunidade, não só através de seu número, mas das frequentes disputas e querelas que as envolviam ou a seus sócios [...]". A União e Filantropia, fundada em 1873, não fugiu à regra. Em 1875, registra Loner (2002), que ela,

[...] no decorrer de um conflito interno, expulsa alguns dos sócios fundadores, que vão formar outra sociedade com o mesmo nome, a qual consegue o registro junto ao governo provincial antes que a sociedade original. Então, durante algum tempo, conviveram duas sociedades com o mesmo nome, diferenciadas apenas pelo adjetivo: Leale (presidente Santiago Pratti – a original) ou a Oficial (presidente Frederico Trebbi –a dissidente) (LONER, 2002, s/p)<sup>128</sup>.

A União e Filantropia, que se envolveu com a fundação da Bibliotheca, foi a "Leale", de Pratti. O gesto repercutiu na imprensa, em 26 de novembro de 1875. O Correio Mercantil destaca que "o procedimento da diretoria da sociedade União e Filantropia é próprio de quem possui sentimentos altamente generosos e torna-se digno dos maiores louvores". Em outra análise, vemos uma parcela da comunidade de imigrantes italianos, que como vimos, dedicando-se especialmente às atividades comerciais e às profissões liberais, demonstrando gestos públicos de aproximação com o poder local. E parece que tiveram êxito. Loner, ao analisar o contexto dos trabalhadores imigrantes em Pelotas, percebe que o imigrante europeu simbolizava certo tipo de avanço. "Ilustrativo é o posicionamento do [jornal] Sul do Brasil: era a favor da imigração como mão de obra mais adequada às necessidades da industrialização e identificava os imigrantes como trabalhadores livres competentes, vendo-os como fonte do progresso" (2001, p.76), frisa a autora. E continua:

[...] esses imigrantes vindos até 1888, formavam a nata da imigração e vários conseguiram consolidar pequenos negócios, sendo que alguns deles ou seus filhos, transformaram-se em industriais e fortes comerciantes da região, estabelecendo laços através do casamento, com a elite agrária local (LONER, 2001, p.76).

<sup>128</sup> Loner (2002) registra ainda a existência de outra associação italiana contemporânea às duas União e Filantropia, a Circulo Garibaldi. No futuro, precisamente em 1885, formaram as três a Sociedade Reunidas União e Filantropia e Circulo Garibaldi, "entidade que subsistirá por muitas décadas, tentando, em alguns momentos, manter uma escola para crianças. Além disso, a comunidade italiana desenvolveu espaço teatral (Teatro Dante Alighieri), formou uma sociedade para tratar de festas e música, a Sociedade 20 de Setembro (ANJOS, 2000), o Corpo Musicalle Bellini, banda (1892) e, com os alunos de sua escola, criou uma sociedade infantil musical em 1895".

Contudo, esse ascender social numa cidade conservadora como Pelotas não se sucedia espontaneamente. Dependia de uma estrutura multifacetada que convergisse em uma rede a qual beneficiasse interesses mútuos, coletivos e, também, particulares. E a inserção de alguns italianos nessa lógica denuncia essas estratégias. O Correio Mercantil assim tratou o interesse da colônia italiana em prol da fundação da BPP:

[...] sejamos, pois, todos companheiros na cruzada que tende para a difusão da instrução, este farol brilhante dos povos que buscam no estadió (sic) do progresso, um lugar proeminente. Na empresa, que tomou aos ombros a colônia italiana, desejamos sejam esquecidas todas as divergências, e que todos, olvidando ressentimentos passados, se unam, e tratem com empenho de cumprir a missão a que se expuseram com tanta espontaneidade e galhardia (CM, 23/11/1875).

Logo, o caso da Bibliotheca se soma, como veremos, a um conjunto de táticas incorporadas por agendas políticas estrategicamente articuladas por grupos que, mesmo pertencendo a mesma classe, como a elite, ou uma mesma etnia, como a italiana, eram sobretudo heterogêneos e conflituosos tanto no panorama local, como também no regional.

Vejamos. Os poucos aptos à leitura – o analfabetismo era predominante – dividiam e compartilhavam leituras em comum, com notória influência da *filosofia* francesa (CUNHA, 2009). Assim, o espaço destinado à leitura, também se constituiu em espaço para se trocarem e se firmarem ideias. Em certo sentido, dispor de um repertório literário ao acesso público era uma forma de tentar homogeneizar o pensamento intelectual da época, visto que a Bibliotheca oferecia um espaço para uns, aqueles que quisessem se aproximar dos núcleos de poder políticos e econômicos, como forma de ascender socialmente, e para outros, possuidores de fortunas, como forma de consolidar influência no campo social. Mesmo que houvesse espaço para que o campo das ideias, e das *ideologias*, se articulasse, como nos clubes, nos partidos e em demais associações, era fundamental que existisse um lugar que representasse o predomínio dessas ideias nos campos das disputas sociais. É importante lembrar que a elite local era heterogênea e conflituosa.

Conservadoras, liberais, republicanas, monarquistas, centralizadoras, federalistas, cristãs, maçônicas, escravocratas, abolicionistas, entre tantas outras categorias de pensamento político, posicionavam, articulavam e associavam esses

*homens*, como nota Peres ao analisar os conflitos presentes nos anos que se sucederam a fundação da Bibliotheca,

[...] não houve, obviamente, sempre coesão e acordo entre esses homens. Os primeiros anos de funcionamento da Bibliotheca não foram marcados apenas pelo desprendimento dos seus integrantes, nem foi a instituição cercada do caráter festivo e harmonioso que aparentava. A Bibliotheca foi palco também de algumas disputas e desentendimentos – embora registrados de forma mais limitada e relativizada na imprensa –, em que estiveram envolvidos alguns membros das diretorias em diversos anos. Estas disputas de poderes são indícios de que não havia, certamente, homogeneidade entre as elites. Cada grupo ou indivíduo tinha interesses próprios, específicos (PERES, 2002b, p.77).

O surgimento da Bibliotheca, e dada sua rápida projeção, acabou constituindo um novo campo de embates. Peres ilustra esse fenômeno a partir de duas situações que reproduzimos a seguir:

[...] um deles, em 1876, envolveu Arthur de Lara Ulrich e demais membros da diretoria. A desavença aconteceu em razão de que alguns membros da diretoria organizaram uma festa para Saturnino Epaminondas de Arruda que, como deputado provincial – e presidente da Bibliotheca –, apresentou uma emenda que concedeu a BPP o valor de meia loteria da Província. Arthur de Lara Ulrich – dono do Jornal do Comércio – considerou a festa injusta para com os demais parlamentares pelotenses (Fernando Luiz Osório, Joaquim José Afonso Alves, Francisco Antunes Maciel, José Brusque e José Vieira da Cunha) que, segundo aquele, também trabalharam pela causa. Arthur de Lara Ulrich não só usou seu jornal para protestar como organizou outra festa para homenagear os demais parlamentares pelo esforço, junto à Assembléia Provincial, no sentido de garantir a aprovação da emenda. Por não ser o objetivo principal deste trabalho, não aprofundei o episódio, mas certamente, questões políticas desencadearam esse desentendimento, que teve a favor de Saturnino E. de Arruda a defesa do Correio Mercantil, através das matérias de Antonio Joaquim Dias. [...] Em 1879 foi o próprio Antonio Joaquim Dias que se envolveu em um desacerto na BPP. Pretendendo eleger-se presidente do estabelecimento, propôs em uma reunião anterior à eleição o nome de 45 novos sócios. Isto, com certeza, garantiria o cargo que almejava. Um grupo da diretoria, porém, denominado "grupo dos oito", impediu a entrada desses novos sócios e apresentou uma chapa para concorrer à eleição; esta saiu vitoriosa, derrotando Antonio Joaquim Dias. O dono do jornal Correio Mercantil rompeu com o "grupo dos oito" e ficou pelo menos dois anos afastado das atividades da Bibliotheca. Nesse período, entre 1879 e início de 1881, o Correio Mercantil praticamente excluiu das suas páginas qualquer notícia sobre a Bibliotheca (PERES, 2002b, p.79).

Outras características marcaram os anos iniciais da Bibliotheca, como as conferências públicas e a organização dos cursos noturnos, ou Escola da Bibliotheca. São especialmente essas atividades que imprimiram um ritmo de vida à BPP nos seus primeiros decênios. Buscaremos, a partir dessa parte do trabalho, as conexões estabelecidas entre a fundação da BPP com o surgimento do Museu, de

forma a perceber, mais claramente, os motivos de seu surgimento no início do séc. XX.

### 3.3 Os anos iniciais: construção e representação

Os anos iniciais foram especialmente importantes para a consolidação da Bibliotheca Pública na paisagem urbana de Pelotas. Instalada inicialmente em 05 de março de 1876, na parte térrea do sobrado de propriedade do Visconde da Graça, localizado na esquina das ruas General Neto e José de Anchieta (antiga General Vitorino), com 960 volumes, a Bibliotheca só passou a ter lugar no endereço atual, no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, quando concluída, em 1881, a primeira etapa da construção iniciada em 07 de setembro de 1878. O projeto arquitetônico assinado pelo italiano José Izella Merotti constava apenas de um único piso e foi concluído em 1885<sup>129</sup> (GUTIERREZ, 2004). O segundo pavimento só veio acontecer em 1913. Teve projeto executado por Caetano Casaretto, que, também, foi responsável por definir o estilo arquitetônico da fachada e interiores.

A fachada é simétrica e encontra-se sobre o alinhamento predial. Sua organização vertical é tripartida e seguiu a composição definida por Isella [sic] para o primeiro piso. Esta obra apresenta linguagem eclética. O pavimento de responsabilidade de Caetano Casaretto possui cinco portas sob vergas retas que se abrem para estreitas sacadas as quais ora são protegidas por guarda corpo de balaústres e ora por gradis. O edifício possui pilastras coríntias e ornamentação com figuras humanas. E, no topo, a platibanda cega é decorada com adorno de motivo floral. No centro há um frontão retangular com o nome da instituição em auto relevo ladeado por urnas e sobre este, um globo. Sobre o edifício descreveram Moura e Schlee (2002, p.86)<sup>130</sup> que teria o arquiteto Casaretto projetado o imóvel como um roteiro de visitas, como se estivesse propondo várias opções de percurso pelo interior da biblioteca. E ainda, repararam na forma como a escala volumétrica do edifício varia conforme a hierarquia do ambiente. Citam também, a fluidez existente entre os ambientes e a leveza e beleza causadas pela estrutura metálica localizada na principal sala de leitura que servem de sustentação para a circulação do pavimento superior. Ponto que se salienta pela presença da iluminação zenital (DALTOË, 2012, p.125-126).

Como podemos notar, o processo de construção predial percorreu uma longa trajetória, começou em 1878 para terminar em 1913. A começar pela autoria do projeto! Consta que a primeira planta do futuro prédio foi oferecida pelo engenheiro francês Dominique Pineau, logo acolhida pela Diretoria da BPP, no ano de 1878. O

<sup>129</sup>“Na sessão de 23 de outubro de 1885, o senhor presidente declarou estarem terminadas as obras do edifício, segundo declaração da Comissão de Obras. Para terminar de pagar o contratante, foi programado um concerto. Dois anos depois, em 07 de novembro d 1887, uma nova Comissão de Obras decidiu por mais melhorias, pinturas e escaiola no salão, continuação das estantes e colocação de canos no telhado, para o escoamento das águas” (GUTIERREZ, 2004, p.55).

<sup>130</sup> Moura & Schlee, 2002 *apud* Daltóe, 2012, p.125 e 126.

projeto arquitetônico culminou com a notícia de que o terreno solicitado para a construção da sede oficial da BPP havia sido deliberada pelo presidente provincial João Chaves Campelo. Natural de Pelotas, Campelo era político local e assumiu a presidência da Província no curto período de 10 de fevereiro a 12 de março de 1878, tempo que lhe fora suficiente para prover o terreno solicitado. Com o terreno e a planta arquitetônica em mãos, bastaria, então, dar início a consecução das obras. Correto se não fosse o impasse causado pelo arquiteto José Isella Merotti, de origem italiana.

Imigrante italiano de Trieste, Isella descendia de uma família acostumada com as lidas da construção civil, tendo trabalhado no restauro de palácios, como conta a arquiteta Helen Cabral (2012, p.190). Teria ele ido para a América com seu pai e irmão. Chegaram eles em Montevidéu, local por onde alcançaram a cidade de Pelotas, à procura de novas oportunidades e de trabalho. Em Pelotas, Isella teve a possibilidade de consolidar parceria na área da construção com pelo menos outros três italianos: Caetano Casaretto, Carlos Zanotta e Guilherme Marcucci, todos eles referências para os estudos ocupados com a arquitetura pelotense do final do séc. XIX. "Esses construtores", conforme Cabral (2012, p.189), "mantinham contato profissional e de amizade e por vezes, trabalhavam em conjunto. Possivelmente por isso, as técnicas construtivas e a estética tenham sido compartilhadas entre eles, tornando suas obras semelhantes", como pode ser notado no conjunto de suas obras, entre elas a construção da Capela da Santa Casa de Misericórdia, a Prefeitura Municipal, os clubes Comercial e Caixerai, o Centro Português, além das reformas no Casarão nº2, Asilo de Mendigos, Santa Casa de Misericórdia, etc. Detalhes como esse nos levam a perceber que eles mantinham um vínculo corporativista com fins de manter um nicho específico do mercado da construção para si. A própria construção da Bibliotheca (1878-1888) dá exemplo disso, tendo envolvido tanto Isella, como Zanotta (CABRAL, 2012).

Outro dado que fortalece a tese do corporativismo é o estabelecimento, em 1873, da sede da associação italiana União e Filantropia no Hotel Aliança, projetado por Zanotta. Nela, Marcucci veio a ser vice-presidente, chegando a presidi-la algumas vezes, e Zanotta, tesoureiro. Quando da cisão da Sociedade, permaneceram ambos no grupo de Pratti, o mesmo que auxiliou a formar a primeira coleção literária da Bibliotheca em 1875, como vimos anteriormente.

Essas relações demonstram a força e os interesses que giravam em torno da Bibliotheca. Mesmo que Pineau tenha oferecido uma planta, que, conforme Joaquim Dias (CM, 21/05/1878), era "um trabalho importante, belíssimo, que revela bom gosto e a proficiência do senhor Pineau", cujo traçado estava "sob todos os preceitos da arte moderna", fazendo com que esta planta estivesse "definitivamente adotada pela Bibliotheca Pública Pelotense", teve ele, na condição de responsável pela Comissão Encarregada das Obras, que abandonar o projeto do francês<sup>131</sup> para assumir o do italiano (GUTIERREZ, 2004, p.347-348).

Iniciada a construção em 1878, com "recursos oriundos das loterias concedidas pela Assembleia da Província, pelo bazar de prendas e por donativos particulares", alcançando custos a monta de 11.444\$260 em 1879, "não incluindo as dádivas de tijolo, cal, madeira, etc." (GUTIERREZ, 2004, p.352), concluiu-se o primeiro salão aproximadamente três anos mais tarde, em 12 de março de 1852. A quantia referida é irrisória se comparada aos gastos totais da obra, que somaram algo entorno de 51.000\$000 (DPEL, 13/11/1886), quando da entrega em 1885. E, ainda assim, houve a necessidade de uma complementação às obras iniciais entre os anos de 1887 e 1888 (DPEL, 08/11/1887).

Para dar conta aos mais de dez anos de elevação da Bibliotheca, concorreram as mais diversas iniciativas, que abarcaram os mais variados entes sociais, inclusive as mulheres e os negros, que, apesar de formas distintas, tinham sua liberdade social restrita naquele período (LONER, 2002). Para entender a contribuição desses outros entes, que não os *homens do progresso*, cujos feitos eram facilmente propagandeados e registrados pela imprensa, é importante perceber a forma de organização de gêneros, classes sociais e etnias em Pelotas no séc. XIX. Peres tratou com propriedade o assunto em sua pesquisa sobre os cursos noturnos da BPP, por isso aproveitamos para transcrever uma síntese elaborada pela autora que apresenta esse panorama e que serve de subsídios para outras análises que aqui propomos:

[...] Em Pelotas, no século passado, é possível dizer que: aos homens das classes populares "a madeira e os metais", ou seja, todo e qualquer trabalho manual. Aos homens da elite, a política, as atividades intelectuais e as profissões liberais. Às mulheres "a família e os tecidos". Porém, para as mulheres da elite uma vida familiar, doméstica, mais "sofisticada": envolta pela música, pela leitura, pelas artes de um modo geral. Para as mulheres

---

<sup>131</sup> Pineau foi responsável pelo projeto arquitetônico da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, construída entre os anos de 1881 a 1883, atual Lyceu Rio-grandense da UFPel.

dos segmentos populares, além da família, o trabalho - especialmente o doméstico -, que não só era aceito mas tido como necessário e valorizado como forma de combater o ócio e o "perigo" da prostituição; contudo, sempre em "atividades femininas": costureira, engomadeira, lavadeira, cozinheira, parteira, criada, copeira, modista, professora. É perceptível, portanto, que também as divisões de classe estavam muito bem delimitadas na sociedade pelotense. Os espaços de lazer, de instrução, de trabalho, eram ordenados com base na posição de classe, de gênero e de grupo étnico dos indivíduos (PERES, 2002b, 54).

Essas construções sociais, mesmo que subjetivas e próprias da época, eram reforçadas através de ritos, de símbolos culturalmente disponíveis, especialmente os imagéticos, e de discursos que afirmavam e reafirmavam lógicas e normas sociais, conforme tratamos no primeiro capítulo. E que outro espaço que não o das instituições para servir de catalisador para essas representações? A Bibliotheca Pública, nesse sentido, não fugiu à regra.

### 3.4 Entre o local e o global

Entre espetáculos, concertos, quermesses, bazares e outras atividades que tinham como finalidade a arrecadação de verba para as obras da sede da BPP, um programa de conferências públicas teve início em 1877 (PERES, 2002b). Essas conferências foram estrategicamente fundamentais para estabelecer um padrão intelectual, e também cientificista, em Pelotas. Foram um meio encontrado por grupos da elite local para discutir temas em voga no âmbito nacional e internacional. Um meio institucionalizado para introduzir ideias e *ideologias* para além das dos salões residenciais, das associações, dos clubes e, obviamente, dos partidos políticos. Praticamente todos os temas eram discutidos, mas os ligados ao ideal republicano, ao abolicionismo e ao evolucionismo tiveram maior destaque.

Apesar de termos investigado o estabelecimento e a repercussão das conferências públicas em Pelotas, foi impossível realizar uma lista com todas elas, o que deixamos como espaço aberto para futuras pesquisas. Frisamos, contudo, dois momentos dessas conferências, as do ano de 1887, período de efervescência das ideias republicanas em Pelotas, e de 1904, ano em que se organizou o Museu.

Os anos de 1884 a 1887 foram bastante especiais para Pelotas, e conseqüentemente para a Bibliotheca. Os debates em torno da abolição tomaram fôlego com a criação do Clube Abolicionista, em 1881, e do Centro Abolicionista, em 1884. Não eram ideias novas, por absoluto. Mas consolidaram a organização de uma militância articulada anteriormente dentro de partidos políticos e pela imprensa, como foi o caso dos jornais surgidos no início da década 1880, como *A Discussão*

(1881-1888), de Fernando Osório [pai], Epaminondas Piratinino de Almeida, Saturnino Epaminondas de Arruda e Marçal Escobar; *A Voz do Escravo* (1881), de Manoel Conceição da Silva Santos, Bernardo Taveira Jr., João José Cezar, Francisco de Paula Pires, e outros; e *A Penna* (1884). Vários desses políticos e intelectuais envolvidos na difusão de ideias abolicionistas e republicanas estiveram envolvidos diretamente com a condução da BPP, como é o caso de Saturnino de Arruda, de Bernardo Taveira Jr. e de Paula Pires. Outros se somaram a esses e acabaram por constituir um grupo heterogêneo. Destaque para a atuação de Manoel Conceição da Silva Santos.

Nascido em 1831, no Brasil, Silva Santos era descendente de africanos e foi trabalhador livre desde que se estabeleceu em Pelotas com sua esposa. Exerceu trabalho como carpinteiro e depois na construção civil, a partir do qual conseguiu formar um patrimônio que contava de uma residência e um galpão em rua principal da cidade (LONER, 2013). Essas características talvez lhe deram chancela para as atividades que veio a desenvolver no campo da política e da militância abolicionista. Conta-nos Loner que Silva Santos foi participante ativo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, local em que ocupou todos os principais cargos, e também do Partido Liberal. No PL fez parte do grupo de dissidentes liderados por Fernando Osório [pai], momento que gerou uma oposição dura contra os abolicionistas. Contudo, "na campanha da Abolição", conforme Loner (2013), Silva Santos "parece ter sido o elemento de ligação entre a comunidade negra e os abolicionistas brancos, atuando efetivamente desde o início da campanha na cidade, a qual ocorreu em 1880, quando fundaram o jornal *A Voz do Escravo*". E sua militância não ficou restrita apenas nas linhas da imprensa ou nas fileiras partidárias, o que já seria bastante interessante. Ele foi além, empenhou-se definitivamente na organização do Clube Abolicionista, que teve uma direção com diversos membros afrodescendentes. O Clube Abolicionista, que surgiu na cidade em 1881, chegou a contar com um grupo de mais de duzentos integrantes ao longo de sua história, que se encerra em 1885. De acordo com Loner,

[...] ele próprio, procurou apoios entre pessoas de prestígio na cidade, colocando-os nos principais postos de direção do mesmo, embora alguns cargos importantes para o funcionamento da sociedade, como secretário e tesoureiro estivessem em mãos de afrodescendentes, ele como procurador, depois tesoureiro e Serafim Alves, como secretário (LONER, 2013, p.5).

A campanha abolicionista em Pelotas alcançou seu ápice no ano de 1884, quando o cenário parecia propício para a *completa emancipação da cidade de Pelotas*, conforme foi noticiado à época (AD, 30/08/1884). Somava-se à militância do Clube o Centro Abolicionista, fundado em 1884. O jornal *A Discussão* propagandeou em suas folhas uma chamada para reunião que veio a acontecer na Bibliotheca Pública Pelotense no dia 01º de setembro. A página do jornal assim fazia constar: "forçoso é que Pelotas, que iniciou o movimento abolicionista, que por toda a parte se agita e se avoluma, conclua a sua obra" (AD, 30/08/1884). O resultado começou a aparecer. Dos aproximadamente 07 mil escravos em Pelotas (LONER, 2013), quase a metade conseguiu sua alforria em troca de contrato de trabalho (tabela 5).

Período	Número de Escravos	%
1830-1850	297	6,8
1851-1871	1.008	23,0
1871-1888	3.071	70,2
Total	4.376	100

Tabela 5 - Escravos alforriados em Pelotas/RS, 1830 a 1888

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1888. APERS (PINTO, 2014)

O que parecia ser um passo efetivo para a consolidação da abolição da escravatura na cidade se transformou em uma *escravidão às avessas*. O contrato de trabalho não representava uma liberdade de fato, mas condicionada. E parece que o Centro Abolicionista, formado pelos maiores escravagistas da região, como sugere Al-Alam (2011, p.6), colaborou para essa situação, devido ao "fato de que os abolicionistas não quiseram colocar o Clube a serviço dos contratos de prestação de serviços". O movimento abolicionista precisou se rearticular e encontrar novas táticas para alcançar seus objetivos, inclusive fiscalizar os contratos de trabalho. Por outro lado, os escravagistas locais, anteendo a iminente realidade, reforçaram a venda dos seus escravos para as fazendas na região sudeste, conforme Monastério (2005, p.23).

Foi nesse momento, também, como forma de recompensar a elite *abolicionista*, que o Império passou a conceder inúmeros títulos nobiliários. Pelotas, que passou a ser conhecida por sua aristocracia, *esqueceu* que essa aristocracia

teve vida efêmera. Dos doze títulos de barão concedidos a pelotenses, 09 são posteriores a década de 1880 (figura 9). Destaque para os concedidos à família Antunes Maciel, como o título de Barão dos Três Cerros concedido a Aníbal Antunes Maciel, que chegou a ser também, na década de 1880, vice-presidente da BPP, e cujo solar deu origem, em 1982, ao Museu Municipal Parque da Baronesa. Para Al-Alam,

[...] nesse processo vale ressaltar a importância de Francisco Antunes Maciel que ao assumir o Ministério do Império de 1883-84 articulou titulações aos seus parentes assim como recebeu ele mesmo, em 1883, o título de Barão de Cacequi. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e seu primo Aníbal Antunes Maciel recebeu o título de Barão dos Três Serros (1884) (VARGAS, 2010, p.209). Em Pelotas eram evidentes as articulações políticas em âmbito regional e nacional, o que se fazia pelas relações de reciprocidade tradicionais, como os vínculos partidários e os casamentos, por exemplo (AL-ALAM, 2013, p.243).

NOBILIARQUIA PELOTENSE		
a) Barões		
Ano	Nome	Título
1829	Domingos de Castro Antiqueira	Jaguari
1872	João Simões Lopes	Graça
1873	Antônio Gomes Moreira	Butuí
1883	Francisco Antunes Maciel	Cacequi
1884	Francisco Gomes da Costa	Arroio Grande
1884	Felisberto Inácio da Cunha	Correntes
1884	Leopoldo Antunes Maciel	São Luís
1884	Anibal Antunes Maciel	Três Cerros
1885	Antonio Azevedo Machado	Azevedo Machado
1886	Joaquim da Silva Tavares	Santa Tecla
1888	Joaquim J. de Assumpção	Jarau
1888	Miguel Rodrigues Barcellos	Itapitocai
b) Viscondes		
1846	Domingos de Castro Antiqueira	Jaguari
1876	João Simões Lopes	Graça

Figura 9 - Nobiliarquia Pelotense  
Fonte: MAGALHÃES, 1993, p.99

Essas relações, diga-se de passagem, foram essenciais para a formação e consolidação de redes políticas nacionais e internacionais estabelecidas pela elite local, nas quais se mantiveram deputados, senadores, ministros e juizes do Tribunal Superior pelotenses. Seria cansativo listá-los todos. É desnecessário, acima de tudo<sup>132</sup>. O importante é notar que não foram poucos. Mais ainda, para alcançar tal mister dependiam de uma estrutura eficiente no campo social, lembrando que com a Lei Saraiva<sup>133</sup>, de 1881, o número de eleitores havia aumentado consideravelmente. Contudo, as redes de solidariedade entre os grupos distintos foram se tornando cada vez mais densas, a ponto de, em 1893, por exemplo, ter início um conflito armado no Rio Grande do Sul, popularmente chamado de Revolução Federalista. O conflito teve forte componente ideológico e *dividiu* o Estado, na recente República, em opositores e em apoiadores do regime castilhistas. De um lado, em via de regra, um grupo organizado entorno das ideias federalistas, de outro, positivistas. Apesar de não nos adentrarmos na ceara das discussões desse conflito, queremos fazer notar que em certo grau as ideias discutidas no campo político dos partidos e de outras agremiações e que passaram a fazer parte da rotina da BPP através das conferências públicas, por exemplo, tiveram algum impacto naquela gente.

Citamos o caso de 1887, quando uma série de conferências tiveram como tema a República. Foram oradores, Alexandre Cassiano do Nascimento, futuro ministro de Floriano Peixoto e senador da República, e Álvaro Chaves, um dos fundadores, junto com Cassiano, do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

A imprensa noticiou as conferências proferidas por Álvaro Chaves (anexo D) e Alexandre do Nascimento (anexo E) com bastante entusiasmo, cujas repercussões foram bem maiores que as proferidas por George Chamberlain, sobre questões da Igreja Presbiteriana (CM, 13/02/1887), por Antônio Simões Lopes, sobre a instrução (CM, 12/06/1887), e pelo Sr. E. Perié, sobre o progresso e a necessidade de criação de bancos rurais (DPEL, 11/07/1887), entre outros. Talvez houvesse um momento propício para a divulgação das ideias republicanas na localidade, que se somavam a diversas iniciativas nacionais e cujo impacto tomou forma na queda da monarquia pouco tempo depois. Ou talvez a BPP representasse um espaço facilitado e útil para

---

<sup>132</sup> Para conferir listas, sugerimos a leitura do Dicionário de História de Pelotas (2011). No que se refere a Deputados Provinciais, p.104; Deputados Gerais, p.102; Deputados Estaduais, p.100; Deputados Federais, p.101; Senadores, p.253; Ministros de Estado, p.189; Vice-presidentes da Província, p.277.

<sup>133</sup> Conferir em <<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>>, acesso 29/09/2015.

a propaganda republicana, visto que entre seus membros se encontravam vários partidários dessa causa. Certo é afirmar que Alexandre do Nascimento posteriormente se tornou um ícone local do Partido, vindo a participar do governo de Floriano Peixoto, acumulando os Ministérios das Relações Exteriores, entre 1893 e 1894, da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores no ano de 1894, isto é, três das seis pastas ministeriais do governo. Também foi deputado federal e senador da República até sua morte em 1912. Vale destacar que Álvaro Chaves não viu o alvorecer da República, pois faleceu precocemente em maio de 1888.

Enquanto ideias republicanas confluíam e reverberavam nos salões da Bibliotheca, onde os *homens* de Pelotas faziam transitar ideias entre o local e o global, outra categoria de pensamento percorria os arredores urbanos, alcançando a BPP primeiramente na forma de livros. Era o cientificismo que se avultava pelas Ciências Naturais e tomava forma especialmente pelas ideias ligadas ao evolucionismo. Em 1884 já havia quem divulgasse essas ideias na imprensa local. É o caso no Onze de Junho que, em 03 de julho, publicou em diversas partes a matéria "Sciencia: o evolucionismo em direito criminal". Conforme trecho da matéria,

[...] sob o influxo das novas correntes intelectuais, as ciências morais e sociais apresentaram-se sob um aspecto totalmente novo. Despidas das roupagens espiritualistas, banindo de seu seio as inacessíveis ideias concebidas *a priori*, e associando a um conhecimento exato do desenvolvimento da natureza humana, e da ação que sobre ela exercem os agentes externos, reveste-se de todas as características de uma ciência natural (OJ, 03/07/1884).

Poderíamos nos dedicar a uma investigação profunda e criteriosa para compreender os meios pelos quais as Ciências Naturais, e particularmente o evolucionismo, chegaram a Pelotas. Contudo, cremos ser desnecessário.

Já comentamos aqui que apesar de estar afastada espacialmente dos grandes centros urbanos, Pelotas era uma cidade cuja elite participava de redes sociais nacionais e internacionais. Voltamos ao caso da associação italiana União e Filantropia, para mera ilustração. Essa associação, conforme Cabral, mantinha

[...] contato direto com outras associações italianas, como Unione e Benevolenza, de Conceição do Uruguai; Unione e Benevolenza, de Buenos Aires; Mutua Socorro Fra Gli Operai Italiani, de Montevideo; Unione e Benevolenza, de Flores; Socorro Mutuo, Unione e Beneficenza, de Bagé (CABRAL, 2012, p.208).

Além das associações étnicas, outras instituições que favoreceram o intercâmbio de ideias foram a maçonaria e o espiritismo, como atesta Gil. Relata o

autor (2011, p.65) que "a Maçonaria, através de várias lojas espalhadas pela cidade, marcou a sua presença em movimentos importantes no contexto nacional, como a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) e em outros tantos fatos relacionados ao contexto local [...]". Nota também que o pensamento maçom foi fortemente marcado por valores liberais e cientificistas, em oposição à postura *ideológica* clerical (GIL, 2011, p.72). Os maçons, notadamente, estiveram envolvidos na fundação da Bibliotheca. Entre eles figuram nomes como Antônio Joaquim Dias, Saturnino Epaminondas de Arruda, Aníbal Antunes Maciel e Francisco José Rodrigues de Araújo. Esses dois últimos merecem nossa atenção.

Aníbal Antunes Maciel descendia de uma rica família regional, dona de estâncias e charqueadas. Vários homens da família Antunes Maciel também foram políticos, com carreiras de sucesso, como é o caso de Francisco Antunes Maciel, que assumiu o Ministério do Império entre os anos de 1883 e 1884. Nesse momento, Francisco conseguiu títulos de nobreza para si e para diversos parentes. Entre eles estava Aníbal, agraciado com o título de Barão dos Três Serros, em 1884.

Apesar da formação em ciências físicas e matemáticas, dedicou-se à criação de gado para as charqueadas, atividade da qual provinha a principal fonte de sua fortuna. Em Pelotas, tentou uma carreira política, sendo vereador nos anos 1873-1876, 1877-1878, 1883-1886<sup>134</sup>, período no qual passou a fazer parte da diretoria do Bibliotheca, ocupando o cargo de Vice-Presidente em 1886 (CM, 02/03/1886). Nesta eleição, por sinal, compôs chapa com Alfredo Gonçalves Moreira, filho de José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, e residente do Casarão nº2, o qual foi reformado por Isella (DHP, 2011, p.52). Essa parceria social advém de outro tipo de aliança, comumente usada no período, o casamento.

O casamento foi um recurso amplamente utilizado para reforçar *status* social, manter e aumentar riquezas e delimitar espaços políticos. E as famílias Antunes Maciel e Moreira fizeram isso com muita propriedade. Alfredo Gonçalves Moreira, filho do Barão do Butuí<sup>135</sup>, casou-se com Mercedes Maciel Moreira, filha de Eliseu Antunes Maciel, irmã de Francisco Antunes Maciel, Barão de Cacequi, e Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luis. Ambos os irmãos, Francisco e Leopoldo,

---

<sup>134</sup> Conferir <<<http://www.camarapel.rs.gov.br/historia/legislaturas-da-camara-de-vereadores-de-pelotas>>>, acesso em 29.09.2015. O Dicionário de História de Pelotas (2011) faz uma ressalva quanto à legislatura de 1883-1886, dizendo que no final de 1883 fora substituído por Bernardo José de Souza, sem esclarecer os motivos.

<sup>135</sup> José Antônio Moreira conseguiu o título de Barão em 1873.

também se casaram com filhas do Barão do Butuí. Francisco com Francisca Castro Moreira e Leopoldo com Cândida Moreira de Castro. Enquanto Alfredo Moreira foi residente do Casarão N°2, Leopoldo residiu no Casarão N°6 e seu irmão Francisco, no N°8, atual Museu do Doce, da UFPel (figura 10). Para completar a análise, destacamos o matrimônio realizado entre a filha de Alfredo, neta de Eliseu, Leonídia Maciel Moreira, com Manoel Luis Osório, neto do Marquês de Erval e filho de Fernando Osório [pai]. Assim, Aníbal, que era sobrinho de Eliseu, fazia parte da família de Alfredo, mesmo que não tivessem laços sanguíneos diretos.



Figura 10 - Configuração do entorno da Praça Cel. Pedro Osório  
Fonte: ALMANAQUE DO BICENTENÁRIO, 2014, p.146

Porém, para além dos laços matrimoniais, o caso de Aníbal Antunes Maciel vai nos trazer outra informação fundamental para compreender a influência que o evolucionismo teve em Pelotas. Sua esposa, Amélia Hartley Antunes Maciel, a Baronesa dos Três Serros, era adepta do espiritismo (PAULA, 2013, p.7), que chegou a Pelotas provavelmente na década de 1870 (GIL, 2011, p.77). Esse fenômeno de dispersão do espiritismo se deu de forma bastante rápida, visto que o lançamento do primeiro livro da doutrina, o Livro dos Espíritos, de Allan Kardec, data de 1857, na França.

A ligação da Baronesa com o espiritismo denota o espaço que essa doutrina conquistou em Pelotas logo cedo<sup>136</sup> junto a grupos da elite local e posteriormente

<sup>136</sup> Não há consenso sobre a chegada do Espiritismo em Pelotas. Há teses que referem sua chegada junto com os franceses, outras a espanhóis. Contudo, entre essas uma parece ser, no mínimo, curiosa. O professor e espírita Ivomar Costa, com apoio das pesquisas realizadas por João Artur Ott Cardoso, defende a ideia de que o espiritismo aportou em Pelotas "em 1865 na bagagem da jovem senhora Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel. Segundo o pesquisador [Cardoso], que manteve correspondência com membros da família, descendentes diretos de Amélia e Anibal, ela havia recebido de presente de uma amiga francesa um exemplar da primeira edição de *O Livro dos Espíritos*, ao completar quinze anos". Costa, ao se referir à arquitetura da morada dos Maciel, dirá

largamente disseminada entre todas as categorias sociais, ao ponto de, em 1897, haver na cidade uma entidade espírita consolidada, o Grupo Espírita Amor a Deus. Até a virada do século outras cinco vieram a surgir: Deus, Amor e Caridade, Fé e Caridade, Grupo dos Humildes, Centro Amor, Paz e Caridade e São Marcos, Amor e Paciência, que em 1901 se reúnem numa única entidade, a Sociedade União e Instrução Espírita (GIL, 2008, p.111). Gil (2008, p.111) frisa que, apesar da existência desses grupos, "as práticas espíritas não estavam limitadas a esses centros espíritas, tendo em vista que eram muito comuns as reuniões familiares de estudo e de prática de mediunidade naquela época". Essa expansão conferia certo ar de liberdade ao desenvolvimento da doutrina espírita em Pelotas, uma vez que em outras localidades onde o predomínio do catolicismo era mais forte, houve um abrandamento de filosofias e de práticas religiosas diferentes da doutrina católica.

Logo no início do séc. XX, o Correio Mercantil veio a publicar a biografia de Allan Kardec (CM, 03/10/1904), e mais tarde uma escola de instrução primária gratuita surgiu sob os auspícios da Sociedade Espírita. Ainda nesse período, os espíritas realizaram duas conferências públicas na Bibliotheca Pública Pelotense, a cargo, conforme Osório (1998, p.405), dos conferencistas Bandeira de Mello e Carlos Führo. A associação do espiritismo com a BPP, para Gil (2008, p.122), "demonstra a importância que a doutrina estava adquirindo na sociedade pelotense e o espaço que vinha conquistando em seu cenário cultural".

O espaço conquistado no cenário local pelo espiritismo esteve associado a diversos fatores. Conforme Gil, referência nos estudos sobre a trajetória do espiritismo em Pelotas, o cenário de contrastes sociais, principalmente entre classes distintas, foi favorável à introdução da doutrina espírita. Os posicionamentos liberais, anticlericais e cientificistas cultivados por parte da elite local devido, essencialmente à larga tradição maçônica na cidade, favoreceram o alastramento do espiritismo nesse meio. Enquanto que a disseminação do espiritismo no meio popular, conforme Loner (2001, p.152), esteve associado a questões pontuais, como a menor rigidez dogmática e hierarquização entre os membros. Loner nos chama a atenção para outra questão,

---

que "o casarão tem um torreão, onde Anibal trabalhava. Abaixo do torreão havia uma biblioteca e naquele espaço Amélia não só fazia suas leituras, mas também reunia semanalmente um grupo de amigas e leitoras, momento em que liam e discutiam *O Livro do Espíritos*, em francês, pois não haviam ainda traduções para a língua portuguesa. Possivelmente também liam *O Evangelho Segundo o Espiritismo*". Fonte: <<<http://centroemovimento.blogspot.com.br/2012/03/amelia-hartley-espirita-que-se-tornou.html>>>, acesso em: 30/09/2015.

[...] a religião espírita e sua teoria da reencarnação, até certo ponto, contemplava uma certa "evolução das almas" o que colocava par a par com o pensamento evolucionista de Darwin e dos próprios socialistas da época. Esse provavelmente foi um dos motivos que levaram vários militantes operários e socialistas a inclinarem-se por essa religião (LONER, 2001, p.152).

A aproximação de ambas as instituições *filosóficas* foi favorecida porque o espiritismo, apesar de seu aspecto religioso cristão, surgiu na Europa num momento em que as ideias de racionalismo, empirismo e positivismo representavam a modernidade. Dessa forma, o espiritismo surgiu como alternativa cientificista em oposição ao pensamento religioso católico, isto é, apresentava uma proposta de diálogo entre ciência e fé. Para Gil,

[...] ao apresentar o espiritismo como sendo uma ciência de observação e uma filosofia de conseqüências religiosas, e ao centralizar a construção da sua interpretação de pessoa humana no aspecto moral do indivíduo, enquanto sujeito preso a uma teia de relações culturais, conforme a imaginada por Geertz (1978), mas portador de um livre-arbítrio, Kardec tenta conciliar a fé com a razão, inserindo o espiritismo no contexto da modernidade. Com isso, ao mesmo tempo ele busca superar a polarização entre o pensamento científico e o pensamento religioso, numa clara tentativa de legitimar a doutrina espírita em um espaço social e num momento histórico de extrema valorização dos ideais cientificistas (GIL, 2008, p.167).

Não foi difícil, portanto, a associação entre as *filosofias* maçônica e espírita acontecer em Pelotas. Assim, diversos espíritas encontram na maçonaria um lugar de proteção e dispersão de suas ideias, especialmente os profissionais liberais, como os professores. Para a Maçonaria, a educação representava uma questão estratégica no seu campo de atuação, motivo pelo qual o positivismo influenciou os principais pensadores maçons do séc. XIX. Conforme Amaral, a maçonaria

[...] utilizou-se de muitos aspectos da teoria positivista para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse. [...] As idéias positivistas de separação entre a Igreja e o Estado, de liberdade espiritual, de valorização da tradição, da família, do dever, da hierarquia social, serviram de sustentáculo aos propósitos defendidos pela Maçonaria, sobretudo no campo educacional (AMARAL, 2000, p.11).

Logo, o surgimento de escolas gratuitas esteve de alguma forma associada à pretensão maçônica de disputar as questões de ensino no meio social, especialmente no que dizia respeito à educação das classes populares sob os preceitos de sua *filosofia*. Uma vez que, ainda para Amaral,

[...] o ensino elementar obrigatório seria, portanto, uma forma de produzir trabalhadores mais interados nos modernos processos de produção. A educação era considerada como "*o factor mais importante e eficaz para*

*estabelecer a fraternidade entre os homens*". Estimulando as diferenças individuais, deveria habilitar a população para assumir os diferentes papéis exigidos pela "nova sociedade", ou seja, a sociedade industrial emergente. Como se observa a seguir, a educação seria um meio de resguardar os interesses dos proprietários e contribuir na formação de uma sociedade industrial dócil e pacífica (AMARAL, 2000, p.15).

Talvez dentro desse *espírito* tenham surgido os cursos noturnos da Bibliotheca (PERES, 2002b), a escola do Clube Abolicionista (LONER, 2013) e a escola primária gratuita da Sociedade Espírita (OSÓRIO, 1998, p.405). Contudo, é certo afirmar que o caso mais elucidativo dessa questão seja o da fundação, em 1902, do Ginásio Pelotense pela Maçonaria (AMARAL, 2003). O Pelotense, como é popularmente conhecido, se propunha "a ministrar o ensino laico, baseado no cientificismo e racionalismo, onde era pretendido o ensino experimental voltado para a vida prática do aluno, seguindo os mais avançados métodos da pedagogia moderna" (AMARAL, 2003, p.176).

A ideia não era nova e a estratégia de oferecer educação gratuita a classes menos abastadas estava em curso, pelo menos, desde 1877, através dos cursos noturnos de instrução primária, ou da Escola da Bibliotheca. Criados pouco tempo após a fundação da BPP, e antes dela ter uma sede própria, os cursos noturnos se configuram em uma das características mais marcantes da história da instituição. Não apenas por sua duração – alcançaram meados do século XX –, mas, principalmente, por uma série de inovações trazidas ao cenário urbano pelotense no último quartel do séc. XIX.

Os cursos ofereciam aulas para que o indivíduo se alfabetizasse na língua nacional, aprendesse a fazer contas e tivesse noções de história e de geografia. Havia, também, aulas de inglês e de francês que, conforme Peres (2002b, p.24), "podiam ser freqüentadas pelos alunos dos cursos de instrução primária ou por indivíduos que se matriculassem apenas nestas aulas, já que todas tinham um caráter independente". Contudo, admitia-se a matrícula apenas de homens, independente da faixa etária, da classe social e do grupo étnico, sendo que negros livres ou libertos podiam participar das aulas. Excluía-se as mulheres e os escravos. As mulheres, por sinal, só puderam vir a frequentar os cursos noturnos em 1915. Esse modelo de organização dos cursos noturnos representaram, de acordo com Peres, a iniciativa de uma nova visão de controle social alicerçada na própria configuração da cidade. Para a autora,

[...] não há dúvida, também, de que o projeto de instrução primária dos homens das classes populares trazia em seu bojo a idéia de "moralizar" o povo, de inculcar uma nova ética de amor ao trabalho, principalmente em função da luta abolicionista, com a perspectiva das novas relações de trabalho que se delineavam com o advento do trabalho livre (PERES, 2002b, p.24).

Em outras palavras, o espaço e a vida pública pelotenses passaram cada vez mais a ser controlados por diversos mecanismos sociais, sejam eles à força de polícia, através das guardas Municipal e Nacional, à força da lei, pelas normatizações, ou mesmo à força disciplinatória, conduzidas em vias do trabalho e da instrução. Esse controle, por sua vez, era disputado por grupos distintos no campo político, em que o uso de recursos econômicos era essencial para a estruturação desses mecanismos e para o estabelecimento de redes de trocas para a consolidação de interesses particulares.

Entre atividades artísticas, recreativas, festas e de lazer proporcionadas pela BPP à elite pelotense, os cursos noturnos deram lugar para a expressão de experiências educacionais voltadas àqueles considerados como *raças inferiores*. Abrir um espaço disputado politicamente, como era o da Bibliotheca, para populares, que por sua vez possuíam seus espaços de lazer e associação com fins diversos, como trabalhistas, culturais, artísticos, religiosos, etc., antes de simbolizar uma contrariedade, demonstra, em tese, que essa instituição serviu, também, como laboratório social. Quer dizer, ao abrir um espaço seu para o outro, estava a elite local, provavelmente, realizando experiências sociais no micro para aplicar no macro. Essa questão fica mais evidente quando observamos as ideias evolucionistas sendo introduzidas no campo das ideias, uma vez que a própria visão de *raças* denota uma visão de mundo dividido entre seres superiores e inferiores. Esses últimos, especialmente cercavam o imaginário em torno dos negros, considerados por muito tempo como "elementos perigosos, imorais, desocupados, vagabundos, indolentes, ociosos, maus trabalhadores e que não primavam pela inteligência" (PERES, 2002b, 39). A ideia de *raças superiores e inferiores* era bastante discutida a nível global e deve-se aos museus, entre outros, o crédito pelo desenvolvimento e pela disseminação desses conceitos, como no caso dos museus Paulista, Paraense Emílio Goeldi e Nacional. Pelotas, mais uma vez, não fugiu à regra.

### 3.5 O círculo se fecha: cientificismo em Pelotas

Em 1886, fora publicado em duas partes no *Correio Mercantil* (14 e 17/04/1886) o relatório da Diretoria que ora encerrava suas atividades. Entre os diversos dados apresentados, focamos em três: frequência, acervo, e obras consultadas e retiradas para empréstimo domiciliar. De acordo com o relatório, 4.693 pessoas frequentaram a BPP no ano de 1885, número inferior ao do ano de 1884, que registrou um movimento de 7.003 pessoas<sup>137</sup>. O acervo havia crescido de 4.070 exemplares registrados em 1883, para 7.081 em 1885. Desse acervo, 1.985 títulos foram consultados no local e 2.060 retirados para empréstimo domiciliar. Entre as obras preferidas pelos leitores, o relatório assim enunciava: "filosofia, linguística, didática, **ciências físicas e naturais**<sup>138</sup>, literatura propriamente dita, novelas, romances, poesias etc" (CM, 04/1886). Apesar do relatório não informar quais foram os títulos e quantas foram as consultas em cada área, basta a informação para identificarmos que os temas ligados às ciências naturais despertavam o interesse dos usuários da BPP. Fenômeno que não era apenas local, mas geral. Lilia Schwarcz (1993), tentando desvendar questões ligadas à disseminação da ciência no Brasil, percebeu que, a partir da década de 1870, junto ao movimento republicano veio à companhia uma descrença à monarquia, que parecia ser geral. Assim, num período de instabilidade e de incertezas, em que a tradição se via à prova, surgiu um espaço privilegiado para as inovações. Conforme Schwarcz (1993, p.37), tudo parecia novo: "os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas". Dentre essas teorias, o evolucionismo e o determinismo ocuparam, particularmente, um maior número de adeptos. E não tardou para surgirem homens dedicados à causa desse viés da ciência.

A maçonaria mais uma vez é personagem nesta história, principalmente valorizada por sua associação com o espiritismo. Lembrando da rede criada entre maçons e suas lojas, o racionalismo, como visão científica e antagonista à fé *cega* e *obtusa*, passou a ser uma bandeira levantada pela instituição. Em síntese, tudo de real e de concreto deveria ser passível de observação, experimentação e análise. A vida passou a ser testada e o mundo passou a ser um grande laboratório para esses

---

<sup>137</sup> No aniversário de 11 anos da Bibliotheca, Antônio Joaquim Dias usa as folhas de seu jornal para fazer um alerta: "Tendo tido já dias de glória, acha-se hoje a Bibliotheca quase entregue às traças, e já teria sido por elas consumida, se um grupo de cidadãos dedicados a não amparassem com todo carinho. E no entanto, quanta ignorância vai pela cidade!" (CM, 14/11/1886).

<sup>138</sup> Grifo nosso.

intelectuais, agora travestidos de cientistas. Por isso, e não poderia ser diferente, o período que vai de 1789 a 1914, conforme Schwarcz (1993, p.39), ficou conhecido como o "século da ciência".

O evolucionismo, ideia associada aos estudos de Charles Darwin, fez parte desse século. Tanto para maçons como para espíritas, abraçar as ideias evolucionistas era mais que marcar território contra o criacionismo cristão e as demais posturas clericais. Significava ganhar impulso social e estar no centro desse novo mundo que nascia das incertezas.

Apesar dos posicionamentos distintos sobre o assunto e mesmo que ambos entendessem o evolucionismo como o domínio da alma sobre o corpo – em termos gerais, os maçons viam-no como algo inerente ao aperfeiçoamento intelectual, moral e social da humanidade, enquanto que os espíritas percebiam-no como o processo ou a manifestação de aprimoramento próprio do espírito em conjunto com a materialidade do ser – abraçar essas ideias era demonstrar *espírito* moderno, arrojado, preparado para o novo século, um período que se afastava cada vez mais da *idade das trevas* (AMARAL, 2003; GILL, 2008). Frisa-se, contudo, que essa generalização não pode ser tomada como absoluta, pois a compreensão do assunto dependia, e muito, do lugar e de quem estivesse falando. Entretanto, aquém de generalizações, foi sob a proteção dessas instituições que as Ciências Naturais e o evolucionismo ganharam terreno em Pelotas.

Os debates em torno do evolucionismo repercutiram fortemente após o lançamento da obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859. Rapidamente a teoria darwinista se expandiu indo ao encontro de diversos cientistas mundo afora. No Brasil, encontrou um ambiente propício para seu alastramento: as Ciências Naturais. Muitos eram os cientistas envolvidos nessa área do conhecimento e curiosos que vinham com motivos de investigação, inclusive Darwin, que esteve na Bahia e no Rio de Janeiro no ano de 1833. Contudo, conforme Schwarcz (1993, p.41),

[...] no caso brasileiro, a 'sciencia' que chega ao país em finais do século XIX não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionista e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação (SCHWARCZ, 1993, p.41).

Assim, quando se fala em evolucionismo, este não é apenas um conceito distante, ligado exclusivamente a uma disciplina, mas se está querendo dizer sobre

algo amplo, multidisciplinar, que alcança a esfera das ciências sociais e se transmuta em evolucionismo social, ou darwinismo social. Muitos foram os adeptos dessa corrente no Brasil, especialmente os cientistas ligados às instituições museais. Como dissemos anteriormente, coube aos museus entender e classificar a confluência humana presente no território nacional tendo como referência, entre outras, as ideias evolucionistas. A partir das coleções mineralógicas, zoológicas, botânicas e etnológicas, por exemplo, buscavam justificativas e explicações para as diferentes etapas de evolução da *raça* humana. Dentre tantos desses homens da ciência, alguns personagens nos chamaram a atenção, entre eles, os germânicos Hermann von Ihering e Karl von Koresitz e o teuto-descendente Carlos Ritter.

Ihering (1850-1930), natural de Giessen, Alemanha, chegou ao Brasil em 1880 com o propósito de dirigir a colônia Mundo Novo, no Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 1883, passou a trabalhar como viajante-naturalista pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro (BARRETO, 1975, p.686). Nesse período, Ihering já se destacava pelos seus estudos nas áreas da História Natural, notadamente no campo da zoologia e da paleozoologia dos moluscos (FERREIRA, 2005, p.416). Contudo, é a partir de suas pesquisas no Brasil que seu nome será reputado com fama internacional.

Sua estada no Brasil teve início na cidade de Taquara, Rio Grande do Sul, entre os anos de 1880 e 1883, mudando-se para Guaíba em 1883, onde residiu até 1884. Ainda teve residência em Rio Grande (1884-1885) e São Lourenço do Sul (1885) antes de tornar-se proprietário de numa ilha no rio Camaquã, estabelecendo-se por lá até 1893. Durante esses anos em que esteve pelo Rio Grande do Sul, reuniu uma coleção da qual pode descrever "92 espécies de mamíferos, 363 de aves e 42 árvores do Estado, afora peixes e moluscos em grande quantidade" (BARRETO, 1975, p.687). Com vasto material colecionado, pode o *naturalista* se dedicar a divulgação de seus estudos, o que levou seu conhecimento até o museu paulista, local no qual, posteriormente, veio a trabalhar até 1915.

No Museu Paulista, Ihering pode organizar, classificar e ampliar a coleção de Ciências Naturais. Para tanto, baseou-se "nas coleções angariadas em expedições, por compra e intercâmbio com museus e institutos de pesquisa internacionais". Também foi a partir do Museu Paulista que Ihering desenvolveu com maior intensidade seus estudos, chegando a publicá-los em diversas revistas *científicas* da Europa e América. O historiador Abeillard Barreto (1975, p.688), na sua *Bibliografia*

*Sul Rio-grandense*, realiza um levantamento bibliográfico da "esparsa em quase uma centena de publicações" assinadas por Ihering. Ao todo, constam, na obra de Barreto, 135 artigos escritos pelo naturalista dos quais tratam pelo menos de algum aspecto do Rio Grande do Sul.

Alguns bastante relevantes para a história das Ciências Naturais pelotense, como o caso do *Die Vögel der Lagoa dos Patos, eine zoo-geographische Studie*, de 1888. Nesta obra, que trata sobre as aves na Lagoa dos Patos, Ihering menciona a colaboração de Carlos Ritter, de Pelotas, para a formação de sua coleção ornitológica. De fato, Carlos Ritter é referenciado pela historiografia local como um cientista amador ligado às Ciências Naturais, tendo formado uma respeitável coleção de animais taxidermizados, especialmente aves, as quais provavelmente teriam contribuído para as pesquisas de Ihering (VIZENTIN-BUGONI & JACOBS, 2011, p.865). A coleção particular, após sua morte, em 1926, foi destinada à criação de um museu, o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, da Universidade Federal de Pelotas. Entretanto, as referências a esse personagem são esparsas. Tentaremos reconstituir alguns pontos de sua biografia para concluirmos nossas análises.

Carlos Ritter (1851-1926), brasileiro, natural de São Leopoldo, foi um filho de imigrantes germânicos que se estabeleceram na Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1846 (BEISER, 2009, p.9). A Colônia estava situada nas terras da Real Fitoria do Linho Cânhamo, anteriormente instalada nos arredores das atuais cidades de Canguçu, Pelotas e Turuçu, no final do séc. XVIII. Nesse período, os germânicos chegados à Província se dedicaram à agricultura, como foi o caso da família de Ritter, que nos primeiros anos sobreviveu da lavoura. Contudo, seu pai, Georg Heinrich Ritter, notando o crescimento populacional na localidade, estabeleceu uma casa de comércio em Linha Nova, distrito de São Leopoldo, onde veio a desenvolver, no porão de sua casa, por volta do ano de 1868, a primeira fábrica de cerveja do Rio Grande do Sul (MORAIS & SANTOS, 2013). Georg Ritter, conforme Beiser (2009, p.9), "tornou-se patriarca de uma família que se destacaria na produção de cerveja no final do século XIX e início do século XX". Estavam lançadas as bases da atividade econômica para a qual Carlos Ritter se dedica por toda a sua vida.

Estabelecido em Pelotas na década de 1870, fundou na cidade, às margens do arroio Santa Bárbara, a Cervejaria Ritter (1876). Junto com o irmão, investiu na compra e venda de terras na Serra dos Tapes. Dessa iniciativa surgiram alguns

núcleos de colonização germânica, como o Santa Rita, Visconde da Graça e Ritter, todos financiados pela firma Carlos Ritter & Irmão (DHP, 2011, p.87). Foram também os irmãos os responsáveis por criar, em 1880, um espaço de recreação e lazer em Pelotas, o Jardim Ritter, localizado onde atualmente está sediada a Faculdade de Medicina/UFPel e em parte do terreno do 9ª Batalhão de Infantaria Motorizado (MORAIS & SANTOS, 2013, p.12). O Jardim possuía arborização diversificada, talvez, quem sabe, com a finalidade de vir a servir como uma espécie de jardim botânico pretendido pelo naturalista. Era aberto ao público mediante pagamento de um ingresso, que garantia uma cerveja como cortesia. Parece que mulheres não pagavam. Lá aconteciam apresentações musicais e outras atividades de entretenimento. Também nele chegou a funcionar uma sociedade germânica, o Clube Germania, em 1880. A partir de 1908 passou a ser residência da família Ritter, que mandou levantar o palacete existente até os dias atuais, a Vila Augusta (MORAIS & SANTOS, 2013, p. 12).

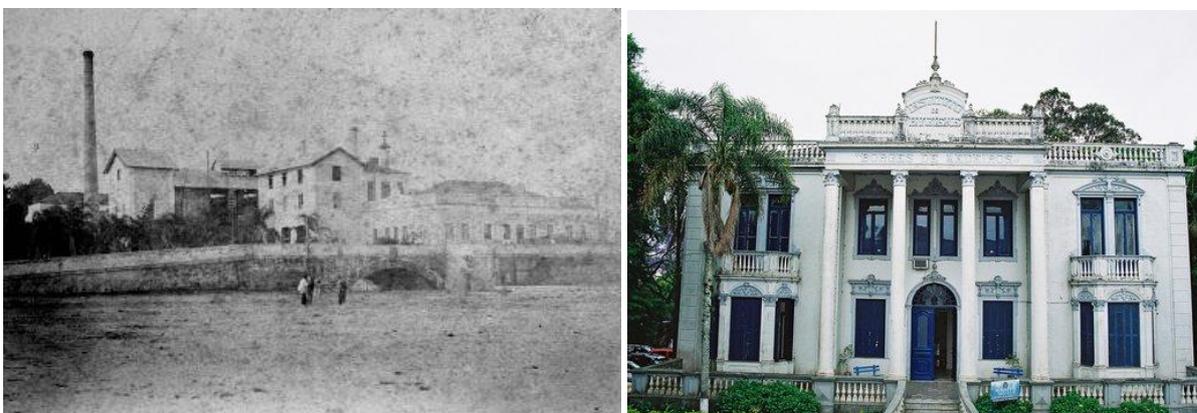


Figura 11 - Cervejaria Ritter (E) e Vila Augusta (D)  
Fonte: MORAIS & SANTOS, 2013

Ademais, Ritter colaborou na fundação da *Deutsche Evangelische Gemeinde*, algo como uma Comunidade Evangélica Germânica, em 1880, cuja duração foi bastante curta. Depois, em 1888, ajudou a fundar a *Die Deutsche Evangelische Gemeinde in Pelotas*, ou Comunidade Evangélica Germânica em Pelotas (FONSECA, 2007, p.81). No período em que esteve à frente da Comunidade Germânica, 1895-1899, houve a fundação, em 1898, da *Deutschen Schule*, ou Escola Germânica. As aulas eram proferidas em alemão e as classes, mistas, isto é,

meninos e meninas compartilhavam o mesmo ambiente escolar, diferenciando-se do padrão escolar da época (NEVES, 2007).

Um contemporâneo de Ritter, Karl von Koseritz (1830-1890), que residiu em Pelotas entre as décadas de 1850 e 60, ao mudar-se para Porto Alegre, envolveu-se também na fundação de uma *Deutschen Schule*, cujos padrões eram semelhantes. No período em que esteve em Pelotas, Koseritz foi jornalista, professor e maçom. Envolveu-se em disputas ideológicas locais por defender ardentemente questões do liberalismo contra certos posicionamentos do Partido Conservador. Fixado em Porto Alegre, em 1864, começou a desenvolver seus estudos sobre evolucionismo no campo das Ciências Naturais, em que se tornou uma das maiores referências na área (WEIZENMANN, 2012). Acompanhando a trajetória de Ritter e Koseritz, percebemos que ambos representavam fortes lideranças dentro de suas comunidades e, como também Ihering, estabeleceram uma série de estudos *científicos* com forte caráter endogenista. Essa configuração está associada, para Fonseca, a questões de preservação de características identitárias germânicas num espaço de forte miscigenação. Conforme a autora,

[...] especificamente em Pelotas, a etnia alemã, através da instalação de indústrias, de firmas comerciais, da formação de uma burguesia reunindo-se em sociedades diversas, apesar de dispor, na cidade, de escolas de qualidade, fundou um collegio para seus descendentes. Este fato evidencia que vários foram os expedientes utilizados para a preservação do germanismo nesta cidade. Um dos mais significativos foi a fundação do Collegio Allemão, através do qual seria conservado, preservado e transmitido o bem cultural denominado germanismo (FONSECA, 2007, p.84).

Vejamos, por fim, uma última questão sobre o cientificismo. Alguns germânicos e teuto-brasileiros em Pelotas possuíam, no final do séc. XIX, diversos empreendimentos industriais. Destaque para as fábricas de sabão e de velas, de Frederico Carlos Lang e Adolfo Voigt, em 1864; de curtumes, de João Haje Guilherme Sielburger e Albino João Cardoso, em 1886; e de fumos, de Jacob Klaes, que instalou, em 1879, a Fábrica de Fumos Santa Bárbara (DHP, 2011, p.11). Era comum, no final do séc. XIX, alguns desses industriais participarem das Grandes Exposições Universais. Assim, a fábrica de Klaes foi premiada na Exposição de Paris, em 1889, e na de Chicago, no ano de 1892. Ritter, conta-nos Morais & Santos (2013, p.7), também era frequentador e participante dessas exposições, tendo conquistado alguns prêmios. Porém, o mais curioso é que, junto aos produtos de sua fábrica, levava consigo parte de sua coleção de animais taxidermizados, como

foi o caso na Grande Exposição Estadual de 1901, onde expôs "uma grande vitrine com uma coleção de pássaros empalhados e cerveja de acreditada e popular fábrica" (AF, 09/04/1901). Na mesma Exposição, o Lyceu Rio-Grandense, vale frisar, expôs, no Pavilhão de Pelotas, "dois álbuns com o título *Herbarium Flora Rio-Grandese*", além de "vários trabalhos de ciência, arte e instrução" (AF, 09/04/1901). Além de participar da Grande Exposição Estadual, em 1901, Carlos Ritter participou com sua coleção de pássaros empalhados e cervejas da Grande Exposição Universal de St. Louis, Missouri, EUA, (Universal Exposition. St. Louis) em 1904, como pode ser conferido no Catálogo Oficial da Exposição (OCE, 1904, p.21). Esse fato demonstra a importância que o naturalista *amador* dava à sua coleção, que, por sinal, após a sua morte é doada ao Lyceu Rio-Grandense<sup>139</sup>, base do atual acervo do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter.

Neste mesmo ano, 1904, em reunião de Diretoria, Baldomero Trapaga y Zorrilla lançou a ideia de criação de um *pequeno* museu anexo à Bibliotheca. Em pouco tempo, a coleção surge. Entre documentos, livros e jornais, formaram-se coleções de animais taxidermizados, de minerais e de etnologia. As Ciências Naturais e o debate científico passaram a ter, a partir de então, residência pública em Pelotas.

### 3.6 MH-BPP: o projeto

Eleita a direção para o exercício de 1904, logo duas novidades foram implementadas: os Anais e o Museu da Bibliotheca. De certa forma, estavam ambos ligados a um *espírito* de modernidade e de progresso intelectual pretendido pela nova direção.

Ao todo, a Bibliotheca Pública Pelotense lançou dois volumes de seus Anais ao longo de sua história. Seu conteúdo referia-se aos trabalhos reunidos das conferências públicas, que passaram a ter ocorrência mensal, aos relatórios de gestão e, conforme a introdução do primeiro volume (ABPP, 1905, p.5), aos "documentos históricos valiosos em nosso poder e outros que nos forem facultados pelos seus possuidores". Assim, os Anais se constituíram em fontes essenciais para as análises que realizamos até aqui.

---

<sup>139</sup> Surgida como Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, em 1883, o Lyceu Rio-Grandense é uma iniciativa da família Antunes Maciel. O terreno onde foi instalado foi *concedido* pela Bibliotheca Pública Pelotense. Consta que tenha existido ali, na primeira década de XX, um museu, conforme <<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/impescmvap.htm>>>, acesso em 02/10/2015.

Já vimos que desde o início de suas atividades, a BPP contou basicamente com doações para o desenvolvimento de sua coleção literária. Acontece, que não poucas vezes, junto a essas coleções chegaram certos documentos que tratavam de diversos aspectos da cidade ou da região, como a doação, em 1887, de uma carta geográfica do Brasil, "um dos documentos importantes para a atualidade pelos esclarecimentos que encerra em relação às linhas férreas, navegação, telégrafos etc." (CM, 22/01/1887). Muitas vezes, esses documentos chegavam como forma de presente pelas mãos de viajantes que por aqui passavam. Outros, traziam de suas viagens quando voltavam para Pelotas. Acontece que ao longo desses pouco mais de vinte oito anos até a organização do Museu, a Bibliotheca formou uma coleção razoável de documentos em suporte de papel e que se misturava à sua coleção literária, a qual até então parecia ser exclusiva.

Outras peças que se distinguiam da coleção original da BPP e que vieram a compor o acervo do Museu foram os periódicos, os quais ela assinava. Pelotas foi famosa por sua imprensa do século XIX. Apesar do movimento tardio - teve início em 1851 com *O Pelotense* -, a diversidade de títulos, assuntos, motivos e patrocínios fez com que o fluxo de periódicos aumentasse após a década de 1860. Conforme consta no Dicionário de História de Pelotas, "havia jornais políticos, literários, ilustrados, representativos de classes ou associações, de grupos de jovens amigos, de tipógrafos profissionais, de propaganda de firmas ou comemorativos de algum evento, saindo às vezes em números únicos" (DHP, 2011, p.159).

Nota-se que a imprensa, até pelo menos o surgimento do Estado Novo, representava ideias e posicionamentos políticos, se constituindo, muitas vezes, em órgãos oficiais de partidos, associações ou grupos políticos. Por isso, nesses periódicos era comum encontrar espaços dedicados exclusivamente a "ensaios, manifestos, projetos político-partidários ou denúncia de posições e comportamentos dos adversários, o que foi uma característica do século XIX, do jornalismo de opinião e de ataque contra os rivais" (DHP, 2011, p.160). Contudo, mesmo com uma imprensa desenvolvida, muitos eram os jornais estrangeiros ou de outras partes do Brasil que chegavam à cidade. Esses jornais, do mesmo modo que os impressos pelotenses, traziam bem mais do que notícias, disseminavam ideias e debates correntes no cenário nacional e global. Contudo, esse circular de ideias não ficava limitado à produção jornalística, estendia-se às revistas e às correspondências. Ao notarmos a expressiva quantidade informacional que esse componente do acervo

oferecia, buscamos analisar o movimento de periódicos e correspondências que a BPP manteve durante o ano de 1904, para visualizarmos algumas questões que pareciam impactar na formação do Museu.

O primeiro volume dos Anais da BPP registrou o recebimento de 143 títulos diferentes de jornais para aquele ano, sendo seis da imprensa local e 52 de outras localidades do Estado. A maioria, 78, provinha de outras regiões do Brasil. Apenas 07 chegavam do estrangeiro, dois da região do Prata<sup>140</sup> e cinco da Europa<sup>141</sup>. Quanto às revistas, nota-se maior destaque para as internacionais, sendo 123 títulos estrangeiros, dos quais a maioria era de países americanos de língua latina (totalizando 83). Dessas, 39 tinham origem na região do Prata. Das outras 40, 06 procediam dos Estados Unidos e 34 da Europa. Um equilíbrio maior foi observado nas distribuições de instituições com as quais a BPP mantinha correspondência. 66 eram nacionais, 66, estrangeiras. Destaque para os museus. No Brasil, a BPP correspondia-se com os museus Paulista, Goeldi e Nacional. No estrangeiro, com os museus Nacional de Montevideu, Histórico Nacional de Buenos Aires, de História Natural de Buenos Aires, de La Plata, de História Natural de Valparaíso, Nacional do México, C.A. Industrial de San Salvador, U.S. National e Smithsonian Institution de Washington, entre outros. Um panorama mais completo pode ser observado na tabela a seguir (tabela 6):

	Nacionais			Estrangeiros			
	Pelotas	RS	Brasil	Prata	Latinos	EUA	Europa
Jornais	6	52	78	2	0	0	5
Revistas	1	7	77	39	44	6	34
Correspondências	3	4	59	29	23	5	9

Tabela 6 - Periódicos e correspondências mantidas pela BPP (1904)

Fonte: Anais da Bibliotheca Pública Pelotense, vol.1, 1905a.

O fluxo de informações observado não foi uma peculiaridade do ano de 1904. Uma investigação mais atenta nas fontes que fazem referência à BPP, principalmente nos relatórios mensais divulgados na imprensa, conforme exigência estatutária, demonstram que essa era uma preocupação antiga, por isso, recorrente.

<sup>140</sup> Consideramos, por questão de forma, a região do Prata formada pelo Estados da Argentina, Paraguai e Uruguai.

<sup>141</sup> Chegavam da região platina *Le France*, de Rivera/Ur e o *Diário Oficial*, de Assunção/Py. Da Europa, *O Echo Popular*, de Porto/Pt e da Alemanha, *Bäcker Couditor Zeitung*, de Berlim/De; *Deutsche Gerberzeitung*, de Berlim/De; *Deutsche Schuhmacher*, de Berlim/De; *Illustristes-Unterhaltung Blatte*, de Berlim/De; e *Kölnische Zeitung*, de Köln/De.

No primeiro volume dos Anais, por exemplo, em relatório de gestão divulgado em fevereiro de 1905, o presidente que ora entregava o cargo, Ildenfonso Simões Lopes, deixou registrado uma preocupação na ordem das correspondências. Logo de início, relatou que

[...] sem correspondência ativa e largamente difundida, não aumentaria o acervo desta casa, senão a troco de enorme sacrifício pecuniário. É surpreendente o resultado que temos obtido, enriquecendo, dia a dia, o nosso arquivo, pelo sistema das permutas bem encaminhadas e pelos consecutivos pedidos que fazemos aos publicistas [sic.] do mundo inteiro. Além do efeito moral, que diretamente se reflete sobre a civilização de nossa localidade, que vai assim se elevando perante o mundo científico e literário do Universo, ousamos asseverar que, dentro em breve, não teremos rival no país, da difusão de nosso nome e na diversidade de produções intelectuais recebidas dos povos cultos. (A-BPP, 1905a, p.116).

E, como querendo não deixar pairar dúvidas, Lopes enuncia em seu relatório 349 ofícios enviados e 170 recebidos, com destaque às instituições da Europa e América. Conforme o relatório:

[...] A Bibliotheca mantém relações cordiais com as universidades de Coimbra, Montevidéu e Santiago do Chile e com as seguintes instituições, entre outras: Oficina Demográfica Nacional, de Buenos Aires; Sociedade Geográfica, de Madrid; Instituto Internacional de Bibliografia, de Bruxelas; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Museu Nacional, de Buenos Aires; Smithsonian Institution, de Washington; The American Geographical Society, de Nova York; Union Ibero Americana, de Madrid, etc., etc. (A-BPP, 1905a, p.116).

Além de demonstrar um projeto internacionalista da Bibliotheca, como dissemos anteriormente, ajuda-nos a pensar sobre algumas questões relacionadas à penetração de ideias e aos debates globais no local. Vejamos outros dados retirados do relatório da gestão de 1904. O número de pessoas que frequentaram a BPP foi de 9.496 indivíduos, sendo movimentadas 720 obras literárias por consulta local e expressivas 8.082 obras para empréstimo domiciliar, num acervo cujo volume era de aproximadamente 25 mil títulos (A-BPP, 1905a, p. 117-118; A-BPP, 1905b, p.21). Contudo, somente no ano de 1904, para se ter uma ideia, houve um acréscimo de 4.264 obras à coleção da BPP, adquiridas por doação (2.316) e por compra (1.948). Ou seja, aproximadamente 17% do acervo fora adquirido nesse ano, o que demonstra um incrível fôlego em questão de gestão desta diretoria, como também, como veremos a seguir, um projeto referente a uma agenda de modernização e de qualificação da BPP que estava colocada em prática.

Dentre as ideias debatidas no panorama local, temos como fonte de análise as conferências públicas realizadas na BPP, as quais já tratamos brevemente neste

trabalho. Lembrando que as conferências faziam parte de uma das atividades fundacionais da Bibliotheca, junto aos cursos noturnos, ambas de 1877, foram elas, aos poucos, se tornando certo tipo de referência cultural na cidade. Assim, em 1904, já observamos uma maior regularidade nas edições - que passaram a ter frequência mensal -, e uma maior concorrência para preenchimento da lista de conferencistas. Isto porque, conforme Peres (2002b, p.77), "participar das atividades da Biblioteca - fosse como professor, conferencista, assistente, benemérito -, fazer parte da diretoria, ter de alguma forma o nome ligado à instituição, era possuir 'status' na sociedade". Em outras palavras, em uma cidade que, como temos visto, às coisas materiais se somam questões de representatividade e poder, no sentido observado no primeiro capítulo, a tribuna de uma conferência somava prestígio pessoal e pautava debates no campo dos posicionamentos *ideológicos*. Logo, as conferências se tornaram, para a atualidade, uma rica fonte para estudos de futuras pesquisas, visto o pouco, ou nenhum, interesse, pelo que se sabe, da academia no tema.

Se a imprensa valorizava o espaço para a reprodução de críticas e resumos das conferências em 1887, em 1904 a imprensa as reproduz na sua integralidade, tamanha era a importância que elas alcançaram no meio intelectual da época. Com frequência mensal, uma ou outra vez acrescentada de extraordinárias, comprometia-se o conferencista a entregar sua conferência por escrito à direção da BPP, para que esta fizesse os encaminhamentos necessários. Inclusive, na gestão de 1905, durante a primeira reunião de diretoria, surgiu a proposta de reunir os textos das conferências em formato de Anais. A ideia lançada em 04 de janeiro foi motivada, conforme relatório da Diretoria, pelo interesse de se criar "uma revista, satisfazendo, assim, uma verdadeira necessidade que sentíamos ter a Bibliotheca, de possuir uma publicação de tal gênero, para mais facilmente serem correspondidas as constantes solicitações de permutas que seguidamente recebíamos" (A-BPP, 1905b, p.156).

Assim, o primeiro volume foi logo impresso no mês de setembro daquele ano, enquanto que o segundo, conforme informação na folha de rosto, parece também ter sido impresso em 1905, ambos pela Livraria Commercial, de Pelotas. Contudo, acreditamos que a impressão do segundo volume tenha se dado no ano de 1906, devido ao registro de frequentadores totais para o mês de dezembro, como consta na página 162. Entretanto, por mera formalidade, manteremos o ano de 1905 nas nossas referências, visto que o importante em nossas análises é que ao longo de sua história a BPP publicou apenas esses dois volumes. Talvez, para uma

explicação simplista, o ritmo de correspondências com outras instituições dentro do projeto de expansão da Bibliotheca para padrões internacionais, tenha feito aquela direção encapar uma atividade que as futuras diretorias não conseguiram dar cabo.

Para se ter uma ideia do que representava essa expansão da BPP, tendo outras instituições como modelo, possivelmente aquelas com as quais ela se correspondia, a Diretoria assim noticiou os leitores através do segundo volume de seus Anais:

[...] a afaga ideia, já abraçada por todos os seus diretores, de fomentar a criação, em duas ou três cidades do Estado, de bibliotecas populares, destinadas a espalhar a instrução pelo Rio Grande do Sul. Organismo pletórico, cheio de viço e seiva, a Bibliotheca, cedendo a leis inelutáveis, desdobra ao redor de si rebentos perfeitamente viáveis, tanto mais que estes serão, no começo da vida, acarinhados pela sua confortável solicitude [...] (A-BPP, 1905b, p.162).

Ao se referirem à BPP como *organismo que cede a leis inelutáveis*, estariam os *homens ilustres* da instituição insinuando que a Bibliotheca, tal como um corpo, estava predestinado a evoluir? Ou, melhor, necessitava demonstrar seu desenvolvimento para não ser confundida, e os seus por analogia, a um tipo de *raça inferior*? E nesse sentido, o museu inseria-se nessa lógica? Para dar conta a essas questões, vejamos o caso do Museu do Estado (RS), fundado em 1903, e assim tratado pelo Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul:

[...] por decreto do governo do estado foi criado em Porto Alegre um museu destinado a reunir e classificar os produtos naturais do Rio Grande do Sul e todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, bem assim coleccionar os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico, os produtos de ciências, industriais e artes modernas e documentos históricos de qualquer gênero (ALERS, 1906, p.32).

O Museu da Bibliotheca seguiu aparentemente o mesmo padrão do Museu do Estado, conforme podemos perceber pela formação de sua primeira coleção. Entre 1.391 objetos colecionados no primeiro ano, ressaltam-se pelo menos dois tipos de coleções: as peças *históricas* e as ligadas às Ciências Naturais, como a coleção etnológica, com 30 peças, a de pedras e minerais, 123 peças, e a de animais taxidermizados, 10 peças. Assim, a ideia de criação de um museu histórico e bibliográfico, que estava em curso desde janeiro de 1904, se consolidava rapidamente. Contava, para tanto, com uma comissão permanente específica, composta por Baldomero Trapaga y Zorrilla, já apresentado neste trabalho, Carlos

André Laquentinie e Francisco José Rodrigues de Araújo. A presença de Laquentinie e Araújo são especialmente interessantes.

Laquentinie (figura 12) esteve envolvido com a BPP desde sua fundação, em 1875 (PERES, 2002b). Era renomado professor em Pelotas, tendo lecionado tanto em residências para particulares, como em instituições de ensino. Ao longo de sua vida, foi professor em 12 escolas pelotenses, inclusive, em 1864, chegou a fundar o colégio São Francisco de Paula, que deu origem, conjuntamente com o colégio Franco Rio-grandense, ao Lyceu Municipal, em 1878 (NEVES, 2007, p.195-197). Para Neves, que pesquisou alguns professores do século XIX, tendo chegado ao nome de Laquentinie,

[...] o que despertou o interesse [em sua pesquisa] por este docente não foi somente a quantidade de vezes em que seu nome foi anunciado nos jornais, mas a importância que as instituições lhe atribuíam. Seu nome ficava sempre em destaque nos anúncios, além de ser normalmente o primeiro a ser citado (NEVES, 2007, p.196).

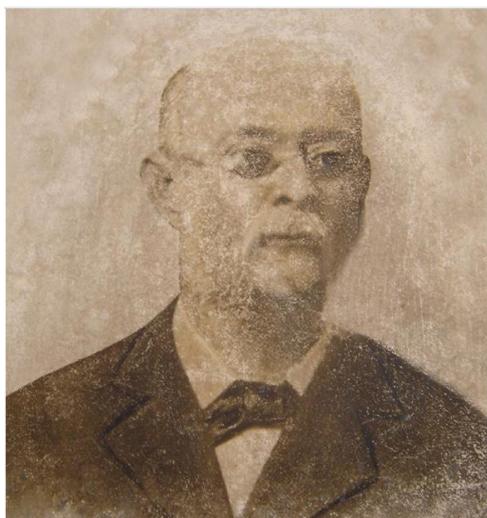


Figura 12 - Carlos André Laquentinie  
Fonte: NEVES, 2007, p.196

Na Bibliotheca, ocupou cargos de direção e foi professor dos cursos noturnos. Faleceu em 1905, quando o número de fundadores passou a ficar reduzido para 20. Durante sua vida, pode-se afirmar que constituiu uma carreira de sucesso na área de educação. Seu envolvimento com a BPP só fez aumentar. Como um educador forjado pelo século XIX, talvez tenha ajudado a imprimir nos cursos noturnos da BPP uma visão de educação que privilegiava, conforme Peres (2002b, p.143), um conhecimento considerado legítimo, "hierarquicamente superior ou melhor" do que a

cultura e os saberes que aqueles alunos da Escola da BPP acumularam a partir de suas vivências, "com isto, reforçava a visão de que os saberes populares eram deficientes, inferiores, carentes (são reveladoras desta realidade as expressões *povo ignorante* ou simplesmente *ignorantes*, constantemente usadas em referência aos alunos)". Essa visão, impregnada nos cursos noturnos da BPP, provavelmente esteve presente na seleção, classificação e organização do acervo do Museu, na qual Laquentinie prestou sua contribuição.

José Francisco Rodrigues de Araújo, ou apenas professor Araújo (figura 13), foi outro *ilustre* professor pelotense. Formado em medicina, atuou como inspetor escolar em Pelotas, tendo, em 1886, participado da comissão de exames finais dos cursos noturnos da BPP. Provavelmente foi por volta desse período que seu envolvimento com a Bibliotheca Pública teve início. Para Peres

[...] fazer parte da mesa examinadora [dos cursos noturnos] era ser reconhecido e prestigiado na sua capacidade intelectual e, portanto, um mérito para os escolhidos. Por outro lado, eleger homens socialmente reconhecidos como importantes e/ou "cultos" era qualificar os cursos e as arguições dos alunos, constituindo-se ainda em uma oportunidade para contar com o apoio à instituição de uma parcela que influenciava e tinha poder na sociedade pelotense (PERES, 2002b, p.146).

A construção de uma imagem como homem culto é notável. Foi professor no Lyceu Rio-Grandense, onde escrevia, em 1897, em colaboração com colegas, a *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, cujos registros indicam sua circulação até o ano de 1929. O Lyceu, surgido com incentivo da família Antunes Maciel, tinha especial interesse nas questões de Ciências Naturais, inclusive tendo participado da Grande Exposição Estadual com dois álbuns herbário. Frisa-se que foi nessa mesma exposição que Ritter participou com sua coleção de aves empalhadas. O interesse de Araújo pela botânica fica evidente no primeiro volume dos Anais. Nele, apresentou, em forma de colaboração, um trabalho contendo verbetes de 14 espécimes da flora rio-grandense por ele colecionadas, as quais se encontravam em uma pequena ervaria existente no Lyceu<sup>142</sup> (A-BPP, 1905a, p.111). Além disso, foi responsável pela autoria do livro *Elementos de botânica*, de 1905.

---

<sup>142</sup> Araújo foi diretor do Lyceu Rio-grandense em 1925. Naquele tempo, ressaltou, conforme o Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, que a instituição possuía "excelente e abundante material, adquirido desde sua fundação e aumentado sucessivamente nas diversas administrações, um campo de cultura nos arredores da cidade, posto meteorológico, gabinetes de física, geologia e mineralogia, botânica e zoologia, patologia vegetal, topografia e desenho, mecânica, engenharia rural, zootecnia, laboratório de química completo e aparelhamento para qualquer trabalho

Araújo também era maçom, membro da Loja Rio Branco. Pela maçonaria participou da criação do Gymnasio Pelotense, em 1902, onde foi diretor<sup>143</sup>. Lembramos que o Pelotense foi a maior iniciativa no campo educacional conduzida pela maçonaria e "propunha-se a ministrar o ensino laico, baseado no cientificismo e racionalismo, onde era pretendido o ensino experimental voltado para a vida prática do aluno" (AMARAL, 2003, p.176). Assim, deduzimos que Araújo, cientista, maçom e educador, representou para a maçonaria, naquele momento, o ideal personalizado de suas pretensões. Não tardou para que ele chegasse aos postos de direção da Bibliotheca, participando em diversas gestões, inclusive como vice-presidente na gestão 1904-1905.



Figura 13 - José Francisco Rodrigues de Araújo  
Fonte: NEVES, 2007, p.195

---

analítico". (TORRES, A.E.M. O ensino agrícola no Brasil (seu estado atual e a necessidade de sua reforma). Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1926, p. 103-104), conf. <<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/impescmvap.htm>>>, acesso em 03/10/2015.

<sup>143</sup> Durante o período em que foi diretor do Pelotense, Araújo instigou a formação de novos cursos de ensino superior na cidade. Assim, surgiu em 1912 a Faculdade Livre de Direito de Pelotas (DHP, 2011, p.134).

A escolha de ambos para formar a comissão do Museu não se deu de forma aleatória ou meramente espontânea, como podemos notar a partir da leitura de suas biografias. Ambos, Laquintinie e Araújo, eram homens que possuíam influência significativa em diversos setores da cidade e seriam capazes de emprestar prestígio intelectual suficiente à organização do Museu.

### 3.7 Então, por que um museu?

A primeira notícia que trata da fundação do Museu da Bibliotheca apareceu no dia 19 de janeiro de 1904, dois dias após a posse da nova diretoria, que seria conduzida por Idelfonso Simões Lopes, neto do Visconde da Graça, e que teria entre seus diretores o filho do Barão de Cacequi, Franciso Antunes Maciel Jr., que também era neto do Barão do Butuí<sup>144</sup>. A reportagem noticiava o resultado da primeira reunião de diretoria daquela gestão, em que as comissões permanentes eram nomeadas. Nesse sentido, sem muito destaque, apenas enunciava o nome da Comissão para organização do Museu anexo à Bibliotheca, que ficou composta por Trapaga y Zorrilla, Laquintinie e Araújo. Além disso, noticiava que uma das seis salas laterais seria destinada ao Museu, sem especificar qual (OP, 19/01/1904).

Aos poucos, outras notícias foram aparecendo. O Correio Mercantil, em 26 de janeiro, publicava uma matéria exclusiva sobre o Museu, com o título Museu da Bibliotheca. Transcrevemos:

Esteve ontem reunida a comissão nomeada pela diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense para organizar o Museu anexo a esta instituição e que compõem-se dos Srs. Carlos André Laquintinie, Dr. Francisco José Rodrigues de Araújo e Baldomero Trapaga y Zorrilla. Foram tomadas diversas medidas tendentes à imediata realização dessa louvável tentativa que tem encontrado por parte de **muitos estudiosos**<sup>145</sup> o mais franco apoio, tendo sido já oferecido à comissão vários objetos para início do Museu (CM, 26/01/1904).

Outros jornais também divulgavam a primeira reunião da referida Comissão. Apesar do conteúdo ser bastante semelhantes entre as folhas, algumas matérias traziam algumas especificidades que reproduzimos:

---

<sup>144</sup> Tanto Lopes, como Maciel Jr. tiveram expressivas carreiras políticas. Lopes foi deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense nos anos de 1897 a 1904. Em seguida, foi deputado federal nas legislaturas de 1906-1908, 1912-1914, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1926, 1927-1929 e 1930. Também foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio nos anos de 1919-1922, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1926-1943; criador da Confederação Rural Brasileira, 1928; e diretor do Banco do Brasil (1930-1943). Maciel Jr. foi eleito deputado federal em 1915-1917, 1921-1923, 1924-1926 e 1930. Foi nomeado Ministro da Justiça no Governo Vargas, em 1932, onde participou como membro nato da Constituinte de 1934.

<sup>145</sup> Grifo nosso.

Em reunião efetuada ontem, a mesma comissão resolveu apelar para o público pelotense, solicitando-lhe donativos para a constituição das coleções do museu, que constará de moedas, medalhas, **peças de história natural, documentos históricos**<sup>146</sup> e objetos raros e antigos (OP, 26/01/1904).

O nosso amigo Sr. Juvenal Augusto da Silva ofereceu à Comissão organizadora do Museu da Bibliotheca Pública Pelotense dois curiosos documentos: uma licença da Junta do Proto-Medicato de Lisboa e a carta régia que a acompanha, da rainha D. Maria, concedendo licença a José Antônio Corrêa de Sá para exercer a arte da cirurgia. Ambos documentos são datados de 1794 (DP, 26/01/1904).

Parece-nos que a Comissão já tinha delineado um projeto inicial para o Museu que ia pouco além do interesse de apenas criar um museu. Contudo, desvendar esses interesses se constituiu numa tarefa árdua de interpretação das fontes a que tivemos acesso e as quais, sobretudo, sobreviveram ao tempo. Dizemos isso, pois são poucos os documentos da Bibliotheca que tratam desse período e desse assunto em específico. Na verdade, apenas a ata de fundação, os dois Anais e as matérias jornalísticas. Mas é através dessas parcas informações que um *universo* se desvelou durante nossa pesquisa. Olhando para a trajetória da cidade, seus diversos agentes, as relações sociais que estabeleceram, as características particulares da vida cultural da elite local, entre outros aspectos apresentados neste trabalho, percebemos que um *novus ordo seclorum* estava sendo projetado para aquela comunidade que sentia o cheiro do poder, do comando e do prestígio que acompanhou o final do séc. XIX se desfazer no ar. O início da República, as mudanças no modo de produção, a abolição, a expansão da cidade nos subúrbios, os conflitos internos motivados por diversos tipos de disputas que culminaram na Revolução Federalista, a transferência definitiva do poder para Porto Alegre, impactou de modo irreversível o poder político local. Mas, ainda nos perguntávamos nesta parte do trabalho, diante de tantas possibilidades que se abriam, por que um museu?

Nossa resposta, diante desse panorama não poderia ser outra que não uma tentativa de frear o tempo ou de orientá-lo. Não era o museu a única peça que comporia o projeto de poder da elite local, não poderia ser, mas era um componente entre vários que se somava a uma agenda de imortalização dos grandes feitos e dos grandes homens. A preservação de uma herança invisível que foi deixada pelos *pais fundadores* para as gerações futuras que, nem sempre, compartilharam do seu sangue.

---

<sup>146</sup> Grifo nosso.

Nesse sentido, o artigo de João Simões Lopes Neto vinculado no segundo volume dos Anais tem muito a nos dizer. Dos dois, o segundo volume apresenta mais características memorialistas. Foram duas compilações históricas da Bibliotheca, uma com o título de *Breve notícia histórica a respeito da Bibliotheca Pública Pelotense*, com 6 páginas, o outro, *Notícia Histórica da Bibliotheca Pública Pelotense*, escrita pelo sócio honorário Francisco de Paula Pires, contendo 07 páginas. Junto a elas, uma compilação da história de Pelotas realizada por Lopes Neto, 18 páginas.

Com o título *A cidade de Pelotas – apontamentos para alguma monografia para o seu centenário*, o texto serviu de base para uma enormidade de trabalhos que trataram sobre a gênese e o desenvolvimento da cidade de Pelotas no séc. XIX. Entre tantos, destacam-se os trabalhos de Osório (1998) e Magalhães (1993), ambos comentados neste trabalho. A síntese de Lopes Neto apresenta pontos nodosos, como a primazia das charqueadas no final do séc. XVIII, quando, como vimos, a região já estava habitada antes do estabelecimento de uma charqueada industrial. Além do mais, a agricultura havia sido a atividade preponderante durante as primeiras décadas do dezenove. Outra questão foi a definição da data para se comemorar o surgimento de Pelotas como cidade, 07 de julho, e o ano, 1812. Essa data se referia apenas à criação de uma freguesia, ou seja, de uma nova paróquia dentro do sistema organizacional da Diocese de São Pedro, com sede em Rio Grande. A autonomia política e administrativa veio apenas na década de 30, quando Pelotas foi elevada à Vila.

Contudo, entres outros exemplos possíveis, o maior impacto do trabalho de Lopes Neto foi, sem dúvida, ter alinhado dentro de uma coerência lógica os processos históricos abarcados pela trajetória histórica da cidade ao longo dos séc. XVIII e XIX. Começando por Sacramento, atravessando o Forte Maria José até o estabelecimento das charqueadas e o florescimento dos *maiorais da terra*, criou o famoso escritor uma história *desejada*, uma história de nomes e sobrenomes, de dinheiro e poder. Uma história repetida facilmente, sem grandes problematizações ou desconfiças e que repercutiu, e continua a repercutir, nos dias atuais, conforme já discutimos.

O Museu, pela coleção *histórica*, serviu de local para a seleção, organização e classificação dos suportes de memória que melhor expusessem a história como bem pretendessem. Ao somarem diversas peças próprias da Ciências Naturais à

coleção *histórica*, mais do que peças em si, estavam somando discursos, proferidos desde o palanque pelos *homens ilustres e cultos* da cidade, de diferenciação entre *nós* e *eles*, entre superiores e inferiores, como se essa diferença realmente existisse.

Anos mais tarde, exatamente em 1933, um personagem entra em cena na história do Museu. Seu nome, Henrique Carlos de Moraes, agente que dá continuidade aos trabalhos do museu até próximo ao ano de sua morte, em 1986. Nesse período, mesmo que veladamente, os propósitos que motivaram explicita ou implicitamente, de forma consciente ou não, o surgimento do Museu da Bibliotheca, têm continuidade com Moraes, que se constituiu em referência nacional na proteção ao patrimônio cultural e à gestão de museus, inclusive tendo sido convidado a fundar, na década de 1980, o Museu da Cidade de Pelotas (REZENDE, 2010).

Mesmo que o projeto do Museu da Cidade não tenha saído do papel, foi a década de 80 particularmente importante para a constituição da alcunha *Pelotas Cidade Patrimonial* (ALMANAQUE DO BICENTENÁRIO, 2014), quer pela proteção do casario e do patrimônio arquitetônico, quer pelos tombamentos realizados nos três níveis da administração pública e pela criação do Plano Diretor, que previa a delimitação de Zonas de Proteção do Patrimônio Cultural (ZPPC), quer pela organização do Museu da Baronesa (1982) e do Museu de Arte Leopoldo Gottuzo (1986).

A vertente historiográfica que dizemos ter surgido com Lopes Neto (1904) e tomado fôlego com Fernando Osório (1922), magistralmente definida como *Opulência & Cultura* por Magalhães (1993), encontrou meios de conservação mesmo quando, em pleno séc. XXI, novas metodologias das áreas de Ciências Humanas e Sociais desconstruíam a História. Vertente essa que sobreviveu junto com o Museu e não apesar dele.

## CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, vimos que o colecionismo acompanha a humanidade a um nível individual e também coletivo. Inferimos que dessa prática cultural, os objetos presentes nas coleções, ao saírem do contexto que lhes deu origem, acabam adquirindo funções de cunho representacional. Representação essa que cria laços de identidade entre coleções, e os discursos criados sobre elas, e um coletivo humano. Assim, recordamos que selecionar, preservar e expor objetos estranhos uns aos outros dentro de uma apresentação lógica demonstra em si, mais do que qualquer outra apelação sublime, uma manipulação ideológica para determinado fim político. Em outras palavras, ao organizar o acervo do Museu da Bibliotheca estavam os *homens* por trás desse projeto organizando um discurso que vinculasse uma herança cultural à totalidade da sociedade pelotense.

Recordamos, também, as questões ligadas à memória e à história e nos encontramos novamente com Myrian Sepúlveda dos Santos (2002, p.117) quando ela nos diz que "os museus dão a impressão de que preservam o passado". De tal forma que ao vislumbrarmos o panorama social de Pelotas no início do séc. XX, a partir dos estudos que realizamos, o Museu pareceu representar a concretude das disputas de poder inter e intra grupos sociais, ao mostrar a significância dispensada por um grupo à construção de uma narrativa que o legitimasse a partir dos objetos colecionados. O sentido de *tudo classificar*, para além da cultura material presente no acervo do Museu, revelou, portanto, uma preocupação em estabelecer uma estratigrafia social de cultos e incultos, de civilizados e marginalizados.

O Museu da Bibliotheca, que surgiu das relações sociais estabelecidas ao longo da história de Pelotas, não só foi o reflexo dessas relações como também agiu sobre elas. Ele não só refletiu, como serviu de moldura para a construção de identidades. Se no passado, no contexto em que o Museu estava inserido, a única participação da comunidade era de receptora, de expectadora de uma realidade em que esta apenas consumia os discursos, jamais a construía, na atualidade, tendo em vista o cuidado com os motivos implícitos na organização de um museu, torna-se mais pertinente o envolvimento ativo dos agentes excluídos desse processo, como sugere Varine (2013).

Ao estar inserido numa rede lógica de museus oitocentistas, mesmo tendo surgido no início dos dezenove, através das Ciências Naturais buscava-se

compreender o mundo ao redor (as conferências públicas foram exemplos), bem como encontrar alternativas, via métodos de disciplinamento, para o controle social numa sociedade que surgia no pós-República. Nesse sentido, vimos que organizar o tempo através de um discurso histórico e dentro de um ambiente com ares memorialistas era bastante eficaz. A memória, ao se aproximar do campo historicista, ganhando forma e força de engrenagem na estrutura de controle social, conferiu ao museu uma função oculta. O Museu deixa de ser um lugar de *delícias* e passa a ter função social como categoria de governança, como ao estabelecer uma história comum para a cidade de Pelotas e condicionar, a partir dessa história, uma divisão social entre superiores e inferiores.

Dissemos outrora que as instituições surgem das relações praticadas entre os indivíduos e passam a estabelecer com eles inter-relações, ora de cooperação, ora de exclusão. O Museu da Bibliotheca apresentou essa característica de forma bastante evidente. Pensado e fundado por parte da elite local, serviu para conservar um *status quo* bastante definido, em que os *homens da Bibliotheca* tiveram preservados seus grandes feitos para a posteridade, enquanto que os *outros*, representados pelos indígenas, africanos e imigrantes europeus pobres pareceram que em nada haviam contribuído para o desenvolvimento da cidade. Como se estivesse forçando o esquecimento desse grupo. Essa dicotomia cooperação-exclusão, igualmente, evidenciou uma ideia presente na instituição: incluía os primeiros, doutrinava os segundos. A inclusão, nesse sentido, era possível caso os segundos saíssem da posição de consumidores para produtores de discursos e de narrativas dentro desse coletivo, o que de fato aconteceu com alguns. Ou seja, a partir do surgimento do Museu buscou-se educar a memória daqueles que fluíam pela cidade, consolidando-se, para tanto, uma dinâmica própria da localidade.

Noutro momento, com o caso do Louvre, percebemos na transferência simbólica do poder patrimonial da coroa para a nação uma nova ordem sendo articulada pela memória. Conforme visto, memória e história são categorias ambivalentes, que tendem a enquadrar o passado no presente de forma distinta. Essa nova ordem também estava visível na fundação do Museu, mas com outro sentido, mesmo que semelhante. Estavam os *homens da Bibliotheca* conservando o poder simbólico e representacional constituído com o ciclo econômico do charque nas suas próprias mãos, antes que pudessem perdê-lo para outros grupos que se

articulavam na cidade e na região. Queriam eles manter sua posição num cenário de incertezas que surgia na virada do século XIX para o XX.

Por fim, em nossa abordagem do Museu da Bibliotheca como fenômeno concebido pelas relações de forças e de disputas de poder sobre o passado, ressaltado pela percepção dos usos políticos da memória e sua distinção com a história, percebemos que o Museu era fruto do seu tempo. Dessa forma, tal como os museus brasileiros, repercutia os dogmas propostos pelas ciências naturais e humanas que procuravam lançar à humanidade conceitos de evolucionismo e positivismo, com fins de justificar e militar em prol de uma sociedade segmentada, hierárquica e *pura*, num momento em que a fronteira entre ser livre e ser escravo estava fragilizada. O museu, nesse sentido, poderia vir a servir como propaganda do progresso direcionado, imbuindo de afetividade a dimensão cognitiva e doutrinária dessa instituição. Dessa forma, dada a plausibilidade das possibilidades estudadas, o Museu surgiu de uma necessidade política de estabelecimento ou manutenção de um *status quo* bastante definido, contudo, componente de um sistema maior, a Bibliotheca Pública Pelotense.

Fundada nos salões da Sociedade Terpsychore, por inspiração de uma elite que pretendia aumentar seu prestígio no panorama regional e estadual, foi fundada, em 1875, a Bibliotheca Pública Pelotense, instituição que trouxe intensa contribuição para a formação da sociedade local.

A novel instituição, criada para bem mais que uma casa com livros, promoveu e apoiou uma série de atividades artísticas e culturais, bem como, ao longo de sua história, serviu como meio de interação ímpar entre os *homens do progresso* e os contextos que permeavam a sociedade local. Seus usos foram se consolidando a partir de seu primeiro projeto de impacto social: a inauguração, em 01º de fevereiro de 1877, dos cursos noturnos masculinos de instrução primária, iniciativa de educação pública aberta ao público masculino e livre, nacional ou estrangeiro. Nesse mesmo ano tiveram início as conferências públicas, que serviam de palanque para a divulgação de todos os tipos de ideais, provenientes dos mais diversos campos do conhecimento. Destacamos as que promoveram a propaganda republicana, na década de 1880, e as que trataram de temas ligados às Ciências Naturais, no início dos vinte. Aos poucos, fomos percebendo que essas atividades estavam presentes numa complexa sociedade em formação desde o início do século XIX. Com particularidades próprias, essa sociedade era consequência de um

contexto transitório entre o local e o global. Através de jogos de interesses políticos, disputas e conflitos entre grupos opostos, foram os grupos da elite surpreendidos pelas incertezas que surgiam junto à República.

Os sistemas desenvolvidos por parte de quem controlava os destinos daquela gente e orientava o avanço da história, tornaram-se sistemas frágeis no alvorecer do século XX, o que forçou a elite local a rever sua atuação e colocar em prática um novo projeto político. Apoiados na tríade maçonaria-positivismo-espiritismo, novas ideias adentraram o local trazendo novas bufadas de ar, que cheiravam a modernidade e progresso. Antigas redes encontraram novos mecanismos e uma aliança entre materialidade e intelectualidade ganhou espaço especialmente entre instituições com apelo instrutivista. Assim, o número de colégios, de jornais e de associações dobrou na virada do XIX para o XX. Destaque para a fundação do Lyceu Rio-Grandense e do Gymnasio Pelotense.

Na Bibliotheca Pública um novo projeto pensado para a instituição, mesmo que não institucionalizado dessa forma, teve início. Qualificaram-se as conferências públicas, reforçaram-se os cursos noturnos. Uma exposição artística de nível estudal e o primeiro filme cinematográfico rodado na cidade teve lugar na Casa nos primeiros anos dos vinte (ALMANAQUE DO BICENTENÁRIO, 2014), enquanto que os Anais e o Museu surgiam trazendo inovações para a área das ciências e da história. Dessa forma, pretendia-se reforçar quem estava no comando da *vida* e do *tempo*.

O Museu não foi a peça-chave dessa nova política, mas se configurou num dispositivo novo na lógica das coisas. Ao surgir de dentro da BPP, ajudou a adensar uma história pretendida, com fins de legado, pela elite local, a qual não necessariamente era hereditária daqueles que se chamaram de *fundadores* de Pelotas. Contudo, era uma elite a qual se sentia herdeira, responsável por dar conta e cabo de um legado que não era o dela.

Também podemos perceber que é a partir desse legado, que ganha forma no Museu, que uma história de Pelotas foi forjada. A iniciar pelos estudos de João Simões Lopes Neto, escritor, romancista e responsável pelo estabelecimento de uma história lógica de Pelotas, com ares de epopeia, cuja origem está associada à Sacramento e cujo desenvolvimento, ao ciclo econômico do charque, centrado num pequeno núcleo de homens brancos, ricos e escravocratas. Essência, esta, transmitida e repercutida por diversos autores, conservada na paisagem e no

imaginário urbano pelotense até a atualidade. Seleccionada, classificada e exposta no Museu da Bibliotheca. Lopes Neto, Fernando Osório, Henrique Carlos de Moraes, entre tantos outros, foram *homens da Bibliotheca* e a partir dela encontraram um modo de sobreviver apesar de suas existências efêmeras.

As décadas seguintes ao surgimento do Museu veem surgir uma Pelotas patrimonial estabelecida no que restou de sua arquitetura oitocentista e na imaterialidade da *opulência & cultura*, a qual se transita quase diariamente. Uma Pelotas que se sobrepôs sobre outras Pelotas, intermediada, que foi, pela imaterialidade do Museu.

Nesse momento, voltamos nosso olhar para alguns conceitos lançados sobre patrimônio cultural e nos encontramos diante do poder simbólico de Bourdieu (1989), que trata o símbolo sob o viés estruturante da sociedade, baseado em imagens de desejo e de medo. Essa percepção sobre o simbolismo como fenômeno social não pode ser dissociada da categoria patrimônio cultural. Onde patrimônio é um instrumento de imanência cultural nas representações das relações sociais é, de modo geral, instrumento de poder simbólico, dissemos. Dessa forma, o que foi chancelado como patrimônio de um povo pode, ao invés de potencializar manifestações de liberdade dos indivíduos, reforçar os mecanismos de controle social conduzidos pelos grupos mais próximos do poder.

Ao se pensar o patrimônio como bem universalista, almeja-se uma compreensão de universalidade do homem tal como no processo que desembocou na produção de uma História Universal – aparentemente já superada (LE GOFF, 2003, p.10-12). Os discursos genéricos que surgiram a partir da institucionalização do patrimônio cultural e, de forma mais evidente nos museus pelotenses, pretenderam, quem sabe, estabelecer uma autenticidade e uma originalidade do bem enquanto bem produzido num passado puro e universal que acabou por excluir os indivíduos de suas próprias dinâmicas, afinal eles não pertenciam ou não se inseriam nesse discurso.

Reforça-se que, diferentemente do patrimônio, cujo bem indicado vem a tornar-se patrimônio por motivos externos, o museu surge enquanto museu. Há uma intencionalidade na sua fundação e a coleção que ele abriga reforça essa intencionalidade. Foi, portanto, a partir da coleção do Museu da Bibliotheca que iniciamos nossas investigações. Ao visualizarmos os 1.391 objetos que compunham seu primeiro acervo, conseguimos delimitar, junto à revisão bibliográfica dos museus

oitocentistas brasileiros, algumas hipóteses que indicaram um caminho a ser percorrido. Mais tarde, percebemos, na configuração da coleção, duas tipologias que evidenciaram pelo menos duas estratégias utilizadas por parte da elite local para a chamada *nova ordem das coisas*: os documentos com caráter histórico, os quais indicavam o suporte para a compilação histórica de Pelotas; e a coleção ligada às ciências naturais, a qual complementava o sentido político da compilação, domesticando a memória local para a aceitação de uma estratigrafia social. Contudo, podemos pensar a partir dessa trajetória de pesquisa nas outras coleções que estão dispersas nos demais museus pelotenses, que conforme o *Guia de Museus Brasileiros*, do IBRAM (2011), são em número de 15<sup>147</sup>.

Tomando essa compreensão de museus enquanto fenômeno local e original, viu-se a coleção presente no Museu tomando outro tipo de configuração e outro nível de apreensão social e cultural. A natureza físico-química perdeu sua relevância diante da atribuição de significado, da interação social e da confluência temporal encerrados no objeto. O grupo que a reuniu e expôs passou a estar interessado na sua originalidade, diga-se, simbólica.

Num cenário de transformações, o Museu, ao evocar uma memória pública em comum e ao criar vínculos identitários, tornou-se um instrumento único na governança. Entretanto, poderíamos dizer que a manutenção de suas intenções ao longo do tempo dependeu do estado de vigília ou de sentinela que ele assumiu, posto que o passado é sempre dinâmico, como a história, ou a historiografia, também o são. Assim, para além das motivações que levaram ao surgimento do MH-BPP, seu aparente *silêncio* nos primeiros trinta e poucos anos não pode ser desligado desse viés. Visto que, se de fato o MH-BPP esteve *abandonado* até a chegada de Henrique Carlos de Moraes, podemos supor que os primeiros anos tenham sido fundamentais para o sucesso ou o fracasso de seus objetivos. Questão, essa, que deixamos para uma próxima pesquisa.

---

<sup>147</sup> Conferir em << [http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb\\_sul.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/gmb_sul.pdf)>>, acesso em 12/10/2015. Contudo, o Guia apresenta um número aproximado para o ano de 2011, visto o ano de sua publicação e o caráter voluntarioso da instituição em participar do cadastro.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M.A.. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n.4, p.5-26, 1998.
- ABUCHAIM, V. R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Mosca, 2013.
- ADORNO, T. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- AL-ALAM, C.C. **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. 2007. 250f. Dissertação (mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- AL-ALAM, C.C. Entre "ébrios" e "despóticos": policiamento, imprensa e política em Pelotas. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, p.1-16, 2011.
- AL-ALAM, C.C. **Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889**. 2013. 274f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- AMARAL, F.C. **Uma espiadela no acervo indígena da Bibliotheca Pública Pelotense**. 2014. 73f. Monografia (Bacharelado em Antropologia: Arqueologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- AMARAL, G.L. "O Templário", jornal maçônico pelotense: uma visão sobre a maçonaria, o positivismo e a educação nos primeiros anos do séc. XX. **História da Educação**, Pelotas, 7, 5, p.5-19, 2000.
- AMARAL, G.L. **Gatos Pelados X Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. 338f. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- ANJOS, M.H. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do séc. XIX**. Pelotas: EDUFPeL, 2000.
- ANJOS, M.H. Italianos e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. **História em Revista, Pelotas**, v. 5, p. 1-10, 1999.
- ARAÚJO, J.F.R. **Elementos de botânica**. Pelotas: Commercial, 1905.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARRETO, A. **Bibliografia Sul Rio-grandense**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1975.
- BATISTELLA, A. Os excluídos da história local: notas introdutórias acerca da expropriação dos indígenas e dos caboclos e a formação dos latifúndios no norte do Rio Grande do Sul. **Unoesc & Ciência-ACHS**, Joaçaba, v.5, n.2, p. 229-243, 2014.

BAUMAN, Z.A. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BEISER, A.C.P. **Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BENTO, C.M. **Os 80 anos da tomada de Pelotas pelo general Zeca Netto.** s.d. Disponível em < <http://www.ahimtb.org.br/tompelotas.htm>>. Acesso em 29 de ago. 2015.

BERUTE, G.S. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** 2011. 309f. Tese (doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BETEMPS, L.R. **A Colônia Francesa de Pelotas e seus Acervos Culturais: Memória, História e Etnia.** 2009. 232f. Dissertação (mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BETEMPS, L.R. Aspectos da colonização Francesa em Pelotas. **História em Revista**, v.5, p.117-135, 1999.

BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.5, p.283-287, 1995.

BOURDIEU, P. O que quer dizer falar. In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003. p.101-117.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1989.

BRITTO, N.D.S.S. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS).** 2011. 108f. Dissertação (mestrado em geografia) - Instituto de Ciências Humanas e Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

BRUNO, M.C.O. A musealização da arqueologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, v.17, n.17, p.35-151, 1999.

BRUNO, M.C.O. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: Saul Eduardo Seiguer Milder. (Org.). **As várias faces do Patrimônio.** Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006. p.119-140.

CABRAL, H. **Guilherme Marcucci: ecletismo na arquitetura pelotense (1860-1901).** 2012. 297f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

CALDEIRA, J.S.; AMARAL, G.L. Da filantropia à caridade: a atuação de duas mulheres na educação de meninas pobres (1901 a 1971), **Historie**, Rio Grande, v.3, n.2, p.116-132, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS (CMP). **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Pallotti, 2011.

CANDAU, J. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista memória em rede**, Pelotas, v.1, n.1, p.43-58, 2009.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CERQUEIRA, F.V.; LOUREIRO, A. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v.1, n.1, p.85-106, 2012.

CHAGAS, M.S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, nº 19, p.35-68, 2002.

CONNERTON, P. Seven types of forgetting, **Memory Studies**, v.1, n.1, p.59-71, 2008.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999.

CUNHA, J.R. **A formação do sistema literária de Pelotas: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul**. 2009. 241f. Tese (doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DALTOÉ, G. **Caetano Casaretto: arquitetura urbana em Pelotas (1892-1931)**. 2012. 192f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, M.H. Geografia comercial e influência platina no Rio Grande do Sul na transição entre os séculos XIX e XX. **BIBLOS**, v.10, p.97-106, 1998.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PELOTAS (DHP). Magalhães, Gill e Loner (org.). Pelotas: EDUFPEL, 2011.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIAS, N. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1985.

- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ETCHEVERRY, J.V. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense, nº 23**. Pelotas, 1995.
- ETCHEVERRY, J.V. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense, v. 2, nº 35**. Pelotas, 1996.
- FERRARETTO, L.A. **Rádio no Rio Grande do Sul – anos 20, 30 e 40 : dos pioneiros às emissoras comerciais**. Canoas: ULBRA, 2002
- FERREIRA, L. Patrimônio, Pós-colonialismo e repatriação arqueológica. **Ponta de lança: História, Memória e Cultura**, São Cristóvão, ano I, v.1, n.2, p. 37-62, 2008.
- FERREIRA, L.M. Arqueologia do sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. **Anos 90**, Porto Alegre, v.12, n.21/22, p.415-436, 2005.
- FERREIRA, M.L.M. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. **Historiae**, Rio Grande, v.3, n.3, p.9-26, 2012.
- FONSECA, M.A.P. **Estratégias para a preservação do germanismo (Deutschum): gênese e trajetória de um collegio teuto-brasileiro urbano em Pelotas (1898-1942)**. 2007. 158f. Dissertação (mestrado em Educação ) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. pp. 397-430.
- FUNARI, P.P.A. Considerações sobre o profissional de museus e sua formação. IN: \_\_\_\_\_ . **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis Editora, 2007. p.97-106.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1903-1950)**. Porto Alegre: FEE/RS, 1981.
- GARCIA, A.M.; MILDNER, S.E.S. Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano. **Revista Digital Estudos Historicos**, Rivera, n.8, p.8-10, 2012.
- GARCIA, E.F. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de " amizade" entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c. 1750-1800). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.24, n.40, p.613-632, 2008.
- GIL, M.F. **O Movimento Espírita Pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais**. 2008. 184f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- GIL, M.F. Trabalhadores, Maçonaria e Espiritismo em Pelotas: 1877-1937. **REHMLAC: Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, San José, Costa Rica, v.3, n.1, p.62-80, 2011.
- GIL, M.F. Trabalhadores, maçonaria e espiritismo em Pelotas: 1877-1937. **REHMLAC**, San José, Costa Rica, v.3, n.1, p.62-80, 2011.

GILL, L.A. **O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930**. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GOMES JR, G.S. Le musée français: guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15, n.1, p.219-246, 2007.

GONÇALVES, J.R.S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.

GONÇALVES, J.R.S. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2., p.264-275, 1988.

GONÇALVES, J.R.S. Os limites do patrimônio. In: ECKERT, C. et al. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007b. p.239-248.

GRASSKAMP, W. Arte y diñero: escenas de un matrimonio mixto, **Dialogos impertinentes: V Simposio Internacional de Teoría sobre Arte Contemporáneo**, México, p.149-161, 2006.

GUTIERREZ, E.J.B. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888**. Pelotas: UFPel, 2004.

GUTIERREZ, E.J.B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Passo Fundo: UPF, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris :Mouton, 1976.

HALL. S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWM, E.J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, E.J. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, E; RANGER, T (ed.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.9-24.

HUYSSSEN, A. Escapar de la amnesia: los museos como médio de masas. In: **En busca del futuro perdido. Cultura y memoria em tiempos de globalización**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2007. p.41-73.

IHERING, H. Die Vögel der Lagoa dos Patos. Eine Zoo-Geographische Studie. **Zeitschrift für die gesammte Ornithologie**, Budapest, 4, p.142-165, 1888.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números – Vol. 1**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números – Vol. 2**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IZQUIERDO, I. Memórias. **Estud.** av. [online]. 1989, vol.3, n.6, pp. 89-112. ISSN 0103-4014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n6/v3n6a06.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2014.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.19-32, 2006.

KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna'. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.29, p.57-85, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. [versão digital]

LIMA, S.F. & CARVALHO, V.C. Cultura Material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.89-115.

LONER, B.A. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPel, Unitrabalho, 2001.

LONER, B.A. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. **História em Revista**, Pelotas, v.8, p.37-68, 2002.

LONER, Beatriz Ana. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, ANPUH, Florianópolis, p.1-19, 2013.

LOPES, I.S. Conferência de 21 de abril. **Anais da Bibliotheca Publica Pelotense 1904**, n.1, v.1, Pelotas, p.11-19, 1905a.

LOPES, M.M. & FIGUEIRÔA, S.F.M. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850-1930). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.10/11, p.23-35, 2002-2003.

LOPES, M.M. **As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX**. 1993. 361f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, v.17, p.63-201, 1998.

MACHADO, A.M.A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.145-157.

MAESTRI, M. RS: o quilombo rural de Manoel Padeiro. **Ponto & Vírgula**, Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre-RS, n.11, p.54-72, 1995.

MAGALHÃES, M.O. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 1999.

MAGALHÃES, M.O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. 1993. 257f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

MARÍN TORRES, M.T. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Trea, 2002.

MAROEVIC, V. O papel da musealidade na preservação da memória. In: SCHEINER, T.C.M. **Cadernos de textos da disciplina Museologia 01 - bases teóricas da museologia**. 2006. Texto 15.

MEIRA, A.L.G. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, Pelotas, n.10, 11fls, 2004.

MENDOZA, C.A.L. Porque hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n.20, suplemento especial, p.217-228, 2005.

MENEGAT, C. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2009. 205f. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MENESES, U.T.B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.

MENESES, U.T.B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.1, n.1, p. 207-222, 1993.

MENESES, U.T.B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.21, p.89-102, 1998.

MEUNIER, A. Conjugar arquitetura, cultura e comunidade - O conceito de "cidade museu" de Havana: Em direção a uma museologia cidadã? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n.6, p.32-51, 2012.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, p.14-25, 2010.

MILHEIRA, R.G. & PEREIRA, C.C. Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008. **Cadernos do LEPAARQ**, v.5, n.9/10, 2012b.

MILHEIRA, R.G. Arqueologia e história indígena em Pelotas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL)**, Pelotas, v.7, p.35-37, 2012a

MILHEIRA, R.G. Pelotas: 2500 anos de história indígena. **Almanaque do bicentenário Vol.3: Economia, educação e turismo**. Pelotas: Pró-cultura RS, João Eduardo Keiber ME, 2014. p.37-47.

MILHEIRA, R.G. Relatório de pesquisa do projeto Arqueologia e História Indígena do Pampa: Estudo das Populações Pré-Coloniais na Bacia Hidrográfica da Laguna dos Patos e Lagoa Mirim. **Cadernos do LEPAARQ**, v.8, n.15/16, p.199-216, 2011.

MILHEIRA, R.G. **Território e estratégia de assentamento Guarani na planície sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste-RS**. 2008. 213f. Tese (doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MONASTEIRO, L.M. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. **História e Economia Revista Interdisciplinar**, São Paulo, v.1, n.1, p.13-28, 2005.

MONQUELAT, A.F. **Pelotas dos excluídos (subsídios para uma história do cotidiano)**. Pelotas: Livraria Mundial, 2014.

MONQUELAT, A.F. **Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas**. Pelotas: UFPel, 2010.

MONQUELAT, A.F. & MARCOLLA, V. **Desfazendo mitos: notas à história do Continente de São Pedro**. Pelotas: Livraria Mundial, 2010a.

MONQUELAT, A.F. & MARCOLLA, V. **O processo de urbanização de Pelotas e a Fazenda do Arroio Moreira**. Pelotas: UFPel, 2010b.

MONQUELAT, A.F. & PINTO, G. **Pelotas no tempo dos chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MORAIS, C.T.G. & SANTOS, C.A.A. Industriais teuto-brasileiros em Pelotas: contribuições na economia e na cultura do final do século XIX e início do XX. **Seminário de História da Arte**, Centro de Artes, UFPel, Pelotas, v.3, n.1, p.1-17, 2013.

MÜLLER, D. **"Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza": espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)**. 2010. 340f. Tese (doutorado em História) - Unidade de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

NEETZOW, A.A. Rio da Prata quinhentista: uma abordagem histórico-arqueológica. **BIBLOS**, Rio Grande, v.14, p.15-21, 2008.

NEVES, H.A. **A "alma do negócio": aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910)**. 2007. 260f. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)**. São Paulo, v. 10, p.7-28, 1993.

OFFICIAL CATALOGUE OF EXHIBITORS (OCE). **Universal exposition. St. Louis, U.S.A, 1904**. St. Louis: Committee on press and publicity by the official catalogue company inc., 1904.

- OSORIO, F. **A cidade de Pelotas – Vol 1**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.
- OSORIO, F. **A cidade de Pelotas – Vol2**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1998.
- PAULA, D.C. Teosofia e espiritismo nas cartas da Baronesa de Três Serros (1899-1918). **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**, ANPUH, Natal, p.1-10, 2013.
- PERES, E.T. **O templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1877-1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- PERES, E.T. Sob(re) o silêncio das fontes... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.2, n.2 [4], p.75-102, 2012.
- PESSI, B.S. O fim do tráfico e a organização do trabalho nas charqueadas pelotenses: ofícios e avaliação dos escravos arrolados nos inventários de charqueadores. **AEDOS**, v 2, n.4, p.157-168, 2009.
- PEZAT, P. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p.255-285, 2006.
- PINTO, N.G. A trajetória do liberto José Viriato Monteiro: experiências de cativo, liberdade e parentesco em Pelotas/rs, 1830/1888. **Oficina do Historiador**, Suplemento especial, Porto Alegre, p.1313-1333, 2014.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- POMATTI, A.B. **Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura - 1890 a 1930**. 2011. 154f. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- POMIAN, K. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, v.1, p.51-86, 1984.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.
- PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**, Madrid, n.27, p.63-76, 1998.
- REZENDE, M.G. **Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- RICOEUR, P. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROQUE, M.I.R. Comunicação no Museu. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHEFRIT, A. F. (Org.). **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010. p.47-68.

RUBIRA, L. Apresentação Almanaque do Bicentenário de Pelotas (Vol2). In: \_\_\_\_\_. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas – Volume 2**. Santa Maria: PRO-CULTURA-RS, Pallotti, 2014. p.17-57.

SANJAD, N. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**. 2005. 439f. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, M.C.T.M. A escola e o museu no Brasil: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.3, n.3, p.41-66, 1994.

SANTOS, M.C.T.M. O Papel dos museus na construção de uma identidade nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.28, p.38-52, 1996.

SANTOS, M.S. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.55, p.53-73, 2004.

SANTOS, M.S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e estado**. [online]. vol.15, n.2, p.271-302, 2000.

SANTOS, M.S. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v.19, n.19, p.115-137, 2002.

SCHEINER, T.C. O museu como processo. **Cadernos de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v.2, p.34-47, 2008.

SCHWARCZ, L.K.M. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2013. p.119 – 144.

SCHWARCZ, L.K.M. Nascimento dos museus no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vertice, 1989. p. 28 – 90.

SCHWARCZ, L.K.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A.C.F. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Museologia), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, F.O. Associativismo negro e a constituição de identidades étnicas e sociais em Pelotas. **Anais do X Encontro Estadual de História**, ANPUH, UFSM, Santa Maria, p.1-17, 2010.

SILVEIRA, F.L.A & LIMA FILHO, M.F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma nas coisas" e a coisificação do objeto. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.37-50, 2005.

TOMASCHEWSKI, C. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)**. 2007.

257f. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TORNATORE, J.L. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista memória em rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 7-21, 2009.

VARINE, H. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VARINE, H. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: SANTOS, M.C.T.M. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC/DEMU, 2008. p.12-20.

VIZENTIN-BUGONI, J. & JACOBS, F.P. Aves, Cardinalidae, Piranga flava (Vieillot, 1822): Filling gaps by means of historical and recent records in the state of Rio Grande do Sul, southern Brazil. **Check List**, v. 7, n. 6, p. 865-867, 2011.

VON IHERING, H. A Lagoa dos Patos. **Organon**, Porto Alegre, v. 14, n. 14, p.101-142, 1969.

WEIZENMANN, T. Karl von Koseritz e o debate cientificista: uma perspectiva sobre o evolucionismo na segunda metade do dezanove brasileiro. **Anais do XI Encontro Estadual de História**, ANPUH-RS, Rio Grande, p.661-676, 2012.

YERUSHALMI, Y. Reflexiones sobre el olvido. In: \_\_\_\_\_ et al. **Usos del olvido**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989. p. 13-26.

## **FONTES**

### **IMPRESSAS**

#### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E OBRAS VALIOSAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE, PELOTAS/RS**

ANEXO BPP – 001. Annaes da Biblioteca Pública Pelotense [1094], Pelotas, ano I, v.1, 1905a.

ANEXO BPP – 001b. Annaes da Biblioteca Pública Pelotense [1905], Pelotas, ano II, v.2, 1905b.

### **PERIÓDICOS**

A Discussão (AD) - 1884

A Federação (AF) - 1901

Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul (ALERGS). Porto Alegre, Ano 18, 1906.

Correio Mercantil (CM) - 1875, 1878, 1886, 1887, 1904

Diário de Pelotas (DPEL) - 1886, 1887

Diário Popular (DP) - 1904

Echo do Sul (ES) - 1904 e 1905.

O Rio-grandense (OR) - 1875

Onze de Junho (OJ) - 1884

Opinião Pública (OP) 1904 e 1905.

## **Anexos**

## **ANEXO A - Conferências realizadas em 1904 e 1905 transcritas nos Anais da Bibliotheca Pública Pelotense**

A. Nos Annaes da Bibliotheca Pública Pelotense [1094], Pelotas, ano I, v. 1, 1905.

1. Conferência realizada por Ildelfonso Simões Lopes em 21 de abril de 1904, p.11-19.
2. O movimento científico no Rio Grande, por Alberto Vieira Braga, em 22 de maio de 1904, p.20-31.
3. A educação moral, debaixo do ponto de vista da psicologia experimental, por Armando Victorino Prates, em 19 de junho de 1904, p.32-43.
4. Educação cívica, por João Simões Lopes Neto, em 17 de julho de 1904, p.44-59.
5. A situação, por J.F. Assis Brasil, em 14 de agosto de 1904, p.60-73.
6. Sinopse da História do Rio Grande, de 1502 a 1737, por Francisco Antunes Maciel, em 28 de agosto de 1904, p.74-81.
7. Memórias econômicas-políticas por um português, por José Gonçalves Chaves, em 06 de novembro de 1904, p.82-92.
8. A federação econômica do Rio Grande do Sul, por Arthur Pinto da Rocha, em 25 de abril de 1905, p.93-106.

B. Nos Annaes da Bibliotheca Pública Pelotense [1905], Pelotas, ano II, v. 2, 1905.

1. A instrução primária obrigatória, por Felipe Saboia Bandeira de Mello, em 25 de junho de 1905, p.32-36.
2. O evolucionismo, por Carlos Schilitz, SJ, em 30 de julho de 1905, p.37-46.
3. Os efeitos da consanguinidade, por Francisco José Rodrigues de Araújo, em 13 de agosto de 1905, p.47-55.
4. Considerações sobre o problema social brasileiro, por Victor de Brito, em 1º de setembro de 1905, p.56-67.
5. Fenômenos luminosos no mundo orgânico, por Ambrosio Schuup, em 10 de setembro de 1905, p.68-78.

## **ANEXO B - Diretorias eleitas para os anos 1904 e 1905 segundo Anais da Bibliotheca Pública Pelotense**

### A. 1904

Presidente: Ildefonso Simões Lopes

Vice-Presidente: Francisco José R. de Araújo

Secretário: Alberto Ferreira Rodrigues

2º Dito Manoel S. Gomes de Freitas

Tesoureiro: Francisco de Paula Meira

Adjunto: Baldomero Trapaga e Zorrilla

Diretores: Salvador Duarte de Lemos, Octacílio Pereira, Adeodato Fialho, A.C.

Nunes de Souza, Alberto Vieira Braga, Francisco Maciel Junior

Suplentes: Lúcio Trapaga, Hyppolito Detroyat, Ambrosio Perret Filho

Comissão de Contas: Thomaz Morena, Antonio Gabriel Portella, Raymundo Pinto da Silva

Comissão de Obras: Ildefonso Simões Lopes, Adeodato Fialho, Salvador Lemos

Comissão do Curso Noturno: Octacílio Pereira, Francisco de Araújo e Diretor em exercício

Comissão para angariar sócios: Francisco Maciel Junior, Adolpho Nunes, Francisco Meira

Comissão de Conferências: Adeodato Fialho, Octacílio Pereira e o Diretor em exercício

Comissão para compra de livros: Francisco Araújo, Baldomero Trapaga e Zorrilla, Alberto Ferreira Rodrigues

Comissão para organização do museu anexo à Bibliotheca: Carlos André Laquintinie, Francisco José R. de Araújo e Baldomero Trapaga e Zorrilla.

### B. 1905

Presidente: A.C. Nunes

Vice-presidente: Baldomero Trapaga e Zorrilla

Secretário: Manoel S. Gomes de Freitas

2º Dito: Alcides Ivo A. da Costa

Tesoureiro: Francisco de Paula Meira

Adjunto: Emílio Nunes

Diretores: Ildfonso Simões Lopes, Francisco José R. de Araújo, Salvador Duarte Lemos, Octacílio Pereira, Luiz Tavares Alves Pereira, Francisco Maciel Junior

Suplentes: Faustino Trapaga Filho, Francisco F. P. de Almeida, Antônio Tonca Duarte

Comissão de Contas: Antônio Gabriel Portella, Carlos André Laquintinie, Luiz Sandalio Leivas

Comissão do Museu: Francisco José R. de Araújo, Carlos André Laquintinie e Baldomero Trapaga e Zorrilla

Comissão de Conferências: Luiz Tavares Alves Pereira, Octacílio Pereira

Comissão de Reformas e Melhoramentos: Ildfonso Simões Lopes, Salvador Duarte Lemos, Luiz Tavares Alves Pereira

Comissão de Livros e Revistas: Baldomero Trapaga e Zorrilla, Manoel S. Gomes de Freitas, Francisco José R. de Araújo

Comissão de Catálogo: Ildfonso Simões Lopes, Francisco Maciel Junior, Octacílio Pereira

Comissão dos Anais: Manoel S. Gomes de Freitas, Octacílio Pereira, A.C. Nunes de Souza

Comissão do Curso Noturno: Octacílio Pereira

**ANEXO C - Tabela *clipping* sobre a BPP nos periódicos Correio Mercantil, Diário Popular, Echo do Sul e Opinião Pública, anos 1904 e 1905**

Periódico	Ano	Data	Assunto	Observação
Diário Popular	1903	09/12	Exposição Artística	
Correio Mercantil	1904	19/01	Inscrição na Imprensa Nacional	
Opinião Pública	1904	11/01	Assinaturas de publicações	
Opinião Pública	1904	12/01	Doações de livros	Total de livros durante a semana: 58 volumes
Opinião Pública	1904	15/01	Posse da nova diretoria	
Opinião Pública	1904	15/01	Curso Noturno	
Opinião Pública	1904	15/01	Doação de livros	
Diário Popular	1904	17/01	Posse da nova diretoria	
Opinião Pública	1904	18/01	Sobre o apartidarismo na BPP	
Opinião Pública	1904	19/01	Resumo da 1ª reunião da nova diretoria	
Diário Popular	1904	20/01	Resumo da 1ª reunião da nova diretoria	
Opinião Pública	1904	20/01	Doações de livros	Total de livros durante a semana: 29 volumes
Correio Mercantil	1904	26/01	Alteração espacial de seções	Movimentação de setores Gabinete de Leitura e Leitura de Jornais
Correio Mercantil	1904	26/01	Primeira reunião da comissão s/ Museu	
Opinião Pública	1904	26/01	Primeira reunião da comissão s/ Museu	
Diário Popular	1904	26/01	Doação ao Museu	De Juvenal Augusto da Silva, dois documentos históricos
Correio Mercantil	1904	28/01	Doações de livros em 1903	1379 volumes provenientes de Pelotas, Brasil e estrangeiro
Opinião Pública	1904	27/01	Doações de livros durante a semana; Doações de livros em 1903	Total de livros recebidos durante a semana: 101 volumes; Sobre o volume de doações em 1903, afirma: "No Brasil, só a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, graças as consideráveis verbas de que dispõe e ao apoio oficial, tem um movimento bibliográfico superior ao da nossa primeira instituição local".
Opinião Pública	1904	27/01	Carta da diretoria ao Opinião Pública	Assina Alberto Ferreira Rodrigues
Correio Mercantil	1904	30/01	Doações de livros durante a semana; Carta da diretoria ao Correio Mercantil com resposta deste	Sobre correspondência de Alberto F. Rodrigues
Echo do Sul	1904	30/01	Diretoria eleita	Sobre correspondência de Alberto F. Rodrigues
Opinião Pública	1904	02/02	Curso Noturno	Compareceram 14 alunos à primeira aula, prof. José Landell
Opinião Pública	1904	02/02	Informe sobre reunião de diretoria	A realizar-se no próprio dia 2

Opinião Pública	1904	03/02	Doações de Livros	Total de livros recebidos durante a semana: 29 volumes
Opinião Pública	1904	Conf.	Relatório de atividades mês de janeiro	
Opinião Pública	1904	Conf.	Nota de agradecimento	De Francisco L.G. Rosa, do RJ, sobre catálogo da Exposição Artística
Opinião Pública	1904	10/02	Resumo da reunião de diretoria	
Correio Mercantil	1904	11/02	S/ telegrama ao barão do Rio Branco	s/ questão do Acre, exaltando a participação de Assis Brasil
Correio Mercantil	1904	11/02	Resumo da reunião de diretoria	
Diário Popular	1904	11/02	S/ telegrama ao barão do Rio Branco	s/ questão do Acre, exaltando a participação de Assis Brasil
Echo do Sul	1904	11/02	Resumo da reunião de diretoria	
Echo do Sul	1904	11/02	S/ telegrama ao barão do Rio Branco	s/ questão do Acre, exaltando a participação de Assis Brasil
O Intransigente	1904	12/02	S/ telegrama ao barão do Rio Branco	s/ questão do Acre, exaltando a participação de Assis Brasil
Correio Mercantil	1904	12/02	Doação de livros	Do almirante Arthur de Jaceguay; De Aurelio Pires
Opinião Pública	1904	12/02	Doações de livros	Total de livros recebidos durante a semana: 71 volumes
Correio Mercantil	1904	18/02	Nota de agradecimento à BPP	Pela doação feita ao Boletim de la Biblioteca Pública de La Prata
Correio Mercantil	1904	19/02	Íntegra do telegrama ao Barão do Rio Branco	"Diretoria Bibliotheca Pública Pelotense congratula-se V. Ex. elevada, civilizadora solução litígio Acre, com tanto maior jubilo quanto nela colaborou um rio-grandense, o ilustre Dr. Assis Brasil"
Opinião Pública	1904	18/02	Doações de livros	Total de livros recebidos durante a semana: 62 volumes
Correio Mercantil	1904	21/01	Resposta do barão do Rio Branco	
Opinião Pública	1904	25/02	Comunicação da Oficina de Hidrografia, de Valparaíso	
Opinião Pública	1904	25/02	Doações de livros	Total de livros recebidos durante a semana: 100 volumes
Correio Mercantil	1904	27/02	Lista de jornais	Recebidos regularmente pela BPP
Opinião Pública	1904	01º/03	Doações de livros	Total de livros recebidos durante a semana: 16 volumes
Diário Popular	1904	02/03	Assinatura de revista	Total de revista recebidas regularmente: 88
Correio Mercantil	1904	03/03	Inscrição para recebimento de publicações	Em instituições de Peru, Chile, Rio de Janeiro e São Paulo
Diário Popular	1904	03/03	Lista de revista	Recebidas regularmente pela BPP
Opinião Pública	1904	03/03	Resumo da reunião de diretoria	
Diário Popular	1904	04/03	Relatório de atividades mês de fevereiro	
Correio Mercantil	1904	04/03	Resumo da reunião de	

			diretoria	
Opinião Pública	1904	05/03	Homenagem à BPP	Pelo aniversário de sua instalação, em 05/03/1876
Correio Mercantil	1904	04/03	S/ aquisição de biblioteca particular	De Arthur Montenegro, com 2 mil volumes
Diário Popular	1904	06/03	Homenagem à BPP	Pelo aniversário de sua instalação, em 05/03/1876
Echo do Sul	1904	04/03	S/ aquisição de biblioteca particular	De Arthur Montenegro, com 2 mil volumes
Echo do Sul	1904	04/03	S/ convite à Assis Brasil	Para participação nas Conferências Públicas
Diário Popular	1904	06/03	Doação ao Museu	Mapa do ataque de Ponche Verde, de 1843
Correio Mercantil	1904	06/03	Sobre passagem da instalação da BPP	
Echo do Sul	1904	07/03	Homenagem à BPP	Pelo aniversário de sua instalação, em 05/03/1876
Opinião Pública	1904	07/03	Doação ao Museu	Mapa do ataque de Ponche Verde, de 1843
Opinião Pública	1904	09/03	Doações de livros	Total de livros recebidos durante a semana: 123 volumes
Opinião Pública	1904	09/03	Nota de agradecimento	Pela doação feita ao Opinião Pública
Correio Mercantil	1904	11/03	Doação de livros	Do vice-almirante Julio Cezar de Noronha, coleção de obras sobre ciências náuticas
Echo do Sul	1904	11/03	Nota de agradecimento	Pelo envio de uma fotografia da BPP ao Echo do Sul
Correio Mercantil	1904	12/03	Nota de agradecimento	Pela doação feita ao Correio Mercantil
Correio Mercantil	1904	17/03	Doações de livros	Total de livros recebidos na quinzena: 150 volumes
Opinião Pública	1904	18/03	Resumo da reunião de diretoria	
Correio Mercantil	1904	19/03	Resumo da reunião de diretoria	
Correio Mercantil	1904	19/03	Curso Noturno	Total de alunos: 70
Correio Mercantil	1904	19/03	Doação de livros	Do capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho
Diário Popular	1904	19/03	Resumo da reunião de diretoria	
Opinião Pública	1904	19/03	Doação de livros	Do capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho
Echo do Sul	1904	17/03	Doação de livros	Do capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho
Diário Popular	1904	20/03	Inscrição à Real Sociedade Geográfica de Madrid	Para recebimento de publicações
Opinião Pública	1904	22/03	Doação de fotografia	Feita por José Pires Brandão, Antônio Ferreira Vianna
Correio Mercantil	1904	22/03	Doações de Livros	Da Universidade de Coimbra, 84 volumes; Total de livros recebidos durante a semana: 435
Echo do Sul	1904	23/03	Doação de fotografia	Feita por José Pires Brandão, Antônio Ferreira Vianna
Opinião Pública	1904	24/03	Doação ao Museu	De Amaro Brazil, uma cédula de 50\$000, de 1833
Opinião Pública	1904	28/03	Doação ao Museu	De Manoel S.G. de Freitas, 12

				documentos do período 1830-1840
Correio Mercantil	1904	27/03	S/ recomeço das Conferências	C/ Ildefonso Simões Lopes, presidente da BPP
Correio Mercantil	1904	27/03	Doação ao Museu	De Manoel S.G. de Freitas, 12 documentos do período 1830-1840
Diário Popular	1904	27/03	S/ recomeço das Conferências	C/ Ildefonso Simões Lopes, presidente da BPP
Opinião Pública	1904	29/03	S/ encontro com Assis Brasil	P/ convite a proferir conferência na BPP
Opinião Pública	1904	29/03	Resumo da reunião de diretoria	
Diário Popular	1904	30/03	Curso Noturno	Criação de nova turma
Diário Popular	1904	30/03	Doação ao Museu	De Ambrosio Perret Filho, coleção de Arcos e flechas
Correio Mercantil	1904	30/03	Curso Noturno	Criação de nova turma
Correio Mercantil	1904	30/03	Sobre aceite de Assis Brasil	P/ proferir conferência
Correio Mercantil	1904	30/03	Sobre instalação do retrato de Antonio Ferreira Vianna	
Opinião Pública	1904	02/04	Doação de livros	De Juan Fernandez, Ministro da Justiça e Instrução da Argentina
Correio Mercantil	1904	05/04	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 34 volumes
Correio Mercantil	1904	06/04	Relatório de atividades mês de março	
Diário Popular	1904	08/04	Doação de livros	Do naturalista Fritz Noack; Da Sociedade Nacional de Agricultura
Opinião Pública	1904	11/04	Doação ao Museu	De Antonio Vieira Braga, Coleção de Jornais
Opinião Pública	1904	11/04	Sobre obras de manutenção	Pintura interna e externa
Opinião Pública	1904	11/04	s/ Conferência	Adiamento por causa do mau tempo
Correio Mercantil	1904	12/04	Entrega de diplomas de sócio honorário	
Opinião Pública	1904	11/04	Nota de pesar	Pelo falecimento de Apolinário Porto-Alegre
Diário Popular	1904	12/04	Doação ao Museu	Coleção de Jornais
Correio Mercantil	1904	12/04	Resumo de atividades	
Correio Mercantil	1904	12/04	Nota de agradecimento	Da BPP ao capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho
Opinião Pública	1904	13/04	Conferências	Convite à Alberto Vieira Braga, título "Movimento Científico no Rio Grande do Sul"
Opinião Pública	1904	13/04	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 48 volumes
Opinião Pública	1904	13/04	Doação ao Museu	De Pedro José Rodrigues, coleção de autógrafos
Opinião Pública	1904	22/04	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 37 volumes
Opinião Pública	1904	22/04	Conferências	Resumo da conferência proferida por Ildefonso S. Lopes
Diário Popular	1904	23/04	Conferências	Resumo da conferência

				proferida por Ildefonso S. Lopes
Correio Mercantil	1904	23/04	Conferências	Resumo da conferência proferida por Ildefonso S. Lopes
Opinião Pública	1904	23/04	Doação de livros	De Gabriel T.P. e Almeida, ministro do Brasil em França; De Borges de Medeiros; De Instituto Comercial do Chile
Correio Mercantil	1904	24/04	Conferências	Crítica assinada por Koseritz
Diário Popular	1904	24/04	Doação de Livros	Do escritor J.M. Cardozo de Oliveira, secretário da legação brasileira em Londres
Opinião Pública	1904	25/04	Doação ao Museu	De José Calero, Lenço de seda da filha do ditador argentino Rosas; De Arthur Hameister, carta de Lobo da Costa
Correio Mercantil	1904	26/04	Revistas	Inscreveram a BPP para recebimento de suas publicações Sociedade Rural Argentina, Diretoria Geral de Estatística Municipal de Buenos Aires, Instituto Comercial de Santiago do Chile
Diário Popular	1904	26/04	S/ obras de manutenção	Informe
Opinião Pública	1904	27/04	Nota de agradecimento	De José A.T. de Mello, ex-diretor da Biblioteca Nacional, à BPP por doação recebida
Correio Mercantil	1904	01º/05	Doação de livros	De Ricardo Palma, escritor peruano
Opinião Pública	1904	02/05	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 15 volumes
Correio Mercantil	1904	05/05	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 15 volumes
Diário Popular	1904	06/05	Doação de livros	De Biblioteca Nacional de Lima; De Oficina Demográfica Argentina
Correio Mercantil	1904	07/05	Relatório de atividades mês abril	
Diário Popular	1904	11/05	Doação de livros	Nota de recebimento de doação feita pela Universidade de Coimbra
Diário Popular	1904	11/05	Nota de entrega de diploma de sócio honorário	À Cecília Pereira Osorio, Maria Francisca de Mendonça Assumpção e Carlota Behrendorf, Bernardina Nunes Alves
Opinião Pública	1904	11/05	Nota de entrega de diploma de sócio honorário	À Cecília Pereira Osorio, Maria Francisca de Mendonça Assumpção e Carlota Behrendorf, Bernardina Nunes Alves
Correio Mercantil	1904	11/05	Nota de entrega de diploma de sócio honorário	À Cecília Pereira Osorio, Maria Francisca de Mendonça Assumpção e Carlota Behrendorf, Bernardina Nunes Alves

Opinião Pública	1904	11/05	Resumo da reunião de diretoria	
Diário Popular	1904	12/05	Conferência	Informe de data
Correio Mercantil	1904	13/05	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 151 volumes
Diário Popular	1904	17/05	Doação de livros e ao Museu	Do Departamento de Agricultura e Museu Nacional dos Estados Unidos da América; De Rubens Tavares, cônsul do Brasil em Genova; De Albario Vieira Braga, coleção de autógrafos, diversos jornais e opúsculos antigos
Opinião Pública	1904	19/05	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 30 volumes
Diário Popular	1904	20/05	Doação de livros	De José Barboza Gonçalves, intendente municipal; dos governadores do Maranhão e Sergipe;
Diário Popular	1904	24/05	Doação de livros	De Antonio de Toledo Piza; coronel José Octavio Gonçalves; De Roma
Diário Popular	1904	24/05	Conferências	Resumo da conferência proferida por Alberto Vieira Braga
Correio Mercantil	1904	24/05	Conferências	Resumo da conferência proferida por Alberto Vieira Braga
Echo do Sul	1904	23/05	Conferências	Resumo da conferência proferida por Alberto Vieira Braga
Opinião Pública	1904	24/05	Conferência	Resumo da conferência proferida por Alberto Vieira Braga
Opinião Pública	1904	27/05	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 60 volumes
Correio Mercantil	1904	31/05	Resumo da reunião de diretoria	
Correio Mercantil	1904	01º/06	Título de sócio honorário	À Mariano Irmão & C.
Opinião Pública	1904	01º/06	Doação ao Museu	De Luiz de Moraes, fragmento do balão Pax e uma cédula antiga; de Alberto Vieira Braga, fragmento de meteorolito [sic]; de Alcides Ivo da Costa, uma moeda de cobre rara. Ainda, a comissão do Museu instalou dois armários na sala destinada ao Museu, ambos feitos por Jeronymo Cardozo Fernandes
Correio Mercantil	1904	02/06	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 130 volumes
Correio Mercantil	1904	11/06	Relatório de atividades mês de maio	
Correio Mercantil	1904	14/06	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 22 volumes
Opinião Pública	1904	13/06	Resumo da reunião de diretoria	Aceita exoneração de Alberto Ferreira Rodrigues

Correio Mercantil	1904	17/06	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 15 volumes
Correio Mercantil	1904	21/06	Conferências	Resumo da conferência proferida por Armando Prates
Correio Mercantil	1904	24/06	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 36 volumes
Correio Mercantil	1904	30/06	Doação ao Museu	De Antonio R. Vasconcellos, cédula de 20\$000, emitida pelo Banco do Brasil; De Joaquim F. Bandeira, cédula de 10\$000, do Império, de 20 centesimos, emitida pelo Banco Navia y C., de Montevideu, em 1865, e outra de mesmo valor emitida pelo Banco Italiano de Montevideu, em 1867;
Correio Mercantil	1904	07/07	Relatório de atividades mês de junho	
Opinião Pública	1904	06/07	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 6 volumes
Opinião Pública	1904	11/07	Resumo da reunião de diretoria	Dedicada a memória de Alberto Vieira Braga
Opinião Pública	1904	12/07	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 23 volumes
Correio Mercantil	1904	19/07	Conferências	Resumo da conferência proferida por João Simões Lopes Neto
Diário Popular	1904	20/07	Resumo da reunião de diretoria	
Correio Mercantil	1904	23/07	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 15 volumes
Opinião Pública	1904	29/07	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 26 volumes
Correio Mercantil	1904	04/08	Relatório de atividades mês de julho	
Correio Mercantil	1904	04/08	Homenagem póstuma à Alberto V. Braga	
Diário Popular	1904	07/08	Resumo da reunião de diretoria	Por proposta de Francisco JR de Araújo "a criação de um museu escolar, anexo à sala de mapas desta instituição. Aceita por todos os diretores esta ideia [...] Esse museu constará de um mostruário tão completo quanto possível dos livros escolares adotados nas escolas dos diversos Estados do Brasil".
Opinião Pública	1904	10/08	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 45 volumes
Diário Popular	1904	19/08	Doação ao Museu	Diversos doadores, com comentário
Correio Mercantil	1904	20/08	Doação ao Museu	Diversos doadores, com comentário
Opinião Pública	1904	20/08	Doação ao Museu	Diversos doadores, com comentário
Correio Mercantil	1904	03/09	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 47 volumes

Correio Mercantil	1904	14/09	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 36 volumes
Opinião Pública	1904	23/09	Entrega de diplomas de sócio beneméritos	A Francisco de Paula Meira, Adolpho Nunes de Souza e Salvador Duarte Lemos
Correio Mercantil	1904	27/09	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 56 volumes
Correio Mercantil	1904	04/10	Relatório de atividades mês de setembro	Total de livros recebidos na semana: 24 volumes
Diário Popular	1904	06/10	Doação ao Museu	De Manoel Gonçalves Lopes, 2 terneiros xipophagos; anuncia a possível abertura do museu em 14 de novembro
Opinião Pública	1904	06/10	Doação ao Museu	De Manoel Gonçalves Lopes, 2 terneiros xipophagos; anuncia a possível abertura do museu em 14 de novembro
Correio Mercantil	1904	06/10	Doação ao Museu	De Manoel Gonçalves Lopes, 2 terneiros xipophagos; anuncia a possível abertura do museu em 14 de novembro
Opinião Pública	1904	13/10	Doação ao Museu	Diversos
Opinião Pública	1904	20/10	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 9 volumes
Correio Mercantil	1904	26/10	Doações de livros	Total de livros recebidos na semana: 28 volumes
Opinião Pública	1904	31/10	Conferências	Resumo da conferência proferida por José Gonçalves Chaves
Opinião Pública	1904	07/11	Aquisição de biblioteca particular	De José Arthur Montenegro, 1600 volumes
Correio Mercantil	1904	17/11	Aquisição de biblioteca particular	De José Arthur Montenegro, 1600 volumes
Opinião Pública	1904	17/11	Homenagem a barão Homem de Mello	Proposto por Baldomero Trapaga e Zorrilla
Opinião Pública	1904	08/12	Relatório de atividades mês de novembro	
Correio Mercantil	1904	10/12	Lista de livros adquiridos	Por compra
Opinião Pública	1904	21/12	Curso Noturno	Avaliação de desempenho e condecorações
Opinião Pública	1904	30/12	Assembleia Geral para eleição de diretoria	Ano 1905
Diário Popular	1905	06/01	Doação ao Museu	Diversos, atenção para doação de um "patinho com 4 pernas"
Correio Mercantil	1905	12/01	Relatório de atividades mês de dezembro	
Correio Mercantil	1905	20/01	Curso Noturno	Início de atividades
Correio Mercantil	1905	06/02	Resumo da 1ª reunião da nova diretoria	Deliberam a publicação do "Anais da BPP"
Correio Mercantil	1905	11/02	Relatório de atividades mês de dezembro	
Opinião Pública	1905	23/02	Curso Noturno	Homenagem à Francisco de Paula Ribeiro, primeiro colocado nos exames de 1904
Opinião Pública	1905	04/03	Doação ao Museu	Diversos, com comentário; atenção para doação de "uma perna de rês atacada de exostosis".

Diário Popular	1905	04/03	Doação ao Museu	Diversos, com comentário; atenção para doação de "uma perna de rês atacada de exostosis".
Correio Mercantil	1905	04/03	Doação ao Museu	Diversos, com comentário; atenção para doação de "uma perna de rês atacada de exostosis".
Opinião Pública	1905	10/03	Nota s/ desoneração de dívidas com o Estado	
Diário Popular	1905	11/03	Nota s/ desoneração de dívidas com o Estado	
Diário Popular	1905	10/03	Relatório do presidente Ildefonso Simões Lopes	Referente ao ano de 1904
Correio Mercantil	1905	15/03	Relatório de atividades mês fevereiro	
Correio Mercantil	1905	12/04	Relatório de atividades mês março	
Correio Mercantil	1905	20/04	Doação de livros	Diversos, inclusive de José C. de Moraes Patacão, pai de HCM
Opinião Pública	1905	20/04	Doação de livros	Diversos
Correio Mercantil	1905	08/05	Relatório de atividades mês de abril	
Opinião Pública	1905	11/05	Conferências	Informa o início das atividades para o 1º domingo de junho
Correio Mercantil	1905	19/05	Doação de livros	De Arthur Brusque, com comentários
Correio Mercantil	1905	19/05	Doação ao Museu	Diversos, com comentário; atenção para a promoção de doação de objetos "esquisitos e raros", destaque para doação de Manoel Gonçalves Lopes de "uma concha fluvial, um dente de javali, uma cabeça de miraguaya, uma verruga córnea encontrada no beicho de um boi [...] e diversos ferrões de besouro do Porto"; de Alvaro Fonçalves Soares, "uma bola de cabelo encontrada no estômago de uma rês"
Opinião Pública	1905	19/05	Doação ao Museu	Diversos, com comentário
Diário Popular	1905	22/05	Doação ao Museu	Diversos, com comentário
Opinião Pública	1905	05/06	Relatório de atividades mês de maio	
Diário Popular	1905	07/06	Conferências	Informa o recomeço das atividades no domingo próximo
Opinião Pública	1905	04/07	Doação ao Museu	De Eduardo Wilhelmy, de Canguçu, de um herbário com 50 exemplares
Opinião Pública	1905	06/07	Relatório de atividades mês de junho	
Opinião Pública	1905	07/07	Conferências	Informa a segunda conferência a realizar-se no último domingo de julho, com o diretor do Gymnasio Gonzaga,

				Carlos Schlitz; e a terceira, em agosto, com o diretor do Gymnasio Pelotense, Francisco José Rodrigues de Araújo
Diário Popular	1905	28/07	Nota	Dirigida a associações espanholas sobre a passagem do tricentenário da publicação D. Quixote
Correio Mercantil	1905	06/08	Relatório de atividades mês de julho	
Opinião Pública	1905	09/09	Relatório de atividade mês de agosto	
Correio Mercantil	1905	10/10	Relatório de atividade mês de setembro	
Correio Mercantil	1905	06/11	Relatório de atividade mês outubro	
Diário Popular	1905	11/11	Doação ao Museu	Diversos, com comentário; atenção para doação de "um porco com seis pernas", "um crânio",
Opinião Pública	1905	11/11	Doação ao Museu	Diversos, com comentário
Correio Mercantil	1905	13/11	Doação ao Museu	Diversos, com comentário
Opinião Pública	1905	08/12	Relatório de atividades mês de novembro	
Diário Popular	1905	23/12	Curso Noturno	Avaliação de desempenho e condecorações
Opinião Pública	1905	23/12	Curso Noturno	Avaliação de desempenho e condecorações
Opinião Pública	1906	07/01	Relatório mês de dezembro	

## **ANEXO D - Primeira conferência no ano de 1887 do Partido Republicano em Pelotas/RS**

Fonte: A Pátria, 09 de maio de 1887. CDOV/BPP.

Debaixo dos mais satisfatórios auspícios para a causa republicana, iniciou ontem o clube do mesmo partido nesta cidade a série de conferências que resolveu levar a efeito.

Antes da hora marcada dos anuncios de convocação, 7h30 da noite, já o amplo salão da Bibliotheca Pública regurgitava de ouvintes, entre os quais destacavam-se, em grande número, gentilíssimas senhoras da nossa melhor sociedade.

Cerca das 8 horas, constituiu-se a mesa diretiva do clube republicano e o seu vice-presidente, Sr. Dr. Posidônio Cunha, declarou aberta a sessão, convidando em seguida o orador designado a ocupar a tribuna.

Era este, como está no conhecimento dos eleitores, o Sr. Dr. Álvaro Chaves, moço filho de uma das mais ilustres famílias desta cidade, o qual depois de sua formatura, que data de pouco tempo, ainda não tinha feito ouvir em público de forma a poder patentear os seus dotes oratórios. Compreende-se, pois, o interesse que todos mostravam em ouvi-lo.

Na tribuna S.S., após ligeiro exórdio, passou a desenvolver a these de seu discurso: a política republicana e a atual atitude de seu partido.

Percorrendo a traços largos a história pátria, desde os tempos coloniais, o orador demonstrou as tentativas do povo brasileiro para dotar o seu país de um governo acorde (sic) com os nascentes ideias liberais, que naquela época irrompiam no seio da França e que aqui se refletiam nas tentativas dos "Inconfidentes" e no movimento revolucionário de Pernambuco.

Passando ao período da fundação da nacionalidade brasileira, salientou as tentativas da Assembleia Constituinte para a adoção de um governo democrático, aspiração sufocada pela vontade despótica do primeiro imperador.

Seguindo outra ordem de considerações, discorreu o orador sobre a questão do oportunismo de advento republicano no Brasil, tirando a conclusão de que, se a parte pensante do país, já no começo do século, julgava o Brasil preparado para ser governado pela forma republicana, era forçosamente obrigado a confessar ou que o país tinha

progredido - devendo hoje achar-se em melhores condições para receber esse adiantado sistema governativo, ou avia retrogradado - e neste caso força é buscar causa de seu atraso na forma de governo que tem vigorado.

Depois de desenvolver outros pontos com suma felicidade, o orador terminou o seu discurso fazendo um apelo à mulher brasileira, representada nas damas ali presentes, concitando-a a encarar com seriedade os assuntos de que pende a felicidade da pátria, e a exercer proficuamente as suas benéficas e importantes funções no lar doméstico, educando o espírito e os pequeninos corações da juventude nos princípios da liberdade, que são os únicos capazes de elevar o nível moral do povo e de manter em salutar e harmonioso equilíbrio as suas relações na família, na sociedade e no Estado.

O Sr. Dr. Álvaro Chaves expressou-se em palavras insinuantes e em linguagem singela proveitosa no terreno da propaganda.

O seu discurso foi ouvido com simpatia, no mais atencioso silêncio, cortado apenas pelos aplausos que mais de uma vez irromperam do auditório.

Ao descer da tribuna foi o orador felicitado por algumas Exmas. senhoras e vários cavalheiros, sendo a final acompanhado a casa por um grupo de amigos e correligionários.

Receba também o talentoso democrata as nossas felicitações, pela maneira elevada como se houve em sua estreia na tribuna popular.

## **ANEXO E - Conferência proferida por Alexandre Cassiano do Nascimento na Bibliotheca Pública Pelotense (1887)**

Fonte: Correio Mercantil, 07 de junho de 1887. CDOV/BPP.

Anteontem, às 7 horas da noite, no salão principal da Bibliotheca Pública, realizou-se a segunda série de conferências instituída pelo Clube Republicano desta cidade.

O auditório era numerosíssimo e seletos, sobressaindo o belo sexo, que se fez representar galhardamente.

Ocupou a tribuna o Sr. Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, ilustre advogado de nosso foro, e que, mais de uma vez, perante o júri desta comarca tem demonstrado seu talento e aptidões oratórias.

Ao subir S.S. a seu posto de honra, foi saudado com uma salva de palmas prolongada, demonstração da simpatia que lhe dispensa a sociedade pelotense.

O tema escolhido para a dissertação foi, como estava anunciado, a centralização.

S.S. dividiu o seu discurso em três partes:

1º Demonstração do sistema de governo centralizador;

2º Seus efeitos nas nações em geral;

3º Seus efeitos no Brasil em particular.

A centralização, disse o orador, foi a base dos governos antigos, que, dominando massas ignorantes, tiravam com ela a maior soma possível de benefícios extorquindo-lhes as fortunas e as vidas. É um sistema de governo não racional, porque concentra toda a direção nas mãos de um só homem cujos caprichos e cujas paixões impedem o progresso deles.

O governo centralizador avoca a si a faculdade de tudo criar e tudo demolir, ao sabor de sua vontade despótica, anulando assim o espírito de iniciativa do país e tornando-o um autômato.

Os efeitos que daí resultam para as nações estão patentes.

O povo que não tem iniciativa, que não se governa pelas leis emanadas de suas próprias aspirações, mas pelas leis do centro absorptor (sic.) de todas as fontes da vida pública, perde as noções de moralidade, corrompe-se, materializa-se

e entrega-se à inércia enquanto os caudilhos espertos lhe sugam a seiva e se locupletam fartamente.

Assim pereceram o Império Romano, o Reino de França e outros, que só puderam reabilitar-se depois de possuírem governos liberais garantidores da autonomia dos departamentos e municípios.

No Brasil a centralização opera os mais terríveis desastres.

Não há iniciativa; o caráter nacional abastardou-se e não reage contra a prepotência; a suprema aspiração do brasileiro é ser empregado público, viver à sombra do erário... tudo porquê?

Porque a centralização entregou ao primeiro magistrado do país e aos seus secretários todos os fios condutores da atividade do povo; porque deles dependem todas as empresas, porque deles vêm todos os benefícios e todos os castigos, porque enfim é preciso adulá-los, lisonjear-lhes a vaidade e rojar-se a seus pés para conseguir qualquer apanágio.

- Ainda há pouco, pergunta o orador, não vistes o governo geral reclamando para si até o direito de conceder o assentamento de fios telefônicos nesta cidade?

E mais recentemente ainda, não vistes o governo da província pretender anular a concorrência aberta pela Câmara Municipal de Pelotas para estabelecimento de esgotos, pretextando que só ele pode realizar contratos dessa natureza?

Pretendem os centralizadores avassalar-nos com um domínio aviltante e ignominioso, restringindo nos todos os direitos, sofismando a lei e executando com rigor enorme a letra da nossa obsoleta carta constitucional, - em suma, escravizando-nos.

O remédio para o mal - só o pode dar a República, que é a Liberdade, que traz consigo a descentralização - o escopo da escola política moderna adotada pela França e por outros países onde a civilização chegou ao seu ápice.

Perorando, o Sr. Dr. Nascimento, arrebatado pelo entusiasmo da sua bela causa - invocou de uma maneira brilhante o patriotismo das mães, para educarem os filhos nas ideias adiantadas do século; do seus correligionários, para cerrarem fileiras e marcharem sempre avante, apesar das chufas dos incrédulos e ignorantes, prevenindo-se ao mesmo tempo contra os que se dizem apóstolos da democracia pelo coração para melhor traí-la; dos seus concidadãos, para abandonarem o erro e

abraçarem a luz, coadjuvando-os na conquista da felicidade da pátria, à qual todos devem o seu esforço e a sua vida!

Eis - em osso - o transumpto (sic.) da conferência do Sr. Dr. Nascimento, que, ao descer da tribuna, foi ruidosamente aplaudido e aclamado por quantos se achavam presentes.

Ninguém esperará, e o orador ainda menos, que nós digamos ter S.S. se elevado à altura de uma celebridade tribunícia (sic.), consumada e sem defeitos.

Não chegam a obter esses requisitos alguns dos que no parlamento brasileiro, português e francês são tido como mestres.

Entretanto, sem reservas, avançaremos que o Sr. Dr. Alexandre C. do Nascimento revelou-se mais uma vez um moço de muito talento, avigorado pelo estudo, um argumentador de primeira plana, preciso na exposição e lógico nas conclusões.

O que, sobretudo, o talha para propagandista é a sua completa abstração do parecer melífluo e adocicado aos que o ouvem, e o parco emprego das figuras e das comparações hiperbólicas e complicadas, que o povo na sua maioria não compreende.

Destoa nesse ponto S.S. da massa dos oradores, em geral mais apreensivos do - efeito, que da fácil percepção de seus enunciados, objeto incomparavelmente mais útil e preciosa para o fim que se tem em vista nas discussões políticas.

Damos a S.S. os parabéns pela forma brilhantes porque executou a sua delicada empresa.